

**POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA
NAS REGIÕES DE FRONTEIRA DA CHINA,
RÚSSIA E ÍNDIA**





Ministério da Justiça e Cidadania
Secretaria Nacional de Segurança Pública

**POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NAS REGIÕES
DE FRONTEIRA DA CHINA,
RÚSSIA E ÍNDIA**

Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON)

Organização:

Alex Jorge das Neves, Gustavo de Souza Rocha e José Camilo da Silva

MJ
Brasília-DF
2016

Presidente da República Interino

Michel Temer

Ministro da Justiça e Cidadania

Alexandre de Moraes

Secretário Executivo

José Levi Mello do Amaral Júnior

Secretária Nacional de Segurança Pública

Regina Maria Filomena De Luca

Diretor do Departamento de Políticas, Programas e Projetos

Rodrigo Oliveira de Faria

Diretor do Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública

Rogério Bernardes Carneiro

Diretor-adjunto do Departamento de Políticas, Programas e Projetos

Anael Aymore Jacob

Coordenador-Geral de Planejamento Estratégico em Segurança Pública, Programas e Projetos Especiais

Alex Jorge das Neves

Coordenador-Geral de Pesquisa e Análise da Informação

Gustavo Camilo Baptista

Diretora Nacional do Projeto Segurança Cidadã PNUD BRA/04/029

Beatriz Cruz da Silva

Coordenadora Nacional do Projeto Segurança Cidadã PNUD BRA/04/029

Ângela Cristina Rodrigues



Ministério da Justiça e Cidadania
Secretaria Nacional de Segurança Pública

**POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NAS REGIÕES
DE FRONTEIRA DA CHINA,
RÚSSIA E ÍNDIA**

Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON)

Organização:

Alex Jorge das Neves, Gustavo de Souza Rocha e José Camilo da Silva

MJ
Brasília-DF
2016

2016@ Secretaria Nacional de Segurança Pública

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução total ou parcial desta obra, desde que seja citada a fonte e não seja para a venda ou qualquer fim comercial. As pesquisas apresentadas refletem as opiniões dos seus autores e não do Ministério da Justiça e Cidadania.

Esplanada dos Ministérios, Bloco "T", Palácio da Justiça Raymundo Faoro, Edifício Sede, 5º andar, sala 500, Brasília, DF, CEP 70.064-900.

Disponível em <http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/senasp>

ISBN: 978-85-5506-044-1

POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NAS REGIÕES DE FRONTEIRA DA CHINA, RÚSSIA E ÍNDIA

Ministério da Justiça e Cidadania – Secretaria Nacional de Segurança Pública

Organização:

Alex Jorge das Neves, Gustavo de Souza Rocha e José Camilo da Silva

Equipe Responsável

Direção Geral

Anael Aymoré Jacob, Cátia Simone Gonçalves Emanuelli e Cristina Gross Villanova

Coordenação

Alex Jorge das Neves e Gustavo de Souza Rocha

Equipe da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras

Alex Jorge das Neves, Cléverson Luis Muller, Daniel Garcia, Daniel Pedroso de Lima, Edivaldo Fortunato Pereira, Gileno Euzébio da Silva, Gustavo de Souza Rocha, Hernany Bueno de Araújo, José Camilo da Silva, Maurício Kennyatta Barros da Costa, Patrícia Moellmann, Rodolfo Farah Vicente Filho.

Consultora contratado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Samara Dantas Plameira Guimarães

Diagramação

Luis Ricardo Rodrigues Santos

363.I

P769s Políticas de segurança pública nas regiões de fronteira da China, Rússia e Índia : Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) / organização, Alex Jorge das Neves, Gustavo de Souza Rocha, José Camilo da Silva. – Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania. Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016.

186 p. : il. color.

ISBN: 978-85-5506-044-1

I. Segurança pública - política – China, Índia, Rússia. 2. Conflito de fronteiras – China, Índia, Rússia. 3. Estratégia militar. 4. Política de defesa. I. Neves, Alex Jorge das. II. Rocha, Gustavo de Souza. III. Silva, José Camilo da. IV. Brasil. Ministério da Justiça e Cidadania. Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Sumário



INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I - REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, RÚSSIA E ÍNDIA: DADOS DEMOGRÁFICOS E SOCIOECONÔMICOS E CONFLITOS FRONTEIRIÇOS	16
I.1.REPÚBLICA POPULAR DA CHINA	17
1.1.1.Dados Demográficos Sobre Fronteiras Chinesas.....	20
1.1.2.Políticas de Segurança Pública nas Fronteiras e Desafios	26
1.1.3.Características das Interações entre Regiões de Fronteira da China e Rússia.	36
I.2.FEDERAÇÃO RUSSA: DADOS DEMOGRÁFICOS E SOCIOECONÔMICOS E CONFLITOS FRONTEIRIÇOS	37
1.2.1.Dados Demográficos Sobre Fronteiras Russas.....	38
1.2.2.Situação atual das Fronteiras na Rússia.....	48
1.2.3.Políticas de Segurança Pública nas Fronteiras e Desafios	51
I.3.ÍNDIA: DADOS DEMOGRÁFICOS E SOCIOECONÔMICOS E CONFLITOS FRONTEIRIÇOS.....	55
1.3.1.Dados Demográficos e Socioeconômicos Sobre Fronteiras Indianas	56
1.3.2.Conflitos Fronteiriços, Políticas de Segurança Pública nas Fronteiras e Desafios....	64
I.4.SIMILARIDADES E DIFERENÇAS DAS REGIÕES DE FRONTEIRA DA RÚSSIA, ÍNDIA E CHINA COM O BRASIL.....	69
CAPÍTULO 2 - ESTRATÉGIA MILITAR CHINESA E POLÍTICAS DE SEGURANÇA NACIONAL PARA AS FRONTEIRAS.....	78
2.1.COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DAS FRONTEIRAS	84
2.2.POLÍTICAS DE DEFESA DAS FRONTEIRAS NA CHINA	86
2.3.PROJETOS RELACIONADOS AO DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURA DAS FRONTEIRAS E SITUAÇÃO ATUAL DAS FRONTEIRAS CHINESAS	90
2.4.AMEAÇAS ENFRENTADAS NAS FRONTEIRAS DA CHINA.....	98
2.5.POSSÍVEIS INTERFACES DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PARA AS FRONTEIRAS DA CHINA COM A ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA NAS FRONTEIRAS DO BRASIL.....	106
2.6.PRESENÇA CHINESA NO BRASIL E BOAS PRÁTICAS	109
CAPÍTULO 3 - SITUAÇÃO DAS FRONTEIRAS DA FEDERAÇÃO RUSSA	112
3.1.ESTRATÉGIA MILITAR RUSSA E POLÍTICAS DE SEGURANÇA NACIONAL PARA AS FRONTEIRAS	116

3.2.POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS E AMEAÇAS ENFRENTADAS.....	118
3.3.PRINCÍPIOS DAS POLÍTICAS DE FRONTEIRAS DA FEDERAÇÃO RUSSA E DIRETRIZES DA SEGURANÇA NACIONAL	125
3.4.MEDIDAS PARA O CUMPRIMENTO DA SEGURANÇA DE FRONTEIRAS DA FEDERAÇÃO RUSSA	130
3.5.POSSÍVEIS INTERFACES DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PARA AS FRONTEIRAS DA FEDERAÇÃO RUSSA COMA ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA NAS FRONTEIRAS DO BRASIL.....	134

CAPÍTULO 4 - SITUAÇÃO DAS FRONTEIRAS DA REPÚBLICA DA ÍNDIA 136

4.1.ESTRATÉGIA MILITAR INDIANA E POLÍTICAS DE SEGURANÇA NACIONAL PARA AS FRONTEIRAS	146
4.2.PRINCIPAIS AMEAÇAS À SEGURANÇA DAS FRONTEIRAS E DESAFIOS PARA A GESTÃO DE FRONTEIRAS	152
4.2.1.Fronteira Índia e Bangladesh.....	154
4.2.2.Fronteira Índia e Nepal.....	155
4.2.3.Fronteira Índia e Butão.....	155
4.2.4.Fronteira Índia e Myanmar.....	155
4.2.5.Fronteira Índia e Paquistão	156
4.2.6.Fronteira Índia e China.....	156
4.3.BOAS PRÁTICAS OBSERVADAS NAS FRONTEIRAS INDIANAS....	157
4.4.POSSÍVEIS INTERFACES DA GESTÃO DE FRONTEIRAS INDIANA COM O BRASIL E AMEAÇAS COMUNS	159

CAPÍTULO 5 - POSSÍVEIS INTERFACES DOS PLANOS, PROGRAMAS, AÇÕES E PROJETOS DA CHINA, RÚSSIA E ÍNDIA RELACIONADOS À SEGURANÇA PÚBLICA DAS FRONTEIRAS COM O PLANO ESTRATÉGICO DE FRONTEIRAS E A ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS DO BRASIL..... 160

5.1.BOAS PRÁTICAS DESENVOLVIDAS NA RÚSSIA, ÍNDIA E CHINA QUE PODEM SER ASSIMILADAS PELO BRASIL	161
5.1.1.República da Índia	161
5.1.2.Federação da Rússia	161
5.1.3.República Popular da China.....	164
5.2.ASPECTOS NEGATIVOS SOBRE A GESTÃO DE FRONTEIRAS DE RÚSSIA, ÍNDIA E CHINA	166

5.2.1.República da Índia	167
5.2.2.Federação da Rússia	167
5.2.3.República Popular da China.....	167
5.3.SUGESTÕES PARA O FORTALECIMENTO DA POLÍTICA BRASILEIRA PARA A SEGURANÇA PÚBLICA DAS FRONTEIRAS	167
5.3.1.Ações Integradas.....	168
5.3.2.Políticas Bilaterais, Regionais e Multilaterais	168
5.3.3.Responsabilização	168
5.3.4.Fiscalização	168
5.3.5.Aprofundamento do debate sobre a descriminalização do consumo de drogas.....	169
5.3.6.Modernização e Integração.....	169
5.3.7.Integração entre Polícia, Exército, ONGs.....	169
5.3.8.Participação da Sociedade Civil	170
5.3.9.Continuidade das Ações	170
5.3.10.Presença do Exército	170
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	171
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	172
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	179

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Dados sobre a China.....	17
Tabela 2 – Dados demográficos sobre as fronteiras chinesas.....	21
Tabela 3 – Dados sobre a Rússia.....	37
Tabela 4 – Dados demográficos sobre fronteiras na Rússia.....	39
Tabela 5 – Dados sobre a Índia.....	56
Tabela 6 – PIB dos Estados indianos que fazem fronteira com Bangladesh.....	63
Tabela 7 – PIB dos Estados indianos que fazem fronteira com Butão.....	63
Tabela 8 – PIB dos Estados indianos que fazem fronteira com China.....	64
Tabela 9 – PIB dos Estados indianos que fazem fronteira com Mianmar.....	64
Tabela 10 – PIB dos Estados indianos que fazem fronteira com Nepal.....	64
Tabela 11 – PIB dos Estados indianos que fazem fronteira com Paquistão.....	64

Lista de Figuras

Figura 1. Guardas de fronteira da companhia de defesa Honghaigou do subcomando Militar de Yili na Área de Comando Militar do PLA em Xinjiang patrulhando na linha de fronteira.....	96
Figura 2. Resultados do Plano Estratégico de Fronteiras.....	108
Figura 3. Mapa da Índia	138
Figura 4. Mapa do Sri Lanka.....	142
Figura 5. Força de Segurança de Fronteira indiana patrulhando cerca na fronteira entre Índia e Bangladesh.....	144
Figura 6. Instalação de cercas na fronteira entre Índia e Bangladesh.....	145
Figura 7. Patrulhamento da fronteira entre Índia e Paquistão.....	149
Figura 8. Mapa das Fronteiras Indianas	152

Introdução



O Brasil se localiza na porção centro-oriental do continente sul-americano e banhado a leste pelo oceano Atlântico, possui 24.253 km de fronteiras, sendo 7.367 km marítimas e 16.886 km da foz do rio Oiapoque, ao norte, na divisa do Amapá com a Guiana Francesa, até o arroio Chuí, ao sul, no limite do Rio Grande do Sul com o Uruguai. À exceção de Chile e Equador, o Brasil faz fronteira com todos os países da América do Sul. Ao norte estão Guiana Francesa, Suriname, Guiana e Venezuela; a noroeste, Colômbia; oeste, Peru e Bolívia; a sudoeste, Paraguai e Argentina; e ao sul, o Uruguai. A linha de fronteira brasileira é tão extensa, que é quase equivalente à metade da circunferência do planeta terra na linha do equador, e, em linha reta, corresponde a distância entre Brasília e Pequim na China.

A Faixa de Fronteira interna do Brasil com países vizinhos foi estabelecida em 150 (cento e cinquenta) quilômetros de largura (Lei 6.634, de 2/5/1979), paralela à linha divisória terrestre do território nacional, sendo modificada por diversas constituições, abrangendo 10 (dez) países, 11 (onze) estados federados e 588 (quinhentos e oitenta e oito) municípios, dos quais 120 (cento e vinte) estão situados na linha de fronteira e destes, 30 (trinta) são cidades-gêmeas, sendo que os demais se encontram dentro da faixa de fronteira, ou seja, localizados até 150 (cento e cinquenta) quilômetros dos limites fronteiriços.

Um dos grandes desafios do Brasil é tratar de forma adequada nossas regiões fronteiriças, impondo aos órgãos de segurança pública a responsabilidade de prevenir e reprimir, de forma integrada, articulada e coordenada a violência e a criminalidade nos três grandes arcos da faixa de fronteira (*Norte – AP, PA, AM, RR e AC; Central – RO, MT e MS; Sul – PR, SC e RS*) e suas dezessete sub-regiões, sem prejudicar o desejável fluxo lícito de pessoas e riquezas, dentro das respectivas esferas de atribuições de cada Instituição.

Visando aperfeiçoar a gestão integrada das instituições envolvidas com a segurança pública nas regiões fronteiriças, o governo federal instituiu pelo Decreto nº 7.496 de 08 de junho de 2011 e alterado pelo Decreto nº 7.638 de 08 de dezembro de 2011 o Plano Estratégico de Fronteiras-PEF, que engloba ações integradas entre o Ministério da Justiça, Ministério da Defesa e Ministério da Fazenda. As três pastas são responsáveis respectivamente, pela Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON), Estratégia Nacional de Defesa e Controle da Aduana no Brasil, além de vários projetos desenvolvidos pelos diversos órgãos envolvidos no plano, a exemplo da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, todas elas com inúmeras outras ações nas regiões de fronteira do país.

Nesse intuito, a ENAFRON, coordenada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), se destaca como um programa que concentra diversos projetos e ações visando ao fortalecimento das instituições estaduais e municipais de segurança pública e daquelas que têm atribuição indireta na prevenção do crime, e no fomento às políticas públicas de segurança, possibilitando o aumento da efetividade das ações contra organizações e condutas criminosas em geral.

Para que seja possível a condução e aperfeiçoamento permanente dessa política, faz-se necessário a busca contínua por diagnósticos precisos, além do conhecimento e troca de experiências em âmbito regional, nacional e internacional.

No âmbito do programa ENAFRON, um dos eixos norteadores é exatamente o “diagnóstico”, sendo que para cumprir essa direção estratégica, a SENASP realizou uma

parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (NECVU¹ e RETIS²), em parceria com inúmeras universidades federais e dezenas de pesquisadores, para elaborar a maior pesquisa sobre segurança pública nas regiões de fronteira já realizada no Brasil, visando mapear de forma detalhada a estrutura social, demográfica, econômica e sobre segurança pública nessas localidades, denominada “*Segurança Pública nas Regiões de Fronteiras*”.

Além dessa importantíssima pesquisa, a SENASP buscou consolidar entre os anos de 2013 e 2014 outros estudos, aprofundando o conhecimento sobre o assunto, tanto no Brasil como em outros países e regiões do mundo. Utilizando a parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), através do Projeto de Cooperação Técnica: Segurança Cidadã (BRA 04/029), que tem buscado promover novos padrões de gestão e planejamento, bem como importantes ações de prevenção à criminalidade e à violência no Brasil. Tal projeto de cooperação busca iniciativas que visem ao desenvolvimento humano sustentável e à segurança cidadã, que tem contribuído para a consolidação de novo modelo de gestão em segurança pública no contexto regional da América Latina e Caribe.

Sendo assim, várias consultorias foram contratadas no contexto da ENAFRON/PNUD para esse fim, como por exemplo, o mapeamento das políticas de segurança pública em algumas regiões fronteiriças emblemáticas na América do Sul, América do Norte, Europa e Ásia, além de mapeamento de programas brasileiros para às regiões de fronteira que possuam convergência com a segurança pública; sistematização dos avanços e desafios do próprio Programa ENAFRON, além do mapeamento das principais práticas de policiamento especializados em vias terrestres e aquáticas no Brasil.

Todos esses diagnósticos têm o objetivo de propiciar aos poderes constituídos, aos governos, aos gestores e profissionais envolvidos com a segurança pública a maior gama possível de informações qualificadas sobre nossas próprias fronteiras e um mapeamento inicial das principais práticas exitosas no mundo, para que resguardadas as nossas particularidades, possam inspirar o aprimoramento das políticas públicas para essas regiões tão importantes do Brasil, que correspondem a cerca de 27% do território nacional.

Importante destacar que a pesquisa em questão: “Políticas de Segurança Pública nas regiões de fronteira da China, Rússia, Índia e China”, buscou analisar dados demográficos, socioeconômicos, de violência e criminalidade, características das interações entre os principais municípios, províncias, estados e departamentos russos, chineses e indianos nas respectivas regiões de fronteira, bem como conhecer os avanços e desafios da segurança pública nessas regiões. A metodologia utilizada foi o estudo de caso, que permite a análise de fenômenos amplos e complexos e análise aprofundada de dados, auxiliando na descrição destes.

Outro ponto importante da pesquisa teve a ver com a preocupação em conhecer a concepção, funcionamento e efetividade dos planos, programas, ações e projetos dos três países pesquisados, que tivessem relação como a segurança pública em suas regiões de fronteira, demonstrando pontos positivos, negativos, principais tecnologias empregadas e possíveis interfaces com o Plano Estratégico de Fronteiras e Estratégia Nacional de Segurança nas Fronteiras do Brasil.

1 Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana, referência nacional e internacional sobre temáticas referentes a segurança pública.

2 Grupo de Pesquisa do Departamento de Geografia, referência nacional e internacional sobre temáticas referentes às fronteiras brasileiras.

Para entender a importância estratégica das regiões de fronteira o seu próprio conceito, recorreremos Ladis Kristoff, em que o autor aponta que a palavra fronteira historicamente implica o que ela sugere etimologicamente, que é “na frente”. “A fronteira não era um termo abstrato ou linha; pelo contrário, designava uma área que era parte de um todo, especificamente aquela parte que estava à frente das regiões remotas. (KRISTOFF, 1959, p. 269)

O autor também traz definições do British Association Geographical Glossary Committee: “Fronteira. 1. Uma região de fronteira, zona, ou extensão de terreno que forma um cinturão de separação, contato ou transição entre unidades políticas. 2. Uma fronteira delimitada ou demarcada entre Estados (mais propriamente uma linha de fronteira). - Limite. 1. Sinônimo com fronteira. 2. A linha de delimitação ou demarcação entre unidades administrativas ou entre regiões geográficas de vários tipos, físicas ou humanas.”³ (KRISTOFF, 2005, p. 269)

A fronteira é um fator integrante, e há relativa compatibilidade de culturas em uma dada fronteira. A fronteira russa é uma “fronteira de integração, não meramente uma fronteira de conquista”, pois a cultura é resultado de uma fusão de diferentes povos na Rússia, diferente dos Estados Unidos da América, por exemplo, que massacraram os nativos e não aceitaram a miscigenação. (KRISTOFF, 1959, p. 274)

De acordo com Kristoff (1959), a soberania dos Estados está ligada à sua integridade territorial, em que as fronteiras estatais confinam o território aos limites legais.

Though frontier conditions may sometimes be deliberately created by governments, the state tends to view frontiers and frontiersmen as a temporary expedient; as appropriate to a period of transition. The ultimate goal is a boundary, not a frontier. (...) Boundaries are not boundaries of all political power. They are the limits of internal political power, that is, of the power which integrates the given political unit in the name of certain values and loyalties within the bounds of its territory as delimited under international law. External political power does not know territorial limits; it operates on the international scene. However, orderly international intercourse is possible only if it is, on the whole, a relation between legal governments: an encounter between the external governmental political powers. In other words, in order to have some stability in the political structure, both on the national and international level, a clear distinction between the spheres of foreign and domestic politics is necessary. The boundary helps to maintain this distinction. (KRISTOFF, 1959, p. 281)⁴

Os estudos sobre segurança de fronteiras ainda estão em fase de consolidação, e nesses estudos são levadas em consideração teorias de diferentes disciplinas, como Relações Internacionais (RI), com foco nos estudos de segurança, geografia política e muitas outras. (GOLUNOV, 2013)

3 Do original “Frontier. 1. A border region, zone, or tract which forms a belt of separation, contact, or transition between political units. 2. A delimited or demarcated boundary between States (more properly a frontier line). - Boundary. 1. Synonymous with frontier (in sense 2) . 2. The line of delimitation or demarcation between administrative units or between geographical regions of various types, whether physical or human.” Traduzido livremente pela autora.

4 Embora as condições de fronteira possam as vezes ser deliberadamente criadas pelo governo, o estado tende a ver fronteiras e guardas de fronteira como um expediente temporário; conforme apropriado para um período de transição. O objetivo final é um limite, não uma fronteira. (...) Fronteiras não são fronteiras de todo poder político. Elas são os limites do poder político interno, isto é, do poder que integra a unidade política dada em nome de certos valores e lealdades dentro dos limites do seu território como delimitadas pelo direito internacional. O poder político externo não conhece limites territoriais; atua na cena internacional. Entretanto, ordenadamente a relação internacional só é possível apenas se for, no todo, uma relação entre governos legais: um encontro entre os poderes governamentais políticos externos. Em outras palavras, a fim de ter alguma responsabilidade na estrutura política, tanto no nível nacional e internacional, uma distinção clara entre as esferas de política nacional e estrangeira é necessária. A fronteira ajuda a manter essa distinção. (KRISTOFF, 1959, p. 281, traduzido livremente pela autora)

Em RI, durante muito tempo as questões relacionadas às fronteiras foram deixadas de lado, e os teóricos do realismo político que estudaram o assunto por mais tempo, focados nas relações de poder entre os Estados e no potencial das fronteiras para proteção contra ameaças externas. (GOLUNOV, 2013)

Na geografia política os estudos sobre fronteiras datam do final do século dezenove, quando as fronteiras eram consideradas “linhas defensivas contra ataques militares por inimigos externos” e também responsáveis pelo controle e movimentos transfronteiriços de bens e pessoas. Com o fim da Segunda Guerra Mundial as fronteiras também assumiram características econômicas, culturais, políticas e sociais. (GOLUNOV, 2013, p. 10)

Para a disciplina, o papel geopolítico das fronteiras foi bastante estudado, como a “adequação da localização das fronteiras em termos de interesse dos estados adjacentes (ou, ao menos, o mais poderosos), para propósitos de defesa, ou reciprocamente, o desenvolvimento de relações estáveis, amigáveis com o país vizinho.” (GOLUNOV, 2013, p. 11)

Nessa linha encontram-se os debates teóricos sobre a teoria das fronteiras naturais, em que as linhas de fronteira mais notáveis coincidiriam com as barreiras naturais.

Os estudos sobre regiões de fronteira concentram-se na União Europeia e nas questões relacionadas à fronteira dos Estados Unidos da América (EUA) e México, e outras regiões não são tão estudadas pois encontram-se isoladas dos centros nacionais, tanto pela falta de infraestrutura, quanto pelo fraco poder político e econômico que possuem. Além disso, quando não existem instituições especializadas para fomentar a cooperação entre países vizinhos, algumas regiões de fronteira isolam-se ainda mais. (STEIMAN; MACHADO, 2002)

Os três países estudados nesse relatório possuem vasta população, grande território e extensas fronteiras, com realidades distintas das brasileiras, mas em inúmeras circunstâncias são encontradas soluções para problemas que são corriqueiros em extensões continentais de fronteiras como a do Brasil, China, Rússia e Índia.

Nesse cenário, é importante destacar algumas limitações dessa pesquisa, a primeira dela é a **escassez de bibliografia** sobre as políticas realizadas para a segurança pública das fronteiras na Índia, Rússia e China. O estudo das fronteiras é um campo recente em Relações Internacionais, e, além disso, Rússia, Índia e China são países que possuem fronteiras muito extensas, as maiores do mundo, e são muito complexos e plurais.

Os *papers* e livros publicados sobre o tema são mais focados em conflitos fronteiriços e na questão do narcotráfico nas fronteiras, e não especificamente nas políticas realizadas para a segurança das mesmas, foco da pesquisa. Para contornar o problema, foram utilizados os sítios das instituições responsáveis pela defesa das fronteiras nos países. Nesse sentido, graças às publicações oficiais como Livros Brancos do Exército e relatórios de departamentos especializados na gestão de fronteiras, por exemplo, foi possível relatar as principais diretrizes e políticas voltadas para a segurança pública das fronteiras.

Capítulo 1



**REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, RÚSSIA
E ÍNDIA: DADOS DEMOGRÁFICOS E
SOCIOECONÔMICOS E
CONFLITOS FRONTEIRIÇOS**

1.1. REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

A República Popular da China é o país mais populoso do mundo. Atualmente, existem cerca de 1,35 bilhões de pessoas na China⁵, o que corresponde a aproximadamente 22% da população mundial, em um território de cerca de 9,6 milhões de quilômetros quadrados e aproximadamente 1/16 do total da superfície emersa mundial. A China possui uma fronteira terrestre com cerca de 22,8 mil quilômetros, a maior fronteira terrestre do mundo, e uma linha costeira de cerca de 18 mil quilômetros. (SALDANHA; RUI, 2011)

A China vem trabalhando intensificamente nas últimas três décadas para reduzir a pobreza, e mais de 500 milhões de pessoas foram retiradas da pobreza no país, que caiu de 84% em 1981 para 13% em 2008, tomando como base de medida o percentual de pessoas que vivem com o equivalente a 1,25 dólares por dia⁶.

Em 2013, o Banco Mundial e o IDA (*International Development Association*, em inglês) emprestaram cerca de 53 bilhões de dólares para 368 projetos na China, em áreas como meio ambiente, energia, transporte, desenvolvimento urbano e rural, gestão de recursos hídricos, desenvolvimento humano, entre outros.

Tabela 1 – Dados sobre a China.

População total	1.357 bilhões
PIB (Produto Interno Bruto, em dólares)	9.240 trilhões
Crescimento anual do PIB (%)	7,7%
Inflação (%)	2,3%
Matrículas no ensino primário (%)	128%
Emissões de CO2 (tonelada métrica per capita)	6.2
Porcentagem da população na linha nacional de pobreza (%)	4,6%
Expectativa de vida ao nascer (anos)	75
Renda per capita (em dólares)	6.560
Operações do BIRD/AID aprovadas por ano fiscal (em dólares)	1.615 bilhões
Projetos novos e complementares por ano fiscal	12
Resumo dos empréstimos do BIRD (em dólares)	21,68 bilhões
Resumo das contribuições para fundos financeiros intermediários (em dólares)	91,88 milhões
Porcentagem da população rural com acesso à água potável	85%
Resumo de créditos do AID (em dólares)	10,21 bilhões

Fonte: Banco Mundial, 2013⁷/ Organização: GUIMARÃES, Samara

Por ser um país tão populoso, os recursos naturais chineses são considerados insuficientes, e o problema demográfico tem sido enfrentado pelo governo desde o início do socialismo na China, e tal questão é estratégica para o desenvolvimento socioeconômico do país, que enfrenta ainda problemas ambientais. (SALDANHA; RUI, 2011)

5 Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL>>. Acesso em: 26 mai. 2014.

6 Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/country/china/overview#3>>. Acesso em: 29 mai. 2014.

7 Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/country/china>>. Acesso em: 29 mai. 2014.

Sobre as políticas demográficas, na China existem os programas “Planejamento Familiar”, “Casamento Tardio e Concepção Tardia” e “Um Casal Um Filho”, implantados desde os anos 70, que trouxeram um eficaz controle do crescimento populacional, com a redução de cerca de 400 milhões de nascimentos em 30 anos.

A China é composta por 56 grupos étnicos diferentes. A etnia Han corresponde a 91,02% do total da população, sendo que as outras 55 etnias minoritárias são apenas 8,98% da população chinesa, com cerca de 108 milhões habitantes, a etnia Zhuang, tem 15,55 milhões de habitantes e a etnia menos numerosa é etnia Luoba com 2000 habitantes. (SALDANHA; RUI, p. 12, 2011)

Na China, as 56 etnias falam 72 línguas diferentes, mas o mandarim é a língua oficial de todo o território. A maior etnia é a Han, formada por 11.8295 milhões de indivíduos, representando 91,02% da população, enquanto as outras etnias são formadas por 123,33 milhões de pessoas, e muitos vivem em regiões de fronteiras. (SALDANHA; RUI, 2011)

Members of the Han Chinese group constitute more than 90 percent of the country’s population, but reside in roughly only 40 percent of the landmass along the coast and river valleys, an area known as ‘inner China’ (neidi) or ‘China proper’. By contrast, a variety of ethnic minorities such as Tibetans or Uighurs account for less than 10 percent of the population, but they live mostly on the other 60 percent of the PRC’s landmass in regions known as ‘outer China’ (waidi) or the ‘frontiers’ (bianjiang). Importantly, many of these minorities, some of whom have pursued independence in the past, are strategically located. They live along 90 percent of China’s borders and many of them have kinsmen who reside in neighboring states. As a result, border security supports efforts to maintain internal stability by limiting the influence of external actors within large parts of the country. Likewise, internal stability bolsters national defense by reducing the need to devote additional resources to securing China’s borders from potential external threats. (FRAVEL, 2007, p. 710-711)⁸

Sobre a distribuição entre os gêneros, na China existem cerca de 673 milhões de homens e 633 milhões de mulheres, e este desequilíbrio é gerado por questões culturais, pois na China muitas famílias praticam o aborto seletivo quando o feto é feminino, pois na tradição a continuação da família é feita por um homem. (SALDANHA; RUI, 2011)

Acerca da distribuição populacional urbana e rural, a maioria da população concentra-se no campo, aproximadamente 651.364.560 milhões, em 2012 de acordo com o Banco Mundial, enquanto na cidade vivem cerca de 560 milhões de habitantes. (SALDANHA; RUI, 2011) Além disso, em 2012 a agricultura foi responsável por 35% dos empregos na China.

A distribuição da população pela idade é a seguinte:

0 aos 14 anos – 20,1% (142.185.665 homens e 125.300.391 mulheres); dos 15 aos 64 anos – 71,9% (491.513.378 homens e 465.020.030 mulheres) dos 65 anos ou mais – 8% (50.652.480 homens e 55.472.661 mulheres). A esperança geral de vida na população chinesa ao nascer era de 73,18 anos, sendo que 71,37 anos para os homens e 75,18 para as mulheres. (SALDANHA; RUI, p. 27, 2011)

8 Os membros do grupo chinês Han constituem mais de 90% da população do país, mas residem em cerca de apenas 40% da região ao longo da costa e dos vales de rios, uma área conhecida como “China interior” (neidi) ou “China apropriada” (waidi). Por outro lado, uma variedade de minorias étnicas tais como os tibetanos e os uigures representam menos de 10% da população, mas vivem em sua maioria nos outros 60% do PRC em regiões conhecidas como “China exterior (waidi) ou “fronteiras” (bianjiang). É importante ressaltar que muitas dessas minorias, algumas das quais buscaram autonomia no passado, estão estrategicamente localizadas. Elas vivem ao longo de 90% das fronteiras da China e muitas têm parentes que vivem em estados vizinhos. Como resultado, a segurança na fronteira apoia os esforços para manter a estabilidade interna limitando a influência de atores externos dentro de grandes partes do país. Da mesma forma, a estabilidade interna reforça a defesa nacional, ao reduzir a necessidade de dedicar recursos adicionais para a segurança das fronteiras na China de possíveis ameaças externas. (FRAVEL, 2007, p. 710-711, traduzido pela autora)

Na China existem zonas desabitadas ou pouco povoadas, apesar de o país ser o mais populoso do mundo. A saber, a leste vivem cerca de 300 pessoas por km² e a oeste aproximadamente 40 pessoas por km². A densidade média da população é de 131 habitantes por km², demonstrando que a distribuição demográfica não está muito proporcional, e esses números dependem da situação do desenvolvimento socioeconômico de cada região. (SALDANHA; RUI, 2011)

De maneira geral, o nível educacional dos chineses é baixo. Na China 67,64 milhões de habitantes tem educação superior, 407,06 milhões têm 6º ano, 467,35 milhões de habitantes têm educação ao nível do 9º ano e 150,38 milhões de habitantes têm educação ao nível do 12º ano. (SALDANHA; RUI, 2011)

Em 2008 a taxa de crescimento foi de 0,629% no país, com taxa de nascimentos de 13,71/1000 habitantes, de mortalidade 7,03/1000 habitantes e de mortalidade infantil 21,16/1000 habitantes. (SALDANHA; RUI, 2011)

A República Popular da China foi fundada em 1949, e transformou-se de uma sociedade agrícola semifeudal para uma economia socialista mais aberta e voltada para a economia de mercado. As reformas econômicas implementadas entre 1979 e 2001, fizeram com que a China crescesse exponencialmente, tornando-se a o país com maior potencial econômico do mundo. A economia chinesa tem o crescimento mais rápido do mundo, atingindo quase 10% ao ano nos últimos anos. Em 2008, o PIB chinês atingiu 4.222.000 milhões de dólares, tornando a China a terceira maior economia do mundo. Sobre a paridade do poder de compra, o país torna-se a segunda maior economia, atrás dos Estados Unidos da América. (SALDANHA; RUI, 2011)

A China participa em 13% do volume da economia mundial e tem 21% da população do planeta. Já é a maior produtora de alimentos e manufacturas do globo, ficando apenas atrás dos EUA nas áreas da mineração e no setor de serviços. (SALDANHA; RUI, p. 54, 2011)

Em 2012 o PIB da China atingiu 8.227 trilhões, de acordo com o Banco Mundial, com crescimento anual de 7,7% ao ano, e previsão de crescimento de 7,5% ao ano em 2016.9 Em 2012, a expectativa de vida no país era de 75 anos, e teve aumento da percentagem da população rural com acesso à água, de 70% em 2000 para 85% em 2012.

Outro indicador socioeconômico apresentado é relacionado ao total de matrículas no ensino primário, que chegou a 128%.

No documento “CHINA Comércio Exterior”¹⁰, elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), Departamento de Promoção Comercial e Investimentos (DPR) e Divisão de Inteligência Comercial (DIC) em 2014, são encontrados alguns dados básicos sobre a República Popular da China, como seus principais indicadores econômicos relacionados à evolução do comércio exterior.

Sobre o direcionamento das exportações chinesas, cabe salientar que o principal direcionamento de suas vendas vai para os vizinhos asiáticos, que absorvem 51% do total, onde Hong Kong foi o principal destino, representando 17,4% do total das vendas em 2013. Os Estados Unidos da América ficam em segundo lugar, com 24% das vendas chinesas, União

9 Disponível em: <<http://data.worldbank.org/country/china>>. Acesso em: 27 maio. 2014.

10 Disponível em: <www.brasilglobalnet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/INDChina.pdf> Acesso em: 06 jun. 2014.

Europeia em terceiro com 15% e África com 4%. Em 2013, o Brasil ficou em 16º lugar, com 1,6% do total das vendas chinesas, e a China foi o principal parceiro comercial do Brasil, com participação de 17,3% no comércio exterior brasileiro no mesmo ano. (MRE; DPR; DIC, 2014).

Os vizinhos asiáticos também são os principais fornecedores do mercado chinês, somando 56% do total em 2013.

Com PIB nominal de US\$ 8,94 trilhões e crescimento de 7,6% em 2013, a China posicionou-se como a 2ª economia do mundo, após Estados Unidos. O setor industrial é o principal ramo de atividade e respondeu por 45,3% do PIB, seguido de serviços com 45,0%, e da agricultura com 9,7%. O país apresentou, em 2013, superávit em transações correntes de US\$ 223,7 bilhões. O saldo da balança comercial de bens foi superavitário em US\$ 261 bilhões. A balança de serviços, por sua vez, registrou saldo negativo de US\$ 89,8 bilhões. (MRE; DPR; DIC, 2014, p. 4)

Os principais grupos de produtos importados pelo Brasil foram as máquinas elétricas (29,1% das importações) e máquinas mecânicas (21,8%), seguidos de químicos orgânicos, automóveis, obras de ferro/aço, plástico, ferro e aço, vestuário exceto de malha, instrumentos de precisão e filamentos sintéticos. (MRE; DPR; DIC, 2014).

1.1.1.1. DADOS DEMOGRÁFICOS SOBRE FRONTEIRAS CHINESAS

Nesse subtópico serão apresentados os países que fazem fronteira com a China, número da população total da região autônoma de fronteira chinesa, área da região autônoma, municípios fronteiriços e províncias fronteiriças, que fazem parte dessa região autônoma. A China faz fronteira com 14 países: Coreia do Norte (1.416 km de extensão), Rússia (3.605 km - nordeste e 40 km - noroeste), Mongólia (4.677 km), Cazaquistão (1.533 km), Afeganistão (76 km), Quirguistão (858 km), Tadjiquistão (414 km), Paquistão (523 km), Índia (3.380 km), Nepal (1.236 km), Butão (470 km), Mianmar (2.185 km), Laos (423 km) e Vietnã (1.281 km). Além disso, suas fronteiras marítimas são compartilhadas com Coreia do Sul, Japão, Vietnã, Filipinas e Taiwan. (SALDANHA; RUI, 2011)

As fronteiras regionais chinesas são Hong Kong, com 30 km de extensão, e Macau, com 0,34 km de extensão¹¹.

A China é dividida em 23 províncias, 5 regiões autônomas e 4 municípios. As províncias são as seguintes: Anhui, Fujian, Gansu, Guangdong, Guizhou, Hainan, Hebei, Heilongjiang, Henan, Hubei, Hunan, Jiangsu, Jiangxi, Jilin, Liaoning, Qinghai, Shaanxi, Shandong, Shanxi, Sichuan, Yunnan, Zhejiang.

As regiões autônomas são: Guangxi, Nei Mongol (Inner Mongolia), Ningxia, Xinjiang Uygur e Xizang (Tibete). Os municípios são: Beijing, Chongqing, Shanghai, Tianjin.¹²

11 Disponível em: <http://geography.about.com/gi/o.htm?zi=1/XJ&zTi=1&sdn=geography&cdn=education&tm=37&f=00&su=p284.13.342.ip_&tt=2&bt=9&bts=9&zu=https%3A//www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>. Acesso em: 29 mai. 2014.

12 Disponível em: <<http://www.nationmaster.com/country-info/compare/China/India>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

Os dados sobre população e área das regiões autônomas foram retirados do sítio City Population¹³. Na China, essas regiões são chamadas assim pois são subdivisões administrativas de primeiro nível, possuindo governo local próprio e maior parte da população pertencente a uma minoria étnica particular.

Durante a pesquisa a coleta de dados sobre as fronteiras chinesas foi a mais complicada, pois o censo da China não é aberto, dificultando enormemente a pesquisa. Por exemplo, nenhuma parte do *China Statistical Yearbook* de 2013 pode ser reproduzida ou transmitida, possuindo todos os direitos reservados. Além disso, para ter acesso a esse tipo de estatística, é necessário pagar altas taxas.

Para construção da tabela a seguir, as seguintes ações foram executadas:

1) Mapear os países que fazem fronteira com a China foram através dos mapas obtidos no *shapefile*¹⁴, integrados no *StatPlanet*, e no *MapCruzin*¹⁵, que podem ser utilizados livremente, e incluem províncias, estados e mapas com fronteiras administrativas, em formato vetorial geoespacial.

2) Extrair dados de fronteira, a partir do *VDSTECHNOLOGIES, China Historical GIS*¹⁶ e *DIVA-GIS*¹⁷, que disponibilizam GIS – *Geographic Information System*¹⁸ livres, obtendo dados como nome dos países fronteiriços, das regiões autônomas, municípios, províncias e população total das regiões autônomas.

Tabela 2 – Dados demográficos sobre as fronteiras chinesas.

País	Região Autônoma	População da Região Autônoma (2010-11)	Área da Região Autônoma (km ²)	Municípios	Províncias
Afeganistão	Xinjiang Uygur	18.459.511	1.646.900	Kashgar	Taxkorgan Tajik
Butão	Xizang ¹⁹	3.002.165	1.221.600	Shannan Shigatse	Cona Lhozhag Nagarz Kangmar Yadong

13 Disponível em: <<http://www.citypopulation.de/search.html?q=CHINA%20maps%20contents>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

14 Disponível em: <<http://www.statsilk.com/maps/download-free-shapefile-maps>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

15 Disponível em: <<http://www.mapcruzin.com/search-results.htm?cx=partner-pub-5311970143945864%3A6466443354&cof=FORID%3A10&ie=UTF-8&q=china+departments&sa=Search>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

16 Disponível em: <<http://www.fas.harvard.edu/~chgis/index.html>> Acesso em 30 jun. 2014.

17 Disponível em: <<http://www.diva-gis.org/gdata>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

18 Sistema de Informação Geográfica, em português, voltado para “captura, armazenamento, verificação, análise e visualização de dados relacionados a posições na superfície terrestre.

19 Também conhecida como Tibete.

País	Região Autônoma	População da Região Autônoma (2010-11)	Área da Região Autônoma (km ²)	Municípios	Províncias
Cazaquistão	Xinjiang Uygur	21.815.815	1.646.900	Aksu Altay Brtala Mongol Ili Kazakh Tacheng	Wensu
					Burqin
Coreia do Norte	Jilin Liaoning	27.452.815 43.746.323	187.000 151.000	Baishan Tonghua Yanbian Korean Dandong	Habahe
					Jeminay
Índia	Xinjiang Uygur Xizang	21.815.815 3.002.165	1.646.900 1.221.600	Khotan Ngari Nyingtri Shannan Shigatse	Bole
					Wenquan
					Huocheng
					Qapqal Xibe
					Zhaosu
					Emin
					Hoboksar Mongol
					Tacheng
					Toli
					Yumin
					Badaojiang
					Changbai Korean
					Fusong
					Linjiang
					Ji'an
					Antu
					Helong
					Hunchun
					Longjing
					Tumen
					Dadong
					Kuandian
					Manchu
					Khotan
					Pishan
					Burang
					Gar
					Rutog
					Zanda
					Mainling
					Mdog
					Nang
					Zay
					Cona
					Lhnz
					Dinggy
					Gamba
					Yadong

País	Região Autônoma	População da Região Autônoma (2010-11)	Área da Região Autônoma (km ²)	Municípios	Províncias
Cashemira	Xinjiang Uygur	21.815.815	1.646.900	Kashgar	Yecheng
Laos	Yunnan	45.966.766	394.029	Pu'er Xishuangbanna Dai	Jiangcheng Hani and Yi Mengla Zay Longling Tengchong Longchuan Luxi Ruili Yingjiang Cangyuan Va Gengma Dai and Va
Mianmar	Xizang Yunnan	3.002.165 45.966.766	1.221.600 394.029	Nyingtri Baoshan Dehong Dai and Jingpo Lincang Nujiang Lisu Pu'er Xishuangbanna Dai	Zhenkang Bijiang Gongshan Derung and Nu Lushui Lancang Lahu Menglian Dai, Lahu and Va Ximeng Va Jinghong Menghai Mengla

País	Região Autônoma	População da Região Autônoma (2010-11)	Área da Região Autônoma (km ²)	Municípios	Províncias
Mongólia	Nei Mongol ²⁰ Gansu Xinjiang Uygur	24.706.291 25.575.263 21.815.815	1.177.500 366.500 1.646.900	Baotou Baynnur Jiuquan Alxa Hulunbuir Ulaan Chab Xilin Gol Xing'an Altay Changji Hui Hami	Darhan
					Muminggan Lia
					Urad Back
Nepal	Xizang	3.002.165 703.292	1.221.600 182.000	Ngari Shigatse	Subei Mongol
					Alxa Left
					Alxa Right
					Ejin
					Urad Middle
					Xinbarag Left
					Xinbarag Right
					Siziwang
					Abag
					Dong Ujimqin
					Sonid Left
					Sonid Right
					Horqin Right
					Front
					Altay
Burqin					
Fuhai					
Fuyun					
Qinggil					
Mori					
Qitai					
Barkol Kazakh					
Hami					
Yiwu					
Paquistão	Xinjiang Uygur	21.815.815	1.646.900	Kashgar	Burang
					Dinggy
					Gyirong
Quirguistão	Xinjiang Uygur	21.815.815	1.646.900	Aksu Kizilsu Kirghiz	Nyalam
					Saga
					Tingri
					Zhongba
					Taxkorgan Tajik
					Wensu
					Wushi
					Akqi
					Akto
					Artux
					Wuqia

20 Também conhecida como Inner Mongolia.

País	Região Autônoma	População da Região Autônoma (2010-11)	Área da Região Autônoma (km ²)	Municípios	Províncias
Rússia					Huma
					Mohe
					Tahe
					Luobei
					Suibin
					Heihe
					Sunwu
					Xunke
				Daxing'anling	Fuyuan
				Hegang	Tongjiang
			Heihe	Hulin	
	Heilongjiang	3.831.399	463.600	Jiamusi	Jidong
	Jilin	27.452.815	187.000	Jixi	Mishan
	Nei Mongol	24.706.291	1.177.500	Mudanjiang	Dongning
	Xinjiang Uygur	21.815.815	1.646.900	Shuangyashan	Muling
				Yichun	Suifenhe
				Yanbian Korean	Raohe
				Hulunbuir	Jiayin
				Altay	Hunchun
					Chenbarag Qi
					Ergun
					Manzhouli
					Xinbarag Left
					Xinbarag Right
					Burqin
					Habahe
Tadjiquistão	Xinjiang Uygur	21.815.815	1.646.900	Kashgar	Taxkorgan Tajik
				Kizilsu Kirghiz	Akto
					Jingxi
					Napo
					Daxin
				Baise	Longzhou
				Chongzuo	Ningming
				Fangchenggang	Pingxiang
				Honghe Hani and Yi	Fangcheng
	Guangxi	46.023.761	237.408	Pu'er	Hekou Yao
	Yunnan	45.966.766	394.029	Wenshan	Jinping Miao, Yao and Dai
				Zhuang and Miao	Lchun
					Jiangcheng Hani and Yi
					Funing
					Maguan
					Malipo

Fonte: StatPlanet, MapCruzin, Vds Technologies, China Historical GIS, DIVA-GIS, 2010 e 2011. / Organização: GUIMARÃES, Samara

O *The GlobalTimes* e *Sina.com*, realizaram uma votação online, em que as pessoas escolheram 10 cidades, de uma seleção de 36, que representavam para elas as cidades de fronteira mais importantes da China.²¹

As cidades escolhidas foram, na ordem crescente: Dandong, na Província de Liaoning, na fronteira com a Coreia do Norte; Aksu na Região Autônoma de Xinjiang Uygur, na fronteira da China, Quirguistão e Cazaquistão; Suifenhe na Província de Heilongjiang, fronteira com a Rússia, a 210 quilômetros de Vladivostok; Hekou Yao na Província de Yunnan, fronteira com o Vietnã; Manzhouli, ao norte da Inner Mongólia, faz fronteira com a Mongólia a oeste e com a Rússia ao norte; Xishuangbanna, ao sudoeste da Província de Yunnan, faz fronteira com o Vietnã ao leste e Laos ao sul; Kumul, situada a noroeste da Região Autônoma de Xinjiang Uygur, faz fronteira com a Mongólia ao leste, e é a terra de 36 grupos étnicos diferentes; Ji'an, na Província de Jilin, separada da Coreia do Norte pelo Rio Yalu, conhecida como um dos três maiores portos entre China e Coreia do Norte; Yadong, localizado no meio do Himalaia, a sudoeste da Região Autônoma do Tibete; Hunchun, na Província de Jilin, na junção de China, Rússia e Coreia do Norte, com recursos naturais abundantes.

1.1.2. POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS E DESAFIOS

Owen Lattimore foi um geógrafo estadunidense que estudou as relações entre fronteira e civilização, enfatizando a complexidade dos fundamentos sociais e culturais que regem as concepções políticas de fronteira.

De acordo com o autor, o império chinês teve a fronteira como sentido de limite da civilização. No norte do Império a construção da Muralha Chinesa representou o desejo de fixação de suas fronteiras, além da exclusão de povos considerados bárbaros, que poderiam ser dominados através da transposição das fronteiras. Além de separar regiões, a Muralha também separava bacias hidrográficas chinesas, onde era praticada “agricultura intensiva e irrigada” das “estepes do norte com sua pecuária extensiva.” (LATTIMORE, 1937)

No artigo “*A Normalized Dragon: Constructing China’s Security Identity*”, escrito por Chris Ogden, o autor discorre sobre a estratégia chinesa de interação internacional e desenvolvimento político interno, em que a política externa é baseada em alguns precedentes ideacionais, como o desenvolvimento político, as relações com seus vizinhos e suas concepções sobre o sistema internacional.

A segurança tem sido pensada na China de acordo com três normas fundamentais: o controle centralizado, a restauração territorial e a possibilidade de tornar-se novamente um grande poder. (OGDEN, 2013)

Desde a Revolução de Xinhai, há 100 anos, até os dias de hoje, os precedentes históricos e culturais fazem parte do comportamento chinês para a segurança nacional, em que foi construída uma identidade que é condicionada pelas relações domésticas e externas da China, que reforça a consistência das normas fundamentais da segurança, citada anteriormente. (OGDEN, 2013).

China is located in the heart of East Asia, above the Himalayas and bordering the East China Sea and South China Sea between Vietnam and North Korea. The world’s

21 Disponível em: <http://www.china.org.cn/top10/2011-11/10/content_23857448.htm>. Acesso em: 06 jun. 2014.

fourth largest state, China physically dominates East Asia with its total area only challenged by neighboring Russia and (relatively) India. In turn, China has one of the world's largest land borders (over 22,000 km), 14 neighbors by land, seven neighbors by sea (eight including Taiwan) and a vast coastline (14,500 km). (OGDEN, 2013, p. 255)²²

A formulação de políticas de segurança para as fronteiras na China é uma das prioridades do governo, pois as fronteiras do país são objetos de insegurança, por concentrarem minorias étnicas; por serem consideradas vulneráveis ao impacto de forças externas além do controle chinês; por serem muito longas e difíceis de monitorar, principalmente nas fronteiras com Mianmar, Vietnã e Laos; por terem seis estados fronteiriços na categoria de alerta do *Fund for Peace and Foreign Policy's 2009 Failed States Index*. (FREEMAN, 2011)

Freeman (2011) afirma que “as fronteiras são por sua natureza zonas de imprevisibilidade, lugares nos limites do controle direto dos estados, onde as relações internacionais ficam íntimas e as tensões podem ter consequências internacionais significantes.

Depois de 2002, a China desenvolveu uma política de boa vizinhança, buscando resolver desavenças sobre questões de demarcação com seus vizinhos, possibilitando relações bilaterais e multilaterais mais próximas. (FREEMAN, 2011)

Since China committed itself to a policy of “economic reform and opening” thirty years ago, an important aim of its foreign policy has been to seek to improve the chances for sustained peace and stability within its regional neighborhood in the interest of its own development. In the early 1980s, China sought to cultivate better relations with countries on its periphery to mitigate the threats along its borders that had been major sources of international insecurity throughout the Cold War period. Even before the Soviet collapse, China's leaders decided to set aside ideological differences in diplomatic relations with neighboring states in an effort to forge new ties with them without reference to which “camp” —the US or USSR—they were in. This approach enabled China to begin building new relationships with India and South Korea, and allowed it to negotiate normal relations with Mongolia. (FREEMAN, 2011, p. 9)²³

Freeman (2011) cita também algumas tensões fronteiriças, principalmente com Tibete, Coreia do Norte, Mianmar, Vietnã e Mongólia; e afirma que algumas regiões da Coreia do Norte tem investido fortemente na infraestrutura das fronteiras para impulsionar o comércio fronteiriço, mas tem limitado as trocas com a China. (FREEMAN, 2011)

22 A China está localizada no coração da Ásia Oriental, acima do Himalaia e na fronteira com o Mar da China Oriental e o Mar do Sul da China, entre Vietnã e Coreia do Norte. Quarto maior estado do mundo, China fisicamente domina a Ásia Oriental com sua área total desafiada apenas pela vizinha Rússia e (relativamente) Índia. Por sua vez, a China tem uma das maiores fronteiras terrestres do mundo (mais de 22.000 km), 14 vizinhos por terra, sete vizinhos por via marítima (oito incluindo Taiwan) e um extenso litoral (14.500 km). (OGDEN, 2013, p. 255)

23 Desde que a China comprometeu-se a uma política de “reforma econômica e abertura” trinta anos atrás, um importante objetivo da sua política externa tem sido procurar melhorar as chances de uma paz sustentada e estabilidade dentro de sua vizinhança regional, no interesse de seu próprio desenvolvimento. No início de 1980, a China procurou cultivar melhores relações com os países na sua periferia para mitigar as ameaças ao longo de suas fronteiras que tinham sido as principais fontes de insegurança internacional ao longo do período da Guerra Fria. Mesmo antes do colapso da União Soviética, os líderes chineses decidiram deixar de lado as diferenças ideológicas nas relações diplomáticas com os Estados vizinhos, em um esforço para forjar novos laços com eles, sem referência a que “campo” - os EUA ou a URSS - eles encontravam-se. Esta abordagem permitiu à China começar a construir novas relações com a Índia e a Coreia do Sul, e permitiu-lhe negociar relações normais com a Mongólia. (FREEMAN, 2011, p. 9, traduzido pela autora)

Com exceção da Rússia e Índia, os países que fazem fronteira com a China são pequenos e passaram décadas de sua história dependendo das relações com os estados vizinhos para manter sua independência. Coreia do Norte e Vietnã, por exemplo, exploraram a influência chinesa e soviética por um longo período. (FREEMAN, 2011)

Nas fronteiras ocidentais da China existe a interação de diversas culturas, pois são formadas por 55 povos reconhecidos como *shaoshu minzu*, em português, nacionalidades minoritárias²⁴. Tal diferenciação é importante pois as políticas para os não-chineses são diferenciadas. (GAUBATZ, 1996)

A China tem acordos de cooperação com sete países de fronteira, além de mecanismos para a realização de encontros e reuniões sobre defesa das fronteiras com 12 países. Junto com Mongólia, Vietnã, Cazaquistão e Rússia, as forças do PLA (*People's Liberation Army*, exército de libertação do povo, em português) promovem exercícios conjuntos e de gestão das fronteiras comuns, como a organização de ações voltadas para inspeção e supervisão das fronteiras.

Na China, a força de segurança pública da fronteira é uma organização voltada para aplicação da lei nas fronteiras, zonas costeiras e marítimas e portos. Tal órgão assume a responsabilidade de salvaguardar a segurança nessas áreas, realizando ações para o combate ao crime, estabelecimento de zonas de defesa e de vigilância. De acordo com o sítio oficial do Ministério da Defesa Nacional da República Popular da China, nos últimos anos a gestão em áreas de fronteira tem contido o avanço do terrorismo, da sabotagem e de movimentos separatistas, a partir de atividades rigorosas de controle. “Desde 2011, tem lidado com 47.445 casos, apreendeu 12.357 quilos de drogas, confiscou 125.115 armas ilegais, e rastreou 5.607 atravessadores de fronteiras ilegais.”²⁵

O tráfico ilegal de drogas desponta como grande desafio, ao passo que as fronteiras chinesas representam pontos de circulação da heroína produzida na região do Triângulo Dourado²⁶ do Sudeste Asiático. Apesar de novas regulações por parte do governo, a China ainda é um país de origem para precursores químicos.²⁷

O PAAF (*People's Liberation Army Air Force*) é responsável pela defesa territorial aérea, o PLA Navy²⁸ tem como objetivo a segurança marítima e a manutenção dos “direitos e interesses marítimos”, e é composto por submarinos, aviação naval, fuzileiros navais, armas de defesa costeira e navios de superfície.

O PAPF (*People's Armed Police Force*) também é responsável pela segurança pública das fronteiras chinesas, além de realizar missões de guarda, combater o terrorismo, auxiliar o PLA em tempos de guerra, combater incêndios, entre outras funções.

Baseado em fontes militares como manuais de treinamento para gestão e controle das fronteiras e materiais escritos por acadêmicos do PLA's *Academy of Military Science* (AMS) e da Universidade da Defesa Nacional, por exemplo, tais como *On Frontier Defense*, *The Science of Campaigns*, *The Science of Military Strategy*, o autor (FRAVEL, 2007) apresenta três argumentos

24 Algumas nacionalidades minoritárias (com população maior do que 100.000), reconhecidas oficialmente: Zhuang, Man, Hui, Miao, Uygur, Yi, Tujia, Mongol, Tibetano, Buyi, Dong, Yao, Coreano, Bai, Hani, Kazak, Li, Dai, She, Lisu, Lahu, Dongxiang, Va, Sui, Naxi, Qiang, Tu e Kirgiz. (GAUBATZ, 1996, p. 32)

25 MINISTRY OF NATIONAL DEFENSE. Disponível em: <http://eng.mod.gov.cn/Database/WhitePapers/2013-04/16/content_4442754.htm>. Acesso em: 13 jun. 2014.

26 O Triângulo Dourado abrange uma das maiores áreas produtoras de ópio da Ásia, envolvendo regiões do Vietnã, Mianmar, Laos e Tailândia.

27 Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/2086.html>> Acesso em: 20 jun. 2014.

28 Marinha, em português.

sobre a estratégia de defesa das fronteiras chinesas. O primeiro é o de que a China busca uma abordagem defensiva para assegurar suas fronteiras, principalmente por conta dos conflitos étnicos dentro de suas regiões de fronteira, que pode atrair intervenção externa. O segundo argumento é que a defesa das fronteiras ainda é uma missão central das forças armadas chinesas, que envolve quase a metade das forças do PLA, além da presença de cerca de 225.000 paramilitares que são guardas da fronteira e do exército. De acordo com o autor (FRAVEL, 2007), o objetivo primordial do PLA é defender a integridade territorial da China.

Por último, a estrutura de força do país é consistente com sua orientação defensiva, em que alguns destacamentos de infantaria são implantados nas fronteiras ou perto delas, enquanto forças para realizar operações ofensivas ou repelir ataques são baseadas no interior, há centenas de quilômetros das fronteiras. (FRAVEL, 2007)

Os estudos sobre a modernização militar chinesa focam-se no conflito em potencial com Taiwan e a unificação da mesma como objetivo estratégico nacional primário, e a defesa da integridade territorial do *People's Republic of China* (PRC). (FRAVEL, 2007)

Vários conflitos armados que aconteceram na China estão relacionados com o objetivo do PRC de manter a integração territorial, como as batalhas com os Nacionalistas ao longo das ilhas costeiras no início da década de 50, a guerra de fronteira em 1962 com a Índia e o conflito com a União Soviética sobre Zhenbao em 1969, além dos conflitos fronteiriços com o Vietnã na década de 80, os conflitos com os Estados Unidos da América na Coreia e Vietnã e as crises no Estreito de Taiwan. (FRAVEL, 2007)

Além da defesa da fronteira, a estabilidade política interna das regiões fronteiriças chinesas formam o conceito de defesa da fronteira para o pensamento militar chinês, com foco na extinção de conflitos étnicos e proteção contra agressão externa, que reflete uma conexão entre segurança externa e estabilidade interna. (FRAVEL, 2007)

The Urumqi Army Academy study on frontier defense, for example, reflects this broad approach. It defines the tasks of frontier defense as 'safeguarding the integrity and security of territorial sovereignty; defending against foreign aggression; maintaining border order and promoting good neighborly relations; [and] ensuring the political stability and economic development of border areas'. (FRAVEL, 2007, p. 710)²⁹

Pelo fato das fronteiras serem muito extensas, elas são descritas como zonas-tampão, e devem ser estáveis para que a Nação seja estável, unificada e bem desenvolvida economicamente. (FRAVEL, 2007)

No pós-Guerra Fria a China fortaleceu a segurança de suas fronteiras, realizando acordos para redução das tropas e resolvendo disputas territoriais com seus vizinhos. Ainda assim, as ameaças à segurança das fronteiras mais discutidas são as disputas com os estados vizinhos, como Índia e Butão, os conflitos relacionados à busca por recursos naturais, ascensão do terrorismo, proliferação nuclear, competição por recursos naturais. (FRAVEL, 2007)

Além disso, as buscas de superpoderes para expansão de sua esfera de influência, como os destacamentos militares estadunidenses na Ásia Central e a expansão de poderes regionais de modo agressivo, podem indicar a causa de conflitos fronteiriços. (FRAVEL, 2007)

29 O estudo da Academia do Exército de Urumqi sobre defesa de fronteira, por exemplo, reflete essa abordagem ampla. Ele define as tarefas de defesa da fronteira como "salvaguardar a integridade e segurança da soberania territorial; defender contra a agressão estrangeira; manutenção da ordem na fronteira e promoção de boas relações de vizinhança; [e] garantir a estabilidade política e o desenvolvimento econômico das zonas fronteiriças". (FRAVEL, 2007, p. 710, traduzido pela autora)

A China faz fronteira com 14 estados, e existe bastante receio por parte do país em relação a força militar desses vizinhos adicionada à sua diversidade política e étnica, ao passo que Rússia e Índia possuem grandes exércitos permanentes e possuem armas nucleares, assim como Paquistão e Coreia do Norte. (FRAVEL, 2007)

Um dos maiores desafios para as forças armadas chinesas é o tamanho da fronteira terrestre do país, que compreende cerca de 22.000 quilômetros, demandando uma divisão equilibrada das tropas para assegurarem as fronteiras e também estarem preparadas para outras possíveis missões.

Outro desafio é o ambiente físico das fronteiras, que limita o país de manter muitas tropas em posições avançadas que possibilitariam respostas rápidas, pois as fronteiras são situadas em planaltos elevados, desertos e florestas tropicas, dificultando a mobilidade das tropas. Além disso, as fronteiras chinesas são as áreas mais pobres, dificultando a mobilidade por conta do fraco desenvolvimento do transporte e o sustento das tropas, devido à pobreza relativa. (FRAVEL, 2007)

The need to maintain internal stability distinguishes frontier defense from border defense. China's ethnic geography as an empire state links political unrest in the frontiers with the defense against external threats, a linkage which sustains the prominence of frontier defense in Chinese military writings in the post-Cold War era. Ethnic unrest receives this attention because the frontiers, which constitute more than half the country, are regions where the authority and legitimacy of the central government has been weak compared to China proper and where neighbors could under certain conditions influence internal affairs, threatening territorial integrity, ethnic stability and regime security. (FRAVEL, 2007, p. 714)³⁰

Nesse sentido, cabe ressaltar que no Brasil a questão da nacionalização das populações indígenas durante o processo de consolidação dos Estados latino-americanos também envolve diferentes povos e conflitos relacionados à territorialidade, como a China. As regiões de fronteiras entre Brasil, Colômbia e Peru, por exemplo, consolidaram-se sobre território de etnias diversas, como os Ticuna e os Matsés. (REIS, 2011)

A situação dos “brasiguaios”, os brasileiros que vivem no Paraguai, também é repleta de tensões, pois muitos são vistos pelos paraguaios como invasores e imperialistas destruidores da cultura local. Autores como José Lindomar Albuquerque afirmam que existe uma invasão brasileira silenciosa do território paraguaio. Os conflitos nesse caso são considerados étnicos e de classe, principalmente, associados ao diferencial do poder entre os dois países.³¹

A persistente instabilidade das fronteiras chinesas está ligada à instabilidade interna, em que grupos étnicos sustentaram laços econômicos mais fortes com seus vizinhos do que com a própria China, ganhando autonomia e impulsionando também a influência dos estados vizinhos dentro do país. Algumas ameaças domésticas que podem causar tensão nas fronteiras são o terrorismo, os fluxos ilegais através das fronteiras e as rebeliões com base étnica ou

30 A necessidade de manter estabilidade interna distingue defesa da fronteira de defesa das fronteiras. A geografia étnica da China como um estado imperial liga a agitação política nas fronteiras com a defesa contra inimigos externos, um vínculo que sustenta a proeminência da defesa fronteiriça nos escritos militares na era pós-Guerra Fria. Conflitos étnicos recebem essa atenção por conta das fronteiras, que constituem mais da metade do país, são as regiões onde a autoridade e legitimidade do governo central tem sido fracas em comparação com o resto da China e onde os vizinhos podiam, sob certas condições, influenciar assuntos internos, ameaçando a integridade territorial, estabilidade étnica e regime de segurança. (FRAVEL, 2007, p. 714, traduzido pela autora)

31 Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/livrariadafolha/758691-pesquisa-em-fronteira-mostra-conflito-entre-brasiguaios-e-paraguaios.shtml>>. Acesso em 24 mai. 2014.

religiosa, que podem ascender contra o governo central e tornarem-se fonte de conflito com os vizinhos, escalando o conflito.

Em 1959, por exemplo, o destacamento de tropas chinesas na fronteira entre China e Índia para conter a revolta do Tibete gerou confrontos com as forças indianas. Além disso, os conflitos étnicos podem atrair forças internacionais hostis, que podem ver tal oportunidade como uma possibilidade de intervenção. Com a contínua migração dos Han do interior do país para as fronteiras, por exemplo, o potencial para conflito étnico persiste.

Para alcançar uma estabilidade interna, a China busca aumentar o policiamento interno e o crescimento econômico, que reduz conflitos étnicos. Uma das campanhas lançadas pela China relacionada ao desenvolvimento econômico em 1999 demonstra o foco para o crescimento e estabilidade social das províncias e regiões de fronteira, chamada “Grande desenvolvimento ocidental”.

Sobre a doutrina para defesa das fronteiras, o PLA apresenta um nacionalismo conservador, e a abordagem defensiva para segurança territorial consolida-se através de campanhas que formam a doutrina operacional central, como a campanha de contra-ataque da área de fronteira, que busca expulsar inimigos que invadiram a fronteira. (FRAVEL, 2007)

The first phase begins with an adversary's initial attack or assault. In this phase, defensive operations are used to create favorable conditions for the counterattack by blocking the enemy's advance, stabilizing the situation in the border area and supporting the deployment of main force units from the interior. Principal tasks in this phase include the defense of key points (yaodian) through positional defense and mobile operations, conducting counter-assaults (fan tuji) as necessary. Numerous descriptions of the campaign note the importance of establishing a mobility corridor (jidong zoulang) to provide cover (yanhu) for units as they deploy to the front. The second phase begins with the counterattack, which is the decisive operation of the campaign for destroying and expelling enemy forces. In the words of one source, it is the 'crux and focal point of the campaign'. As the campaign starts with China in a passive position, the counterattack allows the PLA to seize the initiative on the battlefield through offensive operations. The counterattack begins after main force units have arrived in the theater of operations from the interior, regardless of the progress achieved by defensive operations. The first battle in the counterattack is seen as critical, as this action aims to disrupt the offensive, weaken the enemy's defensive capabilities or force it to adopt a defensive posture. In this battle, China will concentrate forces to target the enemy's own key points of vulnerability. If successful, this attack will 'reverse the course of the battle' (niuzhuan zhanju) and create conditions for 'comprehensive counterattack' (quanmian fanji) to expel the invading force. (FRAVEL, 2007, p. 16)³²

32 A primeira fase começa com ataque inicial de um adversário ou investida. Nesta fase, as operações defensivas são usadas para criar condições favoráveis para o contra-ataque, bloqueando o avanço do inimigo, estabilizando a situação na região de fronteira e apoiando a implantação das principais unidades de força do interior. Principais tarefas nesta fase incluem a defesa dos pontos-chave (yaodian), através de defesa posicional operações móveis, conduzindo a realização de contra-ataques (fan tuji), se necessário. Numerosas descrições da campanha notam a importância de estabelecer um corredor de mobilidade (jidong zoulang) para dar cobertura (yanhu) para unidades na medida que elas são implantadas na frente. A segunda fase começa com o contra-ataque, que é a operação decisiva da campanha para destruir e expulsar as forças inimigas. Nas palavras de uma fonte, é o “ponto crucial e focal da campanha”. À medida que a campanha começa com a China em uma posição passiva, o contra-ataque permite ao PLA tomar a iniciativa no campo de batalha através de operações ofensivas. O contra-ataque começa depois que as principais unidades de forças chegam ao teatro de operações a partir do interior, independentemente dos progressos alcançados pelas operações defensivas. A primeira batalha no contra-ataque é vista como fundamental, pois esta ação tem como objetivo interromper a ofensiva, enfraquecer as capacidades defensivas do inimigo ou forçá-lo a adotar uma postura defensiva. Nessa batalha, China irá concentrar forças para atingir os pontos-chave de vulnerabilidade do inimigo. Se bem sucedido, esse ataque irá “reverter o curso da batalha” (niuzham zhanju) e criar condições para um contra-ataque compreensivo (quanmian fanji) para expelir a força invasora. (FRAVEL, 2007, p. 16, traduzido pela autora)

Um dos desafios dessa campanha é a resposta ao ataque, pois há apenas guarnições levemente armadas permanentemente nas fronteiras, e as unidades ficam baseadas há centenas de quilômetros das fronteiras.

As fronteiras chinesas são defendidas pelo PLA e pelo *People's Armed Police (PAP)*. O PLA é responsável pela defesa externa e segurança pública das fronteiras, também conduzindo ataques preventivos repelindo ataques, enquanto o PAP é responsável pela segurança interna em áreas adjacentes às fronteiras chinesas; pela estabilidade; por esforços de combate ao terrorismo e ao separatismo nas fronteiras; por manter a estabilidade política; por dar assistência ao PLA em tempo de guerra; por vigiar o cumprimento da lei e por manter a segurança portuária e a inspeção fronteiriça em tempos de paz. O PAP mantém tropas de defesa própria nas fronteiras, sob a supervisão do Ministério de Segurança Pública. Cerca de 100.000 tropas do PAP formam a segurança pública das fronteiras, aproximadamente 10% de todo o PAP. (FRAVEL, 2007)

Para a defesa das fronteiras, cerca de 60 regimentos e 9 batalhões formam a força do PLA, sob o comando do distrito militar de nível provincial, em que cada regimento tem cerca de 3 batalhões, com 3 companhias cada, compostos por unidades de infantaria levemente armada. (FRAVEL, 2007)

Para defender a primeira linha, as tropas de defesa de fronteira geralmente estão localizadas a vários quilômetros atrás da fronteira internacional. Em tempos de paz, essas tropas realizam patrulhas de rotina e outras atividades, para impedir a travessia ilegal da fronteira. Em tempo de guerra, são a primeira linha de defesa em um ataque contra as fronteiras. (FRAVEL, 2007)

Na China existem unidades baseadas perto de centros populacionais que conviveram com conflitos étnicos nos anos 90, para deter possíveis revoltas contra o governo. Algumas dessas unidades são localizadas em Xijiang, Tibete, e Tacheng, perto da fronteira com o Cazaquistão, por exemplo.

Um dos avanços da China para a gestão de fronteiras foi o estabelecimento, em 1974, da *State Land Frontier Defense Work Conference*, para transferir a gestão das fronteiras do PLA para os órgãos de segurança pública. Em 1981 foi estabelecido o *Frontier Defense Work Leading Small Group*, que estabeleceu um sistema de divisão de trabalho de liderança unificada, para facilitar a coordenação de diversas organizações. (FRAVEL, 2007)

Além disso, a China busca desenvolver ações preventivas para a defesa das fronteiras e para facilitar a troca de produtos e os fluxos de pessoas, como a construção de estradas de patrulha, instalação de alarmes e cercas de arame farpado, que reduzem as invasões e contrabando. (FRAVEL, 2007)

Cerca de 40 estradas foram construídas, conectando postos de patrulha que antes eram acessados apenas a cavalo, e a infraestrutura de vários postos foi melhorada. Tais medidas melhoram a capacidade de defesa das fronteiras, pois a construção de estradas otimiza a mobilidade do PLA em tempos de conflito, e desenvolvem a coleta de informações, fator determinante para um contra-ataque efetivo e para a prevenção de conflitos. (FRAVEL, 2007)

Sobre a diplomacia chinesa para as fronteiras desde 1990 a China realiza acordos bilaterais voltados à cooperação para a defesa das fronteiras. Em 1999, o país assinou acordo para a

gestão das fronteiras com a Mongólia, em 2001 com Burma³³, em 2002 com Cazaquistão e em 2004 com a Coreia do Norte, impulsionando a confiança mútua entre os Estados sobre o assunto. (FRAVEL, 2007)

Após 2002 o Comitê Central da China adotou o princípio de boa vizinhança como prioridade da política externa, buscando manter relações amistosas com seus vizinhos, “através da estabilização de fronteiras e de modos para promover a construção de confiança mútua.”³⁴ (FREEMAN, 2011, p. 4)

De acordo com Piper Rae Gaubatz, no livro intitulado “*Beyond the Great Wall: Urban Form and Transformation on the Chinese Frontiers*”, para muitos ocidentais a China é uma civilização essencialmente rural e homogênea, mas o país também apresenta uma tradição urbana forte e “regiões heterogêneas de interação multicultural”, principalmente nas fronteiras, onde pessoas com importantes tradições culturais tem contribuído na formação dos espaços urbanos. (GAUBATZ, 1996, p. 1)

Apesar da maioria da população ser Han, muitos povos não-Han (39 de 55) ocupam as regiões de fronteira ocidental, caracterizados por analistas como povos nômades e economicamente e culturalmente inferiores. Entretanto, algumas regiões de fronteira eram habitadas por comunidades agrícolas estabilizadas de povos não-chineses.

Alguns assentamentos indígenas abandonados transformaram-se em espaços urbanos, e com o passar do tempo tornaram-se extremamente multiculturais, pois os povos não-chineses passaram a morar nesses espaços ou próximo a eles.

Dessa maneira, as cidades de fronteira desenvolveram “estilos distintivos, incorporando elementos multiculturais não apenas no seu caráter sociocultural, mas na sua aparência física também.” (GAUBATZ, 1996, p. 2)

Algumas cidades tiveram o cruzamento da cultura muçulmana, chinesa e tibetana, contendo elementos de cada tradição, caracterizando-se como cidades multiculturais.

De acordo com o autor (GAUBATZ, 1996) as fronteiras chinesas continuam a ser muito diferentes do centro da China em aspectos econômicos, culturais, sociais e políticos; apresentando-se como regiões de inovação cultural e desenvolvimento urbano único, mas também como lugares de experiência compartilhada com a China.

No país as fronteiras são “zonas de interação entre estados e nações, e entre governos (estados) que representam a cultura e sociedade de um ou vários povos da área central de um país e outros povos (nações) cujas terras estão localizadas na periferia.” (GAUBATZ, 1996, p. 27)

Nesse sentido, muitos dos conflitos contemporâneos estão relacionados à busca por autonomia de alguns povos em um mundo que é definido por estados que cercam e dividem esses povos.

Em relação à administração das regiões ocidentais de fronteira na China, Gaubatz (1996) afirma que são governadas por unidades autônomas de administração com status de províncias, como regiões, prefeituras e condados, com tratamento diferenciado pois abrigam muitos povos

33 Também conhecida como Mianmar e Birmânia.

34 “*Through border stabilization and ways to promote confidence-building and mutual trust*”. (FREEMAN, 2011, p. 4, traduzido livremente pela autora).

não-chineses. A primeira região autônoma, estabelecida em 1947, foi a Inner Monoglia, seguida por Xinjiang Uygur, Guangxi Zhuang, Ningxia Hui e Tibete.

As relações chinesas com Vietnã e Mianmar apresentam alguns desafios à segurança pública nas regiões de fronteira da China. A província de Yunnan ocupa 390.000 quilômetros quadrados no sudoeste da China, abrigando uma população etnicamente diversa de 45 milhões de pessoas, incluindo minorias de diversos grupos. Por ter 94% de seu terreno montanhoso, Yunnan é um pouco isolada, mas tem sua cultura moldada pelos descendentes Ming e Qing, que lutaram na região durante anos e se instalaram após o fim das hostilidades. (FREEMAN, 2011)

As principais ameaças à segurança na região são “tráfico de pessoas e de drogas e doenças infecciosas (FREEMAN, 2011, p. 66). As principais doenças na região são a tuberculose, malária, HIV/AIDS e *influenza*. Sobre o tráfico de drogas, pode-se afirmar que a China é um ponto de trânsito para drogas como heroína, que vem do Mianmar, e que chega na Europa e nos Estados Unidos conhecida como “Branco chinês.” Além disso, a região tem um histórico de cultivo de papoula e consumo de ópio, e o vício na província trouxe pobreza e miséria, dificultando o desenvolvimento de Yunnan. (FREEMAN, 2011, p. 71)

Em 2011, estimou-se que a produção atual do Triângulo Dourado foi de cerca de 400 toneladas de heroína. Em abril de 2005, China lançou o programa “Guerra do Povo contra as Drogas”, aumentando o orçamento nacional para a luta contra as drogas, construção de clínicas para reabilitação e de programas para combater os suprimentos de heroína e ópio do Mianmar.

Outros desafios à segurança são os conflitos com a Índia por conta de regiões como Aksai China, no Himalaia, e pelo estabelecimento de alianças com Paquistão e Birmânia. Além disso, a China assegurou territórios no Quirguistão, Paquistão, Nepal, Afeganistão e Birmânia. (FOUCHER, 2009)

Todavia, os conflitos territoriais entre China e Índia são constantes. Foucher (2009) afirma que em cinco anos os representantes especiais dos dois países encontraram-se dez vezes, e o grupo de trabalho quinze vezes em vinte anos. Os países competem por acesso aos recursos e mercados e pelo posicionamento no cenário internacional, em que a Índia busca um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), aproximando-se dos EUA; e China alia-se a Paquistão e Mianmar para ser ativa no oceano Índico. Além disso, a China busca abrir rotas de trânsito em direção à Índia no Tibete, e para isso tem impulsionado a integração do mesmo.

Formalmente, as contendas dizem respeito a Aksai Chin, geleira de 3 quilômetros quadrados conquistada em 1962 pelo exército chinês e cuja parte oeste fica na Caxemira, e a Arunachal Pradesh, Estado himalaico de 90 mil quilômetros quadrados, reivindicado por Pequim, que se interessa especialmente pelo setor do monastério de Tawang, lugar de nascimento do sexto dalai-lama e prova, portanto, de seu pertencimento ao Tibete. Na verdade, o que interessa à China é a região de Tawang, que ocupa, na fronteira do Tibete e do Butão, uma posição estratégica importante na via mais direta entre Lassa e Assam, cortada pelo rio Bramaputra, e o porto de Chittagong em Bangladesh. O Butão está sob proteção da Índia. Os especialistas indianos, quando oportuno, lembram a ambiguidade chinesa divulgada por Mao em relação aos limites meridionais: o Tibete é a palma da mão, que possui cinco dedos – Nepal, o estado indiano Siquim, Butão, Ladakh e os Estados fronteiriços do nordeste. (FOUCHER, 2009, p. 36)

Além disso, os armamentos chineses no Tibete, a aliança com o Paquistão e as atividades navais na costa da Birmânia apresentam-se como ameaças para a Índia.

No ano de 1962, Índia e China travaram uma guerra fronteiriça na Linha McMahon, situada na parte leste da fronteira entre os países, com ocupação chinesa durante meses de áreas ao sul da linha. (HEITZMAN;WORDEN, 1995)

Em 1981 iniciaram-se os diálogos sobre essa questão, e na década de 90 negociações e acordos diminuíram as tensões na fronteira entre os países, com Siquim tornando-se um estado indiano. Por localizar-se entre o Nepal e o Butão, o estado possui uma localização estratégica. (HEITZMAN;WORDEN, 1995)

Após a guerra de 1962, China conquistou Aksai Chin, por onde passa a rota principal entre Lassa e Xinjiang, e retirou-se de Arunachal Pradesh. No ano de 1993 China e Índia firmaram acordo de redução das tensões na Linha Atual de Controle (LAC), incentivando algumas medidas de confiança, como aviso antecipado sobre deslocamento de tropas.

Em 2007 encerrou-se a demarcação do limite entre Índia e Nepal, deixando em aberto 54 contendias locais, devido à expulsão de camponeses indianos de Bihar e Uttar Pradesh para regiões baixas do Terai. Buscando evitar infiltrações de ativistas maoístas do Nepal, Índia militarizou a parte ocidental da díade, mobilizando paramilitares e estabelecendo pontos de controle. “Ademais, a Índia mantém, desde a guerra sino-indiana de 1962, uma presença militar no noroeste do Nepal, na região de Kalapani, para vigiar as atividades militares chinesas.” (FOUCHER, 2009, p. 38)

Além disso, existem tensões sobre a Caxemira, pois Índia não reconhece as terras da Caxemira doadas pelo Paquistão para a China. A China também reivindica parte de Arunachal Pradesh, da Índia, e Butão e China tem negociado o estabelecimento de alinhamento de fronteira comum para resolver disputas, principalmente a noroeste do Butão. (FOUCHER, 2009)

Outro desafio para a segurança pública das fronteiras na China é o tráfico sexual e o trabalho forçado, pois a China tem sido um país de destino para essas ações, em que mulheres e crianças são traficadas vindo de países como Vietnã, Laos, Mongólia, Rússia e Coreia do Norte, além de países africanos e europeus. (FOUCHER, 2009)

Além disso, a China representa um ponto de vendas para a heroína produzida no Triângulo Dourado, região do Sudeste e Sudoeste da Ásia. O consumo de drogas sintéticas tem aumentado, e a China é um país de origem para metanfetamina e precursores químicos da heroína, apesar de nova regulamentação sobre a sua grande indústria química. (FOUCHER, 2009)

Em Jilin, província chinesa, o tráfico de drogas é um problema crescente, além do crescente número de norte-coreanos que entram ilegalmente na região, e outros crimes relacionados à fronteira, como contrabando e tráfico de pessoas. A polícia local de fronteira é responsável por conter esses crimes, e alguns avanços tecnológicos como a instalação de câmeras que monitoram as regiões 24 horas e de sensores de fronteiras foram identificados. Outras medidas de segurança em Jilin foram a instalação de equipamentos de comunicação nos veículos da polícia e de um sistema de emergência que pode ser acionado rapidamente em casos extremos, como por exemplo o surgimento de um enorme fluxo de refugiados norte-coreanos. (FREEMAN, 2011)

1.1.3. CARACTERÍSTICAS DAS INTERAÇÕES ENTRE REGIÕES DE FRONTEIRA DA CHINA E RÚSSIA

De acordo com Foucher (2009), China e Rússia passaram três séculos para delimitar suas fronteiras. Em 1689 um tratado de paz acordado após vitória chinesa sobre os russos deu início a um processo longo de delimitação das fronteiras entre os países, que apenas em outubro de 2014 entraram em acordo sobre suas fronteiras comuns.

Em 1858, o tratado de Aigun fixou limite no rio Amur, Heilongjiang, que devia assegurar jurisdição conjunta sobre as terras entre a seção norte-sul do Ussuri, mas foram anexadas pela Rússia em 1860. Dessa maneira, a China perdeu cerca de 1.600 quilômetros de faixa marítima, inclusive a região cuja capital atual é Vladivostok, e tentou várias petições de revisão durante anos. Em 1990, mais de cem anos depois, Gorbatchev retomou as negociações, e propôs um acordo para redução das forças militares e incentivou medidas voltadas para o aumento da confiança na zona fronteira. (FOUCHER, 2009)

Depois de 1991, a diáde sino-soviética se subdividiu, a oeste da Mongólia, em quatro pedaços. As negociações foram retomadas com a fórmula “4+1”, formato composto de duas comissões: uma sobre a redução dos armamentos e das forças – em uma faixa de 100 quilômetros com inspeções conjuntas – e outra sobre a fixação definitiva e a demarcação dos traçados. Essa configuração permitiu o nascimento da Organização de Cooperação de Xangai, com o Uzbequistão incluído como a parte a receber auxílio financeiro, de uma convenção que visava reprimir “o terrorismo, o separatismo e o extremismo”. O tratado sino-russo de 1997 confirmou aqueles assinados em 1858 e em 1860 e foi concluído com um acordo de divisão de cerca de 2.444 ilhas fluviais desabitadas. (FOUCHER, 2009, p. 33)

O comércio fronteiriço entre os países representa 20% do comércio bilateral total, que foi intensificado com a abertura de novos postos, acordos de navegação fluvial e de circulação de pessoas, etc. O aumento da imigração chinesa para a Rússia gerou tensões locais na Rússia, e a abertura em 1992 das cidades fronteiriças chinesas de Heihe, Tongjiang e Suifenhe, além do acesso a Vladivostok, impulsionou o crescimento dos fluxos “em um nordeste da Ásia há muito à margem da livre circulação. (FOUCHER, 2009, p. 35)

Nesse sentido, a China vem praticando aos longos dos anos uma estratégia de crescimento pacífico, de crescimento econômico rápido e de abertura dos espaços fronteiriços; demonstrando seu interesse pelos países vizinhos e por uma posição de negociação privilegiada, “visando garantir ganhos territoriais em que a indecisão dos tratados anteriores e as configurações naturais assim o permitem – sob a perspectiva de controle dos eixos de transporte terrestre e fluvial, de acessos e passagens que são considerados essenciais em sua estratégia geoeconômica de longo prazo.” (FOUCHER, 2009, p. 35)

1.2. FEDERAÇÃO RUSSA: DADOS DEMOGRÁFICOS E SOCIOECONÔMICOS E CONFLITOS FRONTEIRIÇOS

A Rússia tem a fronteira mais longa do mundo, fazendo fronteira terrestre com 14 países, assim como a China. Além disso, tem duas fronteiras marítimas com os Estados Unidos e Japão, que totalizam aproximadamente 38.807 quilômetros. (NIKOLSKY, 2013)

A União Soviética (URSS) mostrou um serviço de guarda de fronteira extremamente poderoso, que controlava as tentativas de invasão por parte de rebeldes anti-soviéticos, aumentando fortemente a militarização das fronteiras.

Atualmente, a Rússia tem 20.241 km de fronteiras terrestres. Somando as fronteiras terrestres com as fronteiras marítimas, a extensão da fronteira russa é de 59.048 km.³⁵ A Rússia faz fronteira terrestre com 14 países, são eles: Noruega (196 km), Finlândia (1.313 km), Lituânia (227 km), Polônia (432 km), Estônia (290 km), Letônia (292 km), Belarus (959 km), Ucrânia (1576 km), Georgia (723 km), Azerbaijão (284 km), Cazaquistão (6.846 km), China (3.605 km a sudoeste e 40 km ao sul), Mongólia (3.441 km) e Coreia do Norte (17,5 km). (CIA, THE WORLD FACTBOOK)³⁶

A Rússia tem uma população total de 143,5 milhões de pessoas, em que aproximadamente metade vive em duas áreas: os distritos federais Volga e Central. O país é também etnicamente diversificado, pois existem mais de 170 grupos étnicos no país, e apesar de que 81% dos cidadãos identificam-se como russos, 3,9% dos russos são Tartars, 1,4% Ucrânicos, 1,2% Bashirs, 1,1% Chuvashs e 1% Chechenos.

Tabela 3 – Dados sobre a Rússia.

População total	143.499.861
PIB (em dólares)	2.097 trilhões
Crescimento anual do PIB (%)	1,3%
Inflação (%)	6,8%
Matrículas no ensino primário (%)	101%
Emissões de CO2 (tonelada métrica per capita)	
Porcentagem da população na linha nacional de pobreza (%)	11%
Expectativa de vida ao nascer (anos)	70
Renda per capita (em dólares)	13.860
Operações do BIRD/AID aprovadas por ano fiscal (em dólares)	110 milhões
Projetos novos e complementares por ano fiscal	2
Resumo dos empréstimos do BIRD (em dólares)	4.300 bilhões
Resumo das contribuições para fundos financeiros intermediários (em dólares)	368 milhões
Porcentagem da população rural com acesso à água potável	92%

Fonte: Banco Mundial, 2013³⁷ / Organização: GUIMARÃES, Samara

35 Disponível em: <<http://www.nationmaster.com/country-info/profiles/Russia/Geography/Land-boundaries>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

36 Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/rs.html>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

37 Disponível em: <<http://data.worldbank.org/country/russian-federation>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

O país tem densidade populacional de 8,4 pessoas por quilômetro quadrado, e 74% da população vive em áreas urbanas, de acordo com o último censo. A Rússia passou por uma forte queda populacional nos últimos 15 anos, de cerca de 1 milhão de pessoas por ano, mas em 2009 houve crescimento populacional, e em 2013 a taxa de fertilidade entre as mulheres também aumentou.³⁸

Em 2013, o Produto Interno Bruto da Rússia foi de aproximadamente 2.097 trilhões (em dólares).³⁹

1.2.1. DADOS DEMOGRÁFICOS SOBRE FRONTEIRAS RUSSAS

Nesse subtópico serão apresentados os dados demográficos sobre as fronteiras russas, como o nome dos países que fazem fronteira com a Rússia, nome dos distritos, quantidade dos distritos e cidades fronteiriças, nome dos municípios fronteiriços, população urbana rural e total dos distritos de fronteira, população urbana e rural dos distritos por sexo.

Serão apresentadas também algumas informações sobre os distritos, como número de habitantes; porcentagem de residentes de áreas urbanas e da população em idade ativa; porcentagem de pessoas empregadas; índice de produção industrial e de produção agrícola.

Na tabela seguinte, serão apresentados os países que fazem fronteira com a Rússia, as repúblicas e províncias (*oblasts*) e regiões que fazem parte da região de fronteira com cada país fronteiriço. Os dados encontrados foram referentes à população urbana e rural total das repúblicas e *oblasts*, e a população total por sexo.

Para construção da tabela a seguir, as seguintes ações foram executadas:

1) Mapeamento dos países que fazem fronteira com a Rússia foram através dos mapas obtidos no *shapefile*⁴⁰, integrados no *StatPlanet*, e no *MapCruzin*⁴¹, que podem ser utilizados livremente, e incluem províncias, estados e mapas com fronteiras administrativas, em formato vetorial geoespacial.

2) Extração dos dados de fronteira, a partir do *VDS TECHNOLOGIES* e *DIVA-GIS*⁴², que disponibilizam GIS – *Geographic Information System*⁴³ livres, obtendo dados como nome dos países, regiões, repúblicas e *oblasts* fronteiriços e população total dessas regiões.

38 Disponível em: <<http://worldpopulationreview.com/countries/russia-population/>>. Acesso em 29 jun. 2014.

39 Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/data/views/reports/tableview.aspx>>. Acesso em 29 jun. 2014.

40 Disponível em: <<http://www.statsilk.com/maps/download-free-shapefile-maps>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

41 Disponível em: <<http://www.mapcruzin.com/search-results.htm?cx=partner-pub-5311970143945864%3A6466443354&of=FORID%3A10&ie=UTF-8&q=china+departments&sa=Search>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

42 Disponível em: <<http://www.diva-gis.org/gdata>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

43 Sistema de Informação Geográfica, em português, voltado para “captura, armazenamento, verificação, análise e visualização de dados relacionados a posições na superfície terrestre.

Tabela 4 – Dados demográficos sobre fronteiras na Rússia.

País de Fronteira	Repúblicas e Províncias fronteiriças (oblasts)	População Urbana e Rural Total das repúblicas e oblasts	População Urbana e Rural Total das repúblicas e oblasts (homens)	População Urbana e Rural Total das repúblicas e oblasts (mulheres)	Regiões fronteiriças
Azerbaijão	Dagestão (república)	2.910.249	1.400.565	1.509.684	Akhtynskiy rayon ⁴⁴ Magaramkentskiy rayon Rutul'skiy rayon Tlyaratinskiy rayon Gordeevskiy rayon Kletnyanskiy rayon Klimovskiy rayon
	Bryansk (província, oblast)	1.27.8217	582.569	695.648	Krasnogorskiy rayon Novozybkovskiy rayon Surazhskiy rayon Zlynkovskiy rayon Nevel'skiy rayon Sebezhskiy rayon
Belarus	Pskov (província, oblast)	673.423	308.652	364.771	Usvyatskiy rayon
	Smolensk província, oblast)	985.537	448.385	537.152	Ershichskiy rayon Khislavichskiy rayon Krasninskiy rayon Monastyrshchinskiy rayon Rudnyanskiy rayon Shumyachskiy rayon Velizhskiy rayon
Cazaquistão	Altai (república)	2.419.755	1.117.455	1.302.300	Burlinskiy rayon Charyshskiy rayon Klyuchevskiy rayon Kulundinskiy rayon Loktevskiy rayon Mikhaylovskiy rayon Rubtsovskiy rayon Slavgorodskiy rayon Tabunskiy rayon Tret'yakovskiy rayon Uglovskiy rayon Zmeinogorskiy rayon
	Astrakhan' (província, oblast)	1.010.073	473.227	536.846	Akhtubinskiy rayon Kharabalinskiy rayon Krasnoyarskiy rayon Volodarskiy rayon

44 Em português o termo corresponde a município, mas costuma ser traduzido como “distrito”, pois é uma subdivisão administrativa do território de alguns países soviéticos. Em inglês, a tradução encontrada no sítio oficial da Comissão Econômica das Nações Unidas para Europa é de “region”, região, em português.

País de Fronteira	Repúblicas e Províncias fronteiriças (oblasts)	População Urbana e Rural Total das repúblicas e oblasts	População Urbana e Rural Total das repúblicas e oblasts (homens)	População Urbana e Rural Total das repúblicas e oblasts (mulheres)	Regiões fronteiriças
	Chelyabinsk (província, oblast)	3.476.217	1.589.976	1.886.241	Bredinskiy rayon Chesmenskiy rayon Kartalinskiy rayon Oktyabr'skiy Troitsk gorod Troitskiy rayon Varnenskiy rayon
	Gorno-Altaysk (província, oblast)	X ⁴⁵	X	X	Kosh-Agachskiy rayon Ust'-Kanskiy rayon Ust'-Koksinskiy rayon
	Kurgan (província, oblast)	910.807	418.042	492.765	Kurtamyshskiy rayon Makushinskiy rayon Petukhovskiy rayon Polovinskiy rayon Pritobol'ny rayon Tselinnyy rayon Zverinogolovskiy rayon
	Novosibirsk (província, oblast)	2.665.911	1.238.997	1.426.914	Baganskiy rayon Chistoozernny rayon Karasukskiy rayon Kupinskiy rayon
	Omsk (província, oblast)	1.977.665	913.129	1.064.536	Cherlakskiy rayon Isil'kul'skiy rayon Nazyvaevskiy rayon Novovarshavskiy rayon Odesskiy rayon Pavlogradskiy rayon Poltavskiy rayon Russko-Polyanskiy rayon Sherbakul'skiy rayon
	Orenburgo (província, oblast)	2.033.072	945.194	1.087.878	Adamovskiy rayon Akbulakskiy rayon

45 O "X" representa que a informação não foi encontrada.

País de Fronteira	Repúblicas e Províncias fronteiriças (oblasts)	População Urbana e Rural Total das repúblicas e oblasts	População Urbana e Rural Total das repúblicas e oblasts (homens)	População Urbana e Rural Total das repúblicas e oblasts (mulheres)	Regiões fronteiriças	
China					Belyaevskiy rayon Dombarovskiy rayon Gayskiy rayon Ilekskiy rayon Kuvandykskiy rayon Kvarkenskiy rayon Novoorskiy rayon Pervomayskiy rayon Sol'-Iletskiy rayon Svetlinskiy rayon Tashlinskiy rayon Yasnenskiy rayon	
		Saratov (província, oblast)	2.521.892	1.152.458	1.369.434	Aleksandrovo-Gayskiy rayon Dergachevskiy rayon Novouzenskiy rayon Ozinskiy rayon Perelyubskiy rayon Piterskiy rayon
		Tyumen'(província, oblast)	3.395.755	1.635.963	1.759.792	Berdyuzhskiy rayon Kazanskiy rayon Sladkovskiy rayon
		Volgogrado (província, oblast)	2.610.161	1.208.447	1.401.714	Pallasovskiy rayon
		Amur (província, oblast)	830.103	393.787	436.316	Staropoltavskiy rayon Arkharinskiy rayon Blagoveshchenskiy rayon Bureyskiy rayon Konstantinovskiy rayon Magdagachinskiy rayon Mikhaylovskiy rayon Shimanovskiy rayon Skovorodinskiy rayon Svobodnenskiy rayon
		Chita (província, oblast)	X	X	X	Tambovskiy rayon Gazimuro-Zavodskiy rayon Kalganskiy rayon Krasnokamenskiy rayon

País de Fronteira	Repúblicas e Províncias fronteiriças (oblasts)	População Urbana e Rural Total das repúblicas e oblasts	População Urbana e Rural Total das repúblicas e oblasts (homens)	População Urbana e Rural Total das repúblicas e oblasts (mulheres)	Regiões fronteiriças
Coréia do Norte					Mogochinskiy rayon Nerchinsko-Zavodskiy rayon Priargunskiy rayon Zabaykal'skiy rayon
		X	X	X	Kosh-Agachskiy rayon
	Gorno-Altay (província, oblast)	X	X	X	
	Khabarovsk (província, oblast)	1.343.869	639.835	704.034	Bikinskiy rayon im. Lazo rayon Khabarovskiy rayon Vyazemskiy rayon
	Primor'ye (província marítima)	X	X	X	Chernigovskiy rayon
					Dal'nerechenskiy rayon Khankayskiy rayon Khasanskiy rayon Khorol'skiy rayon Kirovskiy rayon Lesozavodskiy rayon Oktyabr'skiy Pogranichnyy rayon Pozharskiy rayon Spasskiy rayon Ussuriyskiy rayon
	Yevrey (oblast autônomo)	X	X	X	Birobidzhanskiy rayon Leninskiy rayon Obluchenskiy rayon Oktyabr'skiy Smidovichskiy rayon
	Primor'ye (província marítima)	X	X	X	Khasanskiy rayon
	Leningrado ⁴⁶				Kingiseppskiy rayon
	Estônia				Slantsevskiy rayon
	Pskov (província, oblast)	673.423	308.652	364.771	Pechorskiy rayon Water body

46 Mais conhecida atualmente como São Petersburgo.

País de Fronteira	Repúblicas e Províncias fronteiriças (oblasts)	População Urbana e Rural Total das repúblicas e oblasts	População Urbana e Rural Total das repúblicas e oblasts (homens)	População Urbana e Rural Total das repúblicas e oblasts (mulheres)	Regiões fronteiriças
Finlândia	Carélia (república)	643.548	293.244	350.304	Kaleval'skiy rayon Kostomuksh gorsovet Lakhdenpokhskiy rayon Loukhskiy rayon Muyezerskiy rayon Sortaval' gorsovet Suoyarvskiy rayon
	Leningrado (província, oblast)	1.716.868	797.950	918.918	Vyborgskiy rayon
	Murmansk (província, oblast)	795.409	379.560	415.849	Kandalaksha gorsovet Kol'skiy rayon Kovdorskiy rayon Pechengskiy rayon
	Chechênia (república)	1.268.989	622.557	646.432	Itum-Kalinskiy rayon Shatoyskiy rayon
	Dagestão (república)	2.910.249	1.400.565	1.509.684	Tlyaratinskiy rayon Tsumadinskiy rayon Tsuntinskiy rayon
	Ingushetia (república)	412.529	184.560	227.969	Sunzhenskiy rayon
Georgia	Kabardin-Balkar (república)	859.939	401.775	458.164	Chegemskiy rayon Cherekskiy rayon El'brusskiy rayon
	Karachay-Cherkess (república)	477.859	221.040	256.819	Karachayevskiy rayon Urupskiy rayon
	Krasnodar (província, oblast)	5.226.647	2.423.486	2.803.161	Zelenchukskiy rayon Mostovskiy rayon
	Ossétia do norte (república)	712.980	331.011	381.969	Sochi gorsovet Alagirskiy rayon Irafskiy rayon
					Prigorodskiy rayon Vladikavkaz Krasnogorodskiy rayon
Letônia	Pskov (província, oblast)	673.423	308.652	364.771	Palkinskiy rayon Pechorskiy rayon Pytalovskiy rayon Sebezskiy rayon Krasnoznamenskiy rayon
Lituânia	Kaliningrado (província, oblast)	941.873	442.056	499.817	rayon Nemanskiy rayon Nesterovskiy rayon Slavskiy rayon Sovetsk Svetlogorsk

País de Fronteira	Repúblicas e Províncias fronteiriças (oblasts)	População Urbana e Rural Total das repúblicas e oblasts	População Urbana e Rural Total das repúblicas e oblasts (homens)	População Urbana e Rural Total das repúblicas e oblasts (mulheres)	Regiões fronteiriças
Mongólia	Buryatia (república)	972.021	462.355	509.666	Dzhidinskiy rayon Kyakhtinskiy rayon Okinskiy rayon Tunkinskiy rayon Zakamenskiy rayon Akshinskiy rayon Borzinskiy rayon Krasnochikoyskiy rayon Kyrinskiy rayon Ononskiy rayon Zabaykal'skiy rayon
	Chita (província, oblast)	X	X	X	Kosh-Agachskiy rayon
	Gorno-Altay (província, oblast)	X	X	X	Erzinskiy rayon Kaa-Khemskiy rayon Kyzylskiy rayon Mongun-Tayginskiy rayon Ovyurskiy rayon Tes-Khemskiy rayon
	Tuva (república)	X	X	X	Pechengskiy rayon
Noruega	Murmansk (província, oblast)	795.409	379.560	415849	Bagrationovskiy rayon Nesterovskiy rayon Ozerskiy rayon Pravdinskiy rayon Svetlogorsk Belgorodskiy rayon Borisovskiy rayon Grayvoronskiy rayon Krasnoyaruzhskiy rayon
Polónia	Kaliningrado (província, oblast)	941.873	442.056	499.817	Roven'skiy rayon Shebekinskiy rayon Valuyskiy rayon Veydelevskiy rayon Volokonovskiy rayon Klimovskiy rayon Pogarskiy rayon Sevskiy rayon Starodubskiy rayon Suzemskiy rayon Trubchevskiy rayon
	Belgorod (província, oblast)	1.53.2526	705.214	827.312	
Ucrânia	Bryansk (província, oblast)	1.278.217	582.569	695,648	

País de Fronteira	Repúblicas e Províncias fronteiriças (oblasts)	População Urbana e Rural Total das repúblicas e oblasts	População Urbana e Rural Total das repúblicas e oblasts (homens)	População Urbana e Rural Total das repúblicas e oblasts (mulheres)	Regiões fronteiriças
	Kursk (província, oblast)	1.127.081	510.758	616.323	Belovskiy rayon Glushkovskiy rayon Khomutovskiy rayon Korenevskiy rayon Ryl'skiy rayon Sudzhanskiy rayon Chertkovskiy rayon Donetsk Kamenskiy rayon Krasnosulinskiy rayon Kuybyshevskiy rayon Matveevo-Kurganskiy rayon
	Rostov (província, oblast)	4.277.976	1.979.554	2.298.422	Millerovskiy rayon Neklinovskiy rayon Rodionovo- Nesvetayskiy rayon Tarasovskiy rayon
	Voronezh (província, oblast)	2.335.380	1.066.430	1.268.950	Kantemirovskiy rayon

Fonte: StatPlanet, Vds Technologies, DIVA-GIS, Censo Russo⁴⁷ "Perepis", 2010 e 2011 / Organização: GUIMARÃES, Samara

O Livro *Estatístico da Rússia de 2014*, publicado pelo *Federal State Statistics Service*⁴⁸ será utilizado como fonte de dados sobre os distritos federais de fronteira da Rússia que são entes federados do país. As informações relativas ao PIB dos distritos não foram retiradas desse livro, mas de publicação⁴⁹ do Centro de Estudos Marítimos da Rússia.

O Distrito Federal Central é composto por Belgorod, Bryansk, Vladimir, Voronezh, Ivanovo, Kaluga, Kostroma, Kursk, Lipetsk, Moscou, Orel, Ryazan, Smolensk, Tambov, Tver, Tula e regiões de Yaroslavl, cidade de Moscou, cobrindo um território de 650,2 mil quilômetros quadrados.

Em 2013, a população desse distrito era de 38,7 milhões de pessoas, com 81,7% residentes de áreas urbanas; com parcela da população em idade ativa 60%, com 18,8 milhões de pessoas empregadas; o índice de produção industrial atingiu 101,4%; o índice de produção agrícola foi de 106,6%.

47 Disponível em: <<http://translate.google.com/translate?hl=en&sl=ru&tl=en&u=http%3A%2F%2Fwww.perepis-2010.ru%2F>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

48 Disponível em: <http://www.gks.ru/free_doc/doc_2014/rus14_eng.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2014.

49 Disponível em: <http://www.doria.fi/bitstream/handle/10024/52559/A51_development%20of%20russian%20ports.pdf?sequence>. Acesso em: 21 jun. 2014.

Em 2006, o PIB foi de 7.850.000, e o PIB per capita de 211.000.

Nesse distrito, Belgorod, Bryansk, Kursk e Smolensk são regiões fronteiriças.

O Distrito Federal Noroeste é composto por República de Carélia, República de Komi, Arkhangelsk, Vologda, Kaliningrado, Leningrado, Murmansk, Novgorod e regiões de Pskov, São Petersburgo e área autônoma de Nenetsky. O Distrito Noroeste abrange um território de 1.687 quilômetros quadrados, tem população total de 13,7 milhões de pessoas, em que 83,3% vivem em áreas urbanas. No ano de 2013, a parcela da população em idade ativa foi de 60,6%, com 6,8 milhões de pessoas empregadas. No mesmo ano, o índice de produção industrial atingiu 99,2%, e o de produção agrícola 99,2%.

Nesse distrito, Carélia, Kaliningrado, Leningrado, Murmansk e Pskov são regiões fronteiriças.

O Distrito Federal do Sul possui território de 420,9 quilômetros quadrados, e é composto pela República de Adygea, República de Kalmykia, Krasnodar, Volgograd, Astrakhan e regiões de Rostov. A população total desse distrito é de 13,9 milhões de pessoas, em que 62,6% vivem nas cidades. A população de idade ativa em 2013 foi de 59,2%, com 6,2 milhões de pessoas empregadas.

No mesmo ano, o índice de produção industrial atingiu 104%, e o de produção agrícola 104,4%.

Em 2006, o PIB foi de 1.610.000, e o PIB per capita de 71.000.

Nesse distrito, Krasnodar, Volgograd, Astrakhan e Rostov são regiões fronteiriças.

O Distrito Federal Norte-Caucasiano é composto pela República de Dagestão, República de Ingushetia, República de Kabardino-Balkaria, República de Karashevo-Cherkesia, República de Ossétia do Norte – Alania, República da Chechênia e território de Stavropol. O Distrito tem um território de 170.4 quilômetros quadrados, possui população total de 9,5 milhões de pessoas, em que 49,2% vivem em áreas urbanas e 60,3% está na idade ativa. Em 2012, o total de pessoas que trabalhavam no Distrito era de 3,4 milhões de pessoas; o índice de produção industrial atingiu a porcentagem de 104,5%, e o de produção agrícola 111,6%.

Nesse distrito, Dagestão, República de Ossétia do Norte e Chechênia são regiões de fronteira.

O Distrito Federal Privolzhsky (Volga) é formado pela República de Bashkortostan, República de Marii El, República de Mordovia, República de Tatarstan, República de Udmurtia, República de Chuvashia, território de Perm, Kirov, Nizhny Novgorod, Orenburg, Penza, Samara, Saratov e regiões de Ulyanovsk. O Distrito abrange um território de 1.037 quilômetros quadrados, é formado por uma população total de 29,8 milhões de pessoas, com 71% da população vivendo em áreas urbanas; 59,6% da população está na idade ativa, formando um total de 14,3 milhões de pessoas empregadas. Em 2013 o índice de produção industrial atingiu a porcentagem de 100,5%, e o de produção agrícola 104,33%.

Em 2006, o PIB foi de 3.520.000, e o PIB per capita de 116.000.

Neste distrito, Orenburg e Saratov são regiões de fronteira.

O Distrito Federal dos Urais é composto por Kurgan, Sverdlovsk, Tumen e regiões de Chelyabinsk, área autônoma de Khanty-Mansiysky - Yúgra e área autônoma de Yamalo-Nenetsky.

O Distrito abrange um território de 1.818,5 quilômetro quadrados, possui uma população total de 12,2 milhões de pessoas, com 80,3% vivendo em áreas urbanas. 60,7% da população está na idade ativa, e em 2012 aproximadamente 6,1 milhões de pessoas estavam empregadas. Em 2013, o índice de produção industrial atingiu a porcentagem de 100,8%, e o de produção agrícola 110,7%.

Em 2006, o PIB foi de 3.770.000 e o PIB per capita de 308.296.

Neste distrito, Tumen e Chelyabinsk são regiões de fronteira.

O Distrito Federal Siberiano é composto pela República de Altay, República de Buryatia, República de Tyva, República de Khakasia, territórios de Zabaikalsk e Krasnoyarsk, Irkutsk, Kemerovo, Novosibirsk e regiões de Omsk e Tomsk.

Em 2013 a população total foi de 19,2 milhões de pessoas, com 72,4% vivendo em zonas urbanas. 60,2% da população do distrito encontrava-se na idade ativa, e em 2012 cerca de 9,1 milhões de pessoas estavam empregadas. Em 2013, o índice de produção industrial atingiu a porcentagem de 104,4%, e o de produção agrícola 112,7%.

Em 2006, o PIB foi de 2.390.000, e o PIB per capita de 122.000.

Nesse distrito, Altay, Krasnoyarsk e Omsk são regiões fronteiriças.

O Distrito Federal do Extremo Oriente é formado pela República de Sakha (Yakutia), Kamchatka, territórios de Primorsky e Khabarovsk, Amur, regiões de Magadan e Sakhalin, área autônoma judaica e área autônoma de Chukotka. O Distrito abrange um território de 6.169,3 quilômetros quadrados, possui uma população total de 6,3 milhões de pessoas, em que 75,1% vivem em áreas urbanas. A população total empregada em 2012 foi de 3,3 milhões de pessoas, e 61,9% da população do distrito encontrava-se na idade ativa. Em 2013, o índice de produção industrial atingiu a porcentagem de 102%, e o de produção agrícola 89,9%.

Em 2006, o PIB foi de 981.000 e o PIB per capita de 150.000.

Nesse distrito, Khabarovsk e Amur são regiões de fronteira.

Na fronteira com a Finlândia, 1.340 quilômetros de fronteiras são compartilhados com a Rússia. Na região fronteiriça de Carélia, na das mais periféricas da Finlândia, existe financiamento por parte da União Europeia para promoção de interesses comuns entre Finlândia e Carélia.

A fronteira com a Noruega é uma das mais densamente povoadas em todo o Ártico circumpolar. Cerca de 50.000 pessoas vivem nas imediações da fronteira, cerca de 10.000 no município norueguês Sør-Varanger e 40.000 no município russo Pechenga, separadas por apenas 50 quilômetros.

Na fronteira com a Lituânia, o distrito de Kaliningrado tornou-se enclave russo na Europa após a queda da URSS, uma área cercada por Polônia e Lituânia, membros da União Europeia.

A área fronteiriça entre Rússia e Polônia encontra-se dentro de três regiões administrativas: Pomerania e Warmia-Masuria no lado polonês, e a região de Kaliningrado na Rússia. A cooperação transfronteiriça iniciou após 1990, com a reforma governamental polonesa e criação das comunas, órgãos governamentais locais. A maioria das atividades na região são realizadas por comunidades locais e órgãos governamentais.⁵⁰

50 Disponível em: <<http://exborealux.isd-network.org/border-regio>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

Em Dagestão, os municípios fronteiriços são Akhtynskiy rayon, Magaramkentskiy rayon, Rutul'skiy rayon e Tlyaratinskiy rayon. A população total de Akhtynskiy rayon, de acordo com o censo de 2010, é de 31.598 pessoas⁵¹, a de Magaramkentskiy rayon 62.195 pessoas⁵², a de Rutul'skiy rayon 23.190⁵³ pessoas, e de Tlyaratinskiy rayon 22.165 pessoas⁵⁴.

A oeste e norte Omsk faz fronteira com Tuymen, a leste com Tomsk e Novosibirsk, e a sul e sudoeste com o Cazaquistão. A cidade é multinacional, habitada por russos, ucranianos, *tatars*, e por povos de outras nacionalidades, somando aproximadamente 80 nacionalidades diferentes.

Na Rússia, a expectativa de vida ao nascer em 2012 era de 69,1 anos, e o *Gross National Income* (GNI) per capita foi de 14,461.⁵⁵ Na China, a expectativa de vida ao nascer foi de 73,7 anos no mesmo ano, e o GNI foi de 7,945. Na Índia, a expectativa de vida ao nascer em 2013 foi de 65,8 anos, com GNI de 3,285 per capita.

A porcentagem da população abaixo da linha de pobreza na Rússia em 2010 foi de 13,1% e a porcentagem de desemprego total no país em 2010 foi de 7,5%⁵⁶. Em 2008, a porcentagem de mulheres empregadas foi de 36,9% em relação ao total de pessoas empregadas; em parlamentos nacionais, as mulheres ocupavam 14% dos casos em 2010.

1.2.2. SITUAÇÃO ATUAL DAS FRONTEIRAS NA RÚSSIA

No fim da União Soviética existiam 195 postos de fronteira, e foram abertos mais 78 nos anos 2000. Existe um destacamento de fronteira russo grande, de cerca de 100 quilômetros, e dos 89 entes que compõem a Federação da Rússia, 45 são regiões de fronteira, onde vivem aproximadamente 74 milhões de pessoas. No pós-Guerra Fria, algumas fronteiras tiveram que ser renegociadas, delineadas e demarcadas. (BENNETT, 2002)

Em 2002 existiam 13.500 quilômetros de fronteiras que precisavam ser delineadas pelo país, localizadas na Estônia, Geórgia, Ucrânia, Cazaquistão, Azerbaijão, entre outros.

No período soviético, a fronteira terrestre com a China era muito militarizada. Houveram divisões ideológicas entre os partidos comunistas que incitaram tensões nas regiões de Khanka Lake e Tumgan; tentativas chinesas de conquista de território pela força em Damanskiy Island, Bolshoy Island e Tabarov; e reivindicações chinesas de centenas de quilômetros do território soviético. (BENNETT, 2002)

Uma das preocupações da Rússia sobre as fronteiras com a China no período foi o transbordamento de comerciantes chineses que tentaram instalar-se no Extremo Oriente

51 Disponível em: <<http://www.gazetteering.com/europe/russia/respublika-Dagestão/583791-akhtynskiy-rayon.html>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

52 Disponível em: <<http://www.cyclopaedia.info/wiki/Magaramkentskiy-District>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

53 Disponível em: <http://www.satelliteview.co/?lid=500315_RU_AADM2_17&place=Rutul%27skiy-Rayon-Russia>. Acesso em: 20 jun. 2014.

54 Disponível em: <<http://www.cyclopaedia.info/wiki/Tlyaratinskiy>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

55 Disponível em: <<https://data.undp.org/dataset/Table-I-Human-Development-Index-and-its-components/wxub-qc5k>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

56 Disponível em: <http://www1.unece.org/stat/platform/download/attachments/97358129/UNECE%20-%20MDG_Report_2011.pdf?version=1&modificationDate=1392387932848&api=v2>. Acesso em: 20 jun. 2014.

Russo, em Chita, Amurskaya, Khabarovsk e Primorsky. Todavia, desde 2000 Rússia e China conduzem negociações sobre cooperação para a fronteira dos dois países. (BENNETT, 2002)

Em 1920, Finlândia e Rússia assinaram o Tratado de Tartu, que definiu suas fronteiras. Duas décadas após a assinatura aconteceram dois conflitos entre os países, e a Finlândia perdeu o Istmo da Carélia, territórios a oeste de Merkiarvi, ilhas no Golfo da Finlândia e parte da região do Petsamo e das penínsulas de Rybachiy e Sredniy. (BENNETT, 2002)

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a URSS conquistou doze das ilhas Kuril, no Japão. Em 1995, o Japão quis que Moscou reconhecesse o direito japonês às ilhas. Entretanto, Moscou sugeriu ao Japão que ambos desenvolvessem os territórios conjuntamente. (BENNETT, 2002)

Sobre a fronteira com Lituânia, há poucas desavenças, que estão relacionadas com a demarcação de Kaliningrado e com a fronteira marítima próxima a essa região, que a Rússia gostaria de ter acesso facilitado, mas a Lituânia discorda. (BENNETT, 2002)

Na fronteira com a Mongólia houve contrabando de gado durante anos, e houveram tensões por parte de um movimento nacionalista mongol para a devolução de terras que foram doadas para a Rússia em 1958 pela Mongólia, que formavam cerca de 2.322 km quadrados.

De acordo com o autor (BENNETT, 2002) a Rússia não tem tensões fronteiriças com a Coreia do Norte. Com o regime de Pyongyang, com alto controle da população, a Rússia não enfrentou problemas como imigração ilegal ou contrabando transfronteiriço.

Com a fronteira norueguesa existem negociações sobre a divisão da plataforma continental do Mar de Barents, o controle da pesca em Novaya Zemlya, Spitsbergen e Franz-Joseph Land. (BENNETT, 2002)

O Tadjiquistão tem uma fronteira complicada, e convive com o problema do tráfico de heroína por parte do Afeganistão, que também abrigava islâmicos radicais do Tadjiquistão que tentaram atacar a Rússia algumas vezes. A Rússia criou um sistema de proteção diferenciado no Tadjiquistão, com a instalação de postos avançados nas fronteiras e de sistemas de artilharia e investigação de moradores locais, para descobrir os que apoiavam o tráfico de drogas e os radicais. (BENNETT, 2002)

Sobre a fronteira com a Polônia, não existe discórdia entre os russos e os poloneses, entretanto a Polônia rejeitou tentativas russas constantes de implementação de um sistema de vistos mais simples de rotas da Polônia para Kaliningrado, devido às ambições expansionistas russas do passado. (BENNETT, 2002)

A fronteira com Azerbaijão ainda estava sendo delimitada no ano de 2002. O país disputa áreas de suas fronteiras com a Rússia, e a população de ambos os países parece insatisfeita com o controle, que limita negociações nas fronteiras. (BENNETT, 2002)

Com a Bielorrússia (Belarus) a delimitação das fronteiras foi mais complicada, com manutenção de tropas russas de fronteira no país, para lutar contra migração ilegal e o tráfico de drogas e armas. (BENNETT, 2002)

Rússia e Estados Unidos da América assinaram acordo sobre as fronteiras marítimas de *Barents Sea*, além das zonas econômicas do Oceano Pacífico e Mar Ártico. O acordo foi ratificado pelos EUA em 1991, mas a Rússia ainda não o ratificou. (BENNETT, 2002)

Em 1999 foi acordado entre Rússia e Geórgia a delimitação de 191 km de bordas comuns, e a Geórgia disputa extensões da fronteira com Dagestão e partes de Ossétia do Norte - Alanya. (BENNETT, 2002)

Com o Cazaquistão, a fronteira russa é enorme, de cerca de 7.569 km, e foi estabelecida no período pós-URSS. Os cidadãos dos dois países podem atravessar as fronteiras em qualquer lugar através de estradas e ferrovias, e existe cooperação entre os países para o combate da migração ilegal, tráfico de drogas e contrabando, através dos guardas da fronteira, que também trocam informações e treinamento. (BENNETT, 2002)

Armênia e Rússia não possuem fronteira comum, mas em 1992 foi assinado acordo sobre os guardas de fronteiras russos no país, que recrutam soldados armênios para suas unidades de fronteira. As tropas do FPS (*Federal Border Service*) encontram-se em Oktemberyansk, Artashat, Megry e Gyumrinsk, e tal aliança com a Rússia tranquiliza a Armênia em relação aos conflitos recorrentes com o Azerbaijão na fronteira com Irã, Geórgia e Turquia. (BENNETT, 2002)

Com a Estônia também não existe divergência sobre as fronteiras, que foram delimitadas pela Rússia de 1994 a 1995. Entretanto, a população de língua russa na Estônia pode futuramente gerar tensões relacionadas à sua cidadania e à gestão fronteiriça. (BENNETT, 2002)

A Letônia foi incorporada à URSS, com tensões sobre a anexação da região ABERNE/Pytalovskiy. (BENNETT, 2002)

O fim da União Soviética trouxe vários desafios aos líderes das Tropas de Fronteira, que não sabiam quais estados novos que cercavam a Rússia iriam querer uma independência completa, e como seria o processo de demarcação e estabilização das fronteiras, sem a previsão de quais países iriam requerer seus serviços. (BENNETT, 2002)

As Tropas de Fronteira foram renomeadas como Comitê de Fronteiras do Estado e transferidas para o Ministério de Segurança e Assuntos Internos. Em 1992, o Comitê foi abolido e os guardas da fronteira e Comando Principal das Tropas de Fronteira foram estabelecidos. (BENNETT, 2002)

Em 1993, o número de pessoas cruzando as fronteiras russas aumentou 21 vezes em relação ao período soviético. O *Federal Migration Service* (FMS) foi criado em 1992 para controlar a imigração, com cerca de 4.000 funcionários, formando 114 células de imigração nos postos de controle de fronteiras. Em 1999, cerca de 700.000 estrangeiros viviam na Rússia, muitos ainda de nacionalidade incerta. (BENNETT, 2002)

O Mar Cáspio é um desafio para a Rússia, pois a utilização dos seus recursos naturais ainda não foi estabelecida, e existem divergências sobre dividir o mar em zonas econômicas nacionais ou dividi-lo de modo que todos os países utilizem seus recursos com igualdade de direitos. Os países que são a favor da primeira opção são Azerbaijão e Cazaquistão, enquanto Rússia, Turcomenistão e Irã preferem a segunda. (BENNETT, 2002)

1.2.3. POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS E DESAFIOS

No subtópico anterior, alguns desafios à segurança pública das fronteiras na Rússia foram apresentados, como o transbordamento de comerciantes chineses; conflitos fronteiriços relacionados à demarcação de fronteiras no período pós-URSS; contrabando de armas, animais e produtos; movimentos nacionalistas; imigração ilegal; tráfico de armas e drogas; insatisfação da população fronteiriça com o controle que limita negociações.

Nesse subtópico, serão apresentadas algumas políticas de segurança pública nas fronteiras e outros desafios.

“Os russos mostram a necessidade de propiciar melhoria das capacidades de suas Forças Armadas a fim de torná-las capazes de proporcionar, de forma adequada, a óbvia função de segurança, e a de exercer também um papel geopolítico de significância.” (MACHADO, 2008, p. 111)

Ao destacar a importância das Forças Armadas para assegurar interesses econômicos e o combate ao terrorismo, o autor (MACHADO, 2008) traz à discussão a ampliação do fenômeno, e a conseqüente necessidade de combate, ampliando a atuação das Forças Armadas.

A Rússia mostra claramente que se preocupa com o desenvolvimento de forças militares estrangeiras, principalmente as que se estabelecem e são posicionadas perto de suas fronteiras. Elas são percebidas como ameaças externas. Já a formação de grupos e formações armadas com o objetivo de infiltração e atuação no território russo é considerada uma ameaça transfronteiriça. A segurança, afirma o documento, não poderá ser plenamente alcançada somente por meios políticos. O emprego de forças militares estará sempre presente, haja vista a mudança das formas e métodos político-militares, e a existência de um novo tipo de oposição militar e de combate. (MACHADO, 2008, p. 111)

O governo russo define o terrorismo como uma ameaça transfronteiriça que deve ser combatida pelas Forças Armadas com prioridade. Para isso, as alianças contra o terrorismo internacional também são importantes, e devem ser baseadas nas normas do direito internacional. (MACHADO, 2008)

Um dos maiores desafios enfrentados pela Rússia para a segurança pública de suas fronteiras é o tráfico de drogas. Alguns países vizinhos são tradicionalmente produtores de drogas, com forte tolerância por parte das repúblicas do sul da Rússia.

Alguns soldados baseados no Afeganistão abasteceram cidades russas de maconha constantemente, por exemplo. De 1985 a 1990 foram apreendidas 16 toneladas de drogas por autoridades soviéticas, e muitos membros de organizações responsáveis pelo controle tornaram-se vítimas e usuários de drogas na época.

In 1995, the Russian Border Guards intercepted on the Russian and other CIS borders 2.5 tonnes of what appeared to be soft drugs. In 1996 they intercepted 3.5 tonnes and in 1997, 2.7 tonnes. In spite of improved border protection the drug smuggling

to Russia is increasing. Five tonnes of drugs were intercepted by the Russian border guards on one section of the Russian border in the unfinished year 2001. During the first 11 months of 2001, 26 tonnes of drugs were destroyed on the Russian-Ukrainian border. (BENNET, 2002, p. 146)⁵⁷

Além disso, o tráfico de heroína na fronteira entre Afeganistão e Tadjiquistão configura-se como um grande desafio para a segurança pública das fronteiras, pois representa mais de um quarto de toda droga confiscada na fronteira desses países, representando cerca de 2.429 quilos de um total de 5.477 quilos de drogas. Bennet (2002) afirma também que 50 toneladas de drogas são transportadas pela região de Chelyabinsk.

Além do combate ao tráfico, o FPS também lida com contrabando, tráfico de pessoas, imigração ilegal nas fronteiras, e também protege os recursos encontrados na costa. Para isso, o FPS deve melhorar o diálogo com outros ministérios e organizações para monitorar as áreas fronteiriças, dado os desafios mencionados anteriormente, que não devem diminuir.

O FPS tem aumentado as detenções nas fronteiras, e no ano 2000 interrompeu as ações de 52 pessoas envolvidas em grupos de contrabando e fechou 109 canais de imigração ilegal, proibindo que 72.000 estrangeiros atravessassem as fronteiras russas.

Com a expansão econômica Chinesa, o país passou a ter fronteiras comerciais super dinâmicas. Entretanto, o fluxo de imigrantes chineses ilegais, tanto comerciantes ou trabalhadores, transformou-se numa questão securitizada, pois muitos excederam seus vistos, tornando o controle russo nas fronteiras com a China mais rigoroso.

The FMS had its migration problem areas. These were: Krasnodar kray, where for every legally registered migrant, 3-5 were not registered, Stavropol kray where there were 140,000 migrants but only 63,000 of them were officially registered and the Far Eastern region. In 1999, more than 20,000 Chinese nationals lived illegally in the Ussuriysk region alone. (BENNET, 2002, p. 4)⁵⁸

Em 1993, o *Federal Border Service* (Serviço de Fronteiras na Rússia, em português) foi estabelecido, a partir da divisão da KGB (*Komitet Gosudarstvenno Bezopasnosti*), em que as tropas de guarda de fronteiras tornaram-se um serviço independente, com o objetivo de “proteger as fronteiras estaduais, águas territoriais, plataforma continental, zonas econômicas especiais, e implementar as políticas de fronteira do Estado.” (BENNET, p. 5)

Dez anos depois, Vladimir Putin subordinou o serviço ao FSB (*Federal Security Service* - Serviço Federal de Segurança da Federação Russa, em português) e marcou uma tentativa inicial de desmilitarização das fronteiras, focando na aplicação da lei.

57 Em 1995, os guardas de fronteira russos interceptaram nas fronteiras russas e outras fronteiras CIS 2,5 toneladas do que pareciam ser drogas leves. Em 1996, eles interceptaram 3,5 toneladas e, em 1997, 2,7 toneladas. Apesar da melhoria da proteção das fronteiras, o tráfico de drogas para a Rússia está aumentando. Cinco toneladas de drogas foram interceptadas pelos guardas fronteiriços russos em uma seção da fronteira da Rússia antes de terminar o ano de 2001. Durante os primeiros 11 meses de 2001, 26 toneladas de drogas foram destruídas na fronteira russo-ucraniana. (BENNET, 2002, p. 146)

58 O FMS teve áreas de problemas com a migração. Estas foram: Krasnodar kray, onde para cada migrante legalmente registrado, 3-5 não foram registrados, Stavropol kray onde havia 140.000 imigrantes, mas apenas 63.000 deles foram oficialmente registrados e região do Extremo Oriente. Em 1999, mais de 20.000 cidadãos chineses viviam ilegalmente na região de Ussuriysk. (BENNET, 2002, p. 4, traduzido pela autora)

O serviço continua a ser militarizado apenas em alguns trechos individuais da fronteira, incluindo o conturbado norte do Cáucaso, partes da fronteira com a China (em caráter temporário) e em três países que contam com a Rússia para a proteção de suas fronteiras: Armênia, Abkhazia e Ossétia do Sul. No resto da fronteira o princípio “linear” anterior (ou seja, guardando todo o trecho, sem intervalos), foi abandonado em favor de proteger apenas as seções mais importantes do mesmo. Além disso, a ênfase está agora em inteligência, reconhecimento e tecnologia ao invés de numerosas botas no solo. Como parte da reforma, o serviço de fronteira fez a transição para uma estrutura territorial. (NIKOLSKY, 2013, p. 1)

Sobre a estrutura atual do Serviço de Fronteiras na Rússia, Nikolsky (2013) afirma que existem diversos diretórios regionais responsáveis pela defesa das fronteiras, e a antiga estrutura de comando, que era formada por uma estação de fronteira, unidade de fronteira e distrito de fronteira, foi substituída por estações de cruzamento de fronteiras e diretórios de fronteiras.⁵⁹

Os projetos da FSP serão estudados mais detalhadamente nos próximos capítulos, que apresentará a efetividade dos planos, programas, ações e projetos da Rússia para a segurança pública de suas fronteiras.

A Equipe Principal do FPS é responsável pela guarda de fronteiras, unidades navais e de aviação de fronteiras, órgãos de inteligência, departamentos, controle de fronteira, segurança educacional, etc. (BENNETT, 2002)

A princípio foram estabelecidos 11 Diretórios Regionais (sigla RD, em inglês) do FPS: *Arctic RD, Far Eastern RD, Transbaykal RD, Western RD, Kaliningrado RD, Northeast RD, Northwest RD, North Caucasus RD, Pacific RD, Southeast RD* e *Caucasus Special RD*. Foram criadas direções regionais também no Tadjiquistão, Armênia e Quirguistão, e na cidade de Chelyabinsk.

Algumas organizações federais como o Ministério da Agricultura e o Ministério dos Recursos Naturais também realizaram suas próprias ações nas fronteiras, tornando o controle das fronteiras mais complicadas, em que o FPS tinha que cooperar com diversas estruturas de poder.

A marinha russa é responsável pela proteção das fronteiras marítimas do país, que tem cerca de 200 km de extensão. A marinha emprega 1.600 pessoas, e diariamente 80 embarcações vão para o mar.

Uma das condições de segurança nacional é a proteção das fronteiras estaduais da Rússia, que tem como principais ameaças à segurança e aos interesses fronteiriços a possibilidade de conflitos armados próximo às fronteiras. As principais ameaças às fronteiras são o terrorismo internacional e as organizações extremistas, o crime organizado, narcotráfico e a imigração ilegal.

Uma das deficiências da Rússia nessa área é a infraestrutura insuficiente das fronteiras e a falta de equipamento tecnológico adequado. Para resolver tais problemas, é necessário desenvolver as fronteiras com alta tecnologia, que impulsiona “complexos fronteiriços multifuncionais, principalmente nas fronteiras com a República do Cazaquistão, Ucrânia,

59 Projetos da FSP disponíveis em: <<http://www.mdb.cast.ru/mdb/2-2013/item4/article1>>. Acesso em: 20 mai. 2014.

Geórgia e Azerbaijão. (RUSSIA'S NATIONAL SECURITY STRATEGY TO 2020, 2009)⁶⁰. O colapso da União Soviética deu oportunidades à China de expandir sua presença na Ásia Central e trouxe também possíveis ameaças à sua segurança, pois a China faz fronteira com Cazaquistão, Tadjiquistão e Quirguistão. Além disso, a instabilidade do Afeganistão e a presença dos EUA também ameaçam a segurança da República Popular da China, devido às novas ameaças trazidas pelo Afeganistão, como o terrorismo internacional e o radicalismo islâmico e o tráfico de drogas como heroína e ópio no território de Xinjiang, envolvendo regiões russas.

Com essas ameaças, China intensificou a cooperação com a Rússia em questões relativas à segurança, que se intensificaram com a ascensão de Vladimir Putin na Rússia. Em junho de 2001 foi estabelecida uma parceria entre ambos os países, chamada *Shanghai Cooperation Organization* (SCO, em inglês), que possibilitou a assinatura de convenções contra o terrorismo, extremismo e separatismo, aproximando os países e chamando a atenção de outros para a causa. (PARAMONOV; STOLPOVSKI, 2008, p. 7)

Ainda sobre a política externa russa, destacam-se as relações com os países do sudeste asiático, em particular Paquistão, Índia e Afeganistão, de acordo com o documento *Russian Foreign Policy Concept*, publicado em 2008, que identifica os interesses da política externa do país. A Índia destaca-se como parceiro estratégico, Afeganistão como vizinho próximo e Paquistão como poder regional.

Com a ameaça do terrorismo e do tráfico de heroína no Afeganistão, Vladimir Putin afirmou em artigo publicado pelo *Moscow News* que os interesses russos incluem a construção de um desenvolvimento “pacífico e estável com Afeganistão, e uma campanha efetiva contra as drogas.”⁶¹

Para lidar com essas e outras ameaças impostas pelo sudeste asiático, a Rússia busca manter relações próximas com a região, fomentando também a integração da mesma, importante para o crescimento econômico do país. Além disso, Rússia utiliza instrumentos militares diversos, e tem mantido sua presença no Oceano Índico periodicamente.

Com a Índia, a Rússia busca uma parceria estratégica, e mantém relações em diferentes níveis, visando o fortalecimento da cooperação em diversas áreas, com foco na cooperação econômica.

Além disso, vale salientar a importância do trio quarteto BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), que fortalecem o diálogo entre esses países e impulsionam o desenvolvimento dos mesmos.

60 Disponível em: <http://mercury.ethz.ch/serviceengine/Files/ISN/154915/ipublicationdocument_singledocument/2911bb65-361f-4960-bd03-42a8659ba525/en/Russia%27s+National+Security+Strategy+to+2020+-+Rustrans.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2014.

61 Disponível em: <<http://www.mn.ru/politics/20120227/312306749.html>>. Acesso em: 20 mai. 2014.

1.3. ÍNDIA: DADOS DEMOGRÁFICOS E SOCIOECONÔMICOS E CONFLITOS FRONTEIRIÇOS

Índia possui 14.103 km de fronteiras terrestres com sete países, são eles: Afeganistão, Paquistão (2.912 km), Bangladesh (4.053 km), Mianmar (1.463 km), China (3.380 km), Butão (605 km) e Nepal (1.690 km). O país tem uma localização estratégica, e possui uma população de mais de um bilhão de pessoas com diversas origens culturais.

A Índia é dividida em 28 estados e 7 territórios da união⁶², são eles: Ilhas Andaman e Nicobar, Andhra Pradesh, Arunachal Pradesh, Assam, Bihar, Chandigarh, Chhattisgarh, Dadra e Nagar Haveli, Daman e Diu, Délhi, Goa, Gujarat, Haryana, Himachal Pradesh, Jammu e Caxemira, Jharkhand, Karnataka, Kerala, Lakshadweep, Madhya Pradesh, Maharashtra, Manipur, Meghalaya, Mizoram, Nagaland, Odisha, Puducherry, Punjab, Rajastão, Sikkim, Tamil Nadu, Tripura, Uttar Pradesh, Uttarakhand e West Bengal.⁶³

O censo feito na Índia em 2011 provê os seguintes dados sobre os estados fronteiriços: número de habitantes, crescimento populacional, proporção sexual, distribuição da população, taxa de crescimento, densidade populacional, população com 0 a 6 anos, número de alfabetizados por estado e distritos, ranking de distritos pelo tamanho da população.

O Ministério de Estatísticas e Implementação do Programa⁶⁴ possibilita visualizações dos dados do Censo da Índia e dos estados indianos, mas não existem dados específicos sobre as regiões de fronteira.

62 Os territórios da união são divisões administrativas subnacionais indianas, governados diretamente pelo governo federal, diferentemente dos estados indianos, que tem seus próprios governos eleitos. Disponível em: <<http://www.mha.gov.in/unio.htm>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

63 Disponível em: <<http://www.nationmaster.com/country-info/compare/China/India>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

64 Disponível em: <http://mospi.nic.in/Mospi_New/upload/SYB2014/index1.html>. Acesso em: 20 jun. 2014.

Tabela 5 – Dados sobre a Índia.

População total	1.252 bilhões
PIB (em dólares)	1.877 trilhões
Crescimento anual do PIB (%)	5%
Inflação (%)	10,9%
Matrículas no ensino primário (%)	113%
Emissões de CO2 (tonelada métrica per capita)	1,7
Porcentagem da população na linha nacional de pobreza (%)	21,9%
Expectativa de vida ao nascer (anos)	66
Renda per capita (em dólares)	1.570
Operações do BIRD/AID aprovadas por ano fiscal (em dólares)	5.109 bilhões
Projetos novos e complementares por ano fiscal	17
Resumo dos empréstimos do BIRD (em dólares)	15,81 bilhões
Resumo das contribuições para fundos financeiros intermediários (em dólares)	65,89 milhões
Porcentagem da população rural com acesso à água potável	91%

Fonte: Banco Mundial, 2013⁶⁵ / Organização: GUIMARÃES, Samara

1.3.1. DADOS DEMOGRÁFICOS E SOCIOECONÔMICOS SOBRE FRONTEIRAS INDIANAS

Nesse subtópico serão apresentados dados referentes a regiões de fronteira da Índia, obtidos através do censo realizado na Índia 2011. No caso da Índia, não foi criada uma tabela para visualização desses dados pois o sítio oficial do censo indiano⁶⁶ não apresenta os dados de maneira padronizada, sendo necessária a realização de pesquisa sobre cada distrito, estado e cidade de fronteira.⁶⁷

Serão apresentados dados sobre os Estados que fazem fronteira com cada um dos sete países que compartilham fronteira terrestre com a Índia, com foco no lado indiano. Alguns dados como nome dos estados que fazem fronteira com os sete países e nome dos distritos fronteiriços serão exibidos.⁶⁸ Além disso, serão apresentados dados sobre os estados indianos fronteiriços, como população, crescimento populacional, densidade populacional e quantidade de homens e mulheres alfabetizados, extraídos do censo indiano de 2011. Os dados sobre IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), entretanto, foram extraídos de documento publicado no sítio do Ministério das Finanças indiano. Como o IDH de poucos estados foi identificado, também não foi criada tabela.⁶⁹

65 Disponível em: <<http://data.worldbank.org/country/india>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

66 Disponível em: <<http://censusindia.gov.in/>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

67 No Portal de Dados da Organização das Nações Unidas, é possível encontrar mais algumas informações sobre as fronteiras da Índia. Em 2011, o número de turistas que chegaram nas fronteiras nacionais do país foi de 6.309 pessoas, excluindo residentes nacionais. Em 2010, 5.776 turistas atravessaram as fronteiras indianas, e em 2005, 3.919.

68 O documento “*Inequality-adjusted Human Development Index for Indian's States*”, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em 2011 traz mais dados socioeconômicos sobre os estados indianos. Disponível em: <http://www.in.undp.org/content/dam/india/docs/inequality_adjusted_human_development_index_for_indias_state1.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2014.

69 Disponível em: <<http://indiabudget.nic.in/es2011-12/echap-13.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

Os dados sobre o PIB dos estados também não foram retirados do censo indiano, mas da Comissão de Planejamento do Governo da Índia, e serão apresentados em tabela.⁷⁰

Os dados sobre estados que fazem fronteira com mais de um país, como o caso de Assam, que faz fronteira com Bangladesh e Butão, por exemplo, não serão apresentados repetidamente, mas serão citados os distritos e cidades de fronteira desses estados com os respectivos países.

Os Estados indianos que fazem fronteira com *Bangladesh* são: Assam, Meghalaya, Mizoram, Tripura e West Bengal.

Em Assam, os distritos que fazem fronteira com Bangladesh são Cachar, Dhuburi e Karimganj; e as cidades são Silchar, Gauripur e Karimganj. A população do estado é de 31.169.272 pessoas, formada por 15.954.927 homens e 15.214.354 mulheres. Entre 2001 e 2011, o crescimento populacional total foi de 16,93%, com o aumento de 2.177.890 homens e 2.335.854 mulheres. A densidade da população por quilômetro quadrado é de 397 pessoas; a população de 0 a 6 anos é de 4.511.307 pessoas, o número de alfabetizados é de 19.507.017 pessoas, em que 10.756.937 são homens e 8.750.080 são mulheres.⁷¹ Em 2007-2008, o IDH do estado foi 0,444.

Em *Meghalaya*, os distritos que fazem fronteira com Bangladesh são East Khasi Hills, Jaintia Hills, South Garo Hills, West Garo Hills e West Khasi Hills; e as cidades são Shillong, Jowai, South Garo Hills, Tura e Nongstoin.

A população total de Meghalaya é de 2.964.007 pessoas, em que 1.492.668 são homens, e 1.471.339 são mulheres. O crescimento populacional de 2001 a 2011 foi de 27,82%, com o aumento absoluto de 645.185 pessoas. A densidade populacional é de 132; a população de 0 a 6 anos é de 555.822 crianças. O número de alfabetizados é de 1.817.761 pessoas, onde 934.091 são homens e 883.670 (77,17%) são mulheres (73,78%), representando um total de 75,48% da população.⁷²

Em *Mizoram*, os distritos que fazem fronteira com Bangladesh são Lawngtlai, Lunglei e Mamit; e as cidades são Chawngte, Tiabung e Mamit. A população do estado é de 1.097.206 pessoas, formada por 555.339 homens e 541.867 mulheres. A população rural é de 525.435 pessoas, em que 269.135 são homens e 256.300 são mulheres; a população urbana é de 571.771 pessoas, em que 286.204 são homens e 285.567 são mulheres. A densidade populacional é de 52 pessoas por quilômetro quadrado; com população de 0 a 6 anos de 168.531 crianças. Na região 848.175 pessoas são alfabetizadas, em que 438.529 são homens e 409.646 mulheres. A taxa de alfabetização do estado é de 91,33%, em que a população rural alfabetizada representa 84,1%, e a urbana 97,63%.⁷³

Em *Tripura*, os distritos que fazem fronteira com Bangladesh são Dhalai, North Tripura, South Tripura, West Tripura, e as cidades são Kailashahar, Kamalpur, Dharmanagar, Amarpur, Belonia, Sabrum, Agartala, Khowai e Sonamura. No estado de Tripura, a população total é de 36.71.032 pessoas. O crescimento populacional entre 2001 e 2011 foi de 14,75%, representando um total

70 Disponível em: <<http://planningcommission.nic.in/data/datatable/0306/table%20168.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

71 Disponível em: <http://www.censusindia.gov.in/2011-prov-results/data_files/assam/Paper-I-I.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2014.

72 Disponível em: <http://censusindia.gov.in/2011-prov-results/data_files/meghalaya/meghalaya%20figure_at_a_glance.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2014.

73 Disponível em: <http://censusindia.gov.in/2011census/censusinfodashboard/stock/profiles/en/IND015_Mizoram.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2014.

de 471.829 pessoas, em que 229.642 (13,98%) são homens e 242.187 (15,55%) mulheres. A população de 0 a 6 anos é de 444.055 crianças, onde 227.354 são do sexo masculino e 216.701 do sexo feminino. Em 2011, 87,75% da população do estado era alfabetizada, onde 92,18% eram homens e 83,15% mulheres.⁷⁴ Entre os 4 distritos do estado, a maior taxa de crescimento da população foi no distrito de Dahlai (22,8%) e a menor em West Tripura (12,5%).⁷⁵

Em *West Bengal*, os distritos que fazem fronteira são Dakshin Dinajpur, Darjiling, Jalpaiguri, Kochbihar, Maldah, Murshidabad, Nadia, North 24 Parganas, Uttar Dinajpur; e as cidades são: Balurghat, Siliguri, Jalpaiguri, Dinhata, Mathabhanga, Mekhliganj, Tufanganj, Maldah, Baharampur, Jangipur, Murshidabad, Krishnanagar, Ranaghat, Bangaon, Basirhat, Islampur, Raiganj.

A população total de West Bengal é de 91.347.736 pessoas, em que 62.213.676 vivem em áreas urbanas, e 29.134.060 em áreas rurais. A porcentagem de crescimento de 2001 a 2011 da população total foi de 13,93%, com aumento de 7,73% da população rural e 29,9% da população urbana.⁷⁶ No estado 34.508.159 homens são alfabetizados, em que 22.298.022 vivem na zona rural e 12.210.137 vivem na zona urbana; 28.106.397 mulheres são alfabetizadas, 17.600.165 mulheres vivem na zona rural e 10.506.232 vivem na zona urbana. O total de pessoas alfabetizadas representa 77,08% da população, em que 72,97% são da zona rural e 85,54% da zona urbana.⁷⁷ Em 2007-2008, o IDH de West Bengal foi 0.492.

Os estados indianos que fazem fronteira com *Butão*, são: Arunachal Pradesh, Assam, Sikkim e West Bengal.

Em *Arunachal Pradesh*, os distritos que fazem fronteira com *Butão*, são: Tawang e West Kameng, e as cidades são Tawang e Bomdila. A população total de Arunachal Pradesh é de 1.382.611 pessoas, em que 1.069.165 (77,33%) vivem na zona rural e 313.446 (22,67%) vivem na zona urbana. Em uma década (de 2001 a 2011), o crescimento populacional foi de 25,92%, com crescimento de 22,88% da população rural e 37,55% da população urbana. No estado vivem 720.232 homens, em que 554.304 vivem na zona rural e 165.928 na zona urbana. A população masculina aumentou 24,19% em uma década, com crescimento de 21,91% de homens na zona rural e 32,47% na zona urbana. A população feminina é de 662.379 habitantes, em que 514.861 pessoas vivem na zona rural e 147.518 na zona urbana. A população feminina aumentou 27,87% em uma década, com 23,94% de mulheres vivendo na zona rural e 43,75% na zona urbana.⁷⁸

Em Assam, os distritos que fazem fronteira com *Butão*, são: Barpeta, Bongaigaon, Darrang, Kokrajhar e Nalbari; e as cidades são Barpeta, Kokrajhar, Mangaldai e Nalbari.

Em *Sikkim*, os distritos que fazem fronteira com *Butão*, são: East e North Sikkim, e a cidade é Gangtok. Sikkim tem cerca de 607.688 habitantes, em que 321.661 são homens e 286.027 são mulheres. A porcentagem de crescimento populacional, de 2001 a 2011 foi de 12,36%, e a densidade populacional por quilômetro quadrado foi de 86 em 2011.⁷⁹ Além disso, Sikkim é o menos populoso estado indiano, e tem a única fronteira aberta entre Índia e China.⁸⁰

74 Disponível em: <http://censusindia.gov.in/2011-prov-results/prov_data_products_tripura.html>. Acesso em: 25 jun. 2014.

75 Disponível em: <http://censusindia.gov.in/2011-prov-results/data_files/tripura/2.Major%20highlights%20of%20the%20Census%202011.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2014.

76 Disponível em: <http://censusindia.gov.in/2011-prov-results/paper2/data_files/wb/4-pop-7-16.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2014.

77 Disponível em: <http://censusindia.gov.in/2011-prov-results/paper2/data_files/wb/7-admin_unit-45.pdf>

78 Disponível em: <http://censusindia.gov.in/2011-prov-results/paper2/data_files/ARN/3-pop-4-8.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2014.

79 Disponível em: <http://censusindia.gov.in/2011-prov-results/data_files/sikkim/table1.xls>. Acesso em: 25 jun. 2014.

80 Disponível em: <<http://sikkimpolice.nic.in/>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

Em 2011, o número de pessoas alfabetizadas em Sikkim era de 449.294 pessoas, excluindo crianças de 0 a 6 anos; onde 253.364 são homens e 195.930 são mulheres. A taxa de alfabetização em 2011 foi de 82,2%, com 87,3% dos homens alfabetizados e 76,43% das mulheres. No Distrito Norte, em Sikkim, a população total em 2011 era de 43.354 pessoas; no Distrito Oeste era de 136.229; no Distrito Sul de 146.742 e no Distrito Leste de 281.293 pessoas.⁸¹

Em West Bengal, os distritos que fazem fronteira com Butão, são: Darjiling e Jalpaiguri; e as cidades são Kalimpong, Alipur Duar e Jalpaiguri.

Os estados indianos que fazem fronteira com a *China*, são: Arunachal Pradesh, Himachal Pradesh, Jammu e Caxemira, Sikkim e Uttaranchal⁸².

No estado de Arunachal Pradesh, os distritos indianos fronteiriços são Kurung Kumey, Lohit, Lower Dibang Valley, Tawang, Upper Dibang Valley, Upper Siang, Upper Subansiri, West Kameng e West Siang; e as cidades são Itanagar, Tezu, Amini, Tawang, Along, Daporijo e Bomdila.

No estado de *Himachal Pradesh*, os distritos indianos fronteiriços são Kinnaur, Lahul e Spiti; e as cidades são Morang, Puh, Sangla e Spiti. A população total de Himachal Pradesh é de 6.856.509 habitantes, em que 3.473.892 são homens e 3.382.617 mulheres. Entre 2001 e 2011 o crescimento populacional foi de 12,81%; e a densidade populacional por quilômetro quadrado é de 123.⁸³ No estado, a taxa de alfabetização total em 2011 foi de 83,78%, com 90,83% dos homens e 76,6% das mulheres alfabetizadas.⁸⁴ O número de crianças de 0 a 6 anos em Himachal Pradesh é de 763.864, em que 400.681 são homens e 363.183 mulheres. A taxa de alfabetização entre as crianças é de 83,78%, em que 90,83% são do sexo masculino e 76,6% do sexo feminino.⁸⁵

Em *Jammu e Caxemira* o distrito indiano que faz fronteira é Ladakh (Leh). O estado de Jammu e Caxemira possui uma população total de 12.548.926 pessoas, em que 6.665.561 são homens e 5.883.365 mulheres. A porcentagem de crescimento populacional entre 2001 e 2011 foi de 23,71%; a proporção sexual de 883 mulheres para cada 1.000 homens, e a densidade populacional de 124.⁸⁶ O número de crianças de 0 a 6 anos em 2011 foi de 2.008.642, em que 1.080.662 eram do sexo masculino e 927.980 do sexo feminino. 7.245.053 foi o número de alfabetizados no estado, em que 4.370.604 eram homens (78,26%) e 2.874.449 mulheres (58,01%); representando uma taxa de alfabetização de 68,74%.⁸⁷

Em Sikkim, os distritos são East e North Sikkim, e a cidade é Gangtok.

Em *Uttaranchal*, os distritos são Chamoli, Pithoragarh, e Uttarkashi, e as cidades são Joshimath, Dharchula, Munsyari e Bhatwari. A população de Uttaranchal em 2001 era de 8.489.349 pessoas, com crescimento de 23,2% em uma década. A população é predominantemente rural, pois 82,8% das pessoas moram no campo; a proporção de mulheres para cada 1.000 homens é de 943; a taxa de alfabetização da população é de 63,4%, com 77,3% dos homens alfabetizados e 48,7% das mulheres. 74,5% da população com 5 a 14 anos está matriculada na escola; a

81 Disponível em: <http://censusindia.gov.in/2011-prov-results/prov_data_products_sikkim.html>. Acesso em: 25 jun. 2014.

82 Também conhecido como Uttarakhand.

83 Disponível em: <http://censusindia.gov.in/2011-prov-results/data_files/himachal/Table1.xls>. Acesso em: 25 jun. 2014.

84 Disponível em: <http://censusindia.gov.in/2011-prov-results/data_files/himachal/TD2.xls>. Acesso em: 25 jun. 2014.

85 Disponível em: <http://censusindia.gov.in/2011-prov-results/data_files/himachal/Table4.xls>. Acesso em: 25 jun. 2014.

86 Disponível em: <http://censusindia.gov.in/2011-prov-results/data_files/J&K/Annexure%20I.xls>. Acesso em: 26 jun. 2014.

87 Disponível em: <http://censusindia.gov.in/2011-prov-results/data_files/J&K/Annexure%20IV.xls>. Acesso em: 26 jun. 2014.

porcentagem de trabalhadores em relação à população total é 37,5%, formando um total de 569.304 trabalhadores, em que os homens representam 45,6% do total e as mulheres 29%.⁸⁸ Em 2007-2008, o IDH do estado foi 0.490.

Com *Mianmar*, os estados indianos que fazem fronteira, são: Arunachal Pradesh, Manipur, Mizoram e Nagaland.

No estado de Arunachal Pradesh, os distritos indianos que fazem fronteira são Changlang, Lohit e Tirap; e as cidades são Tezu e Tirap.

No estado de *Manipur*, os distritos que fazem fronteira são Chandel, Churachandpur e Ukhrul; as cidades são Chakpikarong, Tengnoupal, Thanlon, Thinghat, Chingai, Kamjong, Kasom Khullen e Ukhrul Central. De acordo com o sítio da polícia de Manipur⁸⁹, o estado situa-se próximo ao Triângulo Dourado, formado por Mianmar, Laos e Tailândia, e também compartilha uma borda porosa com Mianmar, uma região montanhosa que facilita a circulação de traficantes de drogas. No estado existe um órgão chamado “Narcóticos e Assuntos de Fronteiras” que tem como objetivo de lidar primordialmente com crimes relacionados ao tráfico de drogas, contrabando de armas e infiltração de estrangeiros.

O “Narcóticos e Assuntos de Fronteiras” foi criado em 1987, e até 2006 foi capaz de apreender as seguintes substâncias psicotrópicas no estado de Manipur: Heroína (36.108 Kgs e 351 mgs), Ópio (34.217 kgs e 130 mg), Ganja⁹⁰ (27.202.459 kgs), Metanfetamina (400 tabletes), ampolas Diazepam (1644), Phensedyle (13.776 garrafas), Relipen Tabs (75.000), Spasmo Proxixon (4.448 cápsulas), Nitrosun (4.000 tabletes) e Cilindro de gás vazio modificado (10). Além disso, foram registrados 1.829 casos relacionados e 2.249 pessoas foram presas. O órgão também foi responsável pela destruição de diversas plantações de maconha, heroína e ópio, somando cerca de 78.405kg das drogas mencionadas.

A população de *Manipur* é de 2.721.756 pessoas, em que 1.369.764 são homens e 1.351.992 mulheres. A porcentagem de crescimento da população entre 2001 e 2011 foi de 18,65%, e a proporção de mulheres para 1.000 homens é de 987. A densidade por quilômetro quadrado é de 122 pessoas, de acordo com censo realizado na Índia em 2011.⁹¹ A taxa de alfabetização do estado é de 79,85%, em que 86,49% são homens e 73,17% são mulheres.⁹² A proporção de crianças de 0 a 6 anos em relação à população adulta é de 12,98%, em que 6,71% são do sexo masculino e 6,27% do sexo feminino.⁹³

No estado de *Mizoram*, os distritos que fazem fronteira são Champhai, Lawngtlai, Lunglei, Saiha e Serchipp; as cidades são Champhai, Chawngte, Lawngtlai, Lunglei, Saiha e Aizawl.

No estado de *Nagaland*, os distritos que fazem fronteira são Mon, Phek e Tuensang, e as cidades são Mon, Phek e Tuensang. A população total de Nagaland é de 1.980.602 habitantes, com 1.406.861 pessoas vivendo na zona rural e 573.741 pessoas vivendo na zona urbana. Em 10 anos o crescimento populacional aumentou 67,38% nas cidades e decaiu -14,59% no campo,

88 Disponível em: <http://censusindia.gov.in/Tables_Published/SCST/dh_sc_uttaranchal.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2014.

89 Disponível em: <<http://manipurpolice.org/nab.htm>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

90 *Cannabis*.

91 Disponível em: <http://censusindia.gov.in/2011-prov-results/data_files/Manipur/Table1.xls>. Acesso em: 25 jun. 2014.

92 Disponível em: <http://censusindia.gov.in/2011-prov-results/data_files/Manipur/Table5.xls>. Acesso em: 25 jun. 2014.

93 Disponível em: <http://censusindia.gov.in/2011-prov-results/data_files/Manipur/Table6.xls>. Acesso em: 25 jun. 2014.

representando uma redução total de -0,47%.⁹⁴No estado vivem 1.025.707 homens, em que 724.595 vivem na zona rural e 301.112 vivem na zona urbana; a população total de mulheres é de 954.895, em que 682.266 vivem na zona rural e 272.629 vivem na zona urbana. A proporção de mulheres para cada 1.000 homens em Nagaland é de 931, sendo 942 na zona rural e 905 na zona urbana.⁹⁵ A população de 0 a 6 anos é de 285.981 crianças, em que 214.138 vivem na zona rural e 71.843 na zona urbana (147.111 são crianças do sexo masculino, e 138.870 do sexo feminino). De 2001 a 2011, a população de 0 a 6 anos decresceu -3,08%⁹⁶ e as crianças representam 14,44% da população total, em que 15,22% vivem na zona rural e 12,52% na zona urbana. Em Nagaland, 1.357.579 pessoas são alfabetizadas (80,11% da população total), onde 904.799 pessoas alfabetizadas vivem em zonas rurais, e 452.780 em zonas urbanas.⁹⁷ Desse total, 731.796 são homens (487.888 vivem em zonas rurais e 243.908 em zonas urbanas), e 625.783 são mulheres (416.911 vivem em zonas rurais e 208.872 em zonas urbanas).

Com *Nepal*, os estados indianos que fazem fronteira, são: Bihar, Uttaranchal, Sikkim, Uttar Pradesh e West Bengal.

No estado de *Bihar*, os distritos que fazem fronteira são Sitamarhi, Supaul, Araria, Kishanganj, Madhubani, Pashchim Champaran e Purba Champaran; as cidades são Sitamarhi, Birpur, Araria, Kishanganj, Benipatti, Jhanjharpur, Madhubani, Bettiah, Dhaka, Motihari e Khatima. A população total de Bihar é de 103.804.637 habitantes, em que 54.185.347 são homens e 49.619.290 são mulheres. O estado é formado por 38 distritos, tem 9 divisões, 101 sub-divisões, e possui área de 94.163 quilômetros quadrados. O crescimento populacional de 2001 a 2011 foi de 25,07%, com crescimento absoluto de 20.806.128 pessoas. A densidade populacional no estado é de 1.102; a proporção de mulheres para cada 1.000 homens é 916; o número de crianças de 0 a 6 anos é 18.582.229, representando 17,9% da população, em que 9.615.280 são homens (17,75%) e 8.966.949 são mulheres (18,07%). Em Bihar, 54.390.254 pessoas são alfabetizadas, representando 63,82% da população, em que 32.711.975 são homens (73,39%) e 21.678.279 são mulheres (53,33%).⁹⁸ Em 2007-2008, o IDH do estado foi 0.367.

No estado de Uttaranchal, os distritos que fazem fronteira são Udham Singh Nagar, Champawatt e Pithoragarh; e as cidades são Khatima, Champawat, Dharcula, Didihat, e Pithoragarh.

Em Sikkim, os distritos que fazem fronteira são North Sikkim e West Sikkim.

Em *Uttar Pradesh*, os distritos fronteiriços são Bahraich, Balrampur, Lakhimpur Kheri, Maharajanj, Pilibhit, Shravasti e Siddharth Nagar; as cidades são Nanpara, Balrampur, Nighasan, Maharajanj, Pharenda, Puranpur, Bahraich e Naugarh. A população total do estado é de 199.581.477 pessoas, em que 104.596.415 são homens e 94.985.062 são mulheres. A taxa de crescimento entre 2001 e 2011 foi de 20,1%; a proporção de mulheres para cada 1.000

94 Disponível em: <http://censusindia.gov.in/2011-prov-results/paper2/data_files/nagaland/9-pop-10-19.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2014.

95 Disponível em: <http://censusindia.gov.in/2011-prov-results/paper2/data_files/nagaland/9-pop-10-19.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2014.

96 Disponível em: <http://censusindia.gov.in/2011-prov-results/paper2/data_files/nagaland/11-child-24-39.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2014.

97 Disponível em: <http://censusindia.gov.in/2011-prov-results/paper2/data_files/nagaland/12-literates-40-57.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2014.

98 Disponível em: <http://censusindia.gov.in/2011-prov-results/data_files/bihar/Provisional%20Population%20Totals%202011-Bihar.pdf> Acesso em: 25 jun. 2014.

homens é de 908, a densidade populacional por quilômetro quadrado é 828; a porcentagem de alfabetizados em relação à população total é 69,72%, em que 79,24% dos homens são alfabetizados, e 59,26% das mulheres são alfabetizadas.⁹⁹ Em 2007-2008, o IDH do estado foi 0.380.

No estado de West Bengal, o distrito indiano que faz fronteira com Nepal é Darjiling, e as cidades são Darjiling, Kurseong e Siliguri.

Com o Paquistão, os seguintes estados indianos fazem fronteira: Gujarat, Jammu e Caxemira, Punjab e Rajastão.

Em Gujarat, o distrito indiano Kachchh faz fronteira com o Paquistão. A população total de Gujarat é de 53.175.428 pessoas, em que 31.482 são homens e 28.901.346 são mulheres; a taxa de crescimento da população entre 2001 e 2011 foi de 19,7%, a densidade da população por quilômetro quadrado é 308, e a proporção de mulheres para cada 1.000 homens é de 918.¹⁰⁰ O número de crianças de 0 a 6 anos é de 7.494.176, em que 3.974.286 são do sexo masculino e 3.519.890 são do sexo feminino. O número de alfabetizados no estado é de 41.948.677, em que 23.995.500 são homens (87,23%) e 17.953.177 são mulheres (70,73%). A taxa de alfabetização total é de 91,83%, uma taxa considerada alta para a Índia.¹⁰¹ Em 2007-2008, o IDH do estado foi 0.527.

Em Jammu e Caxemira, os distritos indianos de Baramula (conhecido como Kashmir North), Jammu, Kargil, Kathua, Kupwara (Muzaffarabad), Ladakh (Leh), Punch e Rajauri fazem fronteira com o Paquistão.

Em Punjab, os distritos de Amritsar, Firozpur e Gurdaspur fazem fronteira com o Nepal, assim como as cidades Ajnala, Patti, Tarn Taran, Abohar, Fazilka, Firozpur, Batala, Gurdaspur e Pathankot. A população total de Punjab é de 27.704.236 pessoas, em que 14.634.819 são homens e 13.069.417 são mulheres. A taxa¹⁰² de crescimento entre 2001 e 2011 foi de 13,73%; a densidade por quilômetro quadrado foi de 550 pessoas; a proporção de mulheres para cada 1.000 homens foi de 893; a porcentagem de pessoas alfabetizadas em relação à população total foi de 76,68%, com 81,48% de homens alfabetizados e 71,34% de mulheres alfabetizadas.¹⁰³ Em Punjab, o IDH foi 0.605 em 2007-2008.

No estado de Rajastão, os distritos indianos Barmer, Bikaner, Ganganagar e Jaisalmer fazem fronteira com Paquistão, assim como as cidades Barmer, Chauhtan, Shiv, Bikaner, Kolayat, Anupgarh, Ganganagar, Karanpur, Raisinghnagar, Jaisalmer e Pokaran. A população total de Rajastão é de 68.548.437 pessoas, em que 35.550.997 são homens e 32.997.440 são mulheres. 51.500.352 pessoas vivem na zona rural (26.641.747 são homens e 24.858.605 são mulheres), e 17.048.085 na zona urbana (8.909.250 são homens e 8.138.835 são mulheres), e a densidade da população por quilômetro quadrado é 200, com a proporção de mulheres para cada 1.000 homens de 928 (sendo 933 na zona rural e 914 na zona urbana). A população de 0 a 6 anos

99 Disponível em: <http://censusindia.gov.in/2011-prov-results/data_files/bihar/Provisional%20Population%20Totals%202011-Bihar.pdf> Acesso em: 25 jun. 2014.

100 Disponível em: <http://censusindia.gov.in/2011-prov-results/data_files/gujarat/table-1.xls>. Acesso em: 25 jun. 2014.

101 Disponível em: <http://censusindia.gov.in/2011-prov-results/data_files/gujarat/table-4.xls>. Acesso em: 25 jun. 2014.

102 Disponível em: <http://censusindia.gov.in/2011-prov-results/data_files/punjab/Provisional%20Populatin%20Result%20Punjab1.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2014.

103 Disponível em: <http://censusindia.gov.in/2011-prov-results/data_files/punjab/Provisional%20Populatin%20Result%20Punjab2.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2014.

é formada por 10.649.504 pessoas, em que 5.639.176 são do sexo masculino e 5.010.328 do sexo feminino; e 8.414.883 moram em zonas rurais e 2.234.621 em zonas urbanas. O número de pessoas alfabetizadas acima de 7 anos é de 38.275.282, onde 23.688.412 são homens e 14.586.870 são mulheres. 26.471.786 pessoas que vivem na zona rural são alfabetizadas (16.904.589 homens e 9.567.197 mulheres), e 11.803.496 pessoas que vivem em zonas urbanas também o são (6.783.823 são homens e 5.019.673 são mulheres). 66,11% das pessoas são alfabetizadas no estado de Rajastão; 79,19% dos homens são alfabetizados, e 52,12% das mulheres são alfabetizadas. Na zona rural a taxa de alfabetização é de 61,44%, em que 76,16% dos homens são alfabetizados e 45,8% das mulheres; na zona urbana a taxa de alfabetização é de 79,68%, em que 87,91% dos homens são alfabetizados e 70,73% das mulheres também.¹⁰⁴ Em 2007-2008, o IDH do estado foi 0.434.

Barmer, um dos distritos de Rajastão, tem uma população de 2.603.751 pessoas, em que 1.369.022 são homens e 1.234.729 são mulheres. Em 2011, o censo indiano mostrou que a densidade do distrito era de 92 de pessoas por quilômetro quadrado. A taxa de alfabetização em 2011 era de 56,53% comparada a 58,99% em 2001, onde o total de pessoas alfabetizadas era de 1.188.322, com 783.461 homens alfabetizados (70,86%) e 404.861 mulheres alfabetizadas (40,63%). A proporção de mulheres para cada 1.000 homens na cidade era de 892; a porcentagem de crianças de 0 a 6 anos em 2011 comparada à população total era de 19,26%, representando um total de 501.522 crianças. Além disso, houve crescimento populacional de 32,52% em 2011. Cabe salientar também que a população de Barmer é predominantemente rural, em que 93,02% da população vive na zona rural (2.421.914 pessoas), e 6,98% da população vive na zona urbana (181.837 pessoas).¹⁰⁵

Tabela 6 – PIB dos Estados indianos que fazem fronteira com Bangladesh.

Estados	PIB (em rúpias)	Ano
Assam	162.652	2013-14
Megahalaya	20.808	2013-14
Mizoram	8.053	2012-13
Tripura	23.855	2012-13
West Bengal	707.848	2013-14

Fonte: Comissão de Planejamento do Governo da Índia¹⁰⁶ / Organização: GUIMARÃES, Samara

Tabela 7 – PIB dos Estados indianos que fazem fronteira com Butão.

Estados	PIB (em rúpias)	Ano
Arunachal Pradesh	13.382	2013-14
Assam	162.652	2013-14
Sikkim	9.957	2012-13
West Bengal	707.848	2013-14

Fonte: Comissão de Planejamento do Governo da Índia / Organização: GUIMARÃES, Samara

104 Disponível em: <http://censusindia.gov.in/2011census/censusinfodashboard/stock/profiles/en/IND008_Rajastão.pdf>. Acesso em: 25. jun. 2014.

105 Disponível em: <<http://www.census2011.co.in/census/district/440-barmer.html>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

106 Disponível em: <<http://planningcommission.nic.in/data/datatable/0306/table%20168.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

Tabela 8 – PIB dos Estados indianos que fazem fronteira com China.

Estados	PIB (em rúpias)	Ano
Arunachal Pradesh	13.382	2013-14
Himachal Pradesh	82.585	2013-14
Jammu e Caxemira	87.319	2013-14
Sikkim	9.957	2012-13
Uttaranchal	132.969	2013-14

Fonte: Comissão de Planejamento do Governo da Índia / Organização: GUIMARÃES, Samara

Tabela 9 – PIB dos Estados indianos que fazem fronteira com Mianmar.

Estados	PIB (em rúpias)	Ano
Arunachal Pradesh	13.382	2013-14
Manipur	11.983	2012-13
Mizoram	8.053	2012-13
Nagaland	14.832	2012-13

Fonte: Comissão de Planejamento do Governo da Índia / Organização: GUIMARÃES, Samara

Tabela 10 – PIB dos Estados indianos que fazem fronteira com Nepal.

Estados	PIB (em rúpias)	Ano
Bihar	368.337	2013-14
Uttaranchal	132.969	2013-14
Sikkim	9.957	2012-13
Uttar Pradesh	886.410	2013-14
West Bengal	707.848	2013-14

Fonte: Comissão de Planejamento do Governo da Índia / Organização: GUIMARÃES, Samara

Tabela 11 – PIB dos Estados indianos que fazem fronteira com Paquistão.

Estados	PIB (em rúpias)	Ano
Gujarat	670.016	2012-13
Jammu e Caxemira	87.319	2013-14
Punjab	319.117	2013-14
Rajastão	513.688	2013-14

Fonte: Comissão de Planejamento do Governo da Índia / Organização: GUIMARÃES, Samara

1.3.2. CONFLITOS FRONTEIRIÇOS, POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS E DESAFIOS

O principal conflito fronteiriço indiano localiza-se na Caxemira. Em 1947, a partilha das Índias Britânicas estabeleceu entre Índia (maioria da população hindu) e Paquistão (maioria da população islâmica) duas fronteiras, uma no oeste e outra no leste, que em 1971 tornou-se Bangladesh. Ainda em 1947, Índia e Paquistão disputaram os estados de Jammu e Caxemira, e em 1949 a ONU estabeleceu cessar-fogo na região, dividindo o controle de Caxemira, com a Índia controlando Jammu, o vale de Caxemira e Srinagar (capital); e Paquistão as áreas montanhosas

a noroeste. Os dois países não aceitam a divisão de Caxemira como solução permanente, e, além disso, Índia considera ilegal o acordo fronteiriço entre China e Paquistão, em que a China recebeu porção de Caxemira controlada pelo Paquistão. Índia, China e Paquistão disputam esse território desde 1947, que possui localização estratégica e controle das águas do curso médio do rio Indo. (HEITZMAN;WORDEN, 1995)

Em 1965, as hostilidades entre Índia e Paquistão foram controladas através da Declaração *Tashkent*, intermediada pela União Soviética. Todavia, em 2002 as tensões entre Índia e Paquistão foram renovadas quando muçulmanos separatistas atacaram um acampamento militar indiano na Caxemira. Seguiram-se outros atentados terroristas, e em 2003 Índia restabeleceu relações diplomáticas com Paquistão, adotando cessar-fogo depois de mais de uma década de combates na Caxemira. (HEITZMAN;WORDEN, 1995)

Na década de 90 a Índia teve algumas desavenças fronteiriças com Paquistão, China e Bangladesh. No subtópico sobre conflitos fronteiriços com a China, foram apresentados os principais conflitos sino-indianos, mas cabe ressaltar aqui mais alguns fatos sobre esses conflitos. Na seção ocidental da fronteira da Índia com a China, nas regiões fronteiriças de Aksai Chin, Caxemira e Jammu tem acontecido tensões desde o século dezenove, em que a China não aceitou as delimitações indianas das fronteiras. (HEITZMAN;WORDEN, 1995)

Na parte leste, a fronteira entre os países segue a Linha *McMahon*, que foi estabelecida em 1914 pelo Sir Arthur Henry McMahon, plenipotenciário britânico, em conferência com representantes chineses, indiano e britânicos. A Convenção de *Simla*¹⁰⁷ definiu a fronteira entre Índia e Tibete, mesmo com a recusa do delegado chinês em assinar o acordo, que contou com a assinatura dos representantes britânicos e tibetanos. A fronteira foi definida seguindo a “crista” do Himalaia oriental do Butão para Birmânia, mas não foi aceita formalmente pela China, que seguiu lutando pela área de Arunachal Pradesh ao sul da Linha *McMahon*.

The 1,300-kilometer of Burma rontier with Burma has been delimited but not completely demarcated. On March 10, 1967, the Indian and Burmese governments signed a bilateral treaty delimiting the boundary in detail. India also has a maritime boundary with Burma in the area of the northern Andaman Islands and Burma's Coco Islands in the Bay of Bengal. India's borders with Nepal and Bhutan have remained unchanged since the days of British rule. In 1977 India signed an accord with Indonesia demarcating the entire maritime boundary between the two countries. One year earlier, a similar accord was signed with the Maldives. (HEITZMAN;WORDEN, 1995, p. 73)¹⁰⁸

As fronteiras impõem alguns desafios às Forças Armadas, como a proximidade da Índia com uma das rotas marítimas mais importantes do mundo, que se estende do Canal de Suez e do Golfo Pérsico ao Estreito de *Malacca*, em que milhares de navios circulam anualmente e também grande parte de petróleo da região do Golfo; a vantagem de a Índia estar na base da Ásia Continental; os problemas relacionados ao terrorismo e tráfico de drogas no sul da Ásia,

107 Atualmente conhecida como Shimla, Himachal Pradesh. (HEITZMAN;WORDEN, 1995)

108 A fronteira de 1.300 km com a Birmânia foi delimitada, mas não completamente demarcada. Em 10 de março de 1967, o governo da Índia e da Birmânia assinaram um tratado bilateral delimitando a fronteira em detalhe. A Índia também tem uma fronteira marítima com a Birmânia na área das ilhas ao norte das Ilhas Andaman e Ilhas Coco da Birmânia na Baía de Bengala. As fronteiras da Índia com o Nepal e o Butão permaneceram inalteradas desde os tempos do domínio britânico. Em 1977, a Índia assinou um acordo com a Indonésia demarcando toda a fronteira marítima entre os dois países. Um ano antes, um acordo similar foi assinado com as Maldivas. (HEITZMAN;WORDEN, 1995, p. 73, traduzido pela autora)

que a Índia enfrenta com estabilidade; novos ajustamentos da balança de poder mundial e as consequentes incertezas estratégicas. (HEITZMAN;WORDEN, 1995)

Manter as fronteiras estáveis e pacíficas é uma das prioridades do governo indiano, e o país tem realizado acordos colaborativos com seus vizinhos para isso.

Em relação ao Paquistão, o país continua a preocupar o governo indiano por conta do terrorismo, e a Índia tem apoiado uma liderança afegã para a resolução da crise, através de um acordo com o Afeganistão para consolidar o relacionamento bilateral com a Índia através da cooperação militar e em outras esferas. A Índia compartilha 3.323 km de fronteiras terrestres com o Paquistão, incluindo o LoC – *Line of Control*, e compreende os estados de Gujarat, Rajastão, Jammu & Caxemira e Punjab. Nessa fronteira, as invasões terroristas são constantes, além do contrabando de armas e munições. (HEITZMAN;WORDEN, 1995)

Em relatório publicado pelo Ministério de Assuntos Internos com os principais projetos realizados nas regiões de fronteiras, são apresentados os planos de ações do Departamento de Gestão de Fronteiras indiano, que tem realizado ações na fronteira com o Paquistão voltadas principalmente para a construção de estradas, instalação de cercas e de holofotes para iluminação das áreas e de postos avançados de fronteira.¹⁰⁹

As relações com Mianmar (Birmânia) são bem positivas, e há laços históricos, étnicos e religiosos entre os países, que cooperam em questões relacionadas ao comércio, desenvolvimento e segurança. Além disso, cabe salientar que Mianmar assegura que não haverá iniciativas contrárias à Índia em seu território.

Sobre Índia-China, no relatório apresenta-se uma disputa fronteira com a Índia que ainda não foi resolvida, apesar da parceria entre os países em termos estratégicos, em que a política indiana tem sido manter a confiança mútua e o respeito sobre os interesses de cada um. As relações entre os países melhoraram com o passar dos anos, e acordos políticos e diplomáticos têm sido realizados, como o apontamento pelos dois países de Representantes Especiais para estudarem um acordo de fronteira específico. (BORDER MANAGEMENT ANNUAL REPORT, 2007-08)

No relatório, é citada a ascensão chinesa e sua capacidade de projeção de força relacionada à expansão econômica e crescente confiança. Além disso, o desenvolvimento da Região Autônoma do Tibete e da Província de Xinjiang são vistos como projeção da força chinesa e otimização de seu poder estratégico. Nesse sentido, o governo indiano parece apresentar no relatório a expansão chinesa e seu impacto na segurança regional e internacional como uma possível ameaça às fronteiras com a Índia, que parece preocupar-se com o equilíbrio de poder com a China nesse tópico do relatório. (BORDER MANAGEMENT ANNUAL REPORT, 2007-08)

Com o Nepal, Índia tem vivido uma relação fronteira amigável caracterizada por fronteiras abertas e ligações de parentesco profunda entre as pessoas, além da existência de interesses econômicos e de segurança entrelaçados. (BORDER MANAGEMENT ANNUAL REPORT, 2007-08)

Com o Sri Lanka, a Índia mantém relações próximas e cooperativas, mas ambos os países

¹⁰⁹ Disponível em: <http://www.mha.nic.in/sites/upload_files/mha/files/AAP-V-12.pdf> Acesso em: 24 jun. 2014.

possuem alguns desafios comuns, pois a segurança marítima e manutenção da estabilidade na região comum do Oceano Índico apontam como grande foco de interesse para os dois países. Além disso, Índia tem trabalhado para expandir a cooperação bilateral com o Sri Lanka em diversas áreas, que incluem segurança. (BORDER MANAGEMENT ANNUAL REPORT, 2007-08)

As relações com Bangladesh são de cooperação e conflito. Os países compartilham visões semelhantes sobre questões de segurança e esforços para a resolução de questões de fronteira e melhoria de gestão de fronteiras, além de cooperarem também em questões relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico. A fronteira com Bangladesh compreende West Bengal (2.216,7 km), Assam (263 km), Meghalaya (443 km), Tripura (856 km) e Mizoram (318 km), regiões de planícies com vários obstáculos naturais, densamente povoada e cultivada. Entretanto, essa fronteira é muito porosa, enfrentando conflitos recorrentes na fronteira, relacionados principalmente ao problema da emigração ilegal de Bangladesh para Índia. (BORDER MANAGEMENT ANNUAL REPORT, 2007-08)

Para evitar atividades ilegais nas fronteiras, o Governo da Índia aprovou a construção de estradas nas fronteiras com Bangladesh. Além da construção de estradas, outras ações são realizadas nessa fronteira, como a colocação de cercas e ações voltadas para o estabelecimento de energia elétrica, através da instalação de cabos e postes. (BORDER MANAGEMENT ANNUAL REPORT, 2007-08)

Em relação ao Butão, a Índia tem auxiliado o governo do país a desenvolver-se socioeconomicamente, e possui acordos de cooperação em diversas áreas, como educação, agricultura e poder, por exemplo. A Índia compartilha 699 km de fronteiras com o Butão, ao longo dos estados de Sikkim (32 km), West Bengal (183 km), Assam (267 km) e Arunachal Pradesh (217 km). Para manter a segurança dessa região, 12 batalhões do *Sashastra Seema Bal* (SSB) foram instalados. O SSB¹¹⁰ é uma das Forças Armadas da Polícia Central indiana, atualmente sob o controle do Ministério dos Assuntos Internos. No estado de Sikkim, 4 postos de fronteira foram estabelecidos; em West Bengal, 39; em Assam, 64, e em Arunachal Pradesh, 24. O governo indiano tem trabalhado também para a construção de estradas na região fronteira com o Butão, no estado de Assam. (BORDER MANAGEMENT ANNUAL REPORT, 2007-08)

As Maldivas, vizinho marítimo da Índia, mantém uma relação amigável com a Índia, e ambos cooperam em questões de segurança baseadas em interesses comuns. (BORDER MANAGEMENT ANNUAL REPORT, 2007-08)

Ainda sobre fronteiras marítimas, o Oceano Índico compreende uma área de 68,56 milhões de quilômetros quadrados, e tem uma importância fundamental para os interesses indianos, ao passo que a Índia depende muito do comércio marítimo para desenvolver-se economicamente. Nesse sentido, a Índia necessita proteger seu litoral e territórios insulares. (BORDER MANAGEMENT ANNUAL REPORT, 2007-08)

Acerca das políticas de segurança para as rotas marítimas, a Marinha Indiana tem trabalhado em parceria com a Guarda Costeira para patrulhar a costa, por conta do aumento da pirataria e terrorismo no Oceano Índico. A Índia tem 9 estados costeiros, e o governo tem trabalhado para a criação de estações policiais e manutenção das mesmas, instalando cerca de 47 estações

110 Disponível em: <<http://www.ssb.nic.in/index.asp?linkid=524>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

policiais costeiras, de 73 previstas entre 2005 e 2006. (BORDER MANAGEMENT ANNUAL REPORT, 2007-08)¹¹¹

As costas de Gujarat e Maharashtra são as mais vulneráveis a atividades ilegais transfronteiriças, e a patrulha dessas áreas é realizada conjuntamente pela Marinha, Guarda Costeira, Polícia Estadual e Alfândegas. (BORDER MANAGEMENT ANNUAL REPORT, 2007-08)

O Exército Indiano é responsável pela defesa do país contra inimigos externos e internos, e tem trabalhado nas fronteiras com o cessar-fogo. Em 2012, houveram 56 casos de violações de cessar-fogo nas fronteiras e 15 tentativas de infiltração de terroristas foram evitadas, graças a uma vigilância rigorosa e ao fortalecimento de medidas nessa área. (BORDER MANAGEMENT ANNUAL REPORT, 2007-08)

Para garantir a segurança pública das fronteiras, o Exército Indiano tem buscado modernizar seu programa militar e desenvolver sua infraestrutura nas áreas de fronteiras, de acordo com o Programa de Desenvolvimento de Áreas de Fronteira (*Border Area Development Programme - BADP*, em inglês).

Esse programa é parte de uma estratégia do Ministério dos Assuntos Internos, mais focada no desenvolvimento socioeconômico das regiões de fronteira, que promova sensação de segurança para as pessoas que vivem nesses lugares, atendendo as necessidades dessas pessoas. O programa busca promover a infraestrutura das áreas de fronteiras, a partir da construção de estradas, fornecimento de água e realização de ações voltadas para agricultura, educação, saúde e segurança. O programa tem sido realizado também nos Estados que fazem fronteira com Bangladesh, Mianmar, China, Butão e Nepal, cobrindo 358 blocos de fronteira de 94 distritos de dezessete Estados. (BORDER MANAGEMENT ANNUAL REPORT, 2007-08)

Os fundos para o BADP são alocados pela Comissão de Planejamento, e são distribuídos para os estados fronteiriços de acordo com o tamanho da fronteira internacional, da população e da área do bloco de fronteira. (BORDER MANAGEMENT ANNUAL REPORT, 2007-08)

Os governos dos estados fazem o monitoramento do BADP, assim como o Departamento de Gestão de Fronteiras, para assegurar a conclusão das obras e a qualidade do trabalho efetuado. O Departamento de Gestão de Fronteiras foi criado no Ministério de Assuntos Internos em 2004 para fortalecer o policiamento das fronteiras internacionais e costeiras, a partir da construção de estradas e instalação de cercas e de energia elétrica nessas regiões, além da implementação do BADP.

Além deste programa, as Forças Armadas indianas também são responsáveis pela defesa das fronteiras do país. No *Annual Report 2011-2012*¹¹² publicado pelo Ministério da Defesa da Índia, algumas questões da agenda de segurança indiana relacionada com os países vizinhos são identificadas, como a propagação de armas leves e de armas de destruição em massa, a pirataria, o terrorismo e sua globalização econômica.

Os desafios para a segurança interna indiana estão ligados à gestão das fronteiras, que é

111 Disponível em: <<http://www.satp.org/satporgtp/countries/india/document/papers/mha07-08/chapter3-07.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2014.

112 Disponível em: <<http://aresworlddefense.org/wp-content/uploads/2014/03/Indian-MoD-annual-report-2012.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

uma prioridade nacional, ao passo que as disputas fronteiriças com China e Paquistão estendem-se além das fronteiras porosas, em terrenos complicados.

Todavia, há pouca coordenação na gestão das fronteiras, pois militares, forças policiais e paramilitares atuam à sua maneira, o que torna a coordenação extremamente fraca. (KANWAL, 2007)¹¹³

A elevação do crescimento econômico na Índia impulsionou a migração em massa de cidadãos de países vizinhos para o país. Além disso, outras ameaças à segurança pública das fronteiras indianas são: o aumento do terrorismo transfronteiriço; a presença de atores não-estatais; a infiltração de militantes armados; a imigração ilegal; os movimentos separatistas e de extrema esquerda impulsionados por atores externos; o narcotráfico e o contrabando de armas, muitas vezes conectados. (KANWAL, 2007)

A *Line of Actual Control* (LAC) representa a falta de coordenação da gestão de fronteiras. Em Ladakh e Himachal Pradesh e ao longo da fronteira Uttarakhand, batalhões Vikas da *Special Frontier Force* e da *Indo-Tibetan Border Police* (ITBP) são responsáveis pela gestão, o primeiro relatando ao Secretariado do Gabinete e o segundo pertencendo ao Ministério de Assuntos Internos. Outras forças policiais também fazem a gestão das fronteiras na Índia, como batalhões do Exército Indiano que vigiam a fronteira de Sikkim e unidades do *Assam Rifles* (AR), força paramilitar responsável pelas fronteiras de Arunachal Pradesh, Nagaland, Mizoram e Manipur.

1.4. SIMILARIDADES E DIFERENÇAS DAS REGIÕES DE FRONTEIRA DA RÚSSIA, ÍNDIA E CHINA COM O BRASIL

A segurança pública é um fenômeno social e, portanto, possui relação com outros fenômenos sociais como educação, saúde e a infraestrutura urbana. A questão das fronteiras, por exemplo, ameaça a segurança pública e engloba novos desafios, interligando-se com tais fenômenos sociais. (SOUZA, 2006)

O CONASP (Conselho Nacional de Segurança Pública), vinculado ao Ministério da Justiça, define a segurança pública como

(...) Atividade pertinente aos órgãos estatais e à comunidade como um todo, realizada com o fito de proteger a cidadania, prevenindo e controlando manifestações da criminalidade e da violência, efetivas ou potenciais, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei. (*apud* RAMOS; COSTA; ROTH, 2011, p. 187)

Os estudos sobre segurança pública cresceram bastante nas últimas décadas, passando de um problema estritamente policial para uma questão multidisciplinar, envolvendo diversos temas e instâncias administrativas. (KAHN; ZANETIC, 2005)

A pauta de temas que envolvem a segurança pública é muito ampla e complexa, e a questão do estudo das fronteiras compreende diversos temas dessa agenda, que envolvem

113 Disponível em: <http://www.ipcs.org/pdf_file/issue/3802966511PCS-IssueBrief-No55-GurmeetKanwal.pdf> Acesso em: 23 jun. 2014.

a intervenção das polícias, prevenção da violência, manutenção da ordem pública, crime organizado, administração de conflitos, entre outros.

O conceito de segurança não possui um consenso internacional, sendo um conceito complexo, ambíguo e com fortes implicações ideológicas, que engloba domínios como política, economia e saúde. (GARCIA, 2006)

Os estudos de segurança eram mais focados na dimensão político-militar, em que a defesa da soberania era um dos objetivos principais da política de segurança. Os teóricos realistas da Relações Internacionais consolidaram essa abordagem, mas aos poucos a segurança passou a observar dimensões não-estaduais de segurança e não-militares, incluindo temas como movimentos migratórios, crime internacional organizado, entre outros. (GARCIA, 2006)

As novas ameaças surgem no pós-Guerra Fria, caracterizando-se como ameaças transnacionais, que ultrapassam fronteiras e ameaçam “a integridade social e política dos Estados ou mesmo a saúde dos seus habitantes, bem como sua qualidade de vida.” (GARCIA, 2006, p. 344)

O autor (GARCIA, 2006) aponta seis grandes ameaças definidas pela ONU: “1) ameaças econômicas e sociais, onde se incluem a pobreza, as doenças infecciosas e a degradação ambiental; 2) conflitos entre Estados; 3) conflitos internos, incluindo a guerra civil, o genocídio outras atrocidades em larga escala; 4) as armas NBQ (Nucleares, Biológicas e Químicas); 5) o terrorismo; 6) o crime organizado transnacional.

No caso dos três países estudados nesse relatório, as grandes ameaças às fronteiras identificadas foram os conflitos étnicos; o terrorismo; o contrabando de produtos, animais, armas e munições; o tráfico de pessoas; a extensa faixa de fronteira; o tráfico de drogas; a imigração ilegal; o crime organizado; a infiltração de militantes armados; os movimentos separatistas e de extrema esquerda impulsionados por atores externos; a presença de atores não-estatais; a fraca capacidade de controle nas fronteiras; fraca coordenação entre os diferentes atores responsáveis pela gestão das fronteiras.

Na Rússia, as principais problemáticas relacionadas às fronteiras foram o crime organizado, imigração ilegal, tráfico de drogas, radicalismo islâmico e terrorismo internacional com foco no Afeganistão e Tadjiquistão.

Na China, as principais ameaças às fronteiras identificadas foram o tráfico de drogas ilícitas, doenças, crime organizado, terrorismo e conflitos étnicos. Além disso, Tibete e Xinjiang são consideradas zonas de atividades perigosas significativas.

Na Índia, os principais conflitos fronteiriços históricos já foram citados, como os conflitos com a China em 1962 e os conflitos étnicos recorrentes na região da Caxemira, fronteira entre Índia e Paquistão. A fronteira com Caxemira é muito porosa, enfrentando problemas relacionados à emigração ilegal de Bangladesh para Índia, ao contrabando de armas e munições e ao terrorismo, também comuns às outras regiões de fronteira do país.

Na China, a questão das doenças transmitidas nas regiões de fronteira também foi identificada durante a revisão bibliográfica, e não nos outros países.

Separadamente, na Índia a propagação de armas de destruição em massa além de armas leves foi uma ameaça identificada, enquanto nos outros países não o foi.

Comparando com as ameaças à segurança pública das fronteiras brasileiras, as ameaças comuns entre os três países e Brasil são o contrabando de mercadorias, armas e munições; o tráfico de drogas; o crime organizado; a extensa faixa de fronteira; a imigração ilegal; em menor escala o terrorismo e os conflitos étnicos. Tais ameaças serão analisadas detalhadamente nos próximos capítulos, em que serão comparados os projetos e ações de Índia, China e Rússia com o Plano Estratégico de Fronteiras brasileiro.

Nas fronteiras brasileiras os conflitos étnicos não são tão recorrentes como no caso de China, Índia e Rússia, e envolvem principalmente tribos indígenas. Por exemplo, na fronteira Brasil-Peru-Colômbia, ocorreram conflitos em territórios indígenas incitados pela concessão do governo peruano de exploração petrolífera nesses territórios, onde vivem as etnias Matsés. Na Amazônia peruana, o conflito entre indígenas e a polícia peruana foi intenso. (REIS, 2011)

Apesar de não ser uma ameaça tão palpável como nesses três países, a Tríplice Fronteira, que compreende a Cidade do Leste do Paraguai, Foz do Iguaçu no Brasil e Porto Iguazu na Argentina, é considerado uma região sensível quanto ao fluxo de informações e movimentações referentes ao terrorismo, por mais que nunca houve um atentado ou algo semelhante na região, mas segue sendo observada de perto por diversos organismos de inteligência do mundo. Cabe salientar que a Tríplice Fronteira é o maior centro de contrabando da América do Sul, e nessa região vivem pessoas de diversos países do mundo, que vivem principalmente do comércio. (ABBOT, 2005)

Apesar de o Brasil não estar acostumado com ataques terroristas, na Argentina as autoridades atribuíram a explosão de um carro-bomba na frente da Embaixada de Israel em Buenos Aires em 1992, e contra o prédio do Centro da Comunidade Judaica em 1994, na mesma cidade, aos extremistas do *Hezbollah*, grupo terrorista pró-iraniano. (ABBOT, 2005)

Nessa região atividades ilícitas como lavagem de dinheiro, contrabando de armas e drogas, falsificação de dinheiro e de documentos e pirataria acontecem em grande escala, oferecendo oportunidades aos terroristas para financiarem suas operações e recrutarem extremistas. (ABBOT, 2005)

Uma outra tensão observada nas faixas de fronteira brasileira está ligada ao “subimperialismo brasileiro”, reconhecido por parte de alguns países latino-americanos, pela sua grande extensão territorial, densidade populacional, poder militar e pretensões de liderança regional. (RAMÍREZ, 2009)

Alguns diplomatas colombianos pediram cautela no apoio às pretensões de liderança regional do Brasil por considerar que esse país apenas levava em consideração seus próprios interesses e agia segundo sua particular conveniência, ora como *outsider*, ora como “irmão mais velho”. Mais recentemente, alguns setores governamentais e não-governamentais que participaram das negociações ambientais com o Brasil ficaram com a sensação de que os representantes desse país assumem a questão amazônica como se só dissesse respeito a eles e não procuram atuar conjuntamente com os restantes países amazônicos. (RAMÍREZ, 2009, p. 94)

O interesse brasileiro de aproximação com a Colômbia foi associado ao temor de um “transbordamento do conflito interno colombiano e com a percepção de que o Plano Colômbia implicava um risco de internacionalização da Amazônia.” (RAMÍREZ, 2009, p. 94)

Sobre as fontes de insegurança fronteiriça entre os países, existem três: “conflito armado na Colômbia e as interações estabelecidas com ele a partir do Brasil; os vínculos irregulares em ambos os lados com o problema das drogas; e o crime transfronteiriço.” (RAMÍREZ, 2009, p. 97)

A segunda fonte de insegurança está ligada às drogas ilícitas e aos delitos conexos. Além dos cultivos ilegais, existe na fronteira um forte tráfico de precursores químicos, pasta base e cloridrato de cocaína, lavagem de ativos e troca de cocaína por armas. Em abril de 2001, o narcotraficante brasileiro Luiz Fernando da Costa, a quem as FARC davam refúgio e proteção em troca de armas e drogas, foi preso na cidade de Barrancominas (Colômbia). As autoridades brasileiras afirmaram que “Fernandinho”, além de dominar 60% do negócio das drogas nesse país, traficava armas pelo Suriname e pelo Paraguai. Coincidentemente, funcionários da Polícia Federal brasileira garantiram que frequentemente, em localidades fronteiriças com a Colômbia, são capturadas pessoas dedicadas à troca de cocaína por armas e aviões brasileiros carrega dos com drogas e armas para a guerrilha colombiana. A terceira fonte de insegurança, o crime transfronteiriço, tem aumentado, especialmente nas áreas mais povoadas e que sofreram um processo de conurbação: roubo de motos, tráfico ilícito de pedras preciosas, biopirataria de espécies selvagens protegidas, contrabando de madeira. A defasagem entre as normas e instituições e as realidades da fronteira contribui para o aumento do crime e para sua articulação com a criminalidade internacional organizada. (RAMÍREZ, 2009, p. 98)

Nesse sentido, Brasil e Colômbia devem enfrentar conjuntamente essas ameaças transfronteiriças e superar possíveis tensões, assim como Rússia e Afeganistão, por exemplo, que tem unido esforços para o combate ao terrorismo na faixa de fronteira dos dois países. Os avanços nessa área repousam fortemente em acordos diplomáticos e na criação de mecanismos, que impulsionam a maior cooperação fronteiriça e combate conjunto à criminalidade, aumentando a confiança mútua e as trocas entre os países.

Esses avanços se evidenciaram por ocasião da visita oficial de Lula à Colômbia em 20 de julho de 2008, quando o governo de Uribe aceitou integrar o Conselho Sul-Americano de Defesa (csd) proposto pelo Brasil. Além de convênios sobre ciência e tecnologia, os presidentes assinaram acordos sobre troca de informação e inteligência e combate à fabricação e ao tráfico ilícito de armas de fogo, munições, acessórios, explosivos e outros materiais correlatos. A visita culminou na cidade de Letícia com uma reunião da qual também participou o presidente do Peru, Alan Garcia, e com a assinatura de um pacto para combater as atividades ilícitas nos rios da tríplice fronteira. Em 11 de março de 2009, o ministro brasileiro da Defesa, em reunião com seu par da Colômbia, reiterou que, se guerrilheiros tentassem entrar no Brasil, seriam recebidos a bala e salientou os trabalhos de reforço do controle da fronteira terrestre com a Colômbia que serão ampliados ao espaço aéreo e fluvial. (RAMÍREZ, 2009, p. 100)

O Brasil mantém também acordos de segurança significativos com Argentina, Uruguai e Paraguai, que aprofundam a coordenação de políticas de defesa e segurança e ações conjuntas no Mercosul. (RAMÍREZ, 2009)

O Acordo Quadro sobre Cooperação em Matéria de Segurança Regional entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia, a República do Chile, a República do Equador, a

República do Peru e a República Bolivariana da Venezuela (Dec. nº 16/06)¹¹⁴ é um acordo voltado para a segurança regional coordenado pelo Mercosul, que tem o objetivo de aumentar os níveis de segurança da região otimizando mecanismos de prevenção e repressão de atividades ilícitas.

No âmbito do Mercosul também foram assinados os seguintes acordos relacionados à segurança: Acordo Nº 15/02 sobre “Cooperação para Combater as Atividades Ilícitas Transnacionais Derivadas do Tráfego Ilegal de Aeronaves entre os Estados Partes do Mercosul”, Acordo Nº 17/02 sobre “Combate à Corrupção nas Fronteiras entre os Estados Partes do Mercosul”, Acordo Nº 19/02 sobre “Ampliação das Ações Referentes aos Ilícitos Ambientais Constantes do Plano Geral de Cooperação e Coordenação Recíproca para a Segurança Regional do Mercosul”, entre outros.¹¹⁵

Embora o Tratado de Assunção não faça nenhuma menção especial à coordenação na área de segurança, não há dúvida de que o Mercosul facilitou a mudança no ambiente de segurança regional. A eliminação do potencial de conflito – mais do que a própria coordenação de políticas de defesa – tem sido o principal objetivo alcançado. Registra-se ainda duas iniciativas importantes no campo das *defense related-issues*: a) a elaboração, em 28 de março de 1998, de um plano geral de segurança para a fronteira tríplice (Brasil, Paraguai e Uruguai), em que foi instaurado um sistema único de controle de lavagem de dinheiro, terrorismo, imigração, comércio de carros, narcotráfico e contrabando e b) criação de um sistema comum de controle e rastreamento de armas apreendidas em atividades ilícitas, como tráfico de drogas. (OLIVEIRA; ONUKI, p. 5, 2000)

Em relação às principais instituições de Índia, Rússia e China que realizam políticas para a segurança das fronteiras e possíveis similaridades com o Brasil, percebe-se que Índia é o país que mais se assemelha com o Brasil, pois ambos possuem vários atores responsáveis pela gestão das fronteiras.

Na Índia, as fronteiras são ocupadas por militares, paramilitares e forças policiais, e cada força reporta a um diferente ministério central em Nova Deli, resultando em uma escassa coordenação e gestão das fronteiras. (KANWAL, 2007)

Todavia, o Border Security Force¹¹⁶ (BSF) é formado por forças paramilitares responsáveis pela guarda das fronteiras terrestres do país em tempos de paz, e pela prevenção de crimes transfronteiriços¹¹⁷. Além do BSF, existem outras forças voltadas para a segurança das fronteiras na Índia, como por exemplo: *Central Board of Excise and Customs, Special Frontier Force, Indo-Tibetan Border Police (IBTP), Line of Actual Control (LAC), Line of Control (LoC)*¹¹⁸, *Sashastra Seema Bal (SSB), Assam Rifles (AR), Rashtriya Rifles e Indian Home Guard*. Como foi citado anteriormente, as Forças Armadas indianas também são responsáveis pela defesa das fronteiras do país, coordenadas pelo Ministério da Defesa.

114 Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/multilaterais/acordo-quadro-sobre-cooperacao-em-materia-de-seguranca-regional-entre-os-estados-partes-do-mercosul-a-republica-da-bolivia-a-republica-do-chile-a-republica-do-equador-a-republica-do-peru-e-a-republica-bolivariana-da-venezuela-dec-no-16-06-e-ata-de/>>. Acesso em 26 mai. 2014.

115 Disponível em: <http://www.cni.org.br/portal/data/files/00/FF8080812CE1A812012CE51869E906CD/CMC_Dec%2029_02.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2014.

116 Em português, força de segurança das fronteiras. Traduzido pela autora.

117 Disponível em: <<http://www.globalsecurity.org/military/world/india/bsf.htm>>. Acesso em: 26 mai. 2014.

118 A LoC e a LAC são responsáveis por fronteiras disputadas e incertas, como algumas fronteiras com a China, Tibete e Paquistão. (KANWAL, 2007)

Na China, as organizações responsáveis pelas questões fronteiriças são o Ministério de Segurança Pública e o *People's Armed Police* (PAP), em português, a Polícia Armada do Povo. O Ministério da Segurança Pública controla o PAP, e junto com a Comissão Militar Central controla o *Border Security*, segurança nas fronteiras em português, uma agência de cumprimento da lei.

Na Rússia, a principal instituição que realiza políticas públicas nessa área é o *Border Guard Service of Russia*, em português, Serviço de Guarda das Fronteiras da Rússia, um ramo do Serviço Federal de Segurança da Rússia.

O Brasil, assim como Rússia, China e Índia, possui uma faixa de fronteira terrestre muito extensa, de 16.885,7 quilômetros de limites geográficos, sendo 9.522,9 km em rios, lagos e lagoas e 7.362,8 km de fronteira seca.¹¹⁹

O Brasil faz fronteira com 10 países da América do Sul, em que o perímetro de fronteira terrestre brasileiro representa 27% do território nacional, abrangendo 11 estados e englobando 588 municípios, que se localizam até 150 km da linha de divisa. A população da faixa de fronteira brasileira é de cerca de 10 milhões de habitantes. (VEDANA, 2012)

No Brasil, várias instituições estão envolvidas em ações nas fronteiras, como a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, às Polícias Militares e Cíveis, a Força Nacional de Segurança Pública (formada por policiais e bombeiros e coordenada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP¹²⁰), as Forças Armadas, dentre outras.

No país existe também a interlocução das Secretarias de Segurança dos estados fronteiriços e Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras (GGIF), criados com o objetivo de melhorar a percepção da segurança pública em algumas regiões fronteiriças. OS GGIF são orientados pelo Plano Estratégico de Fronteiras e representam a ação integrada entre órgãos estaduais e federais.

Nesse sentido, a criação de diretórios regionais na Rússia para defesa das fronteiras assemelha-se com a iniciativa dos GGIF no Brasil.

Outra similaridade entre os países e o Brasil é a ativa participação de alguns Ministérios na coordenação de políticas para as fronteiras. Na China, o Ministério da Defesa Nacional e o Ministério de Segurança Pública atuam nas regiões de fronteira. Na Índia, o Ministério de Assuntos Internos, Ministério da Defesa atuam em coordenação com outras instituições. Na Rússia, o Ministério de Segurança e Assuntos Internos, o Ministério da Agricultura e o Ministério dos Recursos Naturais também atuam na gestão das fronteiras do país.

O Brasil segue o Plano Estratégico de Fronteiras¹²¹, criado pelo decreto 7.496/2011, que tem como beneficiários os 588 municípios localizados na faixa de fronteira e cidades-gêmeas. Alguns municípios possuem uma importância estratégica diferenciada, devido a sua localização, fluxos de pessoas e bens, movimentação de organizações, etc. Dessa forma, os investimentos e ações nas fronteiras focam-se em aproximadamente 180 municípios, principalmente os

119 CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011. Disponível em: <www.camara.gov.br/sileg/integras/931601.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2014.

120 Disponível em: <[121 Disponível em: <\[http://www.seplan.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/plano_estrategico_frenteiras.pdf\]\(http://www.seplan.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/plano_estrategico_frenteiras.pdf\)>. Acesso em: 30 jun. 2014.](http://portal.mj.gov.br/forcanacional/main.asp?ViewID={7C55F195-1FBE-4FE2-9F13-14B250044A4A}¶ms=itemID={03426B26-7B9F-433C-AB4E-27A723369D83};&UIPartUID={2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70-F4CB26}>. Acesso em: 30 jun. 2014.</p></div><div data-bbox=)

investimentos realizados no contexto do Programa Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON).

O Plano Estratégico de Fronteiras tem como eixos estratégicos a política de pessoal; inovações tecnológicas; diagnóstico, acompanhamento e avaliação; integração sistêmica e cooperação; inteligência de segurança pública; política nacional uniforme.

O Plano apresenta diretrizes para as ações que o governo federal pretende empreender para o fortalecimento dos controles na faixa de fronteira, com o objetivo central de reduzir a criminalidade e enfrentar o crime organizado por meio de ações integradas do Ministério da Justiça, do Ministério da Fazenda¹²², do Ministério da Defesa e de estados e municípios brasileiros situados na faixa de fronteira.

A Política de Defesa Nacional (PND), aprovada em 1996 e revisada em 2005, é voltada para ameaças externas, e define a estratégia nacional de segurança e defesa, apontando orientações e diretrizes para o governo, além das ameaças à segurança pública das fronteiras brasileiras, que são fundamentais para a pesquisa. O documento acentua o caráter democrático brasileiro no âmbito interno e pacífico, no âmbito externo, afirmando diretrizes da política externa do país, como a solução pacífica de controvérsias e a busca pelo fortalecimento da segurança internacional.

Na PND de 2005, algumas ameaças são destacadas, como a instabilidade regional, o crime organizado transfronteiriço e as possíveis disputas pelos recursos naturais brasileiros.

Entre os temas mais citados pelos autores estudados na revisão bibliográfica, as ameaças fronteiriças no Brasil são o contrabando de mercadorias, o tráfico de drogas e armas, a cobiça externa dos recursos naturais – como por exemplo o Aquífero Guarani e a Amazônia – lavagem e falsificação de dinheiro e de documentos, populismo venezuelano, o terrorismo, o conflito colombiano – principalmente relacionado às drogas¹²³ e às guerrilhas, além da presença dos Estados Unidos na América do Sul – imigração ilegal, movimentos rebeldes, vulnerabilidade da fronteira entre Brasil-Peru pela existência do narcotráfico e outras atividades ilícitas, “vazios” do Estado em áreas de proteção ambiental e pirataria.

Sobre as fronteiras, Marcos Henrique Camillo Côrtes propõe uma distinção entre fronteiras jurídicas, em seu sentido tradicional, e fronteiras metafísicas, considerada como a “linha de defrontação entre interesses de dois (ou mais) Estados” (2006: 46). As ameaças existentes nas fronteiras jurídicas do Brasil são: ameaças militares potenciais decorrentes de instabilidades de alguns países vizinhos, ameaças armadas de movimentos subversivos que atuam em países vizinhos e que podem “transbordar” para o território brasileiro – cujo caso mais notório, segundo Côrtes, é o das FARC na Colômbia –, atividades do tráfico internacional de drogas, atividades ilícitas como o contrabando, a “pirataria” e a imigração ilegal, os “vazios” do poder do Estado em áreas de proteção ambiental e de reservas indígenas em faixas de fronteira e a “internacionalização” da Amazônia tendo a Guiana Francesa como instrumento inicial. (MONTEIRO, 2009)

122 O Ministério da Fazenda através da Receita Federal do Brasil também faz parte do Plano Estratégico de Fronteiras, através da alteração do Decreto nº 7.496 de 08.06.2011.

123 Nesse sentido, cabe ressaltar o apelo ideológico da questão do tráfico de drogas como ameaça transnacional, que motivou e legitimou a intervenção a estadunidense na Colômbia.

Em 2011, a Operação Sentinela apreendeu 115,2 toneladas de drogas em seis meses. Além disso, pessoas foram presas em flagrante em regiões de fronteira, e veículos, armas de fogo, munições, pacotes de cigarro, fármacos, garrafas de bebida e dinheiro foram apreendidos em grande número nessas regiões.¹²⁴

Em relação às cidades-gêmeas na China, Rússia e Índia, são cidades que tem ligações permanentes com comunidades locais de outros países e fomentam a cooperação em diversos campos com esses países, expandindo a interação entre instituições, as trocas comerciais e o compartilhamento de experiências. Essas cidades também são conhecidas como cidades-irmãs, e cidades-parceiras¹²⁵. Diferentemente do Brasil, as cidades-irmãs nesses países não ficam necessariamente na divisa com municípios do país vizinho, como é o caso de Foz do Iguaçu – Cidade do Leste – Porto Iguaçu.¹²⁶

Deli-Beijing, Bengaluru-Chengu e Kolkata-Kunming são cidades-gêmeas indo-chinesas, por exemplo, e não são cidades fronteiriças.¹²⁷ Macau e Zhunai são cidades-gêmeas chinesas, onde Macau é fronteira regional chinesa com Hong-Kong. Na Rússia, o *oblast* de Leningrado é considerado cidade-gêmea de Lombardy, na Itália, e de Kyoto, no Japão.

124 Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/fronteiras/noticia/4019/Operacao-Sentinela—Apreendeu-115-2-toneladas-de-drogas-em-seis-meses>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

125 *Sister cities* e *partner towns*, em inglês, traduzido pela autora.

126 Disponível em: <<http://cdif.blogspot.com.br/2012/11/cidades-gemeas-municipios-codigo-ibge.html>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

127 Disponível em: <<http://www.dnaindia.com/india/report-india-china-agree-to-set-up-sister-cities-delhi-beijing-bengaluru-chengdu-kolkata-kunming-1907805>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

Capítulo 2



**ESTRATÉGIA MILITAR CHINESA E
POLÍTICAS DE SEGURANÇA NACIONAL
PARA AS FRONTEIRAS**

A região da Ásia-Pacífico é muito importante para o desenvolvimento econômico mundial, e tornou-se palco de interação estratégica entre as potências no novo século. Nos últimos anos a China modernizou-se rapidamente, melhorando sua estabilidade social, ampliando suas relações, sua competitividade internacional e influência. Todavia, a China enfrenta ameaças à sua segurança, e tem a tarefa complexa de salvaguardar sua integridade territorial e o desenvolvimento de seus interesses.

A defesa das fronteiras continua a ser uma das missões centrais das forças armadas chinesas, envolvendo aproximadamente metade das forças terrestres do Exército de Libertação Popular (PLA – *People's Liberation Army*, em inglês). (FRAVEL, 2007)

Existem dois tipos diferentes de forças de combate do PLA para a defesa das fronteiras chinesas. As tropas de defesa das fronteiras do PLA (*bianfang budui*) têm o objetivo de assegurar a primeira linha da fronteira, organizadas em regimentos em cada subdistrito militar “adjacente a uma fronteira internacional”. Cada regimento é composto por três batalhões levemente armados, carecendo de artilharia. Cada regimento tem três companhias, e a força de defesa para as fronteiras do PLA é formada por 60 regimentos e 9 batalhões, constituídos por cerca de 124.500 soldados. Na defesa da primeira linha, as tropas ficam estacionadas vários quilômetros atrás da fronteira internacional, e em tempos de paz conduzem patrulhas para vigilância das fronteiras. (FRAVEL, 2007, p. 723)

As principais forças de combate do PLA, conhecidas como *zhuli*, são a segunda força para a defesa das fronteiras, responsáveis por “repelir um ataque ou conduzir um ataque preventivo em um conflito nas fronteiras chinesas.” Diferentemente das unidades anteriores, essas forças são capazes de conduzir operações combinadas, e possuem divisões blindadas, artilharia pesada e brigadas que são distribuídas em cada região militar e em alguns distritos militares próximos às regiões fronteiriças. (FRAVEL, 2007, p. 723)

A China mantém uma doutrina defensiva de suas fronteiras, em que unidades de infantaria leves ficam estacionadas nas fronteiras, enquanto as unidades capazes de lançar operações mais ofensivas ficam localizadas a centenas de quilômetros das fronteiras, no interior. Tal posicionamento defensivo está estritamente ligado aos conflitos étnicos nas regiões de fronteira. (FRAVEL, 2007)

No pensamento militar chinês, o conceito de defesa das fronteiras é bem amplo, incorporando também a estabilidade política interna das regiões de fronteiras, com foco na ausência de conflitos étnicos e promoção da estabilidade política e econômica dessas regiões. (FRAVEL, 2007)

A questão dos conflitos étnicos é ressaltada pois na China os Han formam mais de 90% da população, e vivem na área conhecida como “China interior”, longe das fronteiras. Todavia, nas regiões fronteiriças vivem uma variedade de minorias étnicas, como os tibetanos e os *uighurs*, ao longo de 90% das fronteiras. Essas minorias aumentam a influência dos países vizinhos na China, o que pode desafiar a integridade territorial do país e enfraquecer a segurança das fronteiras. (FRAVEL, 2007)

O terrorismo e rebeliões contra o governo central nas regiões de fronteira são ameaças internas amplamente discutidas, e as operações de contrainsurgência são um componente de destaque na doutrina do PLA para mitigar tais ameaças. O constante fluxo ilegal transfronteiriço,

principalmente de refugiados de países vizinhos como Coreia do Norte, é outra ameaça à estabilidade das fronteiras. (FRAVEL, 2007)

Além da necessidade de proteção das fronteiras contra ameaças externas, as fronteiras devem ser protegidas pois são consideradas zonas tampão, por conta de seu tamanho e localização. (FRAVEL, 2007)

Apesar da melhoria da segurança das fronteiras, os conflitos étnicos e religiosos continuam, além da disputa por recursos e da expansão do terrorismo internacional, que representam grandes ameaças à estabilidade das fronteiras. (FRAVEL, 2007)

Além disso, os conflitos de interesse com os Estados vizinhos, como as disputas territoriais, são uma forte ameaça à estabilidade das fronteiras. A China travou guerras de fronteira no passado com Índia, Vietnã e Rússia, e atualmente ainda disputa territórios com Índia e Butão, em que o potencial conflito armado com a Índia é um dos focos da doutrina operacional chinesa. A possibilidade de conflito armado por recursos naturais também é uma preocupação real, ao passo que a economia chinesa continua em expansão. (FRAVEL, 2007)

De acordo com a Academia do Exército de *Urumqi*, conflitos fronteiriços podem surgir quando superpotências procuram expandir sua esfera de influência, como a existência de destacamentos militares estadunidenses na Ásia Central; quando poderes regionais assumem políticas expansionistas como Rússia e Índia, que podem interferir no crescimento de poder chinês; quando líderes de um país criam uma crise para desviar a atenção do povo dos problemas internos. (FRAVEL, 2007)

O ambiente diplomático das fronteiras chinesas também impulsiona ameaças, pois a China faz fronteira com 14 países politicamente e etnicamente diversos, com forte poderio militar. Paquistão, Coreia do Norte, Índia e Rússia possuem armas nucleares, por exemplo.

Além disso, as fronteiras terrestres chinesas também são muito extensas, constituindo mais da metade do país, estendendo-se por mais de 22.000 km. A extensão das fronteiras representa uma ameaça pois os líderes do país devem balancear muito bem as tropas pelas fronteiras terrestres. As fronteiras localizam-se em regiões de difícil acesso, como desertos, planaltos e florestas tropicais, e representam também as áreas mais pobres da China, dificultando ainda mais o seu desenvolvimento. (FRAVEL, 2007)

Outro desafio externo para a gestão das fronteiras é a própria globalização, pois a China precisa equilibrar esforços para abrir suas fronteiras para o comércio internacional com seus vizinhos sem perder estabilidade política. (FRAVEL, 2007)

As ameaças à segurança citadas no “Livro Branco” da Defesa Nacional da China são as alianças militares por parte de outros países na Ásia-Pacífico; a situação da soberania marítima chinesa, que é complicada por conta de alguns países vizinhos como o Japão, que tem gerado conflitos sobre as Ilhas *Diaoyu*; as ameaças das chamadas “três forças”, o terrorismo, separatismo e extremismo; as forças separatistas em Taiwan que buscam a independência da China; desastres naturais; novos tipos de guerra, que exigem aceleração da mecanização e do desenvolvimento de tecnologias militares cada vez mais sofisticadas para a manutenção da competitividade; a necessidade de desenvolvimento de áreas como espaço cibernético e espaço exterior.

As forças armadas chinesas têm expandido suas visões de estratégia de segurança nacional, visando desenvolver tecnologias mais avançadas, vencer guerras locais, planejar suas ações em tempo de paz, realizar tarefas militares diversificadas e lidar com as diversas formas de ameaças à segurança de maneira eficaz.

Para isso, as forças armadas aderem às políticas e princípios fundamentais “salvaguardando a soberania nacional, a segurança e a integridade territorial, e apoiando o desenvolvimento pacífico do país. Este é o objetivo dos esforços da China em fortalecer sua defesa nacional e a sagrada missão das suas forças armadas, como estipulado na Constituição da República Popular da China e outras leis relevantes.”¹²⁸(WHITE PAPER, 2013, p. 2)

Cabe às forças armadas chinesas implementar uma estratégia militar de defesa ativa; defender as fronteiras; prevenir e resistir à agressão; conter forças separatistas; ser responsável pela segurança costeira e aérea; proteger os direitos marítimos nacionais; proteger os interesses de segurança nacional no espaço cibernético e exterior.

As forças armadas chinesas desenvolvem relações militares cooperativas com outros Estados, promovendo mecanismos voltados para a construção de confiança nas regiões fronteiriças. A China tem uma participação ativa nas áreas de segurança e política internacional, e seu desenvolvimento está ligado à paz mundial e à estabilidade regional. A China participa de Operações de Paz da Organização das Nações Unidas (ONU), enviando soldados para regiões de conflito, assim como o Brasil. A China já enviou cerca de 22.000 militares pelo PLA para participarem de 23 missões de manutenção da paz da ONU.

Além de operações de paz da ONU, a China tem participado ativamente em operações de ajuda humanitária em situações de desastres internacionais, realizando ações como resgates e operações voltadas para a redução de desastres.¹²⁹

As forças armadas chinesas são formadas pelo PLA, pela Polícia Armada Popular (*People's Armed Police* – PAPF ou PAP) e a milícia. As forças armadas são responsáveis pela defesa dos interesses da soberania nacional, da segurança e do desenvolvimento.

A Polícia Armada Popular é uma organização paramilitar chinesa responsável pela segurança doméstica, e dentro do PAP existe também uma unidade responsável pela segurança das fronteiras.

O PAP contribui com dois tipos de unidades de defesa de fronteira: primeiro, mantém suas próprias tropas de defesa da segurança pública das fronteiras, conhecidas como *gongan bianfang budui*, que são unidades de infantaria leve. A principal responsabilidade dessas tropas é a aplicação da lei e manutenção da segurança interna, mas também são responsáveis pela estabilidade das regiões de fronteira a partir da realização de atividades contra o terrorismo e contra movimentos separatistas. Além disso, em tempos de paz realizam a inspeção da imigração nas fronteiras e possibilitam a segurança portuária e em tempos de guerra auxiliam o PLA na defesa da primeira linha das fronteiras. (FRAVEL, 2007)

O segundo tipo de unidade de defesa das fronteiras do PAP é a força de segurança interna (*neiwei budui*), responsável pela segurança além das fronteiras, sediada em regiões

128 Disponível em: <http://eng.mod.gov.cn/Database/WhitePapers/2013-04/16/content_4442752.htm>. Acesso em: 22 jun. 2014.

129 Disponível em: <http://eng.mod.gov.cn/Database/WhitePapers/2013-04/16/content_4442756.htm>. Acesso em: 22 jun. 2014.

administrativas em regiões fronteiriças chinesas tais como Gansu, Xinjiang, Yunnan e Liaoning. (FRAVEL, 2007)

Existem aproximadamente 100.000 soldados do PAP, cerca de 10% da força total do PAP na defesa da segurança pública das fronteiras chinesas.

O PLA Army (PLAA – Exército do PLA, em português) possui unidades de defesa das costas e fronteiras em sua composição, além de unidades de guarnição, sendo responsável por operações em terra. O PLAA tem uma força total de 850.000 soldados, distribuídos em sete áreas diferentes do comando militar.¹³⁰

O Livro Branco publicado em 2013 é concluído com a ideia de que as forças armadas da China cumpriram efetivamente suas missões históricas, e reforçaram a capacidade de realizar tarefas militares diversificadas, um de seus grandes objetivos, em que o mais importante era que as forças armadas vencessem guerras locais mais desenvolvidas tecnologicamente.

Além disso, “defenderam a soberania nacional, integridade territorial e segurança, garantiram fortemente o desenvolvimento econômico e social e nacional e garantiram que as pessoas pudessem viver e trabalhar em paz e estabilidade.” (WHITE PAPER, 2013, p. 2)

A China busca uma política de defesa nacional defensiva, que inclui principalmente: defender a segurança e a unidade nacional; garantir os interesses do desenvolvimento nacional; alcançar o desenvolvimento sustentável e coordenado da defesa nacional e das forças armadas; melhorar o desempenho das forças armadas com o desenvolvimento de tecnologias voltadas para informação e comunicação; implementar uma estratégia militar de defesa ativa; seguir uma estratégia nuclear de autodefesa; promover um ambiente de segurança propício ao seu desenvolvimento pacífico.

De acordo com David Finkelstein (1999), os três objetivos da segurança nacional chinesa são a busca pela soberania, modernidade e estabilidade, que capturam a essência da Revolução Chinesa. (FINKELSTEIN, 1999)

That revolution has been in motion since the last decades of the Ch'ing (Qing) Dynasty. The Chinese proudly proclaim over five thousand years of continuous civilization, and rightly so. But China is new to the business of developing a nation-state—less than one hundred years, less experience than the United States. The history of the Chinese Revolution has been, and continues to be, the story of the difficult transformation of an ancient traditional civilization into a modern nation-state. Every stage of the revolution has more or less sought the same three objectives: sovereignty, modernity, and stability. From K'ang Yu-wei to Dr. Sun Yat-sen to Republican China under Chiang Kai-Shek, to Deng Xiaoping and now Jiang Zemin – all have attempted to achieve these goals. Where there has been divergence has been in the “ways” to achieve those “ends.” (FINKELSTEIN, 1999, p. 103)¹³¹

130 Disponível em: <http://eng.mod.gov.cn/Database/WhitePapers/2013-04/16/content_4442757.htm>. Acesso em: 22 jun. 2014.

131 Essa revolução tem estado em movimento desde as últimas décadas da Dinastia Ch'ing (Qing). Os chineses proclamam com orgulho mais de cinco mil anos de civilização contínua, e com razão. Mas a China é nova para os negócios de desenvolver um Estado-Nação – menos de cem anos, menos experiência do que os Estados Unidos. A história da Revolução Chinesa tem sido, e continua a ser, a história da transformação difícil de uma antiga civilização tradicional em um Estado-Nação moderno. Cada etapa da revolução tem buscado mais ou menos os mesmos três objetivos: a soberania, modernidade e estabilidade. De K'ang Yu-wei a Dr. Sun Yat-sen à China Republicana sob Chiang Kai-Shek, para Deng Xiaoping e agora Jiang Zemin – todos tem tentado alcançar essas metas. Onde tenha havido divergência tem sido nas “maneiras” para atingir aqueles “fins”. (FINKELSTEIN, 1999, p. 103). Traduzido pela autora.

Sobre a estratégia militar nacional da China, os três principais conjuntos de objetivos são: “proteger o partido e salvaguardar a estabilidade, defender a soberania e derrotar a agressão, modernizar as Forças Armadas e construir a nação.” (FINKELSTEIN, 1999, p. 108)

Os principais líderes militares chineses frequentemente citam esses objetivos em declarações públicas, ao discorrerem sobre a estratégia militar nacional. Nesse sentido, os parágrafos anteriores baseados no Livro Branco da Defesa publicado pela China confirmam esses objetivos, ao passo que foram citadas diversas vezes a importância da modernização do exército, da defesa da soberania e da manutenção da estabilidade. (FINKELSTEIN, 1999)

Além desses objetivos, cabe salientar que outro objetivo estratégico nacional chinês importante é a unificação de Taiwan. (FRAVEL, 2007)

While acknowledging the importance of a Taiwan conflict, analysis of China’s military doctrine and force structure for frontier defense should yield several insights. First, how the PLA seeks to secure its borders provides a context for assessing the amount of resources devoted to Taiwan as opposed to other contingencies for which China’s armed forces must plan, prepare and train. Second, it can help determine whether China will adopt an offensive or defensive posture on the Asian continent as it continues to rise in power. Third, similarly, it can illuminate the PLA’s ability to project power over land in the region. (FRAVEL, 2007, p. 707)¹³²

No “*Annual Report to Congress: Military and Security Developments Involving the People’s Republic of China 2013*”¹³³, publicado pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos, há posicionamentos sobre a modernização militar da China, que envolve a vontade por parte das forças armadas chinesas de melhorar sua capacidade de lutar e ganhar conflitos regionais de curta duração; a preparação para um possível conflito em Taiwan; a necessidade de lidar com missões diversificadas, provendo assistência humanitária e alívio de desastres naturais; a luta contra a pirataria.

O PLA tem se modernizado adquirindo armas e tecnologias avançadas. Além disso, tem desenvolvido sua capacidade operacional além da Ásia, acessando também práticas militares estrangeiras. Ao incentivar relações com militares estrangeiros, a China tem buscado aumentar sua influência em outros países, a partir de visitas diplomáticas e participação em reuniões, da realização de treinamentos militares conjuntos com países vizinhos, da participação em operações de paz da ONU, da assistência dada a países que passaram por desastres naturais, etc.

O relatório é uma fonte estadunidense, que traz uma nova visão sobre as políticas de defesa na China, e que reforça também as informações trazidas pelo Livro Branco da Defesa da China, citadas anteriormente, permitindo uma construção sólida sobre os princípios da defesa no país.

¹³² Apesar de reconhecer a importância de um conflito com Taiwan, a análise da doutrina militar da China e da estrutura de força para defesa da fronteira deve fornecer vários *insights*. Primeiro, o modo como o PLA busca assegurar suas fronteiras fornece um contexto para avaliação da quantidade de recursos devotados para Taiwan em oposição a outras contingências para as quais as forças armadas da China devem planejar, preparar e treinar. Em segundo lugar, pode ajudar a determinar se a China vai adotar uma postura ofensiva ou defensiva no continente asiático uma vez que continua a subir no poder. Em terceiro lugar, de forma semelhante, ele pode iluminar a capacidade do PLA para projetar poder terrestre na região. (FRAVEL, 2007, p. 707) Traduzido pela autora.

¹³³ “Relatório Anual Ao Congresso 2013: Desenvolvimentos Militares e de Segurança Envolvendo a República Popular da China”, em português. Disponível em: <http://www.defense.gov/pubs/2013_china_report_final.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2014.

Os gastos com defesa na China são guiados pelas demandas da defesa nacional e do desenvolvimento econômico. Com essa coordenação, os gastos têm sido razoáveis e adequados. De 1978 a 1987, a China passou a focar mais no desenvolvimento econômico, reduzindo o orçamento da defesa nacional. Dessa maneira, aos poucos o país foi equilibrando os gastos com a defesa, seguindo assim seu crescimento econômico. (USA D.D. ANNUAL REPORT, 2013)

Desde 2011, parte do aumento dos gastos com defesa deu-se com o aumento dos salários dos militares; com a compensação de aumento dos preços, que levou com que a China aumentasse os subsídios dos militares; com despesas com educação, treinamento, petróleo e óleos para as forças armadas; com a melhoria das condições de vida em áreas de fronteira e zonas costeiras; com a promoção da Revolução em Assuntos Militares (*Revolution in Military Affairs* – RMA – Revolução em Assuntos Militares, em português); com investimento em modernização e alta tecnologia militar.¹³⁴

Em 2013 houve aumento de 10,7% do orçamento militar anual chinês, que foi para 114 bilhões de dólares. Entre 2003 e 2012 o orçamento militar cresceu em média 9,7% ao ano, representando o esforço chinês de modernizar o PLA. No relatório, são descritas as principais aquisições chinesas para a modernização da defesa, tanto na indústria naval, como na indústria de aviação, na indústria de armamentos, na indústria espacial e de mísseis, etc. (USA D.D. ANNUAL REPORT, 2013)

O relatório traz também uma tabela de comparação do orçamento de defesa, ajustada pela inflação, entre China, Rússia, Japão, Índia, República da Coreia e Taiwan. Em 2012, o orçamento de defesa da China foi de 106,7 bilhões de dólares; da Rússia, foi de 61,3 bilhões de dólares; do Japão, 58 bilhões de dólares; da Índia, 45,5 bilhões de dólares; da República da Coreia, 29,2 bilhões de dólares; de Taiwan, 10,8 bilhões de dólares. (USA D.D. ANNUAL REPORT, 2013)

A tabela mostra como o orçamento de defesa da China destaca-se em relação aos outros países asiáticos, e como o país tem investido fortemente nessa área. Para fortalecer as fronteiras, a China tem priorizado também programas de mísseis balísticos em terra para fortalecer sua capacidade de ataque nessas regiões, a partir do desenvolvimento e teste de novos mísseis e atualização de sistemas mais antigos.

Além disso, o Departamento Anti-Contrabando, subordinado ao Ministério da Segurança Pública da China, investiga ações criminosas e casos de contrabando ao longo dos postos localizados em fronteiras terrestres chinesas e nos rios.

2.1. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DAS FRONTEIRAS

A China tem realizado patrulha de fronteira conjuntamente com outros países. Em fevereiro de 2001, militares da China e Cazaquistão realizaram a primeira patrulha de fronteira conjunta, sob o comando da Área de Comando Militar de Xinjiang e do PLA. Dentro de

¹³⁴ Disponível em: <<http://eng.mod.gov.cn/Database/Expenditure/index.htm#>>. Acesso em: 23 jul. 2014.

suas respectivas áreas de defesa, os dois países realizaram inspeções no território fronteiriço de cada lado, trabalhando conjuntamente no exame de seções principais, além de realizarem cooperativamente treinamentos voltados à utilização dos meios de comunicação entre os postos.

De acordo com o comandante do Sub-Comando militar de Yili, a cooperação entre os países aumentou a confiança mútua, mudando a situação da gestão de fronteira desses dois países, de disputas territoriais e prevenção unilateral de invasões armadas para um ambiente de cooperação e combate conjunto contra atividades ilegais como ataques terroristas, tráfico de drogas e contrabando nas regiões de fronteira.¹³⁵

Em 2012, China e Mongólia também conduziram patrulha de fronteira conjunta pela primeira vez, buscando defender a fronteira terrestre de 200 km entre os países, concentrados nas rotas de comércio do porto de Takeshenken. A patrulha conjunta foi definida em reunião durante o Festival de Primavera Chinês de 2012, e foi acordado que durante a patrulha os países analisariam seções principais e iriam propor sugestões para a melhoria da gestão das fronteiras, buscando compreender a gestão de fronteira e medidas de controle de cada um, como a gestão do armamento, por exemplo. Além disso, cabe salientar que os soldados de ambos os países realizaram a patrulha dentro de seus respectivos limites nacionais.¹³⁶

China e Vietnã realizaram patrulha conjunta pela primeira vez em março de 2013, na fronteira marcada como 741, entre China e Vietnã. Os órgãos representativos de defesa dos dois países entraram em consenso, e através da patrulha conjunta ambos os países acumularam e compartilharam experiências para uma gestão eficaz e promoção da segurança de suas fronteiras. (DIANHONG; YAN, 2013)

Dessa maneira, a diplomacia militar chinesa tem desenvolvido uma ampla cooperação multi-dimensional, estabelecendo ligações com mais de 150 países, criando escritórios militares em outros países, recebendo escritórios de outros países e trocando mecanismos de defesa e tecnologias, fomentando assim a confiança mútua.¹³⁷

China has been carrying out reform and opening-up for 30 years and has witnessed innovation, development and abundant achievements of military diplomacy within 30 years. These achievements are based on the vast wisdom and capability of military officers involved in doing foreign affairs and military attaches stationing overseas who are loyal to their Party, motherland, people and duty. Looking backward, I feel that today's military diplomacy is standing at a new starting point. Looking forward, I believe that our military diplomacy will definitely create more splendid history under the staunch leadership of the Party and guidance of the scientific outlook on development.¹³⁸ (DONGMEI, p. 1, 2008)

135 Disponível em: <http://eng.mod.gov.cn/DefenseNews/2011-02/11/content_4224209.htm>. Acesso em 24 jul. 2014.

136 Disponível em: <http://eng.mod.gov.cn/DefenseNews/2012-03/20/content_4352835.htm>. Acesso em 24 jul. 2014.

137 Disponível em: <http://eng.mod.gov.cn/Opinion/2008-12/24/content_4024541.htm>. Acesso em: 24 jul. 2014.

138 *Ibid.*

139 A China vem realizando reforma e abertura há 30 anos e tem testemunhado inovação, desenvolvimento e conquistas abundantes da diplomacia militar dentro de 30 anos. Essas conquistas são baseadas na vasta sabedoria e capacidade de militares envolvidos em fazer negócios estrangeiros e militares estacionados no exterior que são leais a seu Partido, pátria, povo e dever. Olhando para trás, eu sinto que a diplomacia militar de hoje definitivamente criará mais história esplêndida sob a liderança firme do Partido e orientação da visão científica sobre o desenvolvimento. (DONGMEI, p. 1, 2008) Traduzido pela autora.

2.2. POLÍTICAS DE DEFESA DAS FRONTEIRAS NA CHINA

No sítio oficial do Ministério da Defesa Nacional da China há várias informações sobre as políticas de defesa das fronteiras no país, além de publicações tais como livros brancos, leis e regulamentos, histórico militar, cooperação regional, treinamentos, intercâmbios militares, etc.

As forças armadas são responsáveis pela segurança das fronteiras e pela segurança aérea e costeira, exercendo jurisdição sobre fronteiras terrestres e zonas marítimas. No Livro Branco publicado em abril de 2013 em Beijing, intitulado “O Emprego Diversificado das Forças Armadas da China”, o terceiro capítulo versa sobre a defesa da soberania nacional, segurança e integridade territorial.¹⁴⁰ Nesse documento é possível identificar algumas diretrizes das forças armadas da China voltadas para a defesa das fronteiras, fundamentais para a elaboração do trabalho.

A China é um dos países que possui mais vizinhos e uma das maiores faixas terrestres de fronteira, de mais de 22.000 quilômetros, além da faixa litorânea, que possui cerca de 18.000 quilômetros. (WHITE PAPER, 2013)

Um dos princípios chineses para a segurança das fronteiras é conhecido como “fronteira estratégica”. Esse princípio abrange áreas competitivas que implicam uma noção de força nacional compreensiva, incluindo fronteiras marítimas e espaciais, por exemplo, relacionadas ao desenvolvimento tecnológico e econômico do país. Outro princípio militar utilizado pelo exército chinês é o de “iniciativa estratégica através de ação preventiva”, em que o PLA busca ganhar iniciativa ao atacar primeiro, em vez de esperar o inimigo atacar, o que reflete a necessidade de atacar rapidamente e decisivamente. (SWAINE, 1998)

O PLAA mantém forças de defesa costeira e de fronteiras estacionadas nessas áreas, que são responsáveis por tarefas administrativas além da defesa, “tais como salvaguardar as fronteiras nacionais, costas e ilhas, resistindo e protegendo o país contra invasores estrangeiros, usurpações e provocações, e auxiliar a repressão de sabotagem, de terroristas e de crimes transfronteiriços”. (WHITE PAPER, 2013)

Essas forças concentram suas tarefas em prontidão no combate, fortalecimento da defesa e vigilância das áreas sensíveis, como cursos de água e zonas marítimas de fronteira, mantendo uma guarda rigorosa contra qualquer invasão e violação das políticas e leis fronteiriças, em tempo hábil. Além disso, também são responsáveis por realizar o controle e gestão civil-militar e responder prontamente possíveis missões, garantindo a estabilidade das fronteiras e da costa. (WHITE PAPER, 2013)

A China tem acordos de cooperação de fronteira com sete países vizinhos além de mecanismos com 12 países vizinhos, voltados para a realização de reuniões e palestras sobre defesa das fronteiras. As forças do PLA responsáveis pela defesa das fronteiras e da costa realizam patrulhas conjuntas e treinamentos de gestão de controle com Rússia, Cazaquistão, Mongólia e Vietnã. Além disso, realizam inspeções conjuntas para verificar a implementação de medidas de construção de confiança nas áreas de fronteira com Tadjiquistão, Rússia, Quirguistão e Cazaquistão. (WHITE PAPER, 2013)

¹⁴⁰ Disponível em: <http://eng.mod.gov.cn/Database/WhitePapers/2013-04/16/content_4442754.htm>. Acesso em: 22 jul. 2014.

O PLAN (*People's Liberation Army Navy* – Marinha do Exército de Libertação Popular, em português) é responsável pela segurança marítima, e estabelece mecanismos de patrulha para manter a paz e estabilidade, como o acordo sobre patrulhas conjuntas com o Vietnã, assinado em 2006, em que as marinhas dos dois países organizam patrulhas conjuntas duas vezes ao ano. O PLAN trabalha também em coordenação com departamentos locais para conduzir pesquisas e construir sistemas como navegação por satélite, observação meteorológica marítima, entre outros. Além disso, responsabiliza-se pelo cumprimento da lei, exercendo jurisdição sobre crimes cometidos nas zonas marítimas chinesas. (WHITE PAPER, 2013)

A força de segurança pública das fronteiras é um órgão de aplicação da lei armado, implementado pelo Estado para assumir responsabilidades de “salvaguardar a soberania nacional, manter a segurança e estabilidade nas fronteiras, zonas costeiras e marítimas, bem como as ordens de entrada e saída dos portos.” (WHITE PAPER, 2013, p. 5)

As ações voltadas para a segurança das fronteiras tem sido a criação de postos de vigilância nas regiões de fronteira, inspeções rigorosas nos portos e regiões fronteiriças, que evitam atividades terroristas, sabotagem e movimentos separatistas. (WHITE PAPER, 2013)

Desde 2011, a força de segurança pública das fronteiras lidou com 47.445 casos, apreendeu 12.357 kg de drogas, confiscou 125.115 armas ilegais, e rastreou 5.607 pessoas que tentaram atravessar fronteiras ilegalmente. (WHITE PAPER, 2013)

Além de realizar atividades para combater o crime e manter a estabilidade das regiões de fronteira, a força de segurança pública das fronteiras estabelece também áreas de vigilância das fronteiras de 20 a 50 metros de profundidade ao longo da fronteira terrestre e zonas costeiras próximas a Macau e Hong Kong, além das zonas de vigilância ao longo das fronteiras e das zonas de defesa marítima; toma medidas rigorosas contra a pesca transfronteiriça; fortalece o cumprimento da lei com patrulhas de segurança costeira; realiza resgates de emergência. (WHITE PAPER, 2013)

A milícia chinesa também realiza esforços conjuntos de defesa civil-militar, assumindo tarefas de proteção e controle nas áreas de fronteira e zonas costeiras, como a patrulha dessas regiões ao longo do ano, sendo uma força fundamental para a manutenção da estabilidade social. Sob a orientação dos órgãos militares, a milícia participa da defesa conjunta da segurança pública, impulsionando a gestão social integrada do governo chinês. A cada ano, por exemplo, cerca de 90.000 milicianos realizam tarefas como a guarda de pontes, estradas de ferro e túneis em áreas de fronteira.

A defesa aérea é feita pelo *People's Liberation Army Air Force* (PLAAF – Força Aérea do Exército de Libertação Popular, em português), que tem um sistema de defesa composto por seis subsistemas de “reconhecimento e vigilância, comando e controle, defesa aérea terrestre, suporte integrado e defesa aérea civil”. (WHITE PAPER, 2013)

The PLAAF organizes the following routine air defense tasks: reconnaissance and early warning units are tasked with monitoring air situations in China's territorial air space and surrounding areas and keeping abreast of air security threats. Command organs at all levels are tasked with assuming routine combat readiness duties with

the capital as the core, and border and coastal areas as the key, and commanding air defense operations at all times. Routine air defense troops on combat duty are tasked with carrying out air vigilance and patrols at sea, conducting counter-reconnaissance in border areas and verifying abnormal and unidentified air situations within the territory. The air control system is tasked with monitoring, controlling and maintaining air traffic order so as to ensure flight safety¹⁴¹. (WHITE PAPER, 2013, p. 3)

As forças armadas chinesas possuem um sistema de segurança conhecido como prontidão de combate, importante para lidar com emergências e os vários tipos de ameaças à segurança do país, mantendo a ordem das áreas de fronteira e protegendo a soberania nacional. Esse sistema desenvolve a infraestrutura necessária para a prontidão de combate, a partir da institucionalização de sistemas e mecanismos, da realização de treinamentos orientados por cenários, e da organização de deveres de guarda e alerta nas regiões de fronteira. As forças assumem então diferentes níveis de prontidão, com orientações estratégicas inter-relacionadas e dispostas para a realização de tarefas operacionais ágeis em qualquer momento. (WHITE PAPER, 2013)

As forças armadas também assumem funções relacionadas ao desenvolvimento social e econômico nacional, mantendo a estabilidade e protegendo os interesses de desenvolvimento do país. No capítulo IV, intitulado “Apoiando o Desenvolvimento Econômico e Social Nacional” do livro branco publicado em 2013¹⁴², são encontradas informações sobre os projetos das forças armadas nessas áreas. O PLA e o PAPF utilizam seus recursos tecnológicos e vantagens em pessoal e infraestrutura para apoiar projetos locais relevantes, como projetos de conservação ambiental e de desenvolvimento de áreas rurais, além de iniciativas para a redução da pobreza.

Além disso, as forças armadas proporcionam ajuda financeira para a educação, transferem tecnologia e fornecem apoio a serviços médicos. De 2009 a 2012, as forças armadas financiaram e construíram 57 escolas em regiões habitadas por minorias étnicas, em regiões do Tibete e Xinjiang, proporcionando a educação para mais de 30.000 crianças. (WHITE PAPER, 2013)

China's armed forces bring into full play the advantages of hydroelectric, transportation, engineering and cartographic units, and support national and local infrastructure construction related to national economy and people's livelihood in such areas as transportation, water conservancy, energy and communications. Since 2011, the PLA and PAPF have contributed more than 15 million work days and over 1.2 million motor vehicles and machines, and have been involved in more than 350 major province-level (and above) projects of building airports, highways, railways and water conservancy facilities. The PAPF hydroelectric units have partaken in the construction of 115 projects concerning water conservancy, hydropower, railways and gas pipelines in Nuozhadu (Yunnan), Jinping (Sichuan) and Pangduo (Tibet). In addition, PAPF transportation units have undertaken the construction of 172 projects, including highways in the Tianshan Mountains in the Xinjiang Uygur Autonomous

141 O PLAA organiza as seguintes tarefas de defesa aérea de rotina: unidades de reconhecimento e de alerta precoce tem a tarefa de monitorar situações aéreas no espaço territorial da China e áreas adjacentes e se manter a par de ameaças à segurança aérea. Órgãos de Comando em todos os níveis têm a tarefa de assumir deveres de prontidão de combate de rotina com a capital como o núcleo, e fronteiras e zonas costeiras como a chave, e comandar operações de defesa aérea todo o tempo. Tropas de defesa aérea de rotina no dever de combate são encarregadas de realizar vigilância aérea e patrulhas no mar; conduzindo contra-reconhecimento em áreas de fronteira e verificando situações aéreas anormais e não identificadas dentro do território. O sistema de controle aéreo tem a tarefa de monitoramento, controle e manutenção da ordem de tráfego aéreo, para assegurar a garantia de segurança do voo. (WHITE PAPER, 2013, p. 3)

142 Disponível em: <http://eng.mod.gov.cn/Database/WhitePapers/2013-04/16/content_4442755.htm>. Acesso em: 22 jul. 2014.

Region, the double-deck viaduct bridge over the Luotang River in Gansu Province and the Galungla Tunnel along the Medog Highway in the Tibet Autonomous Region, with a total length of 3.250 km.¹⁴³ (WHITE PAPER, 2013, p. 4)

Além de participarem ativamente na construção de infraestrutura local e nacional, as forças armadas também atuam como força de choque em situações de emergência causadas por desastres naturais, realizando tarefas de resgate e operações especializadas como o reparo de estradas, evacuação de pessoas, busca e resgate marítimo, controle epidêmico, assistência a governos locais na reconstrução, entre outras tarefas. Atualmente existem unidades de emergência pelo país prontas para agir em situações de emergência que envolvam terremotos, inundações, reparação de instalações elétricas e de transporte, assistência médica, etc.

Since 2011, the PLA and PAPF have contributed a total of 370,000 servicepersons and 197,000 vehicles or other machines of various types, flown over 225 sorties (using fixed-wing aircraft and helicopters), organized 870,000 militiamen and reservists, participated in emergency-rescue and disaster-relief operations in cases of floods, earthquakes, droughts, ice jams, typhoons and fires, rescued or evacuated more than 2.45 million people, and rushed 160,000 tons of goods to disaster areas. Every year, the army aviation flies hundreds of sorties to prevent and fight forest and grassland fires on a regular basis.¹⁴⁴ (WHITE PAPER, 2013, p. 4)

Em relação à manutenção da estabilidade social, as forças armadas chinesas realizam ações contra atividades terroristas, por exemplo. O PAPF é uma força de choque do estado que lida com emergências públicas e que busca manter a estabilidade social. Dentro do PAPF, foi criada uma estrutura de força de combate ao terrorismo, com esquadrões especiais, capazes de responder a emergências em nível estadual, provincial e municipal. Nesse sentido, missões de guarda, missões para verificação da segurança de instalações em áreas importantes, além da instalação de postos de controle em estradas principais e patrulhas foram criadas.

O PAPF trabalha em coordenação com órgãos de segurança pública, e de 2011 a 2012 respondeu prontamente a várias emergências ligadas a atividades terroristas, contribuindo com mais de 1,6 milhão de pessoas. O PAPF lidou com 68 incidentes violentos, resgatou 62 reféns, e promoveu a segurança de grandes eventos no país. Nessa área, o PLAN também auxilia na segurança pública, sendo um dos grandes responsáveis para a proteção contra ameaças marítimas e também contra-ataques terroristas. (WHITE PAPER, 2013)

¹⁴³ As forças armadas da China põem em jogo as vantagens de unidades hidrelétricas, de transporte, de engenharia e cartográficas, e apoiam a construção de infraestrutura nacional e local relacionada à economia nacional e à vida da população em áreas como transporte, conservação da água, energia e comunicações. Desde 2001, o PLA e o PAPF têm contribuído com mais de 15 milhões de dias de trabalho e mais de 1,2 milhão de automóveis e máquinas, e tem se envolvido em mais de 350 projetos maiores em nível de província (e acima) de construção de aeroportos, rodovias, ferrovias, e instalações de conservação de água. As unidades hidrelétricas do PAPF têm participação na construção de 115 projetos relativos à conservação da água, energia hidrelétrica, ferrovias e gasodutos em Nuozhadu (Yunnan), Jinping (Sichuan) e Pangduo (Tibete). Além disso, as unidades de transporte do PAPF empreenderam a construção de 172 projetos, incluindo estradas nas montanhas Tianshan na Região Autônoma de Xinjiang Uygur, a ponte viaduto de dois andares sobre o Rio Luotang na província de Gansu e o Túnel Galungla ao longo da Estrada Medog na Região Autônoma do Tibete, com um comprimento total de 3.250 km. (WHITE PAPER, 2013, p. 4) Traduzido pela autora.

¹⁴⁴ Desde 2011, o PLA e o PAPF contribuíram com um total de 370.000 pessoas de serviço e 197.000 veículos e outras máquinas de vários tipos, voaram mais de 225 missões (utilizando aeronaves de asa-fixa e helicópteros), organizaram 870.000 milicianos e reservistas, participaram em operações de resgate de emergência e de ajuda humanitária em casos de inundações, terremotos, secas, degelo, tufões e incêndios, resgataram e evacuaram mais de 2,45 milhões de pessoas, e entregaram 160.000 toneladas de produtos para áreas de desastre. Todos os anos, a aviação do Exército voa regularmente centenas de missões para prevenir e combater os incêndios florestais e de pastagens. (WHITE PAPER, 2013, p. 4) traduzido pela autora.

2.3. PROJETOS RELACIONADOS AO DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURA DAS FRONTEIRAS E SITUAÇÃO ATUAL DAS FRONTEIRAS CHINESAS

Nesse subtópico serão apresentados alguns projetos chineses voltados para o desenvolvimento de infraestrutura das fronteiras, assim como a situação atual das fronteiras chinesas, a partir de matérias publicadas no *PLA Daily*, diário oficial das forças armadas chinesas sobre a defesa das fronteiras e da costa.

A China tem incentivado o desenvolvimento de projetos rodoviários ao longo da fronteira com a Índia, dentro da Linha de Controle Atual (*Line of Actual Control – LAC*, em inglês). Um dos principais projetos consiste na construção de estradas dentro dos 100 km da LAC, que tem 4.056 km de extensão com a China e engloba três estados indianos: Uttaranchal, Himachal Pradesh e Sikkim. Na fronteira com a Índia existem cerca de 73 projetos voltados para a construção de estradas, mas 50 estão atrasados devido a licenças ambientais. Tais projetos visam a construção de estradas com extensão total de 3.787 km, nos estados de Jammu e Caxemira, Sikkim, Uttrakhand, Himachal Pradesh e Arunachal Pradesh. O Ministro do Interior indiano disse a oficiais em seu Ministério que preocupações relacionadas à segurança terão prioridade sobre questões ambientais, e que as estradas devem ser construídas logo.¹⁴⁵

Todavia, alguns projetos foram atrasados, e o Ministro do Meio Ambiente indiano, Prakash Javadekar, afirmou que os atrasos em projetos de defesa deram-se pelo processo de tomada de decisão política de caso a caso.¹⁴⁶

As fronteiras entre Índia e China ainda não foram completamente delimitadas, e existem várias disputas territoriais históricas entre os países. Os países não concordam com a delimitação das fronteiras, que não forma oficialmente desenhadas. Índia é o segundo maior vizinho da China, e ambos compartilham 2.000 km de fronteiras terrestres. Os países disputam setores na Linha *McMahon*¹⁴⁷, que vai da junção tripla entre Índia, China e Butão; setores na junção entre China, Índia e Nepal, com cerca de 2.000 km de terras disputadas; e o setor ocidental, que vai da passagem de Karakoram à junção entre a Tibete Ngari, La dwags e Himachal Pradesh, compreendendo uma área de 600 km. (ZHANG; LI, 2013)

Aksai Chin é também uma das áreas disputadas, controlada pela China, compreendendo cerca de 33.500 quilômetros quadrados de terra, representando um ponto importante de passagem entre Tibete e Xingjiang. (ZHANG; LI, 2013)

Além disso, Índia acusa a China de ter cruzado a LAC, pois tropas chinesas acamparam em território indiano em 2013, na fronteira do Himalaia. Tal incidente destacou a volatilidade das relações entre Índia e China, além de outras disputas fronteiriças. (ZHANG; LI, 2013)

145 Disponível em: <http://articles.economicstimes.indiatimes.com/2014-07-31/news/52285261_I_I_india-china-border-border-outposts-home-minister-rajnath-singh>. Acesso em: 07 ago. 2014.

146 Disponível em: <<http://timesofindia.indiatimes.com/india/Road-projects-along-China-border-to-get-fast-track-approval/articleshow/36429978.cms>>. Acesso em: 28 jul. 2014.

147 Com a independência da Índia, em 1947, a Linha McMahon tornou-se a fronteira nordeste da Índia. (ZHANG; LI, 2013)

Apesar de várias negociações ao longo dos anos para cooperação e delimitação das fronteiras entre Índia e China, ainda existem disputas fronteiriças entre os países, num complexo ambiente de rivalidade estratégica.

Um projeto chinês voltado para o desenvolvimento da infraestrutura das regiões de fronteira é a construção de estações permanentes. No Livro Branco publicado em 2010 pela China, observa-se que o país pratica um sistema de responsabilidades compartilhadas entre as autoridades civis e autoridades militares no desenvolvimento de operações voltadas para o fortalecimento das fronteiras. Na China, existe uma Comissão Estadual de Fronteira e Defesa Costeira, que é liderada pelo Conselho Estadual e pela Comissão Militar Central, representando essa responsabilidade compartilhada.

O *People's Armed Police Border Control Troops* (algo como Tropas da Polícia Armada de Controle de Fronteira Popular, em português) é um corpo policial armado para aplicação da lei para as fronteiras terrestres chinesas e fronteiras costeiras, sob a coordenação do Departamento de Controle de Fronteira do Ministério de Segurança Pública chinês. As principais funções dessas tropas de controle de fronteiras são: inspeção fronteiriça em portos; administração da segurança de fronteira e segurança costeira e marítima; prevenção e repressão de atos ilegais nessas regiões, ligados à travessia ilegal de pessoas e narcóticos e contrabando; fortalecimento de ações contra o terrorismo e operações de emergência. (ZHANG, 2014)

As inspeções nos aeroportos, postos fronteiriços, estações de fronteira e portos são realizadas por estações de saída e entrada das fronteiras, que são formadas por policiais especializados. (ZHANG, 2014)

No ano de 1998, o Ministério da Segurança Pública introduziu policiais especializados na força policial de fronteira, o que culminou com a criação de Estações de Inspeção Fronteiriças nas cidades de Beijing, Tianjin, Shanghai, Shantou, Guangzhou, Shenzhen, Haikou, Zhuhai e Xiamen. (ZHANG, 2014)

Essas nove estações supervisionam as estações de inspeção de fronteiras menores, localizadas em portos, aeroportos e postos de fronteiras terrestres, sob a responsabilidade do Escritório de Saída e Entrada e o Ministério de Segurança Pública. (ZHANG, 2014)

As Unidades de Controle de Fronteiras do PLA têm a missão de manter a segurança costeira e marítima e das fronteiras, principalmente trabalhando contra a travessia ilegal de pessoas, e em lugares onde não existem estações de inspeção fronteiriça e portos. (ZHANG, 2014)¹⁴⁸

O PLA trabalha conjuntamente com a Polícia Armada do Povo, reservas e milícia. Todas essas forças conduzem operações relacionadas à segurança interna do país, com atividades militares diversificadas, que já foram citadas anteriormente.

O controle das fronteiras é realizado também por essas forças, e faz parte das “*military operations other than war*” (MOOTW – operações militares diferentes da guerra, em português). (TANNER, 2010)

The legal basis for the Chinese armed forces' internal missions is ultimately derived from Article 29 of the Constitution of the People's Republic of China (PRC). After

¹⁴⁸ Disponível em: <http://www.loc.gov/law/help/citizenship-pathways/china.php#_ftn46>. Acesso em: 28 jul. 2014.

stating that the purpose of the armed forces is to “strengthen national defense, resist aggression, [and] defend the motherland,” Article 29 goes on to assign three other broadly defined tasks: “safeguard the people’s peaceful labor, participate in national reconstruction, and work hard to serve the people.” This flexible definition of the tasks of the armed forces supplies a constitutional basis for virtually any internal deployment of military force for the accomplishment of any specific task that the Chinese leadership might wish to accomplish.¹⁴⁹ (TANNER, 2010, p. 239)

Essa definição das tarefas das forças armadas reforça ideias trazidas anteriormente no trabalho por outras fontes sobre os principais objetivos da segurança nacional chinesa, como o fortalecimento da defesa nacional e da proteção do povo.

No sítio *PLA Daily*, jornal oficial do exército, existe uma seção sobre a defesa costeira e das fronteiras chinesas¹⁵⁰ com diversas notícias sobre o assunto. Nessa seção, serão apresentadas as características das fronteiras da China, destacando o papel do PLA nessas regiões e os principais projetos realizados.

Na Região Autônoma do Tibete a infraestrutura melhorou consideravelmente após a criação de 13 pontes e instalações de monitoramento; construção de 2.000 km de rodovias asfaltadas; construção de 27 estradas com extensão de 458 km para veículos de patrulha, e de 69 caminhos de patrulha a pé (1.500 km). Antigamente, os soldados não tinham acesso às rodovias, e tinham que percorrer longas distâncias para transportar materiais necessários para o quartel.

No Tibete as tropas e o povo têm trabalho conjuntamente para construir um novo país. Desde 2005, oficiais do PLA auxiliam o povo na construção de mais de 100 projetos de grande escala, como a construção de 54 hospitais e 147 escolas, e de 9 bases de demonstração de produção agrícola científica e criação de aves. A base do Comando Militar do Tibete desenvolveu também a pecuária, agricultura e o plantio de árvores, e popularizou essas práticas por toda a região autônoma, provocando mudanças no estilo de vida da população e desenvolvendo a economia local.

Além disso, os oficiais e civis têm auxiliado na construção de infraestrutura do Tibete, trabalhando para a construção de rodovias de grande escala, como as rodovias Tunnan-Tibete, Sichuan-Tibete e Qinghai-Tibete; na construção de aeroportos como Bangda, Rikaze, Dangxiong e Gongga; na instalação de oleodutos; na instalação de cabo óptico de longa distância; na realização de projetos para o desenvolvimento e proteção de rios e de áreas como a Rodovia Corredor Verde Zegong, Pantanal Lalu, Manla e a reconstrução do aeroporto de Lhasa.

No Tibete existe a Estação de Radar Ganbala, a mais alta estação de radar de controle humano do mundo, no pico da Montanha de Ganbala, que tem altitude de 5.374 metros, conhecida como “Zona Esquecida da Vida”. Por dezenas de anos muitos homens lutaram

¹⁴⁹ A base jurídica para as missões internas das forças armadas chinesas é fundamentalmente derivada do Artigo 29 da Constituição da República Popular da China (RPC). Depois de afirmar que o propósito das forças armadas é “fortalecer a defesa nacional, resistir à agressão, [e] defender a pátria,” o Artigo 29 passa a atribuir três outras tarefas amplamente definidas: “proteger o trabalho pacífico do povo, participar na reconstrução nacional, e trabalhar duro para servir as pessoas”. Essa definição flexível das tarefas das forças armadas fornece uma base constitucional para praticamente qualquer implantação interna da força militar para a realização de qualquer tarefa específica que a liderança chinesa possa querer realizar. (TANNER, 2010, p. 239) Traduzido pela autora.

¹⁵⁰ Disponível em: <<http://english.chinamil.com.cn/site2/columns/frontier-coast-defense/frontier-coast-defense.htm>>. Acesso em: 29 jul. 2014.

contra o déficit de oxigênio e o frio para concluírem essa missão de alerta aéreo no Tibete, contribuindo para a segurança do país.

Outra matéria publicada no PLA *Daily* sobre o Tibete apresenta a deficiência de oxigênio devido à alta altitude na região. Um líder do Comando Militar do Tibete afirmou que quando os novos recrutas chegaram ao Tibete, as unidades do Comando Militar do Tibete fizeram planos para o treinamento deles, que enfrentam o período de 40 dias de deficiência de oxigênio devido à alta altitude. Durante o inverno, o número de pessoas com edema pulmonar e hidrocefalia cresceu bastante no país, e foi necessário que médicos fossem aos centros de treinamento para repassar aos recrutas conhecimentos sobre prevenção de doenças em tais condições. Além disso, os centros de treinamento de recrutas também organizam atividades diversificadas para aumentar a capacidade de adaptação à vida em altas altitudes, e o hospital do PLA costuma mandar equipe médica em situações de emergência, para entregar medicamentos e serviços médicos.

Na província chinesa de *Yunnan*, que faz fronteira com *Myanmar*, um serviço de discagem direta foi disponibilizado nas companhias de defesa ao longo da fronteira de 4.000 km, oferecendo canais de comunicação para os soldados. As fortes tempestades de neve na região autônoma de Xinjiang Uygur são um desafio para os guardas de fronteira, que chegaram a trabalhar com a neve na altura dos joelhos em fevereiro de 2007. Para garantir um Festival de Primavera seguro, as tropas de defesa de fronteira do subcomando militar em Xinjiang intensificaram a patrulha nas áreas de fronteira, que são regiões cobertas de neve.

Em *Yunnan* existe um veículo hospitalar digital para operações de campo, que fornece auxílio para as tropas e civis, desenvolvido pelo Hospital Geral *Kunming*, na Área de Comando Militar de Chengdu. O veículo é equipado com máquina de raios-X, analisador de sangue multifuncional e vários outros dispositivos médicos, e pode ser utilizado para fornecer consultas em tempo de guerra e para a realização de exames físicos em tempos de paz nas regiões de fronteira.

Em *Mohe*, situada no extremo norte da China, na fronteira com a *Rússia*, a temperatura chega a -50°C no inverno. Nessa região foram instalados quartéis de preservação de calor e sistemas de monitoramento de vídeo que melhoraram a vigilância da linha de frente de defesa da fronteira. Além disso, as guaritas foram equipadas com veículos de patrulha.

No Comando Militar Provincial de *Jilin* existe um regimento de defesa de fronteira localizado nas montanhas de *Changbai*, na maior altitude média do nordeste chinês, onde não existem habitações humanas em um raio de 50 milhas. Os oficiais desse Comando realizam atividades constantemente para melhorar sua capacidade de supervisão nas fronteiras geladas, localizadas a mais de 2.000 metros de altitude, onde a temperatura chega a -30°C .

Além de carros adaptados, as tropas de defesa das fronteiras também utilizam bicicletas para a patrulha em algumas regiões, suplementando as equipes que patrulham a pé, a cavalo ou de carro. As bicicletas são mais fáceis de serem escondidas e consomem pouco, em relação aos veículos comuns de patrulha. Além disso, podem proporcionar mais flexibilidade e salvar a força física das tropas em lugares que só são acessados a pé ou de bicicleta. Alguns regimentos também contam com um posto de sentinela móvel, um veículo equipado com sistema de monitoramento de vídeo, cozinha, banheiro, aquecedor, etc.

Na região de *Parmir*, também coberta pela neve, existem dezenas de companhias de fronteira, que foram vistoriadas por técnicos enviados pelo Comando Militar de Xinjiang, que verificaram que as estações de energia eólica e solar estão resistindo ao inverno, pois continuam a funcionar. Recentemente foram construídas seis estações de energia eólica e de energia solar, além de sistemas de energia solar para banhos na mesma região.

A Companhia de Fronteira *Hongshanzui* encontra-se em uma região onde o tempo de luz solar diária é em média de 10 horas, e o Comando Militar de Xinjiang ajudou a montar uma estação de energia solar nesse local. Atualmente, a energia elétrica é obtida a partir da captação durante 6 horas de luz solar, e pode satisfazer mais de 8 horas seguidas de eletricidade necessária para o funcionamento da empresa. Apesar de o Brasil não enfrentar temperaturas tão baixas, a utilização de energia solar pode ser observada como boa prática.

Em algumas estações de patrulha de fronteira os soldados criaram hortas em lugares desérticos, abastecendo as unidades. A construção de estufas também permite a economia de energia solar, sendo uma opção sustentável para o cultivo de legumes no inverno. Em algumas estações de patrulha de fronteira os soldados criaram hortas em lugares desérticos, abastecendo as unidades.

Na fronteira com a *Mongólia*, onde a temperatura chega a -26°C , o Comando Militar também cultiva vegetais e frutas em uma estufa, economizando energia elétrica com a utilização de energia solar. As tropas em regiões muito frias realizam treinamentos para superar o frio, a fome e a fadiga e continuar lutando, como mudança de acampamento em lugares cobertos por neve. Vários projetos realizados nas fronteiras chinesas são relacionados à adaptação ao frio. A Companhia de Defesa Costeira em *Keketuou* enfrenta aproximadamente -52°C no inverno, e na região foram construídos apartamentos funcionais para os soldados, com sistemas de aquecimento e banheiro interno.

As tropas de defesa das fronteiras também protegem relíquias culturais chinesas encontradas no mar, e já recuperaram cerca de 1.000 relíquias de vendedores ilegais, além de realizarem investigação científica sobre os tesouros submersos, que tem valor histórico grandioso. Estas tropas também utilizam sistemas de comunicação que cobrem um raio de 50 km e que indicam as coordenadas geográficas dos militares, melhorando consideravelmente a qualidade da patrulha e possibilitando o resgate de soldados em situações de emergência em tempo hábil.

Outro projeto voltado para a melhoria da segurança pública nas fronteiras chinesas é a instalação de monitores de vídeo remotos, que permitem aos soldados um controle maior das linhas de fronteira em tempo real a partir dos postos de sentinela, que possuem receptores de satélite.

Com a instalação desses sistemas é possível realizar monitoramento automático das fronteiras, com transferência de inteligência em rede e transmissão de imagens. Esses novos meios tecnológicos aumentaram a capacidade dos regimentos, e reduziram 80% de incidentes relacionados à quebra da lei, em relação aos anos anteriores. O monitoramento por vídeo permite a aceleração de respostas, como no caso de algum estrangeiro tentar cruzar um limite ilegalmente, e um soldado perceber no vídeo e reagir rapidamente.

Outra ação para a informatização da defesa das fronteiras foi a criação de torres de vigia sem soldados, que utilizam tecnologia de transmissão de informação sem fio, monitoramento simultâneo de pontos múltiplos, energia solar e monitoramento à noite de estradas importantes.

Uma das ações para otimização da infraestrutura das regiões de fronteira foi realizada por um regimento de defesa do Comando Militar da Mongólia, que testou um sistema de posicionamento por satélite para as operações nas fronteiras, capaz de identificar com precisão as localizações de oficiais em patrulha e mostrá-las em um mapa eletrônico. Com esse sistema funcional, as tropas de fronteira passaram a monitorar e controlar operações de patrulha de modo mais efetivo. Em regiões que sofrem com tempestade de neve, por exemplo, esse sistema pode auxiliar a localizar veículos e/ou pessoas perdidas, otimizando o funcionamento de operações de resgate.

A prevenção e o tratamento da malária também são ações realizadas pelo PLA e Comitê Militar Central. As regiões de fronteira do sudoeste da China têm a maior incidência da doença, e atualmente mais de 200 unidades tem recebido instruções e tratamento que resultam de pesquisa realizada sobre a malária por cientistas do Hospital Geral de Kumming, sob comando da Área Militar de Chengdu.

Outro serviço ligado à saúde é um sítio que oferece serviços psicológicos para os regimentos de defesa de fronteiras localizados em regiões montanhosas e muito frias. O título do sítio é “*Doctor Lin Mailbox*”, em que são publicados textos sobre psicologia e saúde e onde o Doutor Lin responde questões relacionadas a problemas psicológicos enfrentados por soldados e homens.

Através de esforços conjuntos de China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tadjiquistão, o trabalho para delimitar 7.600 km de fronteiras conjuntas que vinha acontecendo desde 1990 foi concluído em 2005. Dessa maneira, os oficiais do PLA fizeram um trabalho de mapeamento e pesquisa que contribuiu bastante para a delimitação das áreas de fronteira e para o controle das mesmas.

As tropas de defesa de fronteira da Força Policial Armada têm estabelecido ações estratégicas para assegurar a estabilidade das fronteiras contra atividades ilegais como contrabando de drogas e armas e tentativas ilegais de cruzamento de fronteira. Jornalistas do PLA *Daily* observaram em reunião do comitê do partido das tropas armadas de defesa de fronteiras, que em um ano as tropas resolveram 4.241 casos envolvendo drogas e 4.880 suspeitos, e apreendeu 4,5 toneladas de vários tipos de drogas. As tropas também descobriram 15 casos de contrabando de armas, interromperam 1.629 casos ilegais de passagem pela fronteira que envolveram 2.849 passageiros clandestinos, capturaram 1.278 armas, e interromperam 2.807 casos suspeitos de contrabando, somando um valor total de 0,249 bilhões de *yuans*.

As tropas de defesa da fronteira em *Xinjiang*, que tem cerca de 6.700 km de extensão e faz fronteira com nove países, tem realizado atividades de treinamento tecnológico e científico. O Comando militar nessa área entregou 200 livretos sobre defesa de fronteiras para as tropas e realizou 300 cursos de treinamento sobre conhecimentos de alta tecnologia, além de ter recomendado o estudo em instituições de formação profissional a 1.400 oficiais e 3.000 soldados.

Em 1994, o Conselho de Estado e a Comissão Central Militar decidiram fomentar a construção de infraestrutura das fronteiras, injetando aos poucos fundos para o projeto. Em dez anos, mais de 15.000 quilômetros de estradas de patrulhamento de fronteiras foram criadas, mais de 4.600 quilômetros de arame farpado foram colocados ao longo da fronteira, e mais de 300 conjuntos de sistemas de monitoramento e alarme foram instalados.

Todos esses projetos para a melhoria da infraestrutura das fronteiras otimizaram a performance dos soldados em suas missões, pois atualmente a maioria das fronteiras tem estradas que permitem que as tropas patrulhem de carro, aumentando a capacidade de resposta rápida drasticamente. A instalação de sistemas de monitoramento, de cercas de ferro e arame farpado em alguns setores também otimizou a segurança das fronteiras e sua gestão.

Apesar de alguns projetos não serem muito adequados à situação brasileira, como os voltados para as regiões de frio extremo na China, alguns projetos podem ser aproveitados pela Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) brasileira, como a instalação de sistemas de monitoramento em ambientes estratégicos; realização de operações conjuntas com outros países para a defesa das fronteiras; compra de automóveis equipados com sistemas voltados para o controle das fronteiras; criação de instalações para a captação de energia renovável em regiões de fronteira, ao passo que o Brasil possui recursos energéticos renováveis em abundância, entre outros projetos citados anteriormente.

Todos os artigos publicados¹⁵¹ pelos produtores Sun Xiaoqing, Ji Guilin e Yang Liming e pelo editor He Wenguang no *China Military Online* foram lidos, e foram extraídas as ações consideradas mais importantes para a defesa das fronteiras. Infelizmente, não foram publicados artigos sobre os projetos realizados em todas as cidades fronteiriças, por isso que nesse subtópico foram destacadas apenas algumas regiões de fronteira.

Figura I. Guardas de fronteira da companhia de defesa Honghaigou do subcomando Militar de Yili na Área de Comando Militar do PLA em Xinjiang patrulhando na linha de fronteira.



Fonte: <<http://english.people.com.cn/102774/8600784.html>>. Acesso em: 02 ago. 2014.

151 Disponível em: <<http://english.chinamil.com.cn/site2/columns/frontier-coast-defense/frontier-coast-defense.htm>>. Acesso em: 04 ago. 2014.

Com exceção de Índia e Rússia, que possuem grande importância ao longo das fronteiras chinesas e preocupam a segurança chinesa, os outros 14 países que fazem fronteira com a China são comparativamente pequenos. (FREEMAN, 2011)

A China tem aprofundado o comércio com os Estados vizinhos e cooperado a favor do desenvolvimento de sua infraestrutura, incluindo a construção de estradas e barragens, marcando a expansão chinesa. (FREEMAN, 2011)

Apesar de todos os projetos voltados para o desenvolvimento das fronteiras, as fronteiras terrestres chinesas são objeto de insegurança para o país, pois concentram minorias étnicas que podem incitar movimentos separatistas. (FREEMAN, 2011)

Além de muito longas, as fronteiras terrestres chinesas são difíceis de monitorar pois encontram-se em montanhas altíssimas, como o Himalaia, lugares com pouco oxigênio e temperaturas elevadíssimas. As fronteiras chinesas também são objetos de insegurança pois concentram minorias étnicas e são vulneráveis ao impacto de forças externas. (FREEMAN, 2011)

Em 2002, o Comitê Central da China lançou o princípio da boa vizinhança como prioridade da política externa chinesa, através da estabilização das fronteiras e da promoção da confiança mútua. Foram concluídos vários acordos fronteiriços entre China e seus vizinhos no mesmo ano, eliminando uma fonte de tensão com os países vizinhos e incentivando relações multilaterais e bilaterais mais próximas. Cabe salientar que os alguns países vizinhos são potências nucleares e Estados frágeis que enfrentam desafios econômicos e sociais, como a presença de grupos terroristas. (FREEMAN, 2011)

Contudo, os desafios para a manutenção dessas relações também cresceram, pois o aumento do comércio transfronteiriço em fronteiras porosas criou um ambiente repleto de ameaças, como o crime organizado, o terrorismo, o comércio ilegal, a transmissão de doenças, etc. (FREEMAN, 2011)

A China tem utilizado diversas abordagens para mitigar a insegurança nas suas fronteiras. O Departamento de Segurança Doméstica opera redes de inteligência e propaganda nessas regiões, monitorando possíveis ameaças à segurança. Existem também alguns programas voltados especificamente para o desenvolvimento das regiões de fronteira, como o “Fronteiras Prósperas, Minorias Ricas”, focado no desenvolvimento de infraestrutura, para ligar essas regiões com as redes de transporte chinesas. (FREEMAN, 2011)

Foram construídos milhares de quilômetros de novas estradas através do programa, facilitando também a integração econômica regional. Além disso, faz parte do planejamento do programa a construção de instalações em aldeias administrativas, a melhoria do acesso à água potável, a redução da pobreza, o desenvolvimento do comércio fronteiriço, etc.

As políticas promovidas pelo programa também buscam promover a estabilidade das áreas de fronteira dos países vizinhos, além do território chinês. Para isso, estão sendo implementadas políticas que impulsionem o comércio e o investimento nessas regiões. (FREEMAN, 2011)

O país lançou também um sistema de integração de informação na fronteira, investindo na informatização do controle de fronteiras; e tem construído novas estruturas portuárias de fronteira.

Apesar das dificuldades encontradas nas regiões fronteiriças, a China busca desenvolver o comércio mantendo contato regular com os oficiais de assuntos estrangeiros e oficiais de migração, através de acordos *ad hoc* e ciclos regulares de diálogo. (FREEMAN, 2011)

2.4. AMEAÇAS ENFRENTADAS NAS FRONTEIRAS DA CHINA

As políticas para a segurança na China refletem as prioridades das *Quatro Modernizações*, princípio que orientou a reforma inaugurada por Deng Xiaoping na década de 70. Este princípio prevê o desenvolvimento da agricultura, indústria, ciência e tecnologia e defesa nacional, onde o Exército Chinês tem papel fundamental na realização das políticas nacionais de segurança. Nesse sentido, é necessário o avanço das capacidades militares e dos componentes do poder nacional, como economia e tecnologia, que são vistos como fundamentais para a política de defesa e para a política externa, além de serem pré-requisitos para a estabilidade do país. (SWAINE, 1998)

Os objetivos fundamentais da estratégia nacional chinesa envolvem a proteção do território nacional da China e de sua soberania, a construção nacional e desenvolvimento social, o fortalecimento do poder nacional e a garantia da prosperidade nacional. (SWAINE, 1998)

Esses objetivos guiam a política de defesa externa e doméstica, e incluem a realização econômica, tecnológica e militar do país, além da manutenção da capacidade de defesa contra ameaças, internas ou externas. (SWAINE, 1998)

Para que tal desenvolvimento ocorra, é necessária a existência de um programa sustentado de reestruturação econômica impulsionado pelo mercado, com certa liberalização social e política. (SWAINE, 1998)

No âmbito internacional, a existência de novas ameaças regionais demanda novos tipos de capacidades militares, e a estratégia chinesa para essa arena é

(1) to maintain an external environment conducive to the pursuit of economic reform, opening to the outside world, and economic construction, (2) to preserve or expand China's strategic independence and leverage in a complex multipolar environment, (3) to further China's efforts to reunify the nation, and (4) to strengthen China's ability to defend against external pressures or attacks emerging from a highly complex and uncertain yet arguably less immediately threatening security environment. (SWAINE, 1998, p. 9)¹⁵²

A defesa das fronteiras configura-se como um desafio complexo para o PLA, ao passo que as fronteiras chinesas abrangem praticamente os principais tipos de clima e terreno conhecidos no mundo, além de serem compartilhadas com 14 países diferentes.

¹⁵² 1) manter um ambiente externo propício para a busca da reforma econômica, abertura para o mundo exterior e construção econômica, (2) preservar ou expandir a independência estratégica da China e alavancar em um ambiente multipolar complexo, (3) promover os esforços da China de reunificar a nação e (4) fortalecer a capacidade da China de se defender contra pressões externas ou ataques emergentes de um ambiente de segurança altamente complexo e incerto ainda que menos indiscutivelmente ameaçador. (SWAINE, 2008, p. 9) Traduzido pela autora.

Desde 1949, todas as campanhas militares chinesas foram relacionadas à disputa de fronteiras, como as tensões com Índia e União Soviética ou para evitar ameaças potenciais às fronteiras, como o caso da Coreia e Indochina-Vietnã.

Algumas regiões de fronteira na China são porosas e possuem como principais ameaças as atividades separatistas e os conflitos étnicos, principalmente no Tibete, Xinjiang e Coreia do Norte. (FINKELSTEIN, 1999)

O tráfico de drogas é um dos principais problemas sociais na China, que possui um grande mercado consumidor e é também um país de trânsito para as drogas. A heroína é a principal droga utilizada, mas o uso de anfetaminas tem aumentado bastante. Em 2005, existiam 1,1 milhão de usuários de drogas registrados oficialmente na China, e apesar do número de usuários de heroína ter diminuído, o número de usuários de anfetamina tem aumentado. Na China existe uma política obrigatória de tratamento para dependentes químicos, em que usuários são levados para unidades de tratamento e campos de trabalho. (CHIN; ZHANG, 2007)

O narcotráfico acontece na China primeiramente através do Triângulo Dourado, uma área de 150.000 milhas quadradas, que é um das maiores áreas de cultivo de ópio e produção de heroína, localizada nas fronteiras de Laos, Tailândia e Myanmar. Em 1999, Myanmar produzia mais de 50% do ópio cru do mundo e refinava 75% da heroína do mundo. Atualmente, Myanmar tem produzido anualmente milhões de comprimidos de metanfetaminas. Entre 2001 e 2002 as autoridades chinesas apreenderam centenas de quilos de heroína, principalmente em Yunnan e Cantão, e prenderam traficantes da Tailândia, Hong Kong, China e Myanmar. (CHIN; ZHANG, 2007)

O tráfico de drogas no *Triângulo Dourado* tem arranjos hierárquicos próprios, assim como divisão de trabalho, estratégia de gestão de riscos e práticas de negócios. A maior porta de entrada do Triângulo Dourado é a Província de Yunnan, no sudoeste da China, que também faz fronteira com Myanmar, Vietnã e Laos. Na década de 1990, a quantidade de drogas apreendida em Yunnan representou 80% de toda heroína e 70% de todo ópio confiscado na China. (CHIN; ZHANG, 2007)

As fronteiras entre *Myanmar* e China, que possuem 2.000 quilômetros de extensão, também enfrentam o tráfico de anfetamina e heroína, e são porosas e pouco vigiadas. Em 2003, estimou-se que entre 80 e 2.3000 toneladas de heroína foram traficadas de Myanmar para China, e estima-se que a produção atual do triângulo dourado seja de 400 toneladas. Em abril de 2005, China lançou o programa “Guerra do Povo contra as Drogas”, aumentando o orçamento nacional para a luta contra as drogas, construção de clínicas para reabilitação e de programas para combater os suprimentos de heroína e ópio do Myanmar.

Yunnan is a reminder of China's diversity; both in terms of ethnic and cultural differences as well as the economic disparity between urban and rural areas, and coastal and hinterland provinces. About 26 ethnic minorities are officially recognized in province, though numerous other communities are considered ethnically diverse but are not recognized by the government because they have fewer than 5,000 people. This is the greatest ethnic diversity found in a single Chinese province, where

about half of China's 56 ethnic groups account for 38% of the province's population. The largest ethnic groups in Yunnan are the Yi, Bai, Dai, Naxi, Hani and Zhuang. These groups also inhabit the border areas and their members reside on both sides of the national boundary.¹⁵³ (FREEMAN, 2011, p. 67)

A relação entre China e Myanmar é complexa, por conta das questões políticas atuais e a “ansiedade histórica” de seu relacionamento assimétrico. Reconhecendo o tamanho da China e sua influência econômica, Myanmar teme tornar-se muito dependente da China. (FREEMAN, 2011, p. 75)

Because of dense vegetation in this near-tropical climate region, it is often difficult to tell where Chinese territory ends and Myanmar begins. Local people use official border crossings because they are on main roads and are easier for transporting heavy goods. Otherwise, unguarded pathways over the hills are just as convenient for those who want to avoid the border police. While traveling along the border, we often wondered how China could possibly stop drug smugglers from crossing into the country. (CHIN; ZHANG, 2007, p. 23)¹⁵⁴

A expansão de atividades econômicas ao longo das regiões fronteiriças chinesas ampliaram o crescimento do tráfico de drogas no país, e atualmente o tráfico de drogas no Irã, Paquistão e Afeganistão também ameaça a estabilidade na China. No interior do país, os traficantes utilizaram três rotas principais para espalhar a droga no país: uma para o norte através da Província de Sichuan, uma através da Província Guizhou em direção ao centro e uma através de Guangxi e Guangdong, ao longo da costa sul em direção a Hong Kong, voltada para distribuição no mercado internacional. (CHIN; ZHANG, 2007)

Na China existem cerca de 17.000 policiais que trabalham especificamente com repressão às drogas, em que cada agência policial de província tem uma divisão especializada para a fiscalização de narcóticos, e as políticas antidrogas são bem severas no país. Por exemplo, na China o porte de mais de 50 gramas de heroína pode implicar pena de morte. (CHIN; ZHANG, 2007)

Em relação à corrupção policial na fiscalização de drogas, os policiais chineses afirmaram que em comparação com países da América Latina, por exemplo, a China tem realizado uma operação relativamente limpa, em que os casos de policiais corruptos são extremamente raros. (CHIN; ZHANG, 2007)

As disputas territoriais em regiões de fronteira ainda são uma ameaça à segurança das fronteiras chinesas. Os conflitos com Índia em 1962, Vietnã em 1979, e com a União Soviética nos anos 60 foram os mais intensos. A China resolveu cerca de onze disputas territoriais de

¹⁵³ Yunnan é uma lembrança da diversidade da China; tanto em termos de diferenças étnicas e culturais bem como a disparidade econômica entre as áreas urbanas e rurais, e províncias litorâneas e sertanejas. Cerca de 26 minorias étnicas são oficialmente reconhecidas na província, embora outras comunidades numerosas sejam consideradas etnicamente diversas mas não são reconhecidas pelo governo porque elas têm menos de 5.000 pessoas. Essa é a maior diversidade étnica encontrada em uma única província chinesa, onde cerca de metade dos 56 grupos étnicos da china são responsáveis por 38% da população da província. (FREEMAN, 2011, p. 67) Traduzido pela autora.

¹⁵⁴ Por conta de vegetação densa nesta região de clima quase-tropical, muitas vezes é difícil dizer onde o território chinês termina e o de Myanmar começa. A população local usa passagens fronteiriças oficiais porque elas estão em estradas principais e são mais fáceis de transportar mercadorias pesadas. Caso contrário, caminhos desprotegidos sobre as colinas são convenientes para aqueles que querem evitar a polícia de fronteira. Durante a viagem ao longo da fronteira, nós nos perguntamos muitas vezes como a China poderia parar os traficantes de drogas de cruzarem para o país. (CHIN; ZHANG, 2007, p. 23) Traduzido pela autora.

1998 a 2013, mas algumas permanecem em zonas econômicas exclusivas e em áreas ricas em recursos naturais, como gás e petróleo. Mais recentemente, em 2009, Japão acusou a China de violar um acordo de exploração associada de petróleo e gás, afirmando que a China estava extraindo do lado japonês. Além disso, China, Taiwan e Japão disputam as Ilhas Senkaku. (USA D.D. ANNUAL REPORT, 2013)

China e Índia ainda disputam algumas regiões fronteiriças, principalmente Arunachal Pradesh, que China declara ser parte do Tibete, e Aksai Chin. Em 2009, houve esforços sobre essas disputas, em que China tentou bloquear um empréstimo do Banco de Desenvolvimento Asiático de 2,9 bilhões de dólares para a Índia, alegando que parte do dinheiro deveria ser aplicada em projetos de infraestrutura na Índia. (USA D.D. ANNUAL REPORT, 2013)

China entrou em conflito com a Índia na década de 60 por conta da região de Aksai Chin, no Himalaia, e por ter estabelecido alianças com Paquistão e Birmânia. Além disso, a China assegurou territórios no Quirguistão, Paquistão, Nepal, Afeganistão e Birmânia. (FOUCHER, 2009)

As divergências fronteiriças com a Índia foram intensificadas com a aquisição de armas nucleares por Índia e Paquistão, em que o PLA avaliou a aquisição de armas nucleares como ambição indiana de tornar-se líder regional, intensificando a preocupação chinesa.

Contudo, em 1991 o estabelecimento das fronteiras chinesas seguiu uma nova etapa, onde sua estratégia de “crescimento pacífico” buscou a

Consolidação de sua superfície com o Laos e o Vietnã, os Estados da Ásia Central e a Rússia, com uma ambição regional de afirmação de seu estatuto de potência asiática quando do declínio da influência russa e com uma política interna de integração, de sinização e de tranquilização de suas fronteiras continentais. A partir de 1991, uma diplomacia ativa foi empregada para resolver as contendas territoriais, para regularizar as relações bilaterais e para amarrar acordos econômicos ambiciosos. (FOUCHER, 2009, p. 31)

A situação entre os Índia e China melhorou graças à estratégia de crescimento pacífico e à criação de medidas de construção de confiança acordadas em 1996, que resultaram de encontros voltados para o diálogo sobre fronteiras. Todavia, Nova Déli frequentemente acusa China de violar o território indiano, atravessando a Linha de Controle Atual, e em 2010 Beijing e Nova Déli declararam que a situação do diálogo sobre fronteira entre os países mudou para “diálogo estratégico”, acordo que emergiu após negociações sobre fronteiras, que abordaram também a situação de Afeganistão e Paquistão. (LAI, 2010)

Em Nova Déli, não se aceita uma troca entre Aksai Chin e Tawang. Como Brajesh Mishra, responsável pela segurança nacional indicou, a Índia, sob a influência da *ashima*, ou política de não alinhamento, empregou tempo para se prover de uma cultura estratégica. Além disso, não há nada que prove que ela possa tirar partido do desenvolvimento dessa relação diplomática e econômica bilateral. (FOUCHER, 2009, p. 37)

Nesse sentido, tal contenda fronteiriça não deve ser resolvida facilmente. Além disso, vale salientar a questão de Butão e Nepal, que “funcionam como dois Estados tampões, segundo a tradição britânica.” (FOUCHER, 2009, p. 38)

Em 2007 encerrou-se a demarcação do limite entre Índia e *Nepal*, deixando em aberto 54 contendas locais, devido à expulsão de camponeses indianos de Bihar e Uttar Pradesh para regiões baixas do Terai. Buscando evitar infiltrações de ativistas maoistas do Nepal, Índia militarizou a parte ocidental da díade, mobilizando paramilitares e estabelecendo pontos de controle. “Ademais, a Índia mantém, desde a guerra sino indiana de 1962, uma presença militar no noroeste do Nepal, na região de Kalapani, para vigiar as atividades militares chinesas.” (FOUCHER, 2009, p. 38)

Também existem tensões entre China e *Caxemira*, apesar do diálogo e medidas de construção de confiança. Aksai Chin é administrada pela China, Jammu e Caxemira pela Índia, e Azad Caxemira pelo Paquistão. A Índia não reconhece as terras da Caxemira doadas pelo Paquistão para China, que reivindica parte de Arunachal Pradesh, da Índia. Além disso, Butão e China negociam o estabelecimento de alinhamento de fronteira comum para resolver disputas, principalmente a noroeste do Butão.

Na década de 90, China assinou tratados territoriais e realizou acordos bilaterais para assegurar sua integridade territorial também com outros países, principalmente em relação a Xinjiang, Tibete e Tadjiquistão, com fortalecimento da presença militar nessa região. (FOUCHER, 2009)

Nesse sentido, cabe salientar que as preocupações atuais chinesas relacionadas à segurança de fronteira com Ásia Central emergiram também com a dissolução da União Soviética, que criou estados no interior da fronteira asiática chinesa. Dessa maneira, China ganhou fronteiras desmilitarizadas com a Rússia e com os novos estados independentes, como Quirguistão, Cazaquistão e Tadjiquistão. Em 1996, foi criado um instrumento chamado “Xangai Cinco”, formado pela China, Rússia, Quirguistão, Cazaquistão e Tadjiquistão, com o objetivo de implementar uma estratégia chinesa para as fronteiras. (LAI, 2010)

Em 2011, esse instrumento passou a ser conhecido como a Organização de Cooperação de Xangai, com a participação de Uzbequistão como membro e de Irã, Paquistão, Turcomenistão e Índia como membros observadores. (LAI, 2010)

Entretanto, ainda existem disputas muitas outras territoriais entre China e seus vizinhos. A China reivindica também soberania sobre Scarborough Recife, junto com Taiwan, Vietnã, Filipinas e Brunei; e sobre as Ilhas Spratly, que também são reivindicadas por Malásia, Taiwan, Vietnã e Filipinas. (CIA WORLD FACTBOOK, 2013)

Mesmo com a assinatura de declaração para aliviar as tensões entre as partes nas Ilhas Spratly, Vietnã e China continuam a expandir a construção de infraestrutura na região. (CIA WORLD FACTBOOK, 2013)

Além disso, China ocupa algumas ilhas de Parcel, que são reivindicadas por Vietnã e Taiwan, que conjuntamente com China rejeita a reivindicação japonesa das ilhas inabitadas de Senkaku-shoto, além da linha de equidistância declarada unilateralmente pelo Japão no Mar da China Oriental, local de exploração de hidrocarbonetos. (CIA WORLD FACTBOOK, 2013)

China também disputa algumas ilhas do rio Tumen e Yalu com Coreia do Norte. Todavia, ambos cooperam contra a migração ilegal, construindo cercas ao longo das fronteiras para conter a passagem ilegal de pessoas. (CIA WORLD FACTBOOK, 2013)

Although Taiwan continues to dominate the PLA's force modernization agenda, Beijing is investing in military programs and weapons designed to improve extended-range power projection and operations in emerging domains such as cyber, space, and electronic warfare. Current trends in China's weapons production will enable the PLA to conduct a range of military operations in Asia well beyond Taiwan, in the South China Sea, western Pacific, and Indian Ocean. Key systems that have been either deployed or are in development include ballistic missiles (including anti-ship variants), anti-ship and land attack cruise missiles, nuclear submarines, modern surface ships, and an aircraft carrier. The need to ensure trade, particularly oil supplies from the Middle East, has prompted China's navy to conduct counter-piracy operations in the Gulf of Aden. Disputes with Japan over maritime claims in the East China Sea and with several Southeast Asian claimants to all or parts of the Spratly and Paracel Islands in the South China Sea have led to renewed tensions in these areas. Instability on the Korean Peninsula could also produce a regional crisis involving China's military. (USA D.D.ANNUAL REPORT, 2013, p. 37)¹⁵⁵

Tal agenda de modernização das Forças Armadas representa a tentativa de controle de possíveis contendas fronteiriças e também se associa à reforma econômica na China e ao desenvolvimento econômico acelerado que o país vem apresentando, que impressiona a sociedade internacional e demanda uma proteção maior, devido à cobiça internacional. A China tornou-se a terceira maior economia do mundo e uma gigante nação comercial em pouquíssimo tempo, além de ser a maior detentora dos títulos do Tesouro dos Estados Unidos da América e de reservas cambiais estrangeiras. (LAI, 2010)

Com a Rússia, China demarcou ilhas que foram disputadas entre ambos os países no passado na região do rio de Argun. China também iniciou a demarcação de limites com Tadjiquistão, e finalmente encerrou a demarcação da fronteira com Vietnã em 2009, que durou dez anos. (CIA WORLD FACTBOOK, 2013)

Com a ameaça crescente do terrorismo fronteiriço, contrabando e tráfico de armas na fronteira entre Rússia e China, as tropas de fronteira de ambos os países conduziram em 2009 operações conjuntas de controle das fronteiras e exercícios militares ao longo do rio Amur entre Heihe, China e Blagoveschensk, na Rússia. Essa foi a primeira vez que os dois países realizaram operações conjuntas em regiões de fronteira, e a ação aparentemente provocou o aumento dos níveis de alerta em postos de sentinela, além de ter estabelecido novos pontos de verificação e ter intensificado a comunicação entre comandantes com comando conjunto móvel. (LAI, 2010)

A China tem 1.400 km de fronteira com a Coreia do Norte, e apesar de ambos terem assinado aliança militar em 1961, a fronteira continuou objeto de conflito por longo período, e apenas em 1982 o comércio fronteiriço entre os dois países foi retomado. (FREEMAN, 2011)

¹⁵⁵ Embora Taiwan continue a dominar a agenda de modernização de força do PLA, Beijing está investindo em programas militares e armas projetadas para melhorar o maior alcance de projeção de poder e operações em domínios emergentes como cyber, espaço e guerra eletrônica. Tendências atuais da produção de armas na China permitirão que o PLA conduza uma série de operações militares na Ásia muito além de Taiwan, no Mar do Sul da China, Pacífico Ocidental e Oceano Índico. Sistemas-chave que foram implantados ou estão em desenvolvimento incluem mísseis balísticos (incluindo variantes anti-navios), anti-navios e mísseis de cruzeiro de ataque terrestre, submarinos nucleares, navios de superfície modernos, e um porta-aviões. A necessidade de assegurar o comércio, principalmente o fornecimento de petróleo do Oriente Médio, fez com que a Marinha da China conduzisse operações de combate à pirataria no Golfo de Aden. As disputas com o Japão sobre reivindicações marítimas no Mar da China Oriental e com vários requerentes do Sudeste Asiático de tudo ou partes das ilhas Spratly e Paracel no Mar do Sul da China levaram a novas tensões nessas áreas. A instabilidade na Península Coreana também pode produzir uma crise regional envolvendo a China militarmente. (USA D.D.ANNUAL REPORT, 2013, p. 37) Traduzido pela autora.

As províncias de Jilin e Yanbian Korean são atores fundamentais para a construção de um “engajamento construtivo” da China para a Coreia do Norte. Jilin possui uma população total de 27 milhões de pessoas, e tem buscado integrar sua economia na região, buscando parceria com outros países. Através de Dandong fluem os maiores volumes de comércio com a Coreia do Norte, de cerca de 70 a 75%, pois essa área está em linha direta com a região mais industrializada da Coreia do Norte. (FREEMAN, 2011)

Management of both the emergency response system as well as day-to-day and so-called non-traditional border security falls to Jilin province, which also coordinates directly with its North Korean counterparts. The joint protocol on border security between China and North Korea provides for regular contact between the two sides' security forces, including routine representative meetings every few years by border security leadership and provides for possible cooperation on disaster management and other security work in the border region.¹⁵⁶ (FREEMAN, 2011, p. 42)

Em *Jilin* o tráfico de drogas é um problema crescente, além do crescente número de norte-coreanos que entram ilegalmente na China, e outros crimes relacionados à fronteira, como contrabando e tráfico de pessoas. A polícia local de fronteira é responsável por conter esses crimes, e alguns avanços tecnológicos como a instalação de câmeras que monitoram as regiões 24 horas e de sensores de fronteiras foram identificados na região. Outras medidas de segurança em Jilin foram a instalação de equipamentos de comunicação nos veículos da polícia e de um sistema de emergência que pode ser acionado rapidamente em casos extremos, como por exemplo o surgimento de um enorme fluxo de refugiados norte-coreanos. (FREEMAN, 2011)

A província de *Yunnan* ocupa 390.000 quilômetros quadrados no sudoeste da China, fronteira com Myanmar, abrigando uma população etnicamente diversa de 45 milhões de pessoas, incluindo minorias de diversos grupos. Por ter 94% de seu terreno montanhoso, Yunnan é um pouco isolada, mas tem sua cultura moldada pelos descendentes Ming e Qing, que lutaram na região durante anos e instalaram-se após o fim das hostilidades. Yunnan é geograficamente estratégica, localizada entre China, sudoeste asiático e Himalaias, abrangendo diversas culturas asiáticas. (FREEMAN, 2011)

As principais ameaças à segurança na região são “tráfico de pessoas e de drogas e doenças infecciosas.” (FREEMAN, 2011, p. 66) As principais doenças na região são a tuberculose, malária, HIV/AIDS e *influenza*. Sobre o tráfico de drogas, pode-se afirmar que a China é um ponto de trânsito para drogas como heroína, que vem do Myanmar, e que chega na Europa e nos Estados Unidos como “Branco chinês.” Além disso, a região tem um histórico de cultivo de papoula e consumo de ópio, e o vício na província trouxe pobreza e miséria, dificultando o desenvolvimento de Yunnan. (FREEMAN, 2011, p. 71)

Com o *Vietnã*, a China tem disputas fronteiriças não resolvidas no Golfo de Tonkin. No Mar do Leste, a disputa com Japão sobre recursos marítimos inclui as Ilhas Diaoyu e Senkakus, além do campo de petróleo e gás Chunxiao. (LAI, 2010)

¹⁵⁶ Gestão do sistema de resposta de emergência, bem como questões do dia a dia e a chamada segurança não-tradicional das fronteiras cai para a província de Jilin, que também coordena diretamente com os seus homólogos norte-coreanos. O protocolo comum de segurança na fronteira entre a China e Coreia do Norte prevê contato regular entre as forças de segurança dos dois lados, incluindo reuniões representativas de rotina a cada poucos anos pela liderança da segurança de fronteiras e prevê a possibilidade de cooperação em matéria de gestão de desastres e outros trabalhos de segurança na região de fronteira. (FREEMAN, 2011, p. 42) Traduzido pela autora.

Em 2012, China e Filipinas disputaram uma ilha no Mar do Sul da China, conhecida como Huangyan, quando Filipinas declarou que um de seus navios de guerra encontrou oito navios de pesca chineses perto da ilha, que de acordo com os filipinos, continham grandes quantidades de peixes e corais ilegais. Além disso, cabe ressaltar que a região é uma fonte promissora de petróleo e gás, e que os Estados Unidos realizam exercícios marítimos anualmente com Filipinas, intensificando a desconfiança chinesa.¹⁵⁷

With borders stretching across Asia from the Korean Peninsula in the northeast through Central and South Asia to Southeast Asia and from there northward in maritime Asia through the South and East China Seas to Japan, China has a complicated security environment embracing both continental and maritime requirements. This extensive security environment contains potential adversaries, both state and nonstate, with a wide range of capabilities and presenting variety of potential threats to China's security interests. Among these, the United States is the most militarily capable and the source of the PLA's primary strategic concern. This apprehension of U.S. strategic intent is the driver of much of the PLA's modernization programs and doctrinal evolution encompassing all realms of military operations from space to submarine warfare.¹⁵⁸ (LAI, 2010, p. 19-20)

O tráfico de pessoas é outro desafio enfrentado pela China, ao passo que atualmente o país é fonte, trânsito e destino para mulheres, homens e crianças traficadas para fins de exploração sexual ou trabalho forçado. Existem vários relatos sobre chineses trabalhando forçadamente em muitos países. Muitas mulheres e crianças são traficadas para a China oriundas da Birmânia, Vietnã, Laos, Mongólia, Rússia, Coreia do Norte e até da África e de alguns países europeus, e são forçadas a trabalharem como prostitutas. Além disso, crianças e adultos chineses são forçados a roubar, a pedir dinheiro, a trabalhar em minas de carvão, etc. (CIA WORLD FACTBOOK, 2013)

A China não cumpre os padrões mínimos para eliminação do tráfico de pessoas, e o governo não tem se esforçado de maneira significativa para punir as formas de tráfico de pessoas, além de não ter informado às vítimas do tráfico sobre prestação de serviços. Recentemente, em 2013, o governo lançou um plano de ação nacional, que inclui medidas para melhorar a coordenação interna contra o tráfico e para a proteção das vítimas. (CIA WORLD FACTBOOK, 2013)

Além dos problemas de *demarcação de território*, China enfrenta os *conflitos étnicos*. No Tibete e em Xinjiang, por exemplo, a população que não é da etnia Han opõe-se às regras chinesas. (LAI, 2010)

A China enfrenta ainda outras ameaças à segurança pública das fronteiras, tais como: a vulnerabilidade de sua economia e de sua estratégia de desenvolvimento “mercantilista orientada para a exportação” após a crise financeira internacional; os conflitos no Tibete e

157 Disponível em: <http://www.nytimes.com/2012/05/11/world/asia/china-philippines-dispute-over-island-gets-more-heated.html?_r=0>. Acesso em: 28 jul. 2014.

158 Com fronteiras estendidas por toda Ásia da Península Coreana, no nordeste através do Sul da Ásia e da Ásia Central ao Sudeste da Ásia e de lá para o norte da Ásia marítima através dos Mares do Sul e do Leste da China para o Japão, China tem um ambiente de segurança complicado abraçando requisitos tanto continentais quanto marítimos. Este ambiente extenso de segurança contém potenciais adversários, tanto estatais quanto não estatais, com uma ampla gama de capacidades e apresentando variedade de potenciais ameaças aos interesses de segurança da China. Entre eles, os Estados Unidos é o mais capaz militarmente e é a fonte de preocupação estratégica principal do PLA. Esta apreensão da intenção estratégica dos Estados Unidos direciona grande parte de programas de modernização do PLA e evolução doutrinária abrangendo todos os domínios das operações militares, do espaço à guerra submarina. (LAI, 2010, p. 19-20) Traduzido pela autora.

em Xinjiang em 2008 e 2009, que reforçam que além da necessidade de consolidar o controle em territórios disputados nos mares do leste e do sul e de unificar Taiwan, China ainda não conseguiu conquistar uma unidade nacional; tempestades de inverno e terremotos em 2008, que demonstraram o perigo dos desastres naturais para a segurança interna e fomentaram a participação do PLA em operações militares diversificadas diferentes da guerra; os conflitos em curso com Vietnã, Malásia, Japão e Filipinas sobre ilhas disputadas e territórios marítimos; ataques de piratas da Somália a navios mercantes chineses; desavenças com os Estados Unidos sobre os direitos reivindicados de operação nas 200 milhas náuticas da zona econômica exclusiva das costas chinesas, entre outros. (LAI, 2010, p. 4-5)

Para avançar esses e outros desafios, China vem acelerando a modernização do PLA e aprimorando sua defesa nacional, de acordo com discurso do presidente chinês Hu Jintao. (LAI, 2010)

Além disso, a China tem investido no comércio fronteiriço para desenvolver suas fronteiras e superar alguns desafios. Abertura de passagens pelo Himalaia, por exemplo, a construção de doze estradas ligando Xinjiang à Ásia Central e Paquistão, a nova rota de Urumchi a Tachkent, entre outras ações, impulsionaram a abertura dos mercados e a expansão comercial. Em 2000 foi lançada a campanha “abertura do oeste” nas regiões fronteiriças, com o fim de “revitalizar as fronteiras e enriquecer o povo”. (FOUCHER, 2009)

A *Mongólia* é um grande parceiro comercial chinês, por exemplo. A fronteira com a Mongólia é enorme, de cerca de 4.677 quilômetros, representando 20% das fronteiras chinesas terrestres. Esse país é muito importante para a China, pois possui recursos naturais para a economia crescente chinesa, como carvão, cobre e outros minerais, e porque a China é um grande investidor no país. A Inner Mongolia é o principal portão para relações econômicas entre China e Mongólia, em que 80% das mercadorias transportadas entre os países passa pela região. (FREEMAN, 2011)

2.5. POSSÍVEIS INTERFACES DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PARA AS FRONTEIRAS DA CHINA COM A ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA NAS FRONTEIRAS DO BRASIL

Nesse tópico serão apresentadas possíveis semelhanças das políticas de segurança chinesas para a segurança das fronteiras com as políticas realizadas no Brasil.

Foram apresentados ao longo do trabalho várias ações realizadas pelas tropas chinesas de fronteira como a construção de estradas, hospitais e escolas. Assim como na China, as Forças Armadas brasileiras têm sido utilizadas na construção civil e em obras sociais, como distribuição de remédios e alimentos em áreas atingidas por catástrofes ambientais. (DEFESA NACIONAL, 2010)

Assim como o Brasil, a China também mantém uma política de dissuasão, seguindo o princípio de atacar apenas quando for atacada, de acordo com o Livro Branco publicado em 2013. (WHITE PAPER, 2013)

Nesse sentido, a Estratégia Nacional de Defesa (END) tem ações estratégicas voltadas para a modernização da defesa, distribuídas na reorganização das Forças Armadas, reestruturação da indústria brasileira de defesa e do serviço militar obrigatório. (DEFESA NACIONAL, 2010)

Os setores cibernético, nuclear e especial também recebem destaque em documento publicado pela END, além da preocupação que o país domine tecnologias que serão necessárias para a utilização dos novos equipamentos que serão adquiridos para modernizar as Forças Armadas. Logo, cabe ressaltar que China também tem realizado políticas voltadas para a modernização das Forças Armadas, citadas no início do relatório. (DEFESA NACIONAL, 2010)

O maior projeto voltado para as fronteiras o Brasil é o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), que tem como objetivo estabelecer um sistema integrado de monitoramento de fronteiras, com a importância estratégica de fortalecer a vigilância na faixa de fronteira com o uso interligado de sensores, redes e radares. O projeto iniciou em 2012 e está previsto para terminar em 2022, com o custo total estimado de 5,8 bilhões de reais. O sistema é desenvolvido pelo Exército e envolve radares, veículos aéreos não tripulados e novos sistemas de comunicação. O sistema envolve também a instalação de rede de sensores sobre linhas de fronteira, interligadas a sistemas de controle que estarão conectados às unidades operacionais com capacidade de resposta em tempo real. (DEFESA NACIONAL, 2010)

A expectativa do Exército é de que em dez anos toda a faixa de fronteira estará coberta, e a implantação será feita por região. O Sisfron é integrado com outros sistemas como o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), Sistema de Controle do Espaço Aéreo e o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SIGAAZ). (DEFESA NACIONAL, 2010)

A defesa da Amazônia é assunto prioritário na Estratégia Nacional de Defesa brasileira, que prevê a ampliação e o reposicionamento de tropas nas áreas de fronteira, além de melhorias no monitoramento por satélite da região, feito pelo Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM). (DEFESA NACIONAL, 2010)

Além disso, o governo lançou o Plano Estratégico de Fronteiras, que une esforços das Forças Armadas, Polícia Federal e outros órgãos para prevenir e reprimir crimes em área de fronteira. As ações do Plano são executadas pelo Ministério da Justiça (Operação Sentinela) e pelo Ministério da Defesa (Operação Ágata). Cinco meses após a iniciativa o coordenador do plano, Michael Temer, avaliou os resultados alcançados como positivos, pois a apreensão de drogas aumentou 14 vezes, as operações acionaram 12 ministérios e 26 órgãos públicos federais e integrou também as Forças Armadas com a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal. (DEFESA NACIONAL, 2010)

A Operação Ágata, realizada em 2011 na fronteira com países como Argentina, Uruguai e Colômbia fortaleceu a cooperação com os vizinhos, elemento essencial para a segurança nas fronteiras, em que o Brasil informou os vizinhos sobre as operações, ampliando a transparência no relacionamento com esses países. (DEFESA NACIONAL, 2010)

A China também realiza operações conjuntas com outros países para a defesa das fronteiras, como já foi citado no presente relatório.

Figura 2. Resultados do Plano Estratégico de Fronteiras.

Operações conjuntas reforçam defesa

Plano Estratégico de Fronteiras apresenta primeiros resultados



Operação Ágata

Ministério da Defesa

45 mil km de rios e lagos patrulhados, com apreensão ou notificação de 46 embarcações, 59 motos, 20 caminhões, 465 quilos de agrotóxicos, 332 quilos de maconha, 19,5 kg de cocaína, 63 armas, 8 toneladas de explosivos, R\$ 345 mil e US\$ 250 mil em espécie

3 pistas de pouso destruídas

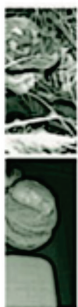
Fiscalização de 5 madeireiras e 3 garimpos

17.632 membros das três Forças Armadas dispostos ao longo de 11.632 km (63% da fronteira)

Apoio médico de embarcações da Marinha e de hospitais de campo do Exército e da Aeronáutica às populações locais

Foram realizados 10.914 atendimentos médicos, 21.288 procedimentos médicos e 11.720 atendimentos odontológicos

Utilizados 100 aviões e helicópteros e dois veículos aéreos não tripulados



Operação Sentinela

Ministério da Justiça

Apreensão de 115,3 toneladas de maconha e cocaína, 473 mil fármacos, 4,4 milhões de pacotes de cigarros e 534 armas de fogo

Foram 4,2 mil prisões em flagrante

Fonte: Ministério da Defesa

Assim como a China, o Brasil também tem tradição em participar de missões de Paz da ONU. De 1956 até 2012 mais de 32 mil militares brasileiros participaram de 47 missões visando pacificar nações devastadas por conflito. (DEFESA NACIONAL, 2010)

No tópico sobre os projetos voltados para o desenvolvimento das fronteiras chinesas foram apresentados alguns projetos para o enfrentamento das baixas temperaturas em regiões de fronteiras chinesas, que chegam a cerca de -50°C . Apesar de as regiões de fronteira brasileira não sofrerem com as baixas temperaturas como a China, grande parte das nossas fronteiras são cortadas por florestas, rios, lagos e montanhas, dificultando a vigilância das mesmas.

Brasil e China compartilham problemas comuns nas regiões de fronteira, como o tráfico de drogas, armas e mercadorias; atraso socioeconômico; cobiça estrangeira por recursos naturais (no caso chinês o Japão cobiça recursos marítimos chineses); permeabilidade das fronteiras (como já foi citado, as fronteiras chinesas apresentam temperaturas extremamente baixas e montanhas, por exemplo, que dificultam o trabalho das tropas de patrulha).

O Brasil faz fronteiras com dez nações a oeste, e é o quarto maior país em terras contínuas. No mundo, apenas China e Rússia, países estudados na pesquisa, fazem fronteira com mais países. A leste, o Brasil possui aproximadamente 7 mil quilômetros de litoral, tornando as fronteiras uma questão central de defesa nacional. (DEFESA NACIONAL, 2010)

As principais ameaças às fronteiras brasileiras, de acordo com Eduardo Boas (2013), são o contrabando de armas e munições, o tráfico de drogas, o descaminho e os crimes ambientais.

Nesse sentido, China também possui fronteiras extensas, diversas, porosas, com baixo desenvolvimento socioeconômico e baixa presença do Estado, além de apresentarem condições geográficas que dificultam o trabalho das instituições de segurança pública, assim como no Brasil.

Outra característica comum entre China e Brasil em relação às políticas de fronteira é a sinergia entre os órgãos governamentais. Na China, diversos órgãos são responsáveis pela defesa das fronteiras, assim como no Brasil, diversas instituições estão envolvidas com o tema.

2.6. PRESENÇA CHINESA NO BRASIL E BOAS PRÁTICAS

“O desenvolvimento econômico chinês tem ocorrido através da abertura relativa de sua economia para o comércio e investimento externo.” (FRAVEL, p. 511, 2010)

A participação chinesa na ordem econômica internacional tem crescido bastante, e o país está mais aberto para o investimento externo direto, muito mais que outros países em desenvolvimento.

Sobre a parceria sino-brasileira, pode-se afirmar que a relação entre os países é considerada uma “parceria estratégica”, apresentando um relacionamento bilateral sólido desde o restabelecimento da relação diplomática entre os dois países na década de 70. (GONÇALVES; BRITO, 2010)

Nas relações internacionais, o termo parceria estratégica significa relações entre nações

com interesses comuns, comprometidas em coordenar suas ações no âmbito internacional, seguindo algumas normas de conduta. “Para a China, a parceria estratégica tem um significado diferente da conotação ocidental do termo, pois elas não são tratadas como alianças quase-militares, envolvendo cooperação extensiva em assuntos militares e de segurança, como implica o termo estratégico.” (GONÇALVES; BRITO, 2010, p. 14)

Em novembro de 1993 foi estabelecida uma parceria estratégica entre Brasil e China, durante visita do Presidente chinês Jiang Zemin ao Brasil, que simbolizou a maturidade das relações entre os países e o fortalecimento da Cooperação Sul-Sul.

i) a China é interlocutor político indispensável para o Brasil, especialmente por ser membro do Conselho de Segurança da ONU; ii) Brasil e China apresentam ampla coincidência de preocupações e diagnósticos sobre a realidade mundial, o que pode auxiliar na formação de consensos e na defesa de interesses comuns frente as demais potências do sistema internacional; iii) Brasil e China possuem economias complementares e programas de desenvolvimento que abrem oportunidades mútuas nos âmbitos comercial, de cooperação [incluindo a cooperação científico-tecnológica] e de investimento. (BECARD, 2008, p. 27)

A China apresenta relações dinâmicas com o Brasil no campo econômico-comercial, ao passo que em 2009 ultrapassou os Estados Unidos como o principal parceiro brasileiro. Entretanto, a relação da inserção externa do Brasil enquanto parceiro parece assimétrica, devido à competição com produtos chineses nos mercados externos, entre outros efeitos negativos. A exportação de produtos brasileiros para a China, por exemplo, sofre com a concorrência com países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), que desenvolve uma intensa rede comercial com a China. (GONÇALVES; BRITO, 2010)

Outro exemplo de falta de reciprocidade entre o governo chinês e o governo brasileiro foi a candidatura brasileira a um assento no Conselho de Segurança da ONU, em que o Brasil reconheceu a China como economia de mercado e mudou sua posição em relação ao país na Comissão de Direitos Humanos da ONU, mas, mesmo assim, a China foi contra a entrada de novos membros no Conselho de Segurança. (GONÇALVES; BRITO, 2010)

Todavia, a área de cooperação científico-tecnológica entre os países apresenta resultados sólidos, e é considerada como principal vetor da parceria. Um dos exemplos dessa parceria é o Programa do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres. Ainda no âmbito da cooperação científico-tecnológica, a parceria avançou outros campos, como “geociências, exploração de petróleo, aeronáutica, transportes, fontes de energia renováveis, tecnologia da informação, indústria química, energia nuclear e agropecuário.” (GONÇALVES; BRITO, 2010, p. 22)

Em 2010 os países assinaram o “Plano de Ação Conjunta, 2010-2014”, que tem como objetivo melhorar a coordenação dos mecanismos de cooperação bilateral que já existem entre os países, além de intensificar a cooperação bilateral em todas as áreas. (GONÇALVES; BRITO, 2010)

Além disso, vale salientar a importância dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que fortalecem o diálogo entre esses países e impulsionam o desenvolvimento dos mesmos a partir de um ideal de multilateralidade nas relações internacionais e a busca por novas instituições econômicas.

Muitas ameaças à segurança pública das fronteiras chinesas e brasileiras foram apresentadas ao longo do trabalho, mas cabe aqui destacar algumas boas práticas defendidas por militares chineses que podem ser incorporadas às políticas de segurança de defesa das fronteiras brasileiras, de acordo com Fravel (2007):

1. Segurança e Policiamento – As consequências da instabilidade interna podem ser desastrosas para as regiões de fronteira, e os militares chineses destacam políticas contra movimentos separatistas, contra o terrorismo e contra rebeliões como pontos importantes para a defesa das fronteiras.

2. Crescimento Econômico – Capaz de reduzir conflitos étnicos e fomentar a estabilidade política e social, pois mantém a unidade dos grupos étnicos e a unificação nacional.

3. Diplomacia – A cooperação com países vizinhos, através de atividades conjuntas contra o terrorismo, por exemplo, limita conflitos em potencial.

Além disso, algumas ações preventivas realizadas pela China para a defesa das fronteiras podem ser analisadas como boas práticas a serem seguidas: desenvolvimento de infraestrutura, através da construção de estradas e da instalação de cercas de arame farpado e alarmes; prevenção de conflitos, através do estabelecimento de medidas de construção de confiança com os Estados vizinhos e da realização de programas de transparência em matéria de política de defesa nacional;¹⁵⁹ institucionalização da cooperação entre as forças de defesa das fronteiras, a partir da realização de acordos para a gestão das fronteiras, e articulação de exercícios militares conjuntos com os Estados vizinhos. (FRAVEL, 2007)

Assim como o Brasil, diversas organizações trabalham para a defesa da segurança pública das fronteiras na China, e para assegurar a coordenação política desses atores a China estabeleceu a Comissão de Defesa das Fronteiras, que possui representações em todas as províncias e regiões autônomas de fronteira, províncias costeiras e distritos e subdistritos militares. (FRAVEL, 2007)

A criação de tal Comissão pode ser observada pelos governantes brasileiros como uma boa prática a ser levada em consideração.

¹⁵⁹ Neste sentido cabe salientar a publicação dos Livros Brancos do Exército chinês na *internet*, estudados ao longo do trabalho.

Capítulo 3



**SITUAÇÃO DAS FRONTEIRAS DA
FEDERAÇÃO RUSSA**

A Rússia tem a fronteira mais longa do mundo, totalizando cerca de 20.241 km de fronteiras terrestres. Além disso, tem duas fronteiras marítimas com os Estados Unidos e Japão, que totalizam aproximadamente 38.807 quilômetros. (NIKOLSKY, 2013)

Somando as fronteiras terrestres com as fronteiras marítimas, a extensão da fronteira russa é de 59.048 km.¹⁶⁰ A Rússia faz fronteira terrestre com 14 países, são eles: Noruega (196 km), Finlândia (1.313 km), Lituânia (227 km), Polônia (432 km), Estônia (290 km), Letônia (292 km), Belarus (959 km), Ucrânia (1.576 km), Geórgia (723 km), Azerbaijão (284 km), Cazaquistão (6.846 km), China (3.605 km a sudoeste e 40 km ao sul), Mongólia (3.441 km) e Coreia do Norte (17,5 km). (CIA, THE WORLD FACTBOOK)¹⁶¹

A Rússia possui uma população total de 143,5 milhões de pessoas, em que aproximadamente metade vive em duas áreas: os distritos federais Volga e Central. O país é também etnicamente diversificado, pois abriga mais de 100 nacionalidades diferentes. A estrutura federal russa também é bem complexa, herança do período soviético, incluindo repúblicas, regiões, e outras subunidades. (NICHOL, 2014)

Já foram apresentados diversos dados sobre as fronteiras russas, que não serão explorados novamente no presente capítulo.

No fim da União Soviética existiam 195 postos de fronteira, e foram abertos mais 78 postos nos anos 2000. Dos 89 entes que compõem a Federação Russa, 45 são regiões de fronteira, onde vivem aproximadamente 74 milhões de pessoas. No pós-Guerra Fria, algumas fronteiras tiveram que ser renegociadas, delineadas e demarcadas. (BENNETT, 2002)

Em 2002 existiam 13.500 quilômetros de fronteiras que ainda precisavam ser delineadas pelo país, localizadas principalmente na Estônia, Geórgia, Ucrânia, Cazaquistão e Azerbaijão.

No período da *China* comunista e da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) houve intensa cooperação alternada com momentos de confronto. Houve divisões ideológicas entre os partidos comunistas que incitaram tensões nas regiões de Khanka Lake e Tungan; tentativas chinesas de conquista de território pela força em Damanskiy Island, Bolshoy Island e Tabarov; e reivindicações chinesas de centenas de quilômetros do território soviético. (BENNETT, 2002)

Uma das preocupações da Rússia sobre as fronteiras com a China no período foi o transbordamento de comerciantes chineses que tentaram se instalar no Extremo Oriente Russo, em Chita, Amurskaya, Khabarovsk e Primorsky. (BENNETT, 2002)

Em 1969 houve conflito armado entre as duas potências na Ilha Damanskii, na fronteira do rio Ussuri, que foi cedida pela Rússia para a China com o objetivo de encerrar a disputa.

Após o colapso da URSS, ambos assinaram um acordo que delimitou boa parte das fronteiras e incentivou a cooperação futura. Vários outros acordos que encerraram disputas fronteiriças foram assinados na década de 90, e Rússia passou a prover petróleo e gás para a China, que se tornou um dos principais países compradores dos equipamentos militares russos. (HAAS, 2013)

¹⁶⁰ Disponível em: <<http://www.nationmaster.com/country-info/profiles/Russia/Geography/Land-boundaries>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

¹⁶¹ Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/rs.html>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

Em 1991, os países decidiram resolver questões fronteiriças pendentes e assinaram alguns acordos que resolveram essas questões, deixando apenas algumas ilhas como territórios disputados. Em 1996, os países eram considerados “parceiros estratégicos”, a favor de um sistema internacional multipolar, sem o papel de liderança dos Estados Unidos. (HAAS, 2013)

Em 2008, foi assinado outro tratado relacionado às fronteiras, que demarcou finalmente os 4.300 quilômetros de fronteiras entre os países. Além de acordos sobre fronteiras, foram assinados entre os países acordos de cooperação em áreas como educação, energia, defesa espacial, política externa, comércio, energia nuclear, nanotecnologia, tecnologia militar, economia, etc. (HAAS, 2013)

Em 2010 a China passou a ser a segunda maior economia do mundo, atrás dos Estados Unidos da América, com o segundo maior orçamento para a defesa do mundo, e um exército bem maior do que o russo, de cerca de 3,7 milhões de soldados, enquanto as tropas de defesa russa são formadas por aproximadamente 1,5 milhão de soldados. (HAAS, 2013)

Atualmente, ambos estão envolvidos na região Ásia-Pacífico, com forte presença em organizações regionais, em que a China busca maior influência na Ásia Central pós-soviética, esfera tradicional de influência Rússia, gerando disputas. (HAAS, 2013)

Todavia, em 2012 o atual presidente da Rússia, Vladimir Putin, lançou um decreto sobre política externa que descreve a China como um parceiro estratégico e que ressalta que a Rússia precisa aprofundar as relações com a China. Além disso, o decreto também mencionou alguns fóruns em que os dois países cooperam, como o BRICS, ASEAN (*Association of South-East Asian Nations* – Associação das Nações do Sudeste Asiático, em português) e SCO (*Shanghai Cooperation Organisation* – Organização de Cooperação de Shanghai, em português). (HAAS, 2013)

O interesse da China em regiões russas como o Extremo Oriente, que é repleta de recursos naturais, é bem claro, e é associado à população que habita na região. Apenas 8% da população russa habita a região do Extremo Oriente, e mais de 6 milhões de russos deixaram a região entre 2001 e 2012. Entretanto, nas províncias de fronteira entre China e Rússia, ao norte da China, vivem mais de 90 milhões de chineses, o que representa 63.000 chineses para cada russo em cada quilômetro de fronteira entre os países. (HAAS, 2013)

Existe também o receio russo de que os chineses sejam o grupo étnico dominante nessas áreas de fronteira, e a Rússia está enfrentando a imigração ilegal de chineses. Os números são bastante divergentes, mas entre 100.000 e 4 milhões de imigrantes chineses estavam no Extremo Oriente russo em 2005. (HAAS, 2013)

Logo, a imigração ilegal aparece como uma grande ameaça à segurança das fronteiras russas, além dos problemas socioeconômicos enfrentados nessas regiões, que tem dificuldade de integração com a Rússia.

Outra característica das relações entre os países é a competição na Ásia Central, em que China está ganhando a cada dia mais influência econômica nos ex-Estados Soviéticos da Ásia Central, principalmente no setor energético. Na Ásia Central, a China tem concentrado seus esforços no Uzbequistão, Cazaquistão, Turcomenistão, Tadjiquistão e Quirguistão. (HAAS, 2013)

Em 1920, *Finlândia* e Rússia assinaram o Tratado de Tartu, que definiu suas fronteiras. Duas décadas após a assinatura aconteceram dois conflitos entre os países, e a Finlândia perdeu o Istmo da Carélia, territórios a oeste de Merkiarvi, ilhas no Golfo da Finlândia e parte da região do Petsamo e das penínsulas de Rybachiy e Sredniy. (BENNETT, 2002)

As demarcações de fronteira continuam em aberto por mais de meio século com o *Japão*. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a URSS conquistou doze das ilhas Kuril, no Japão. Em 1995, o Japão quis que Moscou reconhecesse o direito japonês às ilhas. Entretanto, Moscou sugeriu ao país que ambos desenvolvessem os territórios conjuntamente. (BENNETT, 2002)

Sobre a fronteira com *Lituânia*, há poucas desavenças, que estão relacionadas com a demarcação de Kaliningrado e com a fronteira marítima próxima a essa região, que a Rússia gostaria de ter acesso facilitado, mas a Lituânia discorda. (BENNETT, 2002)

Na fronteira com a *Mongólia* houve contrabando de gado durante anos, e houve tensões por parte de um movimento nacionalista mongol para a devolução de terras que foram doadas para a Rússia em 1958 pela Mongólia, que formavam cerca de 2.322 km quadrados.

De acordo com o autor (BENNETT, 2002) a Rússia não tem tensões fronteiriças com a *Coreia do Norte*. Com o regime de Pyongyang, com forte controle da população, a Rússia não enfrentou problemas como imigração ilegal ou contrabando transfronteiriço.

Rússia delimitou as fronteiras com a *Noruega* em 2010, após cerca de 40 anos para a delimitação da plataforma continental do Mar de Barents e o controle da pesca em Novaya Zemlya, Spitsbergen e Franz-Joseph Land. (NYBERG, 2012)

O *Tadjiquistão* compartilha uma fronteira porosa com a Rússia, e convive com o problema do tráfico de heroína por parte do Afeganistão, que também abrigava islâmicos radicais do Tadjiquistão que tentaram atacar a Rússia algumas vezes. A Rússia criou um sistema de proteção diferenciado no Tadjiquistão, com a instalação de postos avançados nas fronteiras e de sistemas de artilharia e investigação de moradores locais, para descobrir os que apoiavam o tráfico de drogas e os radicais. (BENNETT, 2002)

Sobre a fronteira com a *Polônia*, não existe discórdia entre os russos e os poloneses, entretanto a Polônia rejeitou tentativas russas constantes de implementação de um sistema de vistos mais simples de rotas da Polônia para Kaliningrado, devido às ambições expansionistas russas do passado. (BENNETT, 2002)

A fronteira com *Azerbaijão* ainda estava sendo demarcada em 2002. O país disputa áreas de suas fronteiras com a Rússia, e a população de ambos os países parece insatisfeita com o controle, que limita negociações nas fronteiras. (BENNETT, 2002)

Com a *Bielorússia* (Belarus) a delimitação das fronteiras foi mais complicada, com manutenção de tropas russas de fronteira no país, para lutar contra migração ilegal e o tráfico de drogas e armas. (BENNETT, 2002)

Rússia e *Estados Unidos da América*, que compartilham fronteiras marítimas, assinaram acordo sobre as fronteiras de Barents Sea, além das zonas econômicas do Oceano Pacífico e Mar Ártico. O acordo foi ratificado pelos EUA em 1991, mas a Rússia ainda não o ratificou. (BENNETT, 2002)

Em 1999 foi acordado entre Rússia e Geórgia a delimitação de 191 km de bordas comuns, e a Geórgia disputa extensões da fronteira com Dagestão e partes de Ossétia do Norte – Alanya. (BENNETT, 2002)

A fronteira russa com o Cazaquistão é enorme, de cerca de 7.569 km, e foi estabelecida no período pós-URSS. Os cidadãos dos dois países podem atravessar as fronteiras em qualquer lugar através de estradas e ferrovias, e existe cooperação entre os países para o combate da migração ilegal, tráfico de drogas e contrabando, através dos guardas da fronteira, que também trocam informações e treinam conjuntamente. (BENNETT, 2002)

Armênia e Rússia não possuem fronteira comum, mas em 1992 foi assinado acordo sobre os guardas de fronteiras russos no país, que recrutam soldados armênios para suas unidades de fronteira. As tropas do FPS (*Federal Border Service*, Serviço Federal de Fronteira, em português) encontram-se em Oktemberyansk, Artashat, Megry e Gyumrinsk, e tal aliança com a Rússia tranquiliza a Armênia em relação aos conflitos recorrentes com o Azerbaijão na fronteira com Irã, Geórgia e Turquia. (BENNETT, 2002)

Com a Estônia também não existe divergência sobre as fronteiras, que foram delimitadas pela Rússia de 1994 a 1995. Entretanto, a população de língua russa na Estônia pode futuramente gerar tensões relacionadas à sua cidadania e à gestão fronteiriça. (BENNETT, 2002)

A Letônia foi incorporada à URSS, com tensões sobre a anexação da região Aiberne/Pytalovskiy. (BENNETT, 2002)

Dessa maneira, o estabelecimento de fronteiras não é apenas uma questão procedimental no caso da Rússia, que tem que enfrentar uma série de desafios para alcançar uma reconciliação histórica com alguns países. (NYBERG, 2012)

3.1. ESTRATÉGIA MILITAR RUSSA E POLÍTICAS DE SEGURANÇA NACIONAL PARA AS FRONTEIRAS

Após 1991 houve muita especulação sobre o futuro do aparato de segurança russo, conhecido desde 1954 como KGB (*Komitet Gosudarstvenno Bezopasnosti*, Comitê de Segurança do Estado, em português). Em 1991 o KGB não foi extinto, mas dividido em várias agências separadas, responsáveis pela segurança interna, controle das fronteiras, inteligência externa, e outras unidades especializadas. (KRAMER, 2002)

O complexo de segurança e inteligência russo atualmente é composto pelas principais agências sucessoras do KGB, conhecidas como Serviço Federal de Segurança (era conhecido como Serviço Federal de Contra inteligência anteriormente), Serviço Federal de Fronteiras e Serviço de Inteligência Externa. Essas agências são formadas também por membros de unidades de operações especiais e outras agências, somando centenas de milhares de funcionários. (KRAMER, 2002)

Alguns autores afirmam que o controle democrático do complexo de segurança/inteligência russo é fraco em alguns casos, em que as forças de tal complexo têm poderes formais e informais para agir por contra própria. (KRAMER, 2002)

O atual Presidente Vladimir Putin serviu durante dezesseis anos ao KGB como oficial de inteligência estrangeiro, e serviu como chefe do FSB (*Federal Security Service* – Serviço Federal de Segurança da Federação Russa, em português). Ao longo dos anos, Putin apontou vários ex-oficiais de alto escalão da KGB para assumirem postos importantes. O Ministério da Defesa, por exemplo, é controlado por Sergei Ivanov, ex-oficial de inteligência estrangeiro da KGB. (KRAMER, 2002)

Um documento que destaca as estratégias russas para a segurança é um artigo do Presidente Vladimir Putin, “*Russia and the Changing World*”¹⁶², em que o presidente afirma que a Rússia busca intensificar seu crescimento na Ásia, especialmente na China e Índia, e que a Índia é uma parceira privilegiada, e suas relações são importantes para um mundo mais multicêntrico.

Em relação às fronteiras russas, o Serviço de Fronteiras da Rússia (conhecido como Força de Fronteira da Rússia) é um ramo do Serviço Federal de Segurança da Rússia, e tem como objetivo patrulhar as fronteiras do país, incluindo as fronteiras marítimas.

A guarda de fronteira foi criada no Império Russo no século 18, embora a origem do serviço de fronteira possa ser atribuída ao Príncipe Mikhail Vorotynsky no século XVI. Catherine II criou os Guardas de Fronteira comandados pelos cossacos russos, e o General Mikhail Barklay de Tolly organizou numerosos postos fronteiriços em 1810, constituídos por 11 regimentos ao longo da fronteira ocidental russa. (GOLUNOV, 2007)

Após dois anos, os guardas de fronteira russos foram os primeiros a combater a invasão da Rússia por Napoleão Bonaparte, e em 1832 os cossacos foram substituídos por oficiais aduaneiros armados, subordinados ao Ministério das Finanças em tempos de paz. Durante a guerra, entretanto, os guardas de fronteira eram comandados pelo exército. (GOLUNOV, 2007)

Em documento publicado em 2008 pelo Escritório Sobre Drogas e Crime da Organização das Nações Unidas intitulado “*Tendência de Drogas Ilícitas na Federação Russa*”¹⁶³, é ressaltado que as agências russas de aplicação da lei têm melhorado suas capacidades, ao passo que aumentaram o número de operações antidrogas, como prisões e grandes apreensões, mas têm o grande desafio de lidar com a corrupção e a rivalidade interagências.

A falta de coordenação entre as agências de aplicação da lei russas, tais como o Ministério de Assuntos Internos, o Serviço Federal de Controle de Drogas, o Serviço Federal de Segurança e o Serviço Federal Aduaneiro, pode prejudicar a execução de esforços antidrogas eficientes, abrangentes e integrados de aplicação da lei. Além disso, há evidências de alguma relutância entre as principais agências de aplicação da lei na exploração de novas tecnologias. Estes fatos representam *aspectos negativos* das políticas russas para a defesa das fronteiras, e podem ser analisados pela ENAFRON, para que o Brasil evite tais erros.

Finlândia, Estônia, Latvia, Lituânia e Polônia são os cinco países da União Europeia que fazem fronteira com a Rússia. As fronteiras com esses países possuem cerca de 2.250 km de extensão, cerca de um quinto de todas as fronteiras terrestres da União Europeia.

¹⁶² Disponível em: <<http://valdaiclub.com/politics/39300.html>>. Acesso em: 13 ago. 2014.

¹⁶³ Disponível em: <http://www.unodc.org/documents/regional/central-asia/Illicit%20Drug%20Trends%20Report_Russia.pdf>> Acesso em: 09 set. 2014.

Essas fronteiras são guardadas pela chamada “Cortina Schengen”, nomeada pelo regime europeu de visto, que permite isenção de visto em 24 estados europeus, além de impedir a circulação através da fronteira oriental da União Europeia. A Cortina Schengen também busca proteger a Europa contra a imigração indesejada, o terrorismo, o tráfico de drogas e outras atividades criminosas.

3.2. POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS E AMEAÇAS ENFRENTADAS

Nesse subtópico, serão apresentadas algumas políticas de segurança pública nas fronteiras e as principais ameaças à segurança, como o transbordamento de comerciantes chineses; conflitos fronteiriços relacionados à demarcação de fronteiras no período pós-URSS; contrabando de armas, animais e produtos; movimentos nacionalistas; imigração ilegal; tráfico de armas e drogas; insatisfação da população fronteiriça com o controle que limita negociações.

O fim da União Soviética trouxe vários desafios aos líderes das Tropas de Fronteira, que não sabiam quais estados novos que cercavam a Rússia buscariam uma independência completa, e como seria o processo de demarcação e estabilização das fronteiras, sem a previsão de quais países requererem seus serviços. (BENNETT, 2002)

Após o colapso da União Soviética, enfrentando uma severa situação econômica, a Rússia realizou uma grande reforma militar, de acordo com os seguintes pilares: modernização, profissionalização e redução de tropas, que foram reduzidas de 4,3 milhões de soldados em 1986 para 1 milhão na atualidade. (NICHOL, 2014)

Nesse sentido, cabe salientar que com a deterioração das capacidades russas, o país depende fortemente das forças nucleares para manter seu status como uma das principais potências mundiais. Além disso, a Rússia tem buscado cooperar com os países da CEI (Comunidade dos Estados Independentes) em questões de segurança, e possui instalações militares no território de todos os estados-membros da CEI, até mesmo no Azerbaijão. (NICHOL, 2014)

Em 2010 o orçamento para defesa russo era de 39,6 bilhões de dólares, e em 2011 foi de 51,3 bilhões de dólares, mesmo após a crise financeira global. Todavia, a crise realçou as fraquezas da economia russa, ressaltando a forte dependência na exportação de petróleo e de outros recursos naturais e a consequente necessidade de diversificação da sua economia. Cabe salientar que a Rússia possui as maiores reservas de gás natural do mundo, que representam cerca de 30% de todo o gás natural do planeta, e é o oitavo país do mundo em reservas de petróleo. (NICHOL, 2014)

As Tropas de Fronteira russas foram renomeadas como Comitê de Fronteiras do Estado e transferidas para o Ministério de Segurança e Assuntos Internos. Em 1992, o Comitê foi abolido e os guardas da fronteira e Comando Principal das Tropas de Fronteira foram estabelecidos. (BENNETT, 2002)

Em 1993, o número de pessoas cruzando as fronteiras russas aumentou 21 vezes em relação ao período soviético. O *Federal Migration Service* (FMS – Serviço Federal de Migração, em português) foi criado em 1992 para controlar a imigração, com cerca de 4.000 funcionários,

formando 114 células de imigração nos postos de controle de fronteiras. Em 1999, cerca de 700.000 estrangeiros viviam na Rússia, muitos ainda de nacionalidade incerta. (BENNETT, 2002)

Outra ameaça enfrentada pela Rússia é o tráfico de drogas. Alguns países vizinhos são tradicionalmente produtores de drogas, e há forte tolerância por parte das repúblicas do sul da Rússia para a entrada de narcóticos. Alguns soldados baseados no Afeganistão abasteceram cidades russas de maconha, por exemplo. De 1985 a 1990 foram apreendidas 16 toneladas de drogas por autoridades soviéticas, e muitos membros de organizações responsáveis pelo controle tornaram-se vítimas e usuários de drogas na época. (BENNETT, 2002)

In 1995, the Russian Border Guards intercepted on the Russian and other CIS borders 2.5 tonnes of what appeared to be soft drugs. In 1996 they intercepted 3.5 tonnes and in 1997, 2.7 tonnes. In spite of improved border protection the drug smuggling to Russia is increasing. Five tonnes of drugs were intercepted by the Russian border guards on one section of the Russian border in the unfinished year 2001. During the first 11 months of 2001, 26 tonnes of drugs were destroyed on the Russian-Ukrainian border. (BENNETT, 2002, p. 146)¹⁶⁴

Além disso, o tráfico de heroína na fronteira entre Afeganistão e Tadjiquistão configura-se como um grande desafio para a segurança pública das fronteiras, pois representa mais de um quarto de toda droga confiscada na fronteira desses países, representando cerca de 2.429 quilos de um total de 5.477 quilos de drogas. Bennet (2002) afirma também que 50 toneladas de drogas são transportadas pela região de Chelyabinsk.

Além do combate ao tráfico, o Serviço Federal de Fronteiras também lida com contrabando de produtos, tráfico de pessoas, imigração ilegal nas fronteiras, e também protege os recursos encontrados na costa. Para isso, o Serviço Federal de Fronteiras deve melhorar o diálogo com outros Ministérios e organizações para monitorar as áreas fronteiriças, dado os desafios mencionados anteriormente, que não devem diminuir.

O Serviço Federal de Fronteiras tem aumentado as detenções nas fronteiras, e no ano 2000 interrompeu as ações de 52 pessoas envolvidas em grupos de contrabando e fechou 109 canais de imigração ilegal, proibindo que 72.000 estrangeiros atravessassem as fronteiras russas.

Outra ameaça à segurança das fronteiras russas é a aproximação da infraestrutura militar da OTAN nas fronteiras que é vista como perigo militar pelos russos. Além disso, a ocupação de territórios japoneses por tropas russas ainda é uma questão a ser resolvida, envolvendo principalmente as Ilhas Kunashiri.

Com a expansão econômica, a China passou a ter fronteiras comerciais muito dinâmicas. Entretanto, o fluxo de imigrantes chineses ilegais para a Rússia, tanto comerciantes ou trabalhadores, transformou-se numa questão securitizada, pois muitos excedem seus vistos, tornando o controle russo nas fronteiras com a China mais rigoroso.

The FMS had its migration problem areas. These were: Krasnodar kray, where for

¹⁶⁴ Em 1995, os guardas de fronteira russos interceptaram nas fronteiras russas e em outras fronteiras CIS 2,5 toneladas do que pareciam ser drogas leves. Em 1996, eles interceptaram 3,5 toneladas e, em 1997, 2,7 toneladas. Apesar da melhoria da proteção das fronteiras, o tráfico de drogas para a Rússia está aumentando. Cinco toneladas de drogas foram interceptadas pelos guardas fronteiriços russos em uma seção da fronteira da Rússia antes do fim de 2001. Durante os primeiros 11 meses de 2001, 26 toneladas de drogas foram destruídas na fronteira russo-ucraniana. (BENNETT, 2002, p. 146)

every legally registered migrant, 3-5 were not registered, Stavropol kray where there were 140,000 migrants but only 63,000 of them were officially registered and the Far Eastern region. In 1999, more than 20,000 Chinese nationals lived illegally in the Ussuriysk region alone. (BENNET, 2002, p. 4)¹⁶⁵

Em 1993, o *Federal Border Service* (Serviço Federal de Fronteiras, em português) foi estabelecido, a partir da divisão da KGB, em que as tropas de guarda de fronteiras tornaram-se um serviço independente, com o objetivo de “proteger as fronteiras estaduais, águas territoriais, plataforma continental, zonas econômicas especiais, e implementar as políticas de fronteira do estado.” (BENNET, 2002, p. 5)

Dez anos depois, Vladimir Putin subordinou o serviço ao FSB e marcou uma tentativa inicial de desmilitarização das fronteiras, focando na aplicação da lei.

O serviço continua a ser militarizado apenas em alguns trechos individuais da fronteira, incluindo o conturbado Cáucaso Norte, partes da fronteira com a China (em caráter temporário) e em três países que contam com a Rússia para a proteção de suas fronteiras: Armênia, Abkhazia e Ossétia do Sul. No resto da fronteira o princípio “linear” anterior (ou seja, guardando todo o trecho, sem intervalos), foi abandonado em favor de proteger apenas as seções mais importantes do mesmo. Além disso, a ênfase está agora em inteligência, reconhecimento e tecnologia em vez de numerosas botas no solo. Como parte da reforma, o serviço de fronteira fez a transição para uma estrutura territorial. (NIKOLSKY, 2013, p. 1)

A região do Cáucaso Norte – área de fronteira entre o Mar Negro e o Mar Cáspio, que inclui a Chechênia e outras regiões com perfil separatista – foi a mais violenta da Europa em termos de baixas civis e militares e abusos de direitos humanos nas últimas décadas, apresentando vários ataques terroristas, constituindo uma grande ameaça à segurança das fronteiras russas. (NICHOL, 2014)

Sobre a estrutura atual do Serviço de Fronteiras na Rússia, existem diversos diretórios regionais responsáveis pela defesa das fronteiras, e a antiga estrutura de comando, que era formada por uma estação de fronteira, unidade de fronteira e distrito de fronteira, foi substituída por estações de cruzamento de fronteiras e diretórios de fronteiras. (NIKOLSKY, 2013)¹⁶⁶

A Equipe Principal do FPS é responsável pela guarda de fronteiras, unidades navais e aéreas de fronteiras, órgãos de inteligência, departamentos, controle de fronteira, segurança educacional, etc. (BENNET, 2002)

A princípio foram estabelecidos 11 Diretórios Regionais (sigla RD, em inglês) do FPS: Arctic RD, Far Eastern RD, Transbaykal RD, Western RD, Kaliningrado RD, Northeast RD, Northwest RD, North Caucasus RD, Pacific RD, Southeast RD e Caucasus Special RD. Foram criadas direções regionais também no Tadjiquistão, Armênia e Quirguistão, e na cidade de Chelyabinsk.

Algumas organizações federais como o Ministério da Agricultura e o Ministério dos Recursos Naturais também realizaram suas próprias ações nas fronteiras, tornando o controle

¹⁶⁵ O FMS teve áreas de problemas com a migração. Estas foram: Krasnodar kray, onde para cada migrante legalmente registrado, 3-5 não foram registrados, Stavropol kray onde havia 140.000 imigrantes, mas apenas 63.000 deles foram oficialmente registrados e a região do Extremo Oriente. Em 1999, mais de 20.000 cidadãos chineses viviam ilegalmente na região de Ussuriysk. (BENNET, 2002, p. 4, traduzido pela autora)

¹⁶⁶ Projetos da FSP disponíveis em: <<http://www.mdb.cast.ru/mdb/2-2013/item4/article1>>. Acesso em: 20 mai. 2014.

das fronteiras mais complicadas, ao passo que o FPS tinha que cooperar com diversas estruturas de poder.

Uma das condições de segurança nacional é a proteção das fronteiras estaduais da Rússia, que têm como principais ameaças à segurança e aos interesses fronteiriços a possibilidade de conflitos armados próximo às fronteiras, o terrorismo internacional e as organizações extremistas, o crime organizado, o narcotráfico e a imigração ilegal.

Uma das deficiências da Rússia nessa área é a infraestrutura insuficiente das fronteiras e a falta de equipamento tecnológico adequado. Para resolver tais problemas, é necessário desenvolver as fronteiras com alta tecnologia, que impulse “complexos fronteiriços multifuncionais, principalmente nas fronteiras com a República do Cazaquistão, Ucrânia, Geórgia e Azerbaijão”. (RUSSIA’S NATIONAL SECURITY STRATEGY TO 2020, 2009)¹⁶⁷ O Mar Cáspio é outra ameaça à segurança da Rússia, pois a utilização dos seus recursos naturais ainda não foi estabelecida, e existem divergências sobre a divisão do mar em zonas econômicas nacionais ou de modo que todos os países utilizem seus recursos com igualdade de direitos. Os países que são a favor da primeira opção são Azerbaijão e Cazaquistão, enquanto Rússia, Turcomenistão e Irã preferem a segunda. (BENNETT, 2002)

O colapso da União Soviética deu oportunidades à China de expandir sua presença na Ásia Central e trouxe também possíveis ameaças à sua segurança, pois a China faz fronteira com Cazaquistão, Tadjiquistão e Quirguistão. Além disso, a instabilidade do Afeganistão e a presença dos EUA também ameaçam a segurança da República Popular da China, devido às novas ameaças trazidas pelo Afeganistão, como o terrorismo internacional e o radicalismo islâmico e o tráfico de drogas como heroína e ópio no território de Xinjiang, envolvendo regiões russas.

Com essas ameaças, China intensificou a cooperação com a Rússia em questões relativas à segurança, que se intensificaram com a ascensão de Vladimir Putin na Rússia. Em Junho de 2001 foi estabelecida uma parceria entre ambos os países, chamada *Shangai Cooperation Organization* (SCO, em inglês), que possibilitou a assinatura de convenções contra o terrorismo, extremismo e separatismo, aproximando os países e chamando a atenção de outros para a causa. (PARAMONOV; STOLPOVSKI, 2008, p. 7)

Ainda sobre a política externa russa, destacam-se as relações com os países do sudeste asiático, em particular Paquistão, Índia e Afeganistão, de acordo com o documento *Russian Foreign Policy Concept*, publicado em 2008, que identifica os interesses da política externa do país. A Índia destaca-se como parceiro estratégico, Afeganistão como vizinho próximo e Paquistão como poder regional.

Com a ameaça do terrorismo e do tráfico de heroína no Afeganistão, Vladimir Putin afirmou em artigo publicado pelo *Moscow News* que os interesses russos incluem a construção de um desenvolvimento “pacífico e estável com Afeganistão, e uma campanha efetiva contra as drogas.”¹⁶⁸

¹⁶⁷ Disponível em: <http://mercury.ethz.ch/serviceengine/Files/ISN/154915/ipublicationdocument_singledocument/2911bb65-361f-4960-bd03-42a8659ba525/en/Russia%27s+National+Security+Strategy+to+2020+-+Rustrans.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2014.

¹⁶⁸ Disponível em: <<http://www.mn.ru/politics/20120227/312306749.html>>. Acesso em: 20 mai. 2014.

Para lidar com essas e outras ameaças impostas pelo sudeste asiático, a Rússia busca manter relações próximas com a região, fomentando a integração da mesma, importante também para o crescimento econômico do país. Além disso, Rússia utiliza instrumentos militares diversos, e tem mantido sua presença no Oceano Índico periodicamente.

Com a Índia, a Rússia busca uma parceria estratégica, e mantém relações em diferentes níveis, visando o fortalecimento da cooperação em diversas áreas, com foco na cooperação econômica.

Além disso, vale salientar a importância do quarteto BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), que fortalecem o diálogo entre esses países e impulsionam o desenvolvimento dos mesmos.

A Rússia é um dos principais consumidores de drogas do mundo, e o tráfico transfronteiriço de drogas é a atividade ilegal mais perigosa entre as fronteiras de Cazaquistão e Rússia, por exemplo. (GOLUNOV, 2007)

O problema das drogas na Rússia é um dos mais sérios desafios para a segurança nacional, configurando-se como uma grave questão social que requer medidas complexas, envolvendo diferentes setores. A política restritiva centralizada não é tão efetiva, pois os traficantes têm diversas maneiras de contrabandear drogas. (GOLUNOV, 2007)

Existe um programa federal russo conhecido como “Fronteiras do Estado da Federação Russa”,¹⁶⁹ criado em 2003 com prazo de duração até 2010, com o objetivo de melhorar a segurança ao longo das fronteiras e melhorar a acomodação dos guardas de fronteira e suas famílias.

Na primeira fase da implementação no Distrito Federal do Sul, por exemplo, um conjunto de medidas voltadas para a construção ativa de infraestrutura necessária para melhorar e reforçar a proteção das fronteiras também foi iniciada. No Cáucaso Norte foram concluídos 72 postos de fronteira, que foram equipados com novos meios de proteção das fronteiras e armamentos militares e equipamentos espaciais.¹⁷⁰

Na fronteira entre Rússia e Cazaquistão, que é a fronteira contínua mais longa do mundo, estendendo-se por mais de 7.000 quilômetros, o narcotráfico é o maior problema a ser combatido, pois quando traficantes atravessam essa fronteira, eles encontram-se em uma zona de preço diferente, um dos maiores pontos de trânsito de drogas para a União Europeia, e o grande número de prisões associada ao tráfico de drogas evidencia a larga escala desse problema. De 1997 a 2004 o Departamento Regional do Sudeste do Serviço de Guarda de Fronteiras apreendeu mais de 3,5 toneladas de heroína na fronteira Rússia-Cazaquistão. Em 2004, foram apreendidos nessa região 416 quilos de drogas, incluindo 100 quilos de heroína. (GOLUNOV, 2007)

Em 2003, de acordo com o Ministério da Saúde do Cazaquistão, cerca de 48.000 pessoas eram viciadas em drogas, em que 70% eram usuários de heroína. Na Rússia, o consumo de drogas derivadas da *cannabis*, como maconha e haxixe, e ópio e heroína é o mais comum. As drogas derivadas da *cannabis* são transportadas em grandes quantidades por conta do seu baixo valor e pelas rotas curtas de transporte, que envolvem apenas a travessia das fronteiras entre Rússia-Cazaquistão ou entre Quirguistão-Cazaquistão. (GOLUNOV, 2007)

¹⁶⁹ “State Border of the Russian Federation”, em inglês.

¹⁷⁰ Disponível em: <<http://www.agentura.ru/english/dossier/fsb/structure/border/northcaucasus/>>. Acesso em: 09 set. 2014.

Todavia, em muitos relatórios emitidos a partir de 2000, a Guarda de Fronteiras e os funcionários das alfândegas ressaltaram que a apreensão de drogas pesadas aumentou em comparação com a quota de drogas leves, porque a venda de heroína é mais lucrativa, pois pequenas quantidades podem ser facilmente escondidas do controle, até mesmo de cães de guarda. (GOLUNOV, 2007)

Além da existência de profissionais responsáveis pela segurança em áreas de fronteira envolvidos com corrupção, os traficantes conseguem recrutar profissionais como condutores de trens e trabalhadores das vias ferroviárias, por exemplo, que os auxiliam a escapar do controle fronteiriço. Muitos passam a fazer parte dos negócios criminosos pois são bem informados sobre o trabalho da guarda de fronteira e do serviço aduaneiro. (GOLUNOV, 2007)

Todavia, o risco de punição severa e a possibilidade de obtenção de renda por outros modos menos arriscados diminuem o aumento da corrupção. (GOLUNOV, 2007)

A avaliação da eficiência da política antidrogas na Rússia leva-nos a uma conclusão um tanto pessimista. Com base em pesquisas de especialistas que assumem que um viciado em heroína russo consome em média 0,5 gramas por dia e o número total de toxicodependentes é de 1 milhão, a demanda por heroína na Rússia é mais de 180 toneladas anuais. Como foi mencionado, o Departamento Federal do Sudeste do Serviço de Guarda de Fronteiras apreendeu apenas 3,5 toneladas de heroína (que significa 500 kg por ano, em média) durante todo o período de sua existência. Em 2003, o Serviço Aduaneiro Federal apreendeu 488 kg, e em 2004, mais de 680 quilos. Assim, o volume total de heroína que é confiscado anualmente pelos serviços da Guarda de Fronteira e Alfândega é menos de 1 por cento da demanda do mercado russo, enquanto todos os organismos policiais em conjunto não apreendem mais do que 2,5 por cento do volume exigido pelo mercado de heroína russa. (GOLUNOV, 2007)

Em 2005 o programa “Medidas Complexas para Combater Abuso de Drogas e sua Circulação Ilícita” foi adotado pelo governo federal, direcionado por uma demanda estratégica de redução, visando diminuir o número de viciados em drogas na Rússia em 20 por cento, e aumentar a apreensão, além de disseminar valores morais que assegurassem uma atitude negativa em relação ao consumo de drogas ilícitas. O programa tem um orçamento de 108 milhões de dólares, que serão distribuídos entre diferentes agências e Ministérios. (GOLUNOV, 2007)

Após a desintegração da União Soviética as fronteiras russas não diminuíram. Pelo contrário, 13.500 km^2 de novas fronteiras foram criados, representando um quinto de toda extensão das fronteiras russas. (MOCHALOV, 2002)

Nem todas as fronteiras foram formalizadas legalmente, e não estão propriamente equipadas, o que demonstra a falta de controle fronteiriço, um ponto negativo acerca das políticas russas para as fronteiras. Metade dos distritos regionais de fronteira localiza-se fora da Rússia, representando cerca de 40% da força terrestre, aérea e marítima, enfraquecendo o Serviço Federal de Fronteiras. Além disso, a situação das fronteiras influencia negativamente a economia, a sociedade e a política russa, que já vivencia uma fase difícil. (MOCHALOV, 2002)

A fronteira da ex-União Soviética tornou-se muito aberta em várias áreas, e, além disso, a delimitação interestadual causou vários problemas, separando regiões que antes eram conhecidas como “repúblicas-irmãs”. (MOCHALOV, 2002)

Essas transformações culminaram com a assinatura de um decreto pelo presidente da Rússia em 1993, que estabeleceu as bases para a existência de guardas de fronteira independentes. O Serviço Federal de Fronteiras foi fundado como uma agência independente de Guarda de Fronteira, reduzindo a incerteza que pairava sobre o país em relação às fronteiras. Os guardas de fronteira têm a função de resolver os problemas das fronteiras e equipá-las, além de transformar os serviços oferecidos nessas regiões. (MOCHALOV, 2002)

Para contrabalancear as fontes trazidas anteriormente, as principais ameaças dentro das fronteiras russas, observadas por Mochalov (2002), são:

1. Ausência de delimitação territorial de vários estados.

2. Reivindicações territoriais por parte de alguns estados, além de divergências sobre fronteiras com alguns países da CEI e com Japão, Noruega e Estados Unidos.

3. Criação de um “cordão sanitário” que isola a Rússia do Oeste e da Finlândia, Estônia, Letônia, Lituânia, Polônia, Eslováquia e Romênia – membros da União Europeia ou apoiados pela organização – que tomam medidas para fechar suas fronteiras com Rússia, Bielorrússia e Ucrânia, como o endurecimento das exigências de visto para esses países.

4. Fraca transparência de alguns setores envolvidos.

5. Expansão de pessoas envolvidas com atividades ilegais na fronteira. Em três anos os guardas de fronteira pararam atividades ilegais de mais de 500 grupos criminosos organizados, e atualmente existem cerca de 900 grupos criminosos.

6. Ocorrência de conflitos locais perto de ambos os lados da fronteira russa – nas regiões da Ásia Central, República da Chechênia, fronteira entre Afeganistão e Tadjiquistão, e na região do Caucásio.

7. Aumento da circulação de armas ilegais ao longo da fronteira. Em cinco anos, os guardas de fronteira apreenderam 2.500 armas de fogo e mais de um milhão de peças de munição.

8. Aumento do fluxo de imigrantes ilegais. Em cinco anos, apenas na região de Primorski, mais de quinze mil chineses foram encontrados vivendo ilegalmente, e retornaram para seu país de origem. Além disso, mais de 2.000 imigrantes ilegais foram detidos na fronteira com o Cazaquistão, onde a maioria veio do Sri Lanka e Afeganistão. Além de pessoas vindas de países vizinhos, foram detidas pessoas de mais de trinta países que não fazem fronteira com a Rússia, que utilizaram canais legais como turismo, cultura, indústria e educação, por exemplo, para migrar ilegalmente para o país.

9. Circulação ilegal de narcóticos através da fronteira. A Rússia passou a ser um ponto de transferência para as drogas vindas do Afeganistão e Paquistão para a Europa Ocidental, além de estar envolvida como grande consumidora desse mercado. Além do ópio e heroína oriundos do Afeganistão, Rússia é um ponto de destino para cocaína e heroína oriunda do México, Brasil, Peru, Romênia, Paquistão, Alemanha, Suécia, Malásia, Irã, Israel, Nigéria, Angola, etc.

10. Trânsito ilegal de matérias-primas, bens e dinheiro através da fronteira, em escala tão grande que influencia negativamente a economia nacional.

11. Pesca e revenda ilegal de recursos biológicos marítimos, ameaçando a segurança e a economia das fronteiras. A Rússia perde até 2,5 bilhões de dólares por ano com exportações ilegais de pesca e frutos do mar.

12. Apoio financeiro limitado para os fatores que proporcionam segurança de fronteira, levando a uma diminuição nos números de forças de guarda fronteira na fronteira (mesmo em partes vitais das fronteiras russas, como o Tadjiquistão ou o Cáucaso Norte). Além disso, a falta de fundos também resulta na redução de treinamento tático dado aos guardas de fronteira.

3.3. PRINCÍPIOS DAS POLÍTICAS DE FRONTEIRAS DA FEDERAÇÃO RUSSA E DIRETRIZES DA SEGURANÇA NACIONAL

No sítio do governo russo¹⁷¹ são encontrados os fundamentos das políticas de fronteiras do país, aprovados pelo presidente em outubro de 1996 e publicados sob o título “Estado e Segurança Pública: Fundamentos da Política de Fronteiras da Federação Russa”, e que fazem parte do Conceito de Segurança Nacional do país, documento vital de segurança russo.

Os fundamentos das políticas de fronteiras representam um sistema de concepções admitidas oficialmente sobre princípios, diretrizes e implementação dos mecanismos das políticas de fronteiras do país.

Sobre a finalidade e objetivos das políticas de fronteiras, afirma-se que essas políticas são destinadas a garantir a soberania, integridade territorial e segurança, além de implementar a defesa dos interesses nacionais e da segurança do país em seu espaço fronteiriço.

Tais políticas baseiam-se na Constituição e em outros atos jurídicos da Rússia, além de princípios do direito internacional e de normas geralmente aceitas. As políticas de fronteiras são implementadas através de ações coordenadas entre autoridades estaduais, associações públicas, governo local e cidadãos. Parte dessas políticas é a preparação e execução da cooperação com os Estados interessados, como os membros da Comunidade de Estados Independentes (CEI), com o fim de garantir a segurança nacional e coletiva nas fronteiras externas.

Essas políticas são realizadas nas regiões de fronteira da Rússia, que abrangem as fronteiras dos estados, postos de controle, instalações relacionadas, espaço aéreo e marítimo, plataforma continental e zona econômica exclusiva.

O objetivo das políticas de fronteira na Rússia são: possibilitar a segurança das pessoas, sociedade e Estado nas áreas de fronteiras, e para isso é necessário criar condições para a soberania e integridade territorial da Federação Russa; melhorar o registro legal internacional da fronteira do Estado; fomentar a cooperação transfronteiriça para evitar conflitos nas áreas fronteiriças; incentivar a oposição à expansão econômica e demográfica na Rússia a partir de outros Estados; evitar o isolamento internacional a partir de determinados países e blocos político-militares com base em interesses nacionais nas áreas de fronteira; fomentar interesses russos nas fronteiras dos Estados-membros da CEI.

Os princípios da política de fronteiras da Federação Russa são: o respeito mútuo pela soberania, integridade territorial e inviolabilidade das fronteiras; prioridade aos interesses

¹⁷¹ Disponível em: <<http://www.scrf.gov.ru/>>. Acesso em: 29 set. 2014.

nacionais da Rússia nas regiões de fronteira; resolução pacífica de questões fronteiriças; respeito pelos direitos dos cidadãos.

As principais ameaças aos interesses e à segurança nacional da Federação Russa nas áreas de fronteira são: reivindicações territoriais; incompletude do registro jurídico internacional da fronteira do Estado da Federação Russa; manifestação de nacionalismo, segregação étnica e regional; conflitos religiosos; expansão econômica e demográfica; pilhagem da riqueza nacional com contrabando; saída maciça de capitais, de matérias-primas e produtos estratégicos; declínio nos padrões de vida da população, conflitos étnicos e migração forçada; crime organizado transnacional e terrorismo; conflitos armados regionais; distribuição e acumulação de armas e outros meios de guerra; acidentes e catástrofes naturais.

Uma das principais orientações da política de fronteiras na Rússia é a melhoria do registro legal internacional das regiões de fronteira. A formalização jurídica internacional das fronteiras da Federação Russa é baseada nos princípios universais do direito internacional, consagrados na Carta das Nações Unidas e em outros instrumentos jurídicos internacionais, em que o país não tem reivindicações territoriais contra outros Estados e busca concluir a formalização jurídica internacional das suas fronteiras sem conflitos.

Além disso, as fronteiras da Federação Russa com os estados recém-independentes, que foram formadas no território das ex-repúblicas soviéticas, coincidem com os primeiros limites da divisão administrativa e territorial da União Soviética, e a Rússia busca consolidar uma área comum de vistos no território dos Estados-membros da CEI.

As políticas para a segurança das fronteiras incluem a criação e melhoria de um quadro legal que defina as competências e atividades de regulação do Estado e da sociedade nas áreas de fronteiras, além de estabelecer a responsabilização por danos aos interesses nacionais; o desenvolvimento e implementação de programas de confiança pública; a criação de ambiente de implementação de medidas para otimizar o mecanismo de coordenação das atividades das autoridades nas áreas de fronteira; aprofundamento da cooperação com os Estados vizinhos; formação de um sistema de segurança coletiva nas fronteiras com os Estados-membros da CEI, promovendo a formalização legal internacional da cooperação entre os países; combate ao crime organizado, à pirataria, ao contrabando, ao tráfico de drogas e às armas; criação de condições favoráveis para a recuperação socioeconômica das regiões fronteiriças, impulsionando a estabilidade social e política da população; criação de atividades produtivas nas regiões de fronteira; desenvolvimento de zonas francas; preservação do controle do governo sobre recursos estratégicos nas regiões de fronteira; desenvolvimento de softwares de controle de fluxo de migração externa; oposição contra qualquer forma de preconceito contra a população que habita nas regiões de fronteira; proteção dos costumes e tradições dos povos; criação de condições para a implementação de direitos humanos; prevenção de emergências.

Em relação ao desenvolvimento científico nas regiões de fronteira, é citada a necessidade de desenvolver o conhecimento científico nessas regiões, o que requer um sistema integrado de suporte científico para a realização de projetos que assegurem os interesses nacionais. Existem algumas áreas prioritárias de pesquisa no campo das políticas de fronteiras da Federação Russa, como por exemplo: problemas metodológicos, questões relacionadas à situação geopolítica do país e à proteção dos interesses nacionais nas áreas fronteiriças, mecanismos para a resolução pacífica de questões fronteiriças, problemas migratórios, História das fronteiras russas, etc.

Sobre a *implementação* das políticas de fronteiras, elas são realizadas no país através de atividades coordenadas pelos entes federados do Estado, por organizações e indivíduos com base na legislação. O Governo Russo toma medidas para estabelecer as políticas de fronteiras, além de direcionar as atividades aos entes federais subordinados para a implementação dessas ações, estabelecendo procedimentos para o apoio financeiro dos mesmos. Além disso, o Governo também realiza reuniões internacionais sobre questões fronteiriças e conclui acordos intergovernamentais, com base na Constituição da Federação Russa.

O Governo Russo também oferece proteção legal aos civis e militares envolvidos na execução de ações nas fronteiras e é responsável pelo desempenho econômico, social, militar, financeiro e ambiental nessas regiões. Os fundos dos governos locais, o orçamento federal, recursos extraorçamentários e os fundos de entes da Federação Russa compõem o apoio financeiro para a implementação das políticas de fronteiras.

O Serviço Federal de Fronteiras da Federação Russa é responsável pela coordenação das atividades do poder executivo nas áreas de fronteira para a proteção das fronteiras territoriais e marítimas, da plataforma continental e da zona econômica exclusiva.¹⁷²

As *principais diretrizes* da segurança nacional russa seguem a *Estratégia de Segurança Nacional da Federação Russa até 2020* – sistema aprovado em 2009 oficialmente reconhecido das prioridades estratégicas, objetivos e medidas em matéria de política interna e externa para a determinação da segurança nacional e do desenvolvimento sustentável do país.

A promoção de um mundo multipolar é defendida pela Estratégia, em que o uso unilateral da força por parte dos grandes países é vista como algo negativo para os interesses russos.

De acordo com o artigo intitulado “*Estado e Segurança Pública: o Conceito de Segurança Pública na Federação Russa*”¹⁷³, aprovado pelo presidente no dia 20 de novembro de 2013, a segurança pública é parte da segurança nacional da Federação Russa, e esse conceito define as principais ameaças à segurança pública desse país, assim como suas metas, princípios e diretrizes básicas.

A Estratégia de Segurança Nacional da Federação Russa será desenvolvida até 2020, seguindo um conceito de desenvolvimento da segurança pública no longo prazo, com base na melhoria contínua da Estratégia a partir de medidas políticas, socioeconômicas, jurídicas, etc. A garantia da segurança pública na Federação Russa é uma das prioridades da política do Estado na esfera da segurança nacional, que busca manter o cidadão em um estado de segurança, evitando ações criminosas e ilegais, conflitos sociais e étnicos, além de buscar a manutenção dos valores da sociedade.

Para isso, o governo russo está tomando as seguintes *medidas*: prevenção e repressão de atividades terroristas e extremistas; combate à corrupção, combate ao tráfico de narcóticos; combate ao tráfico de armas e munições; combate à imigração ilegal; prevenção de conflitos étnicos; diminuição das consequências de situações de emergência e catástrofes naturais; melhoria do campo nuclear, biológico, industrial e de transporte; promoção da cooperação internacional; prevenção de desastres provocados pelo homem; promoção da segurança pública; monitoramento do sistema de segurança pública a partir da automatização do sistema de informação, que proporcione meios tecnológicos adequados para a garantia da

172 Disponível em: <<http://www.scrf.gov.ru/documents/16/28.html>>. Acesso em: 01 set. 2014.

173 Disponível em: <<http://www.scrf.gov.ru/documents/16/117.html>> Acesso em: 01 set. 2014.

segurança pública, assim como recursos legais organizacionais e linguísticos, incluindo canais de telecomunicações e sistemas de controle; melhoria da interação entre as forças; capacitação das forças.

Apesar de todos os esforços, a *segurança pública* no país é caracterizada como instável, e as principais *ameaças* são: altos níveis de criminalidade; emergência de novas ameaças; expansão terrorista e de organizações extremistas; narcotráfico; alto índice de crimes cometidos em estado de embriaguez ou sob o uso de drogas; grande número de pessoas abandonadas nas ruas, incluindo apátridas, estrangeiros e ex-prisioneiros; casos de crimes cometidos contra o Estado, envolvendo a fusão de interesses empresariais e de autoridades governamentais, causando a desconfiança das instituições públicas; migração ilegal; nacionalismo e extremismo político e religioso; migração interna, que aumenta o desequilíbrio na distribuição da população; xenofobia e outras tensões sociais; conflitos étnicos; desgaste da infraestrutura de transportes; perigo de radiação em instalações nucleares; deterioração sanitária e epidemiológica significativa; declínio das indústrias químicas; alta probabilidade de ocorrência de incêndios; riscos de inundações e outros impactos relacionados às novas condições climáticas e desenvolvimento de áreas artificiais; risco sísmico.

Após a lista de todas as ameaças, no texto é citado que o terrorismo e os desastres naturais são as ameaças mais significativas para a segurança pública da Rússia, dificultando o desenvolvimento sustentável do país. Apesar de nem todas essas ameaças estarem ligadas especificamente às fronteiras, muitas delas estão relacionadas.

Na luta contra o *terrorismo*, as principais ações são: otimização do sistema para o combate à ideologia terrorista; implementação de medidas legais e operacionais para garantir a proteção dos potenciais alvos de atentados; identificação dos temas do terrorismo; redução das consequências do terrorismo, com foco na minimização de perdas humanas; prestação de assistência médica eficiente durante atos terroristas; reabilitação social de pessoas afetadas.

No campo de combate à *corrupção*, tais medidas estão sendo adotadas: identificação e remoção das causas da corrupção e das consequências de seus crimes e implementação de medidas preventivas para a redução da corrupção das relações-públicas, com participação da sociedade civil.

Contra o *extremismo*, as principais ações são: adoção de medidas educativas que previnam atividades extremistas; combate ao extremismo com abordagem integrada para análise das causas de propagação do extremismo; combate à propagação de materiais extremistas através dos meios de comunicação; identificação dos sujeitos ligados às atividades extremistas; repressão da atividade extremista de associações religiosas e públicas a partir da melhoria das medidas organizacionais destinadas à redução dessas atividades.

Para o combate à *criminalidade*, as seguintes medidas estão sendo tomadas pelo governo: melhoria da identificação das causas e condições de reprodução do crime; análise das medidas utilizadas para o combate ao crime e da execução dos programas federais, regionais e municipais; identificação de pessoas propensas a cometer crimes, como pessoas sem moradia, alcoólatras e toxicod dependentes; melhoria dos mecanismos para adaptação e reabilitação social de ex-presidiários; combate ao narcotráfico e ao tráfico de armas; combate à imigração ilegal; combate à importação e exportação ilegal de recursos estratégicos; prevenção de acidentes

de trânsito; prevenção de acidentes nas indústrias e na agricultura; prevenção de negligência; combate à falta de moradia; elaboração de mecanismos para a prevenção de crimes cometidos por menores.

Para combater a *imigração ilegal*, o governo procura melhorar a cooperação entre agências; fomentar a troca de informações e a cooperação com as autoridades estrangeiras para o combate conjunto; formar um sistema automatizado para o processamento e emissão de cartões de migração; desenvolver infraestrutura para processos de deportação e readmissão; realizar projetos educativos que informem os empregadores, com o fim de evitar violações das leis de imigração; melhorar a interação de forças entre associações públicas e diásporas nacionais, com o fim de evitar o crescimento da xenofobia e do ódio religioso.

Para a expansão da *cooperação internacional* na aplicação da lei serão incentivadas medidas para busca, apreensão e restituição de bens obtidos por meios ilícitos; será fortalecida a interação de forças para garantia da segurança pública, com serviços especiais e a participação de organizações internacionais contra o tráfico de drogas, terrorismo, extremismo e combate à corrupção, incluindo intercâmbio de informação técnica e operacional com os países estrangeiros; será oferecida assistência humanitária em países afetados.

Os *mecanismos* para implementação desse conceito de segurança pública incluem a formação do sistema estadual de monitoramento, envolvendo o estabelecimento de critérios de avaliação das ameaças; aperfeiçoamento da legislação do país no que diz respeito à prevenção da criminalidade; proteção das crianças; estabelecimento de responsabilidade disciplinar, civil, administrativa e penal por crimes; apoio às vítimas de crime e de situações de desastres naturais e provocados pelo homem; reabilitação de pessoas libertadas da prisão; criação de sistema de reabilitação dos consumidores de substâncias psicotrópicas; desenvolvimento de programas para a garantia da segurança pública; elaboração de um sistema estatal unificado para prevenção da criminalidade, incluindo monitoramento da lei; utilização de medidas para redução da corrupção; estudo sobre as boas práticas de países estrangeiros no campo da segurança pública e incorporação ao sistema russo; promoção da cooperação internacional para aplicação da lei.

Para avaliar a eficácia da implementação desse conceito, o Governo estuda o sistema estabelecido de metas e indicadores dos programas voltados para a garantia da segurança pública, levando em conta a opinião pública, indicadores de desenvolvimento socioeconômico da sociedade e orçamentos.

A implementação deste conceito será realizada em duas fases, uma de 2013 a 2016, e outra de 2017 a 2020. Na primeira fase serão tomadas medidas voltadas para o desenvolvimento de atos jurídicos e reguladores para atingir os objetivos pretendidos e identificar as principais atividades de segurança pública; serão desenvolvidos programas complexos para a garantia da segurança pública; serão criados programas regionais e municipais voltados para a prevenção da criminalidade e de conflitos étnicos, com o fim de minimizar conflitos provocados pelo homem; serão monitorados os programas já existentes.

Na segunda fase, que encerrará em 2020, espera-se a adoção de programas abrangentes para a garantia da segurança pública nos níveis estaduais, municipais e federais, ligados ao combate dos desastres naturais e provocados pelo homem, assim como a prevenção da

criminalidade e conflitos étnicos; a execução e acompanhamento dos programas; a análise de atos normativos legais do país, com o fim de alcançar objetivos e identificar principais atividades na área.

A implementação desse conceito busca fortalecer o Estado de Direito¹⁷⁴, preservando a paz civil e mantendo a estabilidade política e social; melhorar a proteção da saúde, dos direitos e liberdades do cidadão russo; desenvolver o sistema de segurança pública na Federação Russa; fortalecer o Estado como provedor da segurança dos cidadãos; melhorar a eficácia das forças de segurança; reduzir a criminalização das relações sociais; melhorar a proteção da população com a prevenção de situações de desastres naturais e provocados pelo homem; minimizar os efeitos do terrorismo e extremismo; melhorar a regulamentação jurídica na prevenção da criminalidade, extremismo, terrorismo e corrupção.

3.4. MEDIDAS PARA O CUMPRIMENTO DA SEGURANÇA DE FRONTEIRAS DA FEDERAÇÃO RUSSA

O Serviço Federal de Fronteiras iniciou-se com a criação de uma organização militar especial, adaptada para as novas ameaças e condições. Os distritos de fronteira foram transformados em direções regionais, e houve redução do número de trabalhadores em serviços que não eram diretamente relacionados à proteção das fronteiras, possibilitando a obtenção direta de recursos. (MONAGHAN, 2005)

Atualmente, o Serviço Federal de Fronteiras consiste em dez direções regionais, Grupo das Fronteiras na República do Tadjiquistão, quatro Grupos Operativos, e outras seções da submissão central. A mão de obra do Serviço Federal de Fronteiras, incluindo todas as unidades, é de cerca de 200.000 pessoas. (MONAGHAN, 2005)

O número de postos na fronteira dobrou em comparação a 1990, e atualmente 425 postos estão funcionando, equipados com ferramentas para investigação criminal, detecção de armas, computadores modernos, etc. (MONAGHAN, 2005)

Rússia e União Europeia têm vários projetos cooperativos voltados para a segurança das fronteiras. O Plano de Ação para Combater o Crime Organizado, assinado em 2000, focou no combate de uma série de atividades criminosas e teve como objetivo consolidar instituições públicas e o Estado de Direito, possibilitar a troca de informações entre as agências policiais competentes e realizar cursos de formação. Um dos resultados desse plano foi a Rússia ter mudado sua legislação em matéria de lavagem de dinheiro para facilitar a cooperação com a União Europeia. (MONAGHAN, 2005)

Nesse sentido, muitos postos de controle fronteiro foram construídos. Na Finlândia, dois novos postos foram construídos, um em Svetogorsk-Imatra e outro em Salla, e a fronteira entre Rússia e Finlândia foi considerada por alguns analistas russos como a mais segura e tecnicamente bem equipada de todas as fronteiras russas. (MONAGHAN, 2005)

¹⁷⁴ Lei da Federação Russa sobre as fronteiras disponível em: <<http://www.legislationline.org/documents/action/popup/id/4358>>. Acesso em: 03 set. 2014.

O cenário de fronteiras comuns entre Rússia e União Europeia reforça a necessidade de fortalecimento da segurança entre as duas partes, pois ambos compartilham interesses de segurança comuns. (MONAGHAN, 2005)

Em 1994 a relação entre Rússia e União Europeia foi institucionalizada a partir do Acordo de Parceria e Cooperação, que reforça estratégias adotadas por ambos os lados em dimensões militares e de segurança. (MONAGHAN, 2005)

No documento “*Estratégia Nacional de Segurança da Federação Russa até 2020*”¹⁷⁵, documento vital da segurança russa aprovado pelo Presidente da Federação Russa em maio de 2009, o ponto 41 versa sobre as fronteiras, em que uma das condições de segurança nacional é a proteção e segurança das fronteiras da Federação Russa. Nas fronteiras existem diversas ameaças e possível escalada de conflitos armados, além da falta de um registro legal internacional com alguns vizinhos russos. As ameaças têm um forte impacto negativo sobre a boa segurança das fronteiras, e são apresentadas algumas *alternativas* para conter essas ameaças, como a criação de sistemas de alta tecnologia, especialmente nas fronteiras com Ucrânia, Geórgia, Azerbaijão, República do Cazaquistão, na zona do Ártico, no Extremo Médio e na área do Mar Cáspio.

Em 2001 foi aprovado pelo Governo russo o *conceito de cooperação transfronteiriça da Federação Russa*¹⁷⁶, que “define objetivos, princípios e prioridades nas atividades dos órgãos executivos federais, autoridades locais, organizações e indivíduos em matéria de cooperação transfronteiriça.” As ações entre esses órgãos são coordenadas no âmbito da cooperação transfronteiriça, visando reforçar a cooperação com os países vizinhos para o desenvolvimento sustentável das regiões de fronteira.

A cooperação transfronteiriça na Federação Russa tem como base os seguintes princípios: respeito mútuo pela soberania e integridade territorial de outros Estados; resolução pacífica de disputas fronteiriças; respeito mútuo pelos tratados internacionais; prevenção de danos aos interesses econômicos de outros membros que conduzam a cooperação.

Os principais *objetivos da cooperação transfronteiriça*¹⁷⁷ na Rússia, são: criação de ambiente de confiança entre autoridades, empresários e população da área de fronteira russa e das zonas fronteiriças dos países vizinhos; desenvolvimento de laços econômicos, culturais e humanitários entre os territórios fronteiriços russos e dos países vizinhos; promoção do entendimento mútuo entre os povos que habitam as regiões fronteiriças da Rússia e dos países vizinhos; simplificação da comunicação entre autoridades, empresas e grupos, incluindo comunidades étnicas; desenvolvimento conjunto da infraestrutura econômica e social nas áreas de fronteira; solução conjunta de problemas relacionados aos direitos econômicos, transportes, energia e meio ambiente, além de questões sociodemográficas e humanitárias nas zonas fronteiriças; apoio aos órgãos do poder da Federação Russa e órgãos de governo próprio das organizações locais envolvidas no arranjo da zona fronteira; criação de condições propícias à exportação e importação de mercadorias em todo o território de fronteira, incluindo a promoção do arranjo dos postos de controle em toda a fronteira e infraestrutura, com a criação de transportes,

175 Disponível em: <<http://www.scrf.gov.ru/documents/1/99.html>>. Acesso em: 03 set. 2014.

176 Disponível em: <<http://www.scrf.gov.ru/documents/16/29.html>>. Acesso em: 03 set. 2014.

177 A área de fronteira da Federação Russa inclui a zona de fronteira, parte russa de rios fronteiriços, lagos e outros corpos d'água, mar territorial (que possui regime de fronteiras), território das regiões administrativas, áreas de lazer, áreas protegidas e outras áreas adjacentes às fronteiras.

entrepósitos aduaneiros, terminais, etc.; uso mais eficiente da estrutura industrial e social da zona fronteiriça; implementação de uma política urbana coerente na zona fronteiriça; integração de sistemas de alerta precoce e resposta de emergência dos países vizinhos, para aumentar a eficácia da resposta de emergência; oposição ao nacionalismo, chauvinismo, o separatismo étnico e religioso; implementação de política interna e externa da Rússia, assegurando os interesses nacionais e da segurança nacional das fronteiras do país, incluindo a luta contra o terrorismo, o tráfico de drogas e outros crimes.

Na implementação da cooperação transfronteiriça, os órgãos executivos federais devem levar em conta as características das regiões de fronteira da Federação Russa, observando as relações com os Estados vizinhos, os laços históricos e tradições e costumes da população que vive nessas áreas, o impacto da migração ilegal, os fatores étnicos, e o controle estatal sobre recursos.

Tais órgãos têm o poder de celebrar acordos com os países vizinhos para a cooperação transfronteiriça; elaborar propostas para o estabelecimento de atividades econômicas na zona fronteiriça; coordenar atividades para a regulação da cooperação transfronteiriça; trabalhar para o planejamento urbano das regiões de fronteira; desenvolver infraestrutura de transporte; preservar a herança cultural e histórica dessas regiões; regular a agricultura e importação de produtos de origem animal; desenvolver questões sanitárias, combatendo doenças contagiosas causadas por animais; conduzir pesquisa científica sobre desenvolvimento socioeconômico em áreas fronteiriças; cooperar no campo de transporte e comunicação; incentivar o uso sustentável dos recursos naturais; melhorar a assistência em situações de emergência; implementar acordos internacionais para proteção sanitária; fomentar o controle ambiental e o uso racional da água; criar parques naturais; defender o Estado de direito; estabelecer condições igualitárias de sobrevivência à população local independente da nacionalidade; criar refúgios para refugiados e deslocados internos; regular o trabalho e combater a migração ilegal nas áreas fronteiriças; apoiar o intercâmbio de jovens em projetos internacionais para capacitação e troca de informações; promover a troca cultural; organização de eventos culturais nas áreas de fronteiras.

As medidas citadas para fomentar o desenvolvimento das regiões de fronteira são: fortalecer o quadro legal da cooperação transfronteiriça; respeitar os interesses da população em áreas fronteiriças; alcançar a compatibilidade entre as legislações da Federação Russa e dos países vizinhos sobre cooperação transfronteiriça; regular os impostos locais; financiar o apoio a governos locais e organizações envolvidas na implementação de projetos de cooperação transfronteiriça; desenvolver programas regionais e federais para a cooperação transfronteiriça; implementar medidas para melhorar os procedimentos de alfândega e outros controles para as organizações e para cidadãos permanentemente registrados na zona fronteiriça; desenvolver e implementar medidas para limitar a duração e permanência de certas categorias de cidadãos de países vizinhos e apátridas na zona fronteiriça; dar prioridade ao desenvolvimento de um sistema nacional de segurança na zona fronteiriça russa; fortalecer cooperação entre autoridades de aplicação da lei da Rússia e dos países vizinhos.

A Agência Federal para o Desenvolvimento da Infraestrutura Nacional de Fronteiras (*Rosgranitsa*¹⁷⁸), criada em 2007 pelo presidente, é um órgão executivo federal responsável pela

¹⁷⁸ Disponível em: <<http://www.rosgranitsa.ru/>>. Acesso em: 13 set. 2014.

elaboração e aplicação da política do governo e regulamentação jurídica, gestão de propriedade do governo, e prestação de serviços públicos na área de desenvolvimento de infraestrutura das fronteiras do Estado, bem como pela criação, desenvolvimento e operação de postos de fronteira e pontos de passagem. Além disso, a agência também está autorizada a assinar contratos governamentais relevantes de adjudicação.¹⁷⁹

Para garantir a segurança pública é necessário melhorar as atividades dos órgãos federais do poder executivo; seguir o Plano Nacional de Combate à Corrupção; desenvolver um sistema que combata os novos desafios, como o terrorismo, extremismo político-religioso e separatismo étnico; criar mecanismos para neutralizar os conflitos étnicos e sociais; formar um conceito de longo prazo de desenvolvimento integrado e de melhoria da aplicação da lei e segurança; reforçar a proteção dos funcionários; adotar equipamentos especiais de tecnologia avançada; fortalecer o funcionamento de organizações, empresas e instituições do setor industrial, militar e nuclear; aumentar a responsabilidade social e garantir a segurança nacional e segurança pública.

Na página oficial do Serviço de Fronteiras da Rússia estão disponíveis os principais acordos internacionais sobre questões fronteiriças com Azerbaijão, Armênia, Hungria, Vietnã, Geórgia, Índia, China, Coreia, Latvia, Lituânia, Mongólia, Namíbia, Noruega, Polônia, Romênia, Eslováquia, Estados Unidos da América, Comunidade de Estados Independentes, Tadjiquistão, Turcomenistão, Turquia, Uzbequistão, Ucrânia, Suécia, Estônia e Japão.

Os acordos visam promover relações de amizade e de boa vizinhança com os outros países, buscando a confiança mútua e o desenvolvimento da cooperação conjunta contra o crime organizado nas fronteiras.

A cooperação transfronteiriça, apresentada anteriormente, tem sido positiva, e em 2002, aproximadamente 2.000 imigrantes ilegais foram detidos tentando cruzar para a Europa Ocidental. Além disso, através de um programa conhecido como TACIS, a União Europeia ajudou a melhorar os procedimentos de controle aduaneiro para mercadorias e passageiros, provendo equipamentos e algumas iniciativas como reformas legais. (MONAGHAN, 2005)

Outro projeto russo para a defesa das fronteiras é a criação de 20 postos de fronteira no Ártico, com o objetivo de controlar melhor as fronteiras do norte da Rússia. Os postos também incluem 9 centros de resgate para situações de emergência.

A criação de postos na região é muito importante, pois já ocorreram acidentes com estrangeiros que cruzaram as águas ao norte da Rússia sem permissão e sem preparação para as condições do lugar.

¹⁷⁹ Disponível em: <<http://government.ru/en/department/108/events/date/2014-06-07/>>. Acesso em: 10 set. 2014.

3.5. POSSÍVEIS INTERFACES DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PARA AS FRONTEIRAS DA FEDERAÇÃO RUSSA COM A ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA NAS FRONTEIRAS DO BRASIL

O Brasil, assim como Rússia, possui uma faixa de fronteira terrestre muito extensa, de 16.885,7 quilômetros de limites geográficos, sendo 9.522,9 km em rios, lagos e lagoas e 7.362,8 km de fronteira seca.

Na Rússia, as principais problemáticas relacionadas às fronteiras observadas foram o crime organizado, imigração ilegal, conflitos étnicos, contrabando, tráfico de drogas, radicalismo islâmico e terrorismo internacional com foco no Afeganistão e Tadjiquistão.

Comparando com as ameaças à segurança pública das fronteiras brasileiras, as ameaças comuns entre Rússia e Brasil são o contrabando de mercadorias, armas e munições; o tráfico de drogas; o crime organizado; a extensa faixa de fronteira; a imigração ilegal.

Na Rússia existem diretórios regionais responsáveis pela defesa das fronteiras, que se assemelham à interlocução que existe no Brasil entre as Secretarias de Segurança dos estados fronteiriços e Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras (GGIF), criados com o objetivo de melhorar a percepção da segurança pública nas regiões fronteiriças, e representarem a ação integrada entre órgãos estaduais e federais.

Na Rússia, a principal instituição que realiza políticas públicas para a segurança das fronteiras é o *Border Guard Service of Russia*, em português, Serviço de Guarda das Fronteiras da Rússia, um ramo do Serviço Federal de Segurança da Rússia. Entretanto, na Rússia existe a ativa participação de alguns Ministérios na coordenação de políticas para as fronteiras, assim como no Brasil. Na Rússia, o Ministério de Segurança e Assuntos Internos, o Ministério da Agricultura e o Ministério dos Recursos Naturais também atuam na gestão das fronteiras do país.

As políticas para a segurança das fronteiras na Rússia baseiam-se na Constituição além de princípios do direito internacional e outros atos jurídicos, e são implementadas através de ações coordenadas entre autoridades estaduais, associações públicas, governo local e cidadãos. Além disso, existem iniciativas voltadas para o desenvolvimento das fronteiras através da Comunidade dos Estados Independentes e na Organização de Cooperação de Shanghai, por exemplo, em que o país busca a cooperação com outros países a favor das fronteiras.

Através do Mercosul, o Brasil também coopera a favor do desenvolvimento das fronteiras, a partir da criação de medidas como o fim da exigência de vistos/passaportes, expansão do comércio, criação de comissões que tratam especificamente da temática fronteiriça, como o Grupo *Ad Hoc* sobre Integração Fronteiriça (GAHIF) e o Grupo de Trabalho de Integração. Além disso, existem acordos binacionais voltados para as regiões de fronteira.

Visando ao aprofundamento do processo de integração, o tratamento das assimetrias ocupa posição relevante na agenda interna. De acordo com esse objetivo, foi constituído o Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), destinado a financiar programas para promover a convergência estrutural, desenvolver a competitividade e

promover a coesão social, fortalecendo o processo de integração. O Fundo Mercosul de Garantias para Micro, Pequenas e Médias Empresas, é outro instrumento relevante, criado para garantir, direta ou indiretamente, operações de crédito contratadas por empresas de menor porte que participem de projetos de integração produtiva. O que leva uma região de fronteira situada entre Brasil e Uruguai, estar em condições de precariedade, em relação à situação econômica e sociocultural, porque não há uma integração mais efetiva entre os dois países? O que está sendo feito para sanar alguns problemas históricos de abandono, bem como, na promoção da integração, de uma região complexa nas relações com os países vizinhos? São perguntas que muitas vezes não querem calar. Durante muito tempo a região fronteira esteve carente de desenvolvimento regional e de oportunidades, percebeu-se a necessidade de unir esforços no sentido de fomentar uma maior integração entre Brasil e Uruguai, com isto, foram desenvolvidas algumas ações para sanar o problema, dentre elas, estaria o Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, com vistas a estimular os processos de desenvolvimento e da integração regional. É importante, portanto, verificar a efetividade das políticas educacionais com vistas a integração transfronteira. (ROCHA; PALMEIRA, 2013)

As principais direções da segurança nacional russa seguem uma estratégia particular, conhecida como a Estratégia de Segurança Nacional da Federação Russa, sistema oficialmente reconhecido e aprovado em 2009 com duração estimada até 2020, que contém as prioridades estratégicas, objetivos e medidas em matéria de política interna e externa para a determinação da segurança nacional e do desenvolvimento sustentável do país.

As principais medidas para desenvolver as regiões de fronteira na Rússia são o fortalecimento da cooperação com os países vizinhos através de instituições regionais, como já foi citado; implementação de medidas que limitem a permanência de algumas categorias de cidadãos estrangeiros na zona fronteira; desenvolvimento de programas federais para a cooperação; melhoria do controle nas alfândegas; regulação dos impostos locais; financiamento de governos locais e de organizações envolvidas na implementação de projetos para a cooperação transfronteira; desenvolvimento da compatibilidade entre as legislações do país e dos países vizinhos; respeito aos interesses da população em áreas fronteiriças.

Todas essas medidas utilizadas na Rússia podem ser vistas como boas práticas a serem analisadas pelo governo brasileiro para uma possível implementação, mediante a observação das peculiaridades das regiões de fronteira brasileira e da situação política, econômica e sociocultural do país.

Capítulo 4



**SITUAÇÃO DAS FRONTEIRAS DA
REPÚBLICA DA ÍNDIA**

A República da Índia possui 15.106,7 km de fronteiras terrestres com sete países, são eles: Afeganistão (106 km), Paquistão (3.323 km), Bangladesh (4.096,7 km), Myanmar (1.643 km), China (3.488 km), Butão (699 km) e Nepal (1.751 km).¹⁸⁰ O país tem uma localização estratégica, e possui uma população de mais de um bilhão de pessoas com diversas origens culturais.

De todos os estados que formam o país, apenas Madhya Pradesh, Chattisgarh, Delhi, Jharkhand e Haryana não possuem fronteira internacional ou linha costeira. A Índia possui fronteiras extremamente complexas, que percorrem planícies, colinas, desertos, pântanos e montanhas, tornando a gestão das fronteiras uma tarefa extremamente complexa do ponto de vista da segurança nacional. (DAS, 2010)

A Índia é dividida em 28 estados e 7 territórios da união¹⁸¹, são eles: Ilhas Andaman e Nicobar, Andhra Pradesh, Arunachal Pradesh, Assam, Bihar, Chandigarh, Chhattisgarh, Dadra e Nagar Haveli, Daman e Diu, Délhi, Goa, Gujarat, Haryana, Himachal Pradesh, Jammu e Caxemira, Jharkhand, Karnataka, Kerala, Lakshadweep, Madhya Pradesh, Maharashtra, Manipur, Meghalaya, Mizoram, Nagaland, Odisha, Puducherry, Punjab, Rajasthan, Sikkim, Tamil Nadu, Tripura, Uttar Pradesh, Uttarakhand e West Bengal.¹⁸²

Antes de 1947, o subcontinente indiano era uma unidade geográfica única, que compreendia Índia, Paquistão, Nepal, Bangladesh, Myanmar e Sri Lanka, marcado pela unidade social, política e econômica, e a livre circulação de bens e pessoas. (DAS, 2010)

Entretanto, o subcontinente foi subdividido, e fronteiras foram artificialmente criadas pelo homem, sem seguir características físicas e cortando os laços econômicos e sociais entre as pessoas, que antes habitantes de uma mesma aldeia, passaram a fazer parte de países separados por uma linha. (DAS, 2010)

Tais fronteiras feitas pelo homem suscitaram disputas fronteiriças, conflitos étnicos e conflitos sociais, que desafiam a efetiva gestão das fronteiras.

¹⁸⁰ Disponível em: <http://mha.nic.in/sites/upload_files/mha/files/BMIntro-1011.pdf>. Acesso em: 09 out. 2014.

¹⁸¹ Os territórios da união são divisões administrativas subnacionais indianas, governados diretamente pelo governo federal, diferentemente dos estados indianos, que tem seus próprios governos eleitos. Disponível em: <<http://www.mha.gov.in/unio.htm>>. Acesso em: 10 out. 2014.

¹⁸² Disponível em: <<http://www.nationmaster.com/country-info/compare/China/India>>. Acesso em: 10 out. 2014.

Figura 3. Mapa da Índia.



Disponível em: <<http://www.mapsofworld.com/india/maps/india-map.gif>>. Acesso em: 10 out. 2014.

O principal conflito fronteiriço indiano acontece na região da Caxemira. Em 1947, a partilha das Índias Britânicas estabeleceu entre Índia (maioria da população hindu) e Paquistão (maioria da população islâmica) duas fronteiras, uma no oeste e outra no leste, que em 1971 tornou-se Bangladesh. Ainda em 1947, Índia e Paquistão disputaram os estados de Jammu e Caxemira, e em 1949 a ONU estabeleceu cessar-fogo na região, dividindo o controle de Caxemira, com a Índia controlando Jammu, o vale de Caxemira e Srinagar (capital), e Paquistão as áreas montanhosas a noroeste.

Todavia, os dois países não aceitam a divisão de Caxemira como solução permanente, e, além disso, a Índia considera ilegal o acordo fronteiriço entre China e Paquistão, em que

a China recebeu porção de Caxemira controlada pelo Paquistão. Índia, China e Paquistão disputam esse território desde 1947, que possui localização estratégica e controle das águas do curso médio do rio Indo.

Em 1965, as hostilidades entre Índia e Paquistão foram controladas através da Declaração *Tashkent*, intermediada pela União Soviética. Na década de 90 a Índia teve algumas desavenças fronteiriças com Paquistão, China e Bangladesh, e em 2002 as tensões entre Índia e Paquistão foram renovadas quando muçulmanos separatistas atacaram um acampamento militar indiano na Caxemira. Seguiram-se outros atentados terroristas, e em 2003 Índia restabeleceu relações diplomáticas com Paquistão, adotando cessar-fogo depois de mais de uma década de combates na Caxemira.

A fronteira entre Índia e Paquistão compreende 3.323 quilômetros, incluindo a Linha Atual de Controle (LAC) em Jammu e Caxemira, e engloba os estados indianos de Gujarat, Rajasthan e Punjab.¹⁸³ Cerca de 609 postos avançados de fronteiras são administrados nessa região, e outros estão sendo construídos para reduzir a distância entre os postos.

As invasões terroristas na fronteira com o Paquistão são constantes, além do contrabando de armas e munições. O terrorismo no Paquistão é uma grande preocupação para o governo indiano, e a Índia tem apoiado uma liderança afegã para a resolução da crise, através de um acordo com o Afeganistão para consolidar o relacionamento bilateral com a Índia através da cooperação militar e em outras esferas.

Em relatório publicado pelo Ministério de Assuntos Internos com os principais projetos realizados nas regiões de fronteiras, são apresentados os planos de ações do Departamento de Gestão de Fronteiras indiano, que tem realizado ações na fronteira com o Paquistão voltadas principalmente para a construção de estradas, instalação de cercas e de holofotes para iluminação das áreas e de postos avançados de fronteira.¹⁸⁴

Aproximadamente 256,78 quilômetros de cercas foram instaladas, 261,28 quilômetros de estradas foram construídas, e 244 quilômetros de fronteiras terrestres foram iluminadas por holofotes.¹⁸⁵ Além disso, o Governo sancionou a construção da estrada *Gadhuli-Hajipur-Santalpur* em 2010, uma estrada de cerca de 255 km na região de fronteira.

Algumas dificuldades imprevistas como terremotos e inundações em 2003 e 2006 atrasaram o encerramento do projeto, e o Governo estendeu o prazo de execução das ações.

A fronteira com a China possui 3.488 quilômetros de extensão, e compreende os estados indianos de Jammu e Caxemira, Himachal Pradesh, Uttarakhand, Sikkim e Arunachal Pradesh. A fronteira entre os países ainda não foi demarcada por completo, e há muita disputa. O processo de confirmação da LAC, por exemplo, ainda está sendo realizado.

A região de fronteira com a China compreende grandes altitudes, dificultando o desenvolvimento da infraestrutura local. A força responsável pela defesa das fronteiras nessa região é a Polícia de Fronteira Indo-Tibetana, que estabeleceu 142 postos avançados de fronteira ao longo da LAC.¹⁸⁶

183 Disponível em: <http://mha.nic.in/sites/upload_files/mha/files/BM_MAN-IN-PAKS-060513.pdf>. Acesso em: 15 out. 2014.

184 Disponível em: <http://www.mha.nic.in/sites/upload_files/mha/files/AAP-V-12.pdf> Acesso em: 10 out. 2014.

185 *Ibid.*

186 Disponível em: <http://mha.nic.in/sites/upload_files/mha/files/Indo-China-270813.pdf>. Acesso em: 15 out. 2014

Existe uma disputa fronteira¹⁸⁷ entre Índia e China que ainda não foi resolvida, apesar da parceria entre os países em termos estratégicos. A disputa de fronteiras entre os países é uma constante fonte de tensão, pois há incursões frequentes e desenvolvimento da infraestrutura militar por parte dos dois países. Além disso, a rivalidade regional entre os dois é muito grande. (DAS, 2014)

A grande capacidade de projeção de força relacionada à expansão econômica chinesa e o desenvolvimento da Região Autônoma do Tibete e da Província de Xinjiang são vistos como projeção da força chinesa e otimização de seu poder estratégico. O Tibete representa também uma região estratégica, com grande papel na dificuldade de delimitação das fronteiras.

Entretanto, as relações entre China e Índia melhoraram com o passar dos anos, e acordos políticos e diplomáticos tem sido realizados, como o apontamento pelos dois países de Representantes Especiais para estudarem um acordo de fronteira específico.

However, despite the large number of agreements, summits, and confidence-building measures, the border dispute endures because it has never been tackled at its root. Growing economic interdependence has not neutralised the military security dilemma that still exists between India and China, making it difficult for either side to make concessions. The Sino-Tibetan conflict is crucial in this respect because it provokes the nationalistic, great-power sentiments within the Indian and Chinese leadership. The issue of Tibet not only presents an obstacle to the resolution of the dispute, but as a strategically crucial region, it also provides the incentive for both China and India to perpetuate the border dispute in order to maintain an element of leverage over each other. Nevertheless, it does not follow that a resolution of the Tibet issue would lead to a border agreement, because at its heart, the conflict is based on mutual distrust and suspicion, and a fiercely protective view of sovereignty. The broader factors at play within the Sino-Indian relationship – such as their designs for regional power, and their nascent rivalry in the Indian Ocean – foster this distrust and complicate the resolution of the conflict. (DAS, 2014 p. 22)¹⁸⁸

Nesse sentido, o governo indiano parece apresentar no relatório a expansão chinesa e seu impacto na segurança regional e internacional como uma possível ameaça às fronteiras com a Índia.

A maior iniciativa da Gestão de Fronteiras na região foi a construção de 73 estradas de significância operacional, com o fim de otimizar a infraestrutura da fronteira. Em relatório publicado em julho de 2013, afirma-se que aproximadamente 228,89 quilômetros de estradas foram construídos.¹⁸⁹

¹⁸⁷ *Ibid.*

¹⁸⁸ No entanto, apesar do grande número de acordos, cúpulas, e medidas de construção de confiança, a disputa de fronteira perdura porque nunca foi abordada em sua raiz. A crescente interdependência econômica não neutralizou o dilema de segurança militar que ainda existe entre a Índia e China, dificultando para ambos fazer concessões. O conflito Sino-Tibetano é crucial neste domínio porque provoca os sentimentos nacionalistas, de grande potência, dentro da liderança chinesa e indiana. A questão do Tibete não só apresenta um obstáculo à resolução do litígio, mas como uma região estrategicamente importante, ela também fornece o incentivo para a China e Índia de perpetuarem a disputa de fronteira, a fim de manter um elemento de influência sobre o outro. No entanto, isso não significa que uma resolução da questão do Tibete levaria a um acordo de fronteiras, porque na sua essência, o conflito é baseado na desconfiança mútua e suspeita, e uma vista ferozmente protetora da soberania. Os fatores mais amplos em jogo dentro do relacionamento sino-indiano – como seus projetos por poder regional, e sua rivalidade nascente no Oceano Índico – promove essa desconfiança e complica a resolução do conflito. (DAS, 2014, p. 22) Traduzido pela autora.

¹⁸⁹ *Ibid.*

Na seção ocidental da fronteira da Índia com a China, nas regiões fronteiriças de Aksai Chin, Caxemira e Jammu, tem acontecido tensões desde o século dezenove, em que a China não aceitou as delimitações indianas das fronteiras. (HEITZMAN;WORDEN, 1995)

As principais fronteiras disputadas entre Índia e China são em Aksai Chin, administrada pela China e reivindicada pela Índia, e Linha *McMahon*, na parte leste, considerada pela Índia como sua fronteira nacional, e não reconhecida pela China. (DAS, 2014)

A Linha *McMahon* foi estabelecida em 1914 pelo Sir Arthur Henry McMahon, plenipotenciário britânico, em conferência com representantes chineses, indiano e britânicos. A Convenção de *Simla*¹⁹⁰ definiu a fronteira entre Índia e Tibete, mesmo com a recusa do delegado chinês em assinar o acordo, que contou com a assinatura dos representantes britânicos e tibetanos. A fronteira foi definida seguindo a “crista” do Himalaia oriental do Butão para Birmânia, mas não foi aceita formalmente pela China, que seguiu lutando pela área de Arunachal Pradesh ao sul da Linha *McMahon*. Além disso, existem tensões em relação à situação do Tibete. (DAS, 2014)

The 1.300-kilometer of frontier with Burma has been delimited but not completely demarcated. On March 10, 1967, the Indian and Burmese governments signed a bilateral treaty delimiting the boundary in detail. India also has a maritime boundary with Burma in the area of the northern Andaman Islands and Burma's Coco Islands in the Bay of Bengal. India's borders with Nepal and Bhutan have remained unchanged since the days of British rule. In 1977 India signed an accord with Indonesia demarcating the entire maritime boundary between the two countries. One year earlier, a similar accord was signed with the Maldives. (HEITZMAN;WORDEN, 1995, p. 73)¹⁹¹

As relações com *Myanmar* (Birmânia) são positivas, e há laços históricos, étnicos e religiosos entre os países, que cooperam em questões relacionadas ao comércio, desenvolvimento e segurança.

A fronteira compartilhada entre os países possui 1.643 quilômetros de extensão, e envolve os estados indianos Arunachal Pradesh, Nagaland, Manipur e Mizoram. A força responsável pela segurança da fronteira é *Assam Rifles*, o que reforça a atuação de diversas forças paramilitares na gestão das fronteiras indianas.¹⁹²

A principal iniciativa da gestão de fronteiras na região é a construção de cercas e estradas. Em Manipur, o Governo decidiu construir cercas para verificar atividades ilegais, e considera a construção de 4.585 quilômetros de estradas fronteiriças e helipontos em um prazo de aproximadamente 13 anos, projetados em duas fases, para aumentar a eficácia operacional da guarda de fronteira.¹⁹³

A Índia compartilha uma fronteira terrestre com o *Nepal* de 1.751 km de extensão, compreendendo os estados indianos de Uttarakhand, Uttar Pradesh, Bihar, Sikkim e West Bengal. A Índia tem vivido uma relação fronteiriça amigável com Nepal, caracterizada por

¹⁹⁰ Atualmente conhecida como Shimla, Himachal Pradesh. (HEITZMAN;WORDEN, 1995)

¹⁹¹ A fronteira de 1.300 km com a Birmânia foi delimitada, mas não completamente demarcada. Em 10 de março de 1967, o governo da Índia e da Birmânia assinaram um tratado bilateral delimitando a fronteira em detalhe. A Índia também tem uma fronteira marítima com a Birmânia na área das ilhas ao norte das Ilhas Andaman e Ilhas Coco da Birmânia na Baía de Bengala. As fronteiras da Índia com o Nepal e o Butão permaneceram inalteradas desde os tempos do domínio britânico. Em 1977, a Índia assinou um acordo com a Indonésia demarcando toda a fronteira marítima entre os dois países. Um ano antes, um acordo similar foi assinado com as Maldivas. (HEITZMAN;WORDEN, 1995, p. 73, traduzido pela autora)

¹⁹² Disponível em: <http://mha.nic.in/sites/upload_files/mha/files/Indo-Myanmar-1011.pdf>. Acesso em: 15 out. 2014.

¹⁹³ *Ibid.*

fronteiras abertas e ligações de parentesco profunda entre as pessoas, além da existência de interesses econômicos e de segurança entrelaçados.

A força de fronteira na fronteira entre Índia e Nepal é conhecida como *Sashastra Seema Bal* (SSB), que estabeleceu 455 postos avançados de fronteira, distribuídos entre os 5 estados. Outra iniciativa para a Gestão de Fronteiras foi a construção de 1.377 km de estradas ao longo da fronteira, englobando os estados de Uttarakhand, Bihar e Uttar Pradesh.¹⁹⁴

A Índia possui fronteira marítima com *Sri Lanka*. Os países mantêm relações próximas e cooperativas, mas ambos possuem alguns desafios comuns, pois a segurança marítima e a manutenção da estabilidade na região comum do Oceano Índico apontam como grande foco de interesse para os dois países. Além disso, Índia tem trabalhado para expandir a cooperação bilateral com o Sri Lanka em diversas áreas, que incluem segurança.

Figura 4. Mapa do Sri Lanka.



Disponível em: <<http://ethnicconflictsresearch.pbworks.com/f/1292347347/sri%20lanka%20map.jpg>>. Acesso em: 15 out. 2014.

A fronteira terrestre com *Bangladesh* é de 4.096,7 quilômetros, e compreende West Bengal (2.216,7 km), Assam (263 km), Meghalaya (443 km), Tripura (856 km) e Mizoram (318 km). As fronteiras compreendem regiões de planícies com vários obstáculos naturais, densamente povoadas e cultivadas.¹⁹⁵ Além disso, essa fronteira é muito porosa, pois enfrenta o problema da migração ilegal de Bangladesh para Índia.

¹⁹⁴ Disponível em: <http://mha.nic.in/sites/upload_files/mha/files/Indo-Nepal-270813.pdf>. Acesso em: 15 out. 2014.

¹⁹⁵ Disponível em: <http://mha.nic.in/sites/upload_files/mha/files/BM_MAN-IN-BANG-270813.pdf>. Acesso em: 15 out. 2014.

Para evitar atividades ilegais nas fronteiras, o Governo da Índia aprovou a construção de estradas nas fronteiras com Bangladesh. Além da construção de estradas, outras ações são realizadas nessa fronteira, como a colocação de cercas e ações voltadas para o estabelecimento de energia elétrica, através da instalação de cabos e postes e a criação de 802 postos de fronteira, com a intenção de efetivar a dominação das fronteiras.¹⁹⁶

No total foram instalados em duas fases cerca de 2.784,41 quilômetros de cercas na fronteira com Bangladesh, em todos os 5 estados indianos que fazem fronteira com o país. Sobre a eletrificação da região, o governo sancionou um projeto para a instalação de holofotes em uma extensão de 2.840 quilômetros na região fronteira.¹⁹⁷

Um grande desafio à gestão de fronteiras na região é o contrabando de gado, que tem tornado a fronteira um lugar perigoso para o povo, pois envolve ainda outras atividades criminosas como a falsificação de moeda, tráfico de pessoas e armas, além do financiamento de terroristas. (BHATTACHARJEE, 2013)

A questão é politicamente delicada, pois a Índia bane a exportação de gado e o abate, seguindo sua Constituição, por razões culturais e econômicas, pois as vacas são sagradas para o Hinduísmo e produzem leite e esterco, que é utilizado como fertilizante e combustível. Bangladesh, em contrapartida, possui uma alta demanda por carne bovina, mas a oferta é limitada. (BHATTACHARJEE, 2013)

Com a existência de diversos rios e ilhas fluviais na região de fronteira, é difícil manter os pilares de fronteira e identificar o início de Bangladesh. Além disso, essas ilhas desaparecem em época de seca, tornando a patrulha ainda mais difícil e incentivando o contrabando.

As tropas indianas foram acusadas por Bangladesh de matarem cidadãos bangladeshianos inocentes. As autoridades indianas negaram as acusações, justificado que os ataques foram preventivos para evitar que criminosos atravessassem a fronteira, mantendo uma situação de acusações e contra-acusações. Não existem estatísticas oficiais sobre o número de mortes, mas Organizações Não Governamentais em Bangladesh afirmam que mais de 1.000 bangladeshianos foram mortos na fronteira entre 2001 e 2010. (BHATTACHARJEE, 2013)

Em relatório publicado pelo *Human Rights Watch* em 2010, intitulado “Uso Excessivo da Força por Tropas Indianas na Fronteira de Bangladesh”¹⁹⁸, afirma-se que a Força de Segurança de Fronteira indiana pode ter praticado graves abusos contra os cidadãos de Bangladesh na área de fronteira, podendo ser encarado como um ponto negativo da execução dos planos de segurança indianos.

196 *Ibid.*

197 *Ibid.*

198 Disponível em: <http://www.univie.ac.at/bimtor/dateien/bangladesh_hrwh_2010_trigger_happy.pdf>. Acesso em: 21 out. 2014.

Figura 5. Força de Segurança de Fronteira indiana patrulhando cerca na fronteira entre Índia e Bangladesh.



Fonte: <<http://www1.american.edu/ted/lice/images5/border%20patrol.jpg>>. Acesso em: 20 out. 2014.

Em relação ao *Butão*, a Índia tem auxiliado o governo do país a desenvolver-se socioeconomicamente, e compartilha acordos de cooperação com Butão em diversas áreas, como educação e agricultura, por exemplo. A Índia compartilha 699 km de fronteiras com o país, ao longo dos estados de Sikkim (32 km), West Bengal (183 km), Assam (267 km) e Arunachal Pradesh (217 km).¹⁹⁹

Para manter a segurança dessa região, 12 batalhões do *Sashastra Seema Bal* (SSB) foram instalados. O SSB²⁰⁰ é uma das Forças Armadas da Polícia Central indiana, atualmente sob o controle do Ministério de Assuntos Internos. O SSB estabeleceu um total de 131 postos avançados de fronteira na região, distribuídos por estados. No estado de Sikkim, 4 postos de fronteira foram estabelecidos; em West Bengal, 39; em Assam, 64, e em Arunachal Pradesh, 24. O governo indiano tem trabalhado também para a construção de estradas na região fronteira com o Butão, no estado de Assam.²⁰¹ Além disso, o governo aprovou a construção de 313 quilômetros de estradas na fronteira entre os países, com um prazo de cinco anos para conclusão das obras.²⁰²

As *Maldivas*, vizinho marítimo da Índia, mantém uma relação amigável com a Índia, e ambos cooperam em questões de segurança baseados em interesses comuns. O Oceano Índico compreende uma área de aproximadamente 70 milhões de quilômetros quadrados, e tem uma importância fundamental para os interesses indianos, ao passo que a Índia depende muito do comércio marítimo para desenvolver-se economicamente. Nesse sentido, a Índia necessita proteger seu litoral e territórios insulares.

199 Disponível em: <http://mha.nic.in/sites/upload_files/mha/files/Indo-Bhutan-1011.pdf>. Acesso em: 15 out. 2014.

200 Disponível em: <<http://www.ssb.nic.in/index.asp?linkid=524>>. Acesso em: 12 out. 2014.

201 Disponível em: <http://www.mha.nic.in/sites/upload_files/mha/files/AAP-V-12.pdf> Acesso em: 12 out. 2014.

202 Disponível em: <http://mha.nic.in/sites/upload_files/mha/files/Indo-Bhutan-1011.pdf>. Acesso em: 15 out. 2014.

Acerca das políticas de segurança para as rotas marítimas, a Marinha Indiana tem trabalhado em parceria com a Guarda Costeira para patrulhar a costa, por conta do aumento da pirataria e terrorismo no Oceano Índico. A Índia tem 9 estados costeiros, e o governo tem trabalhado para a criação de estações policiais e manutenção das mesmas, pois instalou cerca de 47 estações policiais costeiras, de 73 previstas entre 2005 e 2006. (BORDER MANAGEMENT ANNUAL REPORT, 2007-08)²⁰³

As costas de Gujarat e Maharashtra são as mais vulneráveis a atividades ilegais transfronteiriças, e a patrulha dessas áreas é realizada conjuntamente pela Marinha, Guarda Costeira, Polícia Estadual e Alfândegas. (BORDER MANAGEMENT ANNUAL REPORT, 2007-08)

As fronteiras impõem outros desafios às Forças Armadas indianas, como a proximidade da Índia com uma das rotas marítimas mais importantes do mundo, que se estende do Canal de Suez e do Golfo Pérsico ao Estreito de *Malacca*, onde milhares de navios circulam anualmente e também grande parte de petróleo da região do Golfo; a vantagem de a Índia estar na base da Ásia Continental; os problemas relacionados ao terrorismo e tráfico de drogas no sul da Ásia; novos ajustamentos da balança de poder mundial e as consequentes incertezas estratégicas.

Manter as fronteiras estáveis e pacíficas é uma das prioridades do governo indiano, e o país tem realizado acordos colaborativos com seus vizinhos para isso.

Figura 6. Instalação de cercas na fronteira entre Índia e Bangladesh.



Fonte: (DAS, 2010, p. 21)

203 Disponível em: <<http://www.satp.org/satporgtp/countries/india/document/papers/mha07-08/chapter3-07.pdf>> Acesso em: 13 out. 2014.

4.1. ESTRATÉGIA MILITAR INDIANA E POLÍTICAS DE SEGURANÇA NACIONAL PARA AS FRONTEIRAS

O Ministério de Assuntos Internos desenvolve um programa específico para a gestão de fronteiras, conhecido como Programa de Desenvolvimento de Áreas de Fronteira (*Border Area Development Programme – BADP*, em inglês), com o objetivo de promover infraestrutura e segurança para a população local nas regiões de fronteira, assegurando o desenvolvimento multifacetado. Atualmente, o programa cobre os dezessete estados indianos que compartilham fronteira terrestre internacional com os países vizinhos.

O programa começou em 1986 com o objetivo de desenvolver as áreas de fronteiras da região oeste, como Paquistão, Jammu e Caxemira, Punjab, Gujarat e Rajasthan. No oitavo plano do programa, houve reformulação do mesmo, e sua cobertura foi estendida para os estados na fronteira leste com Bangladesh. No nono período, o BADP foi estendido para todas as fronteiras terrestres indianas, em resposta às demandas dos governos estaduais e do Ministério de Assuntos Internos.

Em 1997, o BADP passou a englobar os estados que fazem fronteira com Myanmar, e em seguida com China, Nepal e Butão. Como já foi citado, o principal objetivo do BADP é atender às necessidades especiais das pessoas que vivem em áreas remotas e áreas de difícil acesso perto da fronteira, focando no desenvolvimento socioeconômico dessas pessoas e na promoção de um ambiente seguro.

O Ministério de Assuntos Internos hospeda um sítio do Departamento de Gestão das Fronteiras, do Programa de Desenvolvimento de Áreas de Fronteira²⁰⁴. No sítio é possível encontrar o Plano Anual de Ação do Programa, além de fotos, relatórios e notificações sobre as ações realizadas pelo programa. Há também uma seção com detalhes das regiões de fronteiras em formato de lista, contendo informações como distância do vilarejo em relação à fronteira, população masculina e feminina, etc. Além disso, é possível buscar essas informações por estado, distrito e bloco, e são disponibilizadas listas com os fundos utilizados por estado, fundos alocados, e fundos adicionais, por exemplo.²⁰⁵

As diretrizes do Programa são elaboradas pelo Ministério de Assuntos Internos, em consulta com a Comissão de Planejamento, Ministério das Finanças e Governos Estaduais interessados, que são responsáveis pela formulação dos projetos, aprovação e execução dos mesmos. Os órgãos responsáveis pelo monitoramento da implementação do Programa são o Ministério de Assuntos Internos e os Governos Estaduais.

Os seguintes estados fazem parte do BADP: Arunachal Pradesh, Assam, Bihar, Gujarat, Himachal Pradesh, Jammu e Caxemira, Manipur, Meghalaya, Mizoram, Nagaland, Punjab, Rajasthan, Sikkim, Tripura, Utrakhand, Uttar Pradesh e West Bengal.

Em 2012, houve 56 casos de violações de cessar-fogo nas fronteiras e 15 tentativas de infiltração de terroristas foram evitadas, graças a uma vigilância rigorosa e ao fortalecimento de medidas nas áreas de fronteira realizado pelo BADP. (BORDER MANAGEMENT ANNUAL REPORT, 2007-08)

²⁰⁴ *Border Area Development Programme*. Disponível em: <http://mha1.nic.in/badp_aap/index.html>. Acesso em: 10 out. 2014.

²⁰⁵ Disponível em: <http://mha1.nic.in/badp_aap/VillageWiseReport1.aspx>. Acesso em: 11 out. 2014.

Para garantir a segurança pública das fronteiras, o Exército Indiano busca modernizar seu programa militar e desenvolver a infraestrutura nas áreas de fronteiras, de acordo com o Programa. O BADP busca promover a infraestrutura das áreas de fronteiras a partir da construção de estradas, fornecimento de água e realização de ações voltadas para agricultura, educação, saúde e segurança. O programa tem sido realizado também nos Estados que fazem fronteira com Bangladesh, Myanmar, China, Butão e Nepal, cobrindo atualmente 358 blocos de fronteira de 94 distritos de dezessete Estados. (BORDER MANAGEMENT ANNUAL REPORT, 2007-08)

Os fundos para o BADP são alocados pela Comissão de Planejamento, e são distribuídos para os estados fronteiriços de acordo com o tamanho da fronteira internacional, da população e da área do bloco de fronteira. (BORDER MANAGEMENT ANNUAL REPORT, 2007-08)

Os governos dos estados fazem o monitoramento do BADP, assim como o Departamento de Gestão de Fronteiras, para assegurar a conclusão das obras e a qualidade do trabalho efetuado. O Departamento de Gestão de Fronteiras foi criado no Ministério de Assuntos Internos em 2004 para fortalecer o policiamento das fronteiras internacionais e costeiras, a partir da construção de estradas e instalação de cercas e de energia elétrica nessas regiões, além da implementação do BADP.

As principais iniciativas realizadas sob o BADP voltadas para o desenvolvimento de infraestrutura socioeconômica e promoção da participação do povo nas atividades, eliminando a insegurança das pessoas na condução do progresso são: o desenvolvimento de uma aldeia modelo; criação de dispensário móvel equipado para a saúde; desenvolvimento de infraestrutura de base comunitária com pastagens, galpões para pecuária, parques para floricultura, silvicultura, centros comunitários e parques medicinais; execução de projetos energéticos voltados para o desenvolvimento de energia solar, eólica, etc; realização de projetos voltados para o turismo e esportes, com a criação de instalações desportivas, parques, e outras facilidades.

No documento “*Border Area Development Programme*”²⁰⁶ publicado pelo Ministério de Assuntos Internos, através do Departamento de Gestão de Fronteiras, são expostas as principais iniciativas do BADP e os projetos realizados em cada estado fronteiriço indiano, assim como o balanço financeiro dos custos dos projetos.

Em Arunachal Pradesh, por exemplo, o BADP está sendo implementado em 38 blocos de 12 distritos de fronteira. Na região o BADP construiu escolas, albergues, centros de saúde pública, centros comunitários, estradas, bueiros, trilhas, etc. Além disso, o BADP adquiriu ambulâncias e melhorou a infraestrutura social com a criação de instalações para geração de energia através de Projetos de Micro *Hydel*, criação de instalações para o fornecimento de água potável e projetos voltados para a conservação de florestas.

Em Assam, o BADP está sendo realizado em 28 blocos de 7 distritos fronteiriços, e foi responsável pela construção de escolas, centros de saúde pública, centros comunitários, estradas, bueiros, pontes, bebedouros e trilhas.

Em Bihar, o programa está acontecendo em 34 blocos de 7 distritos de fronteira. Foram construídas estradas, centros comunitários, prédios, paredes de contorno para as delegacias,

206 Disponível em: <http://mha.nic.in/sites/upload_files/mha/files/BM_BADP-E-0112.pdf>. Acesso em: 15 out. 2014.

residências para os soldados e galpões de mercado. Além disso, as aldeias fronteiriças receberam eletrificação.

Em Gujarat, o BADP acontece em 8 blocos de 3 distritos fronteiriços, e o Governo Estadual utilizou os fundos sob o BADP para construção de prédios escolares, albergues, centros de saúde públicos e comunitários, bueiros, pontes, estradas, trilhas, bebedouros, etc.

Em Himachal Pradesh, o BADP está sendo implementado em 3 blocos de fronteira de 2 distritos, e o programa tem desenvolvido aldeias modelo e o turismo da região, além de ter construído estradas, centros comunitários, escolas e pontes.

Em Jammu e Caxemira, o BADP está sendo executado em 44 blocos de fronteira de 11 distritos, e está focado na construção de estradas, pontes, centros comunitários e prédios escolares, e no desenvolvimento de aldeias modelo.

Em Manipur, o BADP está sendo realizado em 8 blocos de fronteira de 3 distritos, e foca-se na construção de centros de saúde pública, escolas, centros comunitários, pontes, bueiros, estradas, trilhas, bebedouros, etc.

Em Meghalaya, o programa está sendo implementado em 10 blocos de 5 distritos fronteiriços do estado, e realiza principalmente a construção de centros de saúde pública, escolas, centros comunitários, estradas, bueiros, pontes, trilhas, etc.

Em Mizoram, o BADP está sendo executado em 16 blocos de fronteira de 6 distritos, e os projetos mais realizados são voltados para o estabelecimento de centros comunitários e de saúde pública, estradas, pontes, bebedouros, trilhas, bueiros, setor agrícola, etc.

Em Nagaland, o programa acontece em 7 blocos de 4 distritos de fronteira, e é voltado principalmente para a construção de prédios escolares, centros de saúde pública e centros comunitários, estradas, bueiros, pontes, trilhas, bebedouros, etc. Além disso, o BADP busca desenvolver aldeias modelo na região.

Em Punjab, o BADP está sendo implementado em 19 blocos de 4 distritos do estado, e o desenvolvimento foca-se no turismo e em aldeias modelo, além da construção de estradas, escolas, centros comunitários, paradas de ônibus e pontes.

Em Rajasthan, o BADP é desenvolvido em 14 blocos de 4 distritos de fronteira, priorizando o desenvolvimento de aldeias modelo e a construção de serviços de saúde, estradas, estações policiais, e centros comunitários. Além disso, o BADP desenvolve a irrigação dos blocos e sua eletrificação.

Em Sikkim, o programa está sendo executado em 9 blocos fronteiriços identificados nos 3 distritos do estado, que compartilha suas fronteiras com China, Butão e Nepal.

Em Tripura, o BADP está sendo executado em 25 blocos de 4 distritos de fronteira, e os fundos estão sendo utilizados para a construção de centros de saúde, centros comunitários, pontes, trilhas, estradas, bueiros, e infraestrutura social em geral.

Em Uttar Pradesh, o BADP é implementado em 21 blocos de 7 distritos de fronteira do estado, e o trabalho é voltado principalmente para a construção de estradas, bueiros, pontes, faixas, centros comunitários e de saúde, escolas e bebedouros. Além disso, são realizados também projetos voltados para a conservação do solo.

Em Uttarakhand, o programa está sendo executado em 9 blocos de 5 distritos de fronteira do estado. As principais realizações do BADP na região são a construção de prédios escolares, centros comunitários, hospitais, estradas, pontes, bueiros e bebedouros.

Em West Bengal, o BADP está sendo realizado em 65 blocos de 9 distritos de fronteira, voltado para o desenvolvimento de aldeias modelo. Para isso, estão sendo construídas estradas conectando regiões, centros comunitários, estações policiais, residências para os soldados, etc.

Figura 7. Patrulhamento da fronteira entre Índia e Paquistão.



Fonte: (DAS, 2010, p. 20)

A resposta recebida dos estados indica que o BADP tem contribuído para a criação de um ambiente propício para a realização de atividades econômicas em regiões de fronteira, e tem potencial para conduzir a melhoria na qualidade de vida das pessoas nessas áreas. Além disso, os projetos voltados para o desenvolvimento socioeconômico dessas regiões trouxeram confiança para a população que vive nas fronteiras.

O Departamento de Gestão de Fronteiras é responsável também pela criação de 13 postos de controle integrados ao longo das fronteiras internacionais, além de outras funções. As principais pautas do Departamento de Gestão de fronteira, disponíveis no Mandato da Divisão de Gestão de Fronteiras²⁰⁷, são as seguintes:

Todas as questões relacionadas à gestão de fronteiras terrestres;

Todas as questões relacionadas às fronteiras costeiras, incluindo as ilhas de Andaman & Nicobar e Lakshadweep;

Questões relacionadas à instalação de cercas e postes nas fronteiras entre Índia e Bangladesh e entre Índia e Paquistão;

Fortalecimento do policiamento, vigilância e patrulhamento de fronteira nas fronteiras terrestres e costeiras;

²⁰⁷ Disponível em: <http://mha.nic.in/sites/upload_files/mha/files/BMIntro-1011.pdf>. Acesso em: 15 out. 2014.

Criação de infraestrutura a partir da construção de estradas monitoráveis, provisão de meios de comunicação, etc.

Análise de relatórios de inteligência e compartilhamento de inteligência com as agências relacionadas às fronteiras internacionais;

Criação de estratégia que defina papéis complementares dos Governos Estaduais e do Centro da gestão de fronteiras;

Questões relacionadas à implementação do Programa de Desenvolvimento da Área de Fronteira;

Desenvolvimento de **Postos de Controle Integrados** (*Integrated Check Posts – ICPS* – em inglês) nas fronteiras terrestres do país, incluindo criação de Portos Terrestres da Autoridade da Índia (*Land Ports Authority of India – LPAI*, em inglês).

O aumento do comércio inter-regional tornou o desenvolvimento de rotas terrestres uma necessidade na Índia, e através do LPAI sob o Departamento de Gestão de Fronteiras e sob o Ministério de Assuntos Internos, o país está construindo ICPs ao longo das fronteiras com Paquistão, Myanmar, Nepal e Bangladesh.

Os planos do governo são equipar as passagens transfronteiriças com equipamentos modernos e novas instalações, incluindo inspeção de cargas, laboratórios de quarentena, hotéis, bancos e postos aduaneiros. O LPAI também buscar prover um mecanismo institucional para facilitar a coordenação entre as várias agências que trabalharam para o desenvolvimento dos Postos de Controle Integrados.

A **experiência dos ICPs** e os mecanismos institucionais para coordenação das agências e a cooperação destes postos com outros países podem ser analisado pela Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) brasileira, pois o Brasil também possui várias agências trabalhando para a defesa da segurança pública de suas fronteiras.

No relatório da situação dos Postos Integrados de Controle, publicado em 01 de agosto de 2013²⁰⁸ são encontradas informações sobre o progresso financeiro e físico dos projetos realizados por localidade. Os ICPs são uma iniciativa do Departamento de Gestão de Fronteiras, e abrigam agências reguladoras como Imigração, Alfândega, Quarentena e Segurança Fronteiriça, reunindo instalações de apoio em um único complexo equipado com inovações tecnológicas.²⁰⁹

Os ICPs fornecem instalações que permitem o movimento transfronteiriço suave e seguro de indivíduos, veículos e bens através de um complexo integrado, facilitando os processos migratórios, alfândega, segurança, etc. Para isso, as instalações de infraestrutura previstas pelos ICPs, são:

1. Terminal de Passageiros
2. Câmbio de moedas
3. Internet
4. Processo de cargas

208 Disponível em: <http://mha.nic.in/sites/upload_files/mha/files/StatusRpt-ICP-270813.pdf>. Acesso em: 13 out. 2014.

209 Disponível em: <http://mha.nic.in/sites/upload_files/mha/files/Brief-ICP-270813.pdf>. Acesso em: 13 out. 2014.

5. Galpões de inspeção de cargas
6. Câmara frigorífica
7. Laboratório de Quarentena
8. Agentes de despacho
9. Bancos *Scanners*
10. Vagas de garagem
11. Cafeteria
12. Outros serviços públicos

Acerca das fronteiras marítimas da Índia, os principais projetos²¹⁰ realizados são voltados para a construção de estações policiais, postos de controle e barracas. Além disso, a Divisão de Gestão de Fronteiras tem disponibilizado barcos, jipes, motocicletas, centros de operações navais, barcos infláveis rígidos, etc.

A Índia tem uma linha costeira de 7.516,6 quilômetros, percorrendo os estados de Gujarat, Maharashtra, Goa, Kerala, Karnataka, Tamil Nadu, Andhra Pradesh, Orissa, West Bengal; e os territórios da União conhecidos como Daman e Diu, Puducherry, Lakshadweep e Ilhas Andaman e Nicobar. As principais ameaças relacionadas à costa indiana são a instalação de armas e explosivos em locais isolados; infiltração/ex-filtração de elementos antinacionais, uso do mar e ilhas para atividades criminais, contrabando de bens de consumo, ausência de barreiras físicas na costa, presença de indústrias vitais e instalações de defesa próximas à costa, que aumentam a vulnerabilidade ao tráfico ilegal.²¹¹

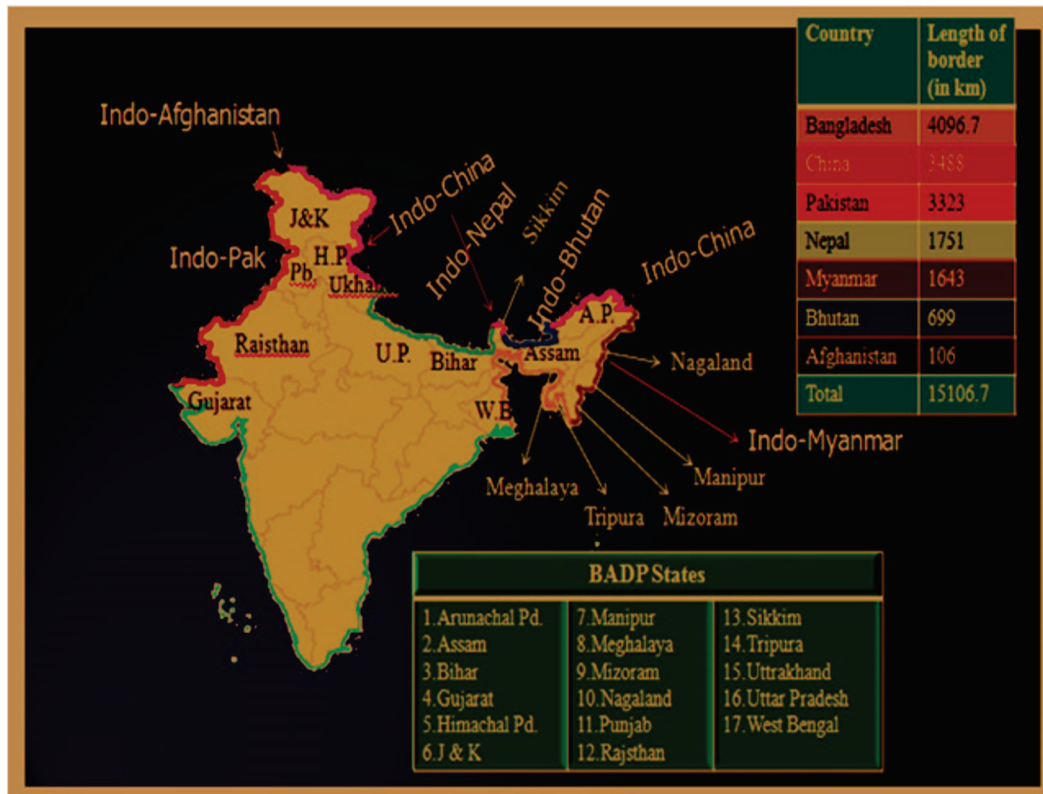
A marinha indiana é responsável por toda a segurança marítima. A Guarda Costeira Indiana responsabiliza-se pela segurança costeira em águas territoriais, além das áreas a serem patrulhadas pela Polícia Costeira. O Ministério de Assuntos Internos está implementando regimes de segurança costeira suplementares para reforçar a polícia marítima dos estados e territórios da União próximos à costa.

No sítio do Ministério de Assuntos Internos há uma seção sobre a Divisão de Gestão de Fronteiras, com informações como decretos, regras, notificações, pedidos e diretrizes políticas disponíveis.

²¹⁰ *Ibid.*

²¹¹ Disponível em: <http://mha.nic.in/sites/upload_files/mha/files/CoastalSecurity-1011.pdf>. Acesso em: 13 out. 2014.

Figura 8. Mapa das Fronteiras Indianas.



Disponível em: <http://mhla1.nic.in/badp_aaplimages/map.jpg>. Acesso em: 14 out. 2014.

4.2. PRINCIPAIS AMEAÇAS À SEGURANÇA DAS FRONTEIRAS E DESAFIOS PARA A GESTÃO DE FRONTEIRAS

Algumas ameaças à segurança das fronteiras indianas foram identificadas na pesquisa e citadas ao longo do texto, e serão reforçadas nesse tópico.

Além das ações do BADP, as Forças Armadas indianas também são responsáveis pela defesa das fronteiras do país e pela mitigação das ameaças. No *Annual Report 2011-2012*²¹² publicado pelo Ministério da Defesa da Índia, algumas ameaças à segurança indiana relacionadas com os países vizinhos são identificadas, como a propagação de armas leves e de armas de destruição em massa, a pirataria, o terrorismo e a globalização econômica.

Os desafios para a segurança interna indiana estão ligados à gestão das fronteiras, que é uma prioridade nacional, ao passo que as disputas fronteiriças com China e Paquistão, por exemplo, estendem-se além das fronteiras porosas, em terrenos complicados.

Todavia, há pouca coordenação na gestão das fronteiras, pois militares, forças policiais e paramilitares atuam à sua maneira, o que torna a coordenação extremamente fraca. (KANWAL, 2007)²¹³

212 Disponível em: <<http://aresworlddefense.org/wp-content/uploads/2014/03/Indian-MoD-annual-report-2012.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2014.

213 Disponível em: <http://www.ipcs.org/pdf_file/issue/38029665IIPCS-IssueBrief-No55-GurmeetKanwal.pdf> Acesso em: 14 out. 2014.

A elevação do crescimento econômico na Índia impulsionou a migração em massa de cidadãos ilegais de países vizinhos para o país. Além disso, outras ameaças à segurança pública das fronteiras indianas são: o aumento do terrorismo transfronteiriço; a presença de atores não-estatais; a infiltração de militantes armados; os movimentos separatistas e de extrema esquerda impulsionados por atores externos; o narcotráfico e o contrabando de armas, muitas vezes conectados. (KANWAL, 2007)

Em novembro de 2008 houve um atentado terrorista em Mumbai, apesar de todos os esforços por parte do governo para o fortalecimento da segurança contra ações terroristas. O ataque revelou que terroristas podem usar as lacunas encontradas nas fronteiras para realizar seus atos, e enfatizou a necessidade de otimização da gestão das fronteiras. (DAS, 2010)

A *Line of Actual Control* (LAC) representa outra ameaça, pois simboliza a falta de coordenação da gestão de fronteiras. Em Ladakh e Himachal Pradesh e ao longo da fronteira em Uttarakhand, batalhões Vikas da *Special Frontier Force* (Força Especial de Fronteira, em português) e da *Indo-Tibetan Border Police* (ITBP – Polícia de Fronteira Indo-Tibetana, em português) são responsáveis pela gestão. A Força Especial de Fronteira relata ao Secretariado do Gabinete e a Política de Fronteira Indo-Tibetana pertence ao Ministério de Assuntos Internos. Outras forças policiais também fazem a gestão das fronteiras na Índia, como batalhões do Exército Indiano que vigiam a fronteira de Sikkim e unidades do *Assam Rifles* (AR), força paramilitar responsável pelas fronteiras de Arunachal Pradesh, Nagaland, Mizoram e Manipur, entre outras.

Managing the borders is difficult for several reasons. Some of our maritime boundaries are still unsettled. Land borders are not fully demarcated. Sections of our borders are based on artificial boundaries and not based on natural features. Border guarding forces are often under resourced and ill-equipped. They are also used for purposes other than border guarding. Intelligence gathering, intelligence sharing and intelligence coordination are imperfect. Institutional mechanisms for coordinating intelligence gathering, sharing and intelligence coordination are weak. India's neighbourhood is in turmoil. Several of India's neighbours are undergoing political and economic instability. India also has continuing border disputes with several of its neighbours. Uncertain borders not only raise bilateral tensions but also facilitate cross border infiltration, illegal migration, smuggling and crime. Illegal migration has emerged as one of the major national security challenges. (GUPTA *apud* DAS, 2010, p. 3-4)²¹⁴

Assim como na China, as fronteiras indianas possuem condições climáticas extremas. Na fronteira com o Paquistão, por exemplo, há o clima desértico do Deserto de Thar em Rajasthan e o clima extremamente frio dos Himalaias em Jammu e Caxemira. (DAS, 2010)

Cada região fronteira tem seus problemas específicos, que serão descritos em relação ao país de fronteira nos próximos subtópicos.

²¹⁴ A gestão das fronteiras é difícil por várias razões. Algumas de nossas fronteiras marítimas ainda são instáveis. Fronteiras terrestres não são totalmente demarcadas. Seções de nossas fronteiras são baseadas em fronteiras artificiais e não com base em características naturais. As forças que guardam as fronteiras muitas vezes não dispõem de recursos e são mal equipadas. Elas também são usadas para outros fins além da guarda de fronteira. Coleta de informações, compartilhamento de inteligência e coordenação de inteligência são imperfeitos. Mecanismos institucionais para coordenar a coleta de informações, a partilha e coordenação de inteligência são fracos. A vizinhança da Índia está em crise. Vários dos vizinhos da Índia estão passando por instabilidade política e econômica. A Índia também tem contínuas disputas fronteiriças com vários de seus vizinhos. Fronteiras incertas não só aumentam as tensões bilaterais, mas também facilitam a infiltração transfronteiriça, a imigração ilegal, o contrabando e o crime. A migração ilegal emergiu como um dos principais desafios de segurança nacional. (GUPTA *apud* DAS, 2010, p. 3-4) Traduzido livremente pela autora.

Outra ameaça em potencial é a tensão em relação à proliferação nuclear, relacionada ao conflito com o Paquistão. Índia e Paquistão lutaram três guerras desde a independência e a partilha em 1947, e alguns autores acreditam que o conflito fronteiriço pode escalar para uma catástrofe nuclear, em que a Caxemira é o principal catalisador de um possível conflito. (DICKENS, 1997)

A mudança climática também é uma ameaça perigosa à segurança das fronteiras, pois reduz a capacidade dos Estados, aumenta a pobreza e cria um espaço a ser explorado pelos terroristas. (SMITH, 2007)

As enchentes no Paquistão em 2010, por exemplo, afetaram o país de diversas maneiras, intensificando o conflito étnico, aumentando a legitimidade de militares e islâmicos e diminuindo a legitimidade do governo civil.

4.2.1. FRONTEIRA ÍNDIA E BANGLADESH

A delimitação da fronteira com Bangladesh não seguiu as características naturais da região, sendo baseada em mapas distritais, através de aldeias e terras agrícolas, o que tornou a fronteira porosa e disputada. A existência de enclaves, por exemplo, tem causado atrito entre as forças de guarda de fronteira da Índia e de Bangladesh. Apesar da assinatura de alguns acordos para a gestão de fronteiras entre os países, atualmente existem 111 enclaves indianos em Bangladesh e 51 enclaves de Bangladesh na Índia. Por não ter acesso a esses enclaves em Bangladesh, a Índia não pode prover infraestrutura aos residentes. Além disso, bordas porosas são atravessadas ilegalmente facilmente, e fatores como perseguições religiosas, crises ambientais, pressões demográficas e falta de emprego, educação e cuidados médicos impulsionam o influxo em larga escala de cidadãos de Bangladesh para a Índia. (DAS, 2010)

A Força Tarefa em Gestão de Fronteira estima que a cada mês 300.000 bangladeshianos entram ilegalmente na Índia, e que cerca de 15 milhões vivem ilegalmente no país. Tal migração ilegal muda o perfil demográfico dos estados fronteiriços, e tem impulsionado movimentos separatistas. (DAS, 2010)

Além disso, insurgentes indianos cruzam as fronteiras para Bangladesh em busca de asilo. Existem 97 campos de grupos insurgentes indianos em Bangladesh atualmente, e a falta de oportunidades econômicas e a porosidade das fronteiras fomentam os crimes transfronteiriços. (DAS, 2010)

Outra ameaça às fronteiras entre Índia e Bangladesh é o contrabando de gado, enviado diariamente para a fronteira dos países com fins de pastagem. O gado é então contrabandeado para Bangladesh, onde seu preço aumenta consideravelmente, gerando lucros altos para os envolvidos. A Força de Segurança de Fronteira apreende cerca de 1.000 cabeças de gado todos os anos em Bangladesh.

O contrabando de armas, diesel, sal, açúcar, moeda indiana falsificada, narcóticos, e os roubos e sequestros são outras grandes ameaças constantes ao longo da fronteira entre Índia e Bangladesh.

4.2.2. FRONTEIRA ÍNDIA E NEPAL

Índia e Nepal compartilham uma fronteira aberta desde a década de 50, “em que os cidadãos de ambos os países possuem direitos iguais em matéria de residência, aquisição de bens, emprego e circulação no território do outro.” (DAS, 2010, p. 6)

Alguns territórios foram restaurados ao longo dos anos após a restauração de *Naya Maluk* para o Nepal, momento em que as fronteiras entre os países foram totalmente delimitadas. O movimento livre de pessoas de ambos os países desenvolveu fortes laços culturais entre os povos, facilitando a interdependência econômica e política. (DAS, 2010)

Entretanto, alguns problemas são relacionados às fronteiras abertas, como o fácil acesso de terroristas e insurgentes e grilagem de terras. Vários grupos insurgentes entraram na Índia através das fronteiras entre Índia e Nepal, além de grupos criminosos envolvidos com o tráfico de pessoas e drogas, falsificação de moeda e outros crimes. (DAS, 2010)

4.2.3. FRONTEIRA ÍNDIA E BUTÃO

A fronteira com o Butão também é aberta, e seu processo de demarcação foi encerrado em 2006. O estabelecimento de grupos insurgentes indianos tais como a Frente Democrática Nacional de *Bodoland* e a Organização para Libertação de *Kamtapur* em alguns distritos do Butão mudaram a situação das fronteiras, que antes eram pacíficas, pois esses grupos aproveitaram as fronteiras abertas para fugir para o Butão depois de praticarem assassinatos e extorsões e detonarem bombas. (DAS, 2010)

Além disso, “produtos chineses, *cannabis* butanesa, bebidas e produtos florestais são os principais itens contrabandeados para a Índia. Gado, itens de mercearia e frutas são contrabandeados da Índia para o Butão.” (DAS, 2010, p. 8)

4.2.4. FRONTEIRA ÍNDIA E MYANMAR

Em 1967 a fronteira entre Índia e Myanmar foi demarcada, através de acordo assinado entre os países.

As principais ameaças à gestão segura das fronteiras identificadas são: disputa persistente por de algumas regiões fronteiriças; o terreno acidentado nas fronteiras; as dinâmicas sociais internas como confrontos interétnicos, insurgência, lealdade de clãs; ausência de barreiras físicas como cercas e postos policiais nas fronteiras. (DAS, 2010)

Alguns insurgentes indianos aproveitam a fraca guarda das fronteiras para escapar para Myanmar, e a existência de laços étnicos com as tribos locais os auxiliam na busca por refúgio. (DAS, 2010)

Além disso, uma grande ameaça à segurança das fronteiras entre os países é a localização da fronteira no Triângulo Dourado, facilitando o fluxo ilegal de drogas. Heroína é a principal droga contrabandeada, entrando na Índia pela cidade fronteiriça de Morem, em Manipur, com a participação de insurgentes envolvidos também com o tráfico de pessoas, armas, munições, pedras preciosas, anfetamina, etc. (DAS, 2010)

4.2.5. FRONTEIRA ÍNDIA E PAQUISTÃO

A constante infiltração de terroristas estrangeiros, de separatistas da Caxemira e de membros do exército paquistanês são algumas ameaças à segurança pública das fronteiras entre Índia e Paquistão. (DAS, 2010)

A fronteira entre os países não segue uma barreira geográfica, e compreende terrenos instáveis como pântanos, desertos, planície e montanhas cobertas de neve, através de aldeias e terras agrícolas, tornando a fronteira extremamente porosa.

As atividades ilegais mais recorrentes são o “contrabando, tráfico de drogas e armas e infiltração. Heroína e moeda indiana falsa são os dois itens predominantes de contrabando ao longo da borda. Outros itens incluem açafrão, têxtil e mercúrio, que são contrabandeados do Paquistão.” (DAS, 2010, p. 11)

Além disso, lavagem de dinheiro, tensões territoriais, a ameaça nuclear e a pesca ilegal são outras ameaças à fronteira indo-paquistanesa.

4.2.6. FRONTEIRA ÍNDIA E CHINA

Toda a fronteira entre Índia e China ainda é disputada. Apesar da assinatura de acordos em conferências que formalizaram a fronteira entre Índia e Tibete, por exemplo, a China continua disputando o Tibete com a Índia, pois considera as delimitações acordadas como ilegais. A China reivindica também grandes extensões de território ao longo de suas fronteiras com a Índia, tais como Aksai Chin, Laphthal, Bara Hoti, Sanchamala e todo Arunachal Pradesh. (DAS, 2010)

Em 1957, China invadiu Aksai Chin e construiu uma estrada através da região, o que culminou em diversos confrontos e a guerra de fronteira em 1962. A Linha Atual de Controle, citada anteriormente, é a região de fronteira que passou a existir após essa guerra, marcando a fronteira entre os países. (DAS, 2010)

Na década de 70, várias negociações bilaterais entre os países ocorreram, resultando em acordos para a solução das disputas fronteiriças. A China continuou a reivindicar algumas áreas que pareciam estabelecidas, como Sikkim, demonstrando que as negociações não obtiveram o sucesso esperado. (DAS, 2010)

Além das disputas territoriais, em relação à gestão das fronteiras, as principais ameaças à fronteira indo-chinesa são: a fraca circulação de bens e pessoas através da fronteira, por conta das barreiras impostas pelas montanhas do Himalaia; contrabando de produtos eletrônicos chineses; rivalidade regional; incursões chinesas em território indiano; militarização chinesa no Tibete; desconfiança mútua.

4.3. BOAS PRÁTICAS OBSERVADAS NAS FRONTEIRAS INDIANAS

Ao longo do relatório foram citadas algumas boas práticas que podem ser analisadas pela ENAFRON, e outras serão ressaltadas nesse tópico.

O comércio fronteiriço entre Índia e os países vizinhos é um grande exemplo a ser seguido para a interação entre os povos que vivem em regiões de fronteira, pois permite a troca de produtos e contribui para o bom desenvolvimento das fronteiras. Atualmente, existem 132 estações comerciais nas fronteiras indianas, onde vários produtos são negociados. (DAS, 2010)

O sucesso do comércio fronteiriço está fortemente associado à infraestrutura local e às condições climáticas das regiões, pois apesar de muitas estações estarem conectadas com boas estradas, elas continuam vulneráveis a deslizamentos. Em regiões montanhosas, por exemplo, o comércio fronteiriço só é realizado durante o verão. (DAS, 2010)

O Programa de Desenvolvimento de Áreas de Fronteira (BADP), parte de uma estratégia do Ministério de Assuntos Internos, é um programa que pode ser avaliado e implantado no governo brasileiro, pois é focado no desenvolvimento socioeconômico das regiões de fronteira, promovendo a segurança para as pessoas que vivem nesses lugares.

O Brasil também realiza ações voltadas para a segurança pública da população que habita regiões fronteiriças, como a construção de escolas, hospitais, distribuição de remédios, e por isso pode observar os pontos positivos e negativos do BADP, além dos resultados alcançados e dificuldades enfrentadas, para otimizar suas ações.

O Brasil também pode incorporar a alocação e distribuição dos fundos para esse tipo de ação, que na Índia são distribuídos para os estados fronteiriços de acordo com o tamanho da fronteira internacional, da população e da área do bloco de fronteira.

Outra boa prática que pode ser incorporada pelo Brasil realizada pelo BADP é o monitoramento dos projetos voltados para o desenvolvimento das fronteiras. Na Índia, o BADP é monitorado pelos governos dos estados e pelo Departamento de Gestão de Fronteiras, que observam o andamento das obras e a qualidade do trabalho realizado.

Ainda em relação ao trabalho realizado pelo BADP na Índia, podem ser observadas pela ENAFRON. As atividades realizadas pelo BADP são aprovadas pelo Governo do Estado, em consulta com instituições como os conselhos distritais e tradicionais, agências voluntárias, instituições democráticas e população local. O Brasil pode incorporar a boa prática indiana de consultar a população local e instituições democráticas, pois fomenta a participação popular

nas políticas para a gestão de fronteiras, além de incentivar a fiscalização futura dessas políticas.

Na página da *Divisão de Gestão de Fronteiras* do governo indiano são disponibilizados documentos sobre a situação dos projetos realizados nas fronteiras internacionais com todos os 7 países que fazem fronteira com a Índia, além da segurança costeira.

Após cada ano financeiro, a Autoridade dos Portos Terrestres, iniciativa do Departamento de Gestão das Fronteiras – Ministério de Assuntos Internos, deve entregar ao Governo Central um relatório contendo os principais pontos das atividades realizadas, como custos dos projetos e progresso financeiro e físico, de acordo com o decreto Número 31 publicado em 2010.²¹⁵ Esses relatórios facilitam e impulsionam a auditoria da gestão das fronteiras, e tal prática pode ser incorporada pelo governo brasileiro, com o fim de facilitar a fiscalização das fronteiras.

Nas regiões de fronteira terrestre são realizados principalmente projetos voltados para construção de cercas, de postes para iluminação e construção de estradas de significância operacional, que também podem ser considerados como pontos positivos da gestão de fronteiras indiana.

A Índia é tradicionalmente um grande consumidor de ópio e de derivados da *cannabis*. Além disso, o consumo de drogas sintéticas intensificou as preocupações sobre o tráfico de drogas. O tráfico de drogas é uma das principais ameaças à segurança indiana, pois o país encontra-se próximo aos dois maiores produtores de heroína e haxixe do mundo, o Triângulo Dourado e o Crescente Dourado, além de outros fatores que contribuem para que o país represente uma fonte e destino para as drogas.

A ligação entre terroristas, traficantes e redes do crime organizado criou uma força poderosa de instabilidade, ao passo que o dinheiro gerado com o tráfico de drogas tem sido utilizado para o financiamento de terroristas e insurgentes. Além disso, as redes do narcotráfico são utilizadas para o tráfico de armas e de pessoas, perpetuando atividades ilegais complexas.

O tráfico de drogas é considerado um problema nas fronteiras da Índia. Para conter o tráfico o país tem tomado diversas medidas, como a promulgação de leis antidrogas e a cooperação com outros países. Além disso, outras medidas estão sendo tomadas pelo Governo indiano para a prevenção do tráfico de drogas, que é também um dos principais problemas enfrentados nas fronteiras brasileiras, são elas: formulação de medidas legais mais específicas das que as atuais; melhoria da coordenação entre as agências envolvidas; fortalecimento da coleta de informações sobre o tráfico de drogas com análise e disseminação; introdução de sistemas de recompensa adequados que incentivem o trabalho contra o tráfico; criação de um banco de dados sobre a produção, comércio e consumo de drogas a nível nacional; implementação de leis domésticas para o controle do tráfico de drogas e punição severa dos envolvidos; provisão de alternativas viáveis aos fazendeiros para evitar que eles cultivem ilegalmente papoula e *cannabis*; construção de capacidade do pessoal envolvido na prevenção do tráfico de drogas. (DAS, 2010)

Tais medidas podem ser observadas como boas práticas a serem analisadas com maior propriedade pelo governo brasileiro.

215 Disponível em: <http://mha.nic.in/sites/upload_files/mha/files/LAPI-Act-080811.pdf>. Acesso em: 12 out. 2014.

4.4. POSSÍVEIS INTERFACES DA GESTÃO DE FRONTEIRAS INDIANA COM O BRASIL E AMEAÇAS COMUNS

A Índia é o país mais desenvolvido dos países do sul da Ásia, sendo o país mais procurado por imigrantes de países vizinhos. Os migrantes de Bangladesh e Nepal tem presença considerável na Índia, e as semelhanças étnicas dos indianos com esses imigrantes “imbuem a migração com uma dimensão étnica”. Nesse sentido, os imigrantes ficam divididos entre cooptar com a identidade indiana ou manter sua identidade, seus vínculos sociais e valores. (BEHERA, 2011)

O Programa de Desenvolvimento de Áreas de Fronteira (BADP) foca-se no desenvolvimento socioeconômico das regiões de fronteira, promovendo a segurança para as pessoas que vivem nesses lugares. O Brasil também realiza ações sociais voltadas para a segurança pública da população que habita regiões fronteiriças, como a construção de escolas, hospitais, etc. A gestão de fronteiras indiana é responsável também pela execução de projetos como a construção de estradas, cercas e arames farpados em regiões de fronteira, e essas políticas também são realizadas no Brasil, logicamente resguardadas as nossas particularidades.

Em relação às principais instituições indianas que realizam políticas para a segurança das fronteiras, percebe-se que Índia é o país que mais se assemelha com o Brasil dos três países estudados, pois ambos possuem vários atores responsáveis pela gestão das fronteiras.

Como já mencionado, na Índia, as fronteiras são ocupadas por militares, paramilitares e forças policiais, e cada força reporta a um diferente ministério central em Nova Déli, resultando em uma escassa coordenação e gestão das fronteiras. (KANWAL, 2007)

Além do BSF, existem outras forças voltadas para a segurança das fronteiras na Índia, como por exemplo: *Central Board of Excise and Customs*, *Special Frontier Force*, *Indo-Tibetan Border Police (IBTP)*, *Line of Actual Control (LAC)*, *Line of Control (LoC)*²¹⁶, *Sashastra Seema Bal (SSB)*, *Assam Rifles (AR)*, *Rashtriya Rifles* e *Indian Home Guard*. Como já foi citado, as Forças Armadas indianas também são responsáveis pela defesa das fronteiras do país, coordenadas pelo Ministério da Defesa.

Outra similaridade entre Índia e Brasil é a ativa participação de alguns Ministérios na coordenação de políticas para as fronteiras. Na Índia, o Ministério de Assuntos Internos e o Ministério da Defesa, por exemplo, atuam em coordenação com outras instituições.

Como já foi citado, a Índia é um grande consumidor de ópio e de derivados da *cannabis*, e assim como o Brasil enfrenta o tráfico de drogas nas fronteiras. O Brasil faz fronteira com grandes produtores de cocaína como Colômbia e Bolívia, assim como Índia faz fronteira como Triângulo Dourado, maior produtor de heroína e haxixe do mundo. Além do tráfico de drogas, Índia e Brasil enfrentam o tráfico de armas, de pessoas e o contrabando de produtos.

No próximo capítulo serão apresentadas outras possíveis interfaces da gestão de fronteiras indianas com o Brasil e os principais problemas comuns.

²¹⁶ A LoC e a LAC são responsáveis por fronteiras disputadas e incertas, como algumas fronteiras com a China, Tibete e Paquistão. (KANWAL, 2007)

Capítulo 5



**POSSÍVEIS INTERFACES DOS PLANOS,
PROGRAMAS, AÇÕES E PROJETOS DA
CHINA, RÚSSIA E ÍNDIA RELACIONADOS À
SEGURANÇA PÚBLICA DAS FRONTEIRAS COM
O PLANO ESTRATÉGICO DE FRONTEIRAS E
A ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA
PÚBLICA NAS FRONTEIRAS DO BRASIL.**

5.1. BOAS PRÁTICAS DESENVOLVIDAS NA RÚSSIA, ÍNDIA E CHINA QUE PODEM SER ASSIMILADAS PELO BRASIL

Nesta seção do relatório serão apresentados os pontos positivos das políticas para as fronteiras elaboradas na Rússia, Índia e China, que se apresentam como boas práticas a serem seguidas pelo governo brasileiro.

5.1.1. REPÚBLICA DA ÍNDIA

O **comércio fronteiriço** entre Índia e os países vizinhos é um bom exemplo a ser analisado com maior profundidade para fomentar a interação entre os povos que vivem em regiões de fronteira a partir da troca de produtos, contribuindo para o desenvolvimento das fronteiras. Atualmente existem na Índia 132 estações comerciais nas fronteiras, onde vários produtos são negociados. (DAS, 2010)

Cabe salientar que o sucesso do comércio fronteiriço está fortemente associado à estabilidade da infraestrutura local, e nesse sentido é muito importante que os órgãos responsáveis desenvolvam uma infraestrutura necessária para o comércio.

O **Programa de Desenvolvimento de Áreas de Fronteira (BADP)**, parte de uma estratégia do Ministério de Assuntos Internos da Índia, é um programa que pode ser avaliado pelo governo brasileiro, pois foca-se no desenvolvimento socioeconômico das regiões de fronteira, promovendo a segurança para as pessoas que vivem nesses lugares.

O governo brasileiro também pode incorporar a **alocação e distribuição dos fundos** para esse tipo de ação. Na Índia, os fundos do BADP são distribuídos para os estados fronteiriços de acordo com o tamanho da fronteira internacional, da população e da área do bloco de fronteira, por exemplo.

Outra boa prática indiana é o **monitoramento dos projetos** voltados para o desenvolvimento das fronteiras. Na Índia, o BADP é monitorado pelos governos dos estados e pelo Departamento de Gestão de Fronteiras, que observam o andamento das obras e a qualidade do trabalho realizado.

A **criação** das atividades realizadas pelo BADP é uma boa prática. As atividades são aprovadas pelo Governo do Estado indiano, em consulta com instituições como os conselhos distritais e tradicionais, agências voluntárias, instituições democráticas e população local.

Na página da *Divisão de Gestão de Fronteiras*²¹⁷ do governo indiano são **disponibilizados documentos** sobre a situação dos projetos realizados nas fronteiras internacionais com todos os sete países que fazem fronteira com a Índia, além de relatórios relacionados à segurança costeira do país. O governo brasileiro poderia também criar um portal que reunisse os principais documentos e relatórios sobre a situação dos projetos voltados para a gestão de políticas públicas para as regiões de fronteiras, assim como publicações sobre a temática.

217 Disponível em: <<http://mha.nic.in/more1>>. Acesso em: 03 nov. 2014.

Após cada ano financeiro, a Autoridade dos Portos Terrestres, iniciativa do Departamento de Gestão das Fronteiras – Ministério de Assuntos Internos, entrega ao Governo Central um relatório contendo os principais pontos das atividades realizadas, como custos dos projetos e progresso financeiro e físico, de acordo com o decreto Número 31 publicado em 2010.²¹⁸ Esses relatórios facilitam e impulsionam a **auditoria** da gestão das fronteiras, e tal prática pode ser incorporada pelo governo brasileiro, com o fim de facilitar a fiscalização das fronteiras.

Nas regiões de fronteira terrestre são realizados **projetos** voltados para construção de estradas e outras benfeitorias para população de significância operacional, que também podem ser considerados como pontos positivos da gestão de fronteiras indiana e podem ser avaliados pelo Brasil, ao passo que essas ações reduziram a incidência de atividades criminosas combatidas também no Brasil.

A Índia é tradicionalmente um grande consumidor de ópio e de derivados da *cannabis*, e o consumo de drogas sintéticas tem aumentado no país. O tráfico de drogas é uma das principais ameaças à segurança indiana, pois a Índia encontra-se próxima aos dois maiores produtores de heroína e haxixe do mundo: o Triângulo Dourado e o Crescente Dourado.

Algumas **medidas** estão sendo tomadas para prevenir o tráfico de drogas, um dos principais problemas enfrentados nas fronteiras brasileiras, são elas: formulação de medidas legais, mais específicas das que as atuais; melhoria da coordenação entre as diversas agências envolvidas; fortalecimento da coleta de informações sobre o tráfico de drogas e análise e disseminação; introdução de sistemas de recompensa adequados que incentivem o trabalho contra o tráfico; criação de um banco de dados sobre a produção, comércio e consumo de drogas a nível nacional, para possibilitar o conhecimento e averiguação da extensão do problema; implementação de leis domésticas para o controle do tráfico de drogas e punição severa dos envolvidos; provisão de alternativas viáveis aos fazendeiros para evitar que eles cultivem ilegalmente papoula e *cannabis*; construção de capacidade do pessoal envolvido na prevenção do tráfico de drogas; expansão da cooperação com os vizinhos em matéria de tráfico de drogas. (DAS, 2010)

Tais medidas podem ser melhores observadas pelo Governo brasileiro.

5.1.2. FEDERAÇÃO DA RÚSSIA

As principais **medidas** para desenvolver as regiões de fronteira na Rússia são o fortalecimento da cooperação com os países vizinhos através de instituições regionais; implementação de medidas que limitem a permanência de algumas categorias de cidadãos estrangeiros na zona fronteira; desenvolvimento de programas federais para a cooperação; melhoria do controle nas alfândegas; regulação dos impostos locais; financiamento de governos locais e de organizações envolvidas na implementação de projetos para a cooperação transfronteira; desenvolvimento da compatibilidade entre as legislações do país e dos países vizinhos; respeito aos interesses da população em áreas fronteiriças.²¹⁹

218 Disponível em: <http://mha.nic.in/sites/upload_files/mha/files/LAPI-Act-080811.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2014.

219 Disponível em: <<http://www.scrf.gov.ru/>>. Acesso em: 27 nov. 2014.

A criação de **sistemas de alta tecnologia** para a segurança pública das fronteiras por parte da Rússia é uma boa prática que pode ser avaliada pelo Brasil, que também tem investido vultosos recursos em tecnologia.

Uma das principais orientações da política de fronteiras na Rússia que pode ser observada pelo Brasil é a **melhoria do registro legal internacional** das regiões de fronteira. A formalização jurídica internacional das fronteiras da Federação Russa é baseada nos princípios universais do direito internacional, consagrados na Carta das Nações Unidas, e em outros instrumentos jurídicos internacionais, impulsionando a pacificação das fronteiras e afirmando a ausência de reivindicações territoriais.

As políticas para a segurança das fronteiras russas incluem também as seguintes medidas: criação e melhoria de um quadro legal que defina as competências e atividades de **regulação do Estado** e da **sociedade nas áreas de fronteiras**, além de estabelecer a **responsabilização** por danos aos interesses nacionais; o desenvolvimento e **implementação de programas** de confiança pública; aprofundamento da **cooperação** com os Estados vizinhos; criação de **atividades produtivas** nas regiões de fronteira; desenvolvimento de zonas francas; preservação do controle do governo sobre **recursos estratégicos** nas regiões de fronteira; desenvolvimento de **softwares** de controle de fluxo de migração externa; oposição contra qualquer forma de preconceito contra a população que habita nas regiões de fronteira; **proteção dos costumes** e tradições dos povos.

Sobre a implementação das políticas de fronteiras, elas são realizadas no país através de atividades coordenadas pelos entes federados do Estado, por organizações e indivíduos com base na legislação. O Governo Russo toma medidas para estabelecer as políticas de fronteiras, além de direcionar as atividades aos entes federais subordinados para a implementação dessas ações, estabelecendo procedimentos para o apoio financeiro dos mesmos. Além disso, o Governo também realiza reuniões internacionais sobre questões fronteiriças e conclui acordos intergovernamentais, com base na Constituição da Federação Russa.

A Rússia enfrenta algumas ameaças à segurança pública de suas fronteiras que também são combatidas pelo governo brasileiro, como a corrupção, a criminalidade e a imigração ilegal.

No campo de combate à *corrupção*, tais **medidas** estão sendo adotadas: identificação e remoção das causas da corrupção e das consequências de seus crimes e implementação de medidas preventivas para a redução da corrupção das relações-públicas, com participação da sociedade civil.

Para o combate à *criminalidade*, as seguintes **medidas** estão sendo tomadas pelo governo russo: melhoria da identificação das causas e condições de reprodução do crime, análise das medidas utilizadas para enfrentamento do crime e da execução dos programas federais, regionais e municipais.

Para combater a *imigração ilegal*, o governo russo procura melhorar a cooperação entre agências; fomentar a troca de informações e a cooperação com as autoridades estrangeiras para o combate conjunto; formar um sistema automatizado para o processamento e emissão de cartões de migração; desenvolver infraestrutura para processos de deportação e readmissão; realizar projetos educativos que informem os empregadores, com o fim de evitar violações das leis de imigração; melhorar a interação de forças entre associações públicas e diásporas nacionais, com o fim de evitar o crescimento da xenofobia e do ódio religioso.

5.1.3. REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

As forças armadas chinesas têm expandido suas visões de estratégia de segurança nacional, visando desenvolver tecnologias mais avançadas, vencer guerras locais, planejar suas ações em tempo de paz, realizar tarefas militares diversificadas e lidar com as diversas formas de ameaças à segurança de maneira eficaz. Dessa maneira, uma série de boas práticas chinesas pode ser observada pelo governo brasileiro.

A **patrulha de fronteira conjunta**²²⁰ com outros Estados, realizada pela China com alguns de seus vizinhos é uma boa prática verificada. Em fevereiro de 2001, militares da China e Cazaquistão realizaram a primeira patrulha de fronteira conjunta, sob o comando da Área de Comando Militar de Xinjiang e do PLA. Dentro de suas respectivas áreas de defesa, os dois países realizaram inspeções no território fronteiriço de cada lado, trabalhando conjuntamente no exame de seções principais, além de realizarem cooperativamente treinamentos conjuntos voltados à utilização dos meios de comunicação entre os postos. A China também realiza operações conjuntas com Vietnã e Mongólia, voltadas para a melhoria da gestão das fronteiras.

A **cooperação** entre países aumenta confiança mútua, evitando disputas territoriais e prevenindo invasões armadas unilaterais. A atuação conjunta também é mais eficaz contra atividades ilegais como ataques terroristas, tráfico de drogas e contrabando nas regiões de fronteira.

O PLAN (*People's Liberation Army Navy* – Marinha do Exército de Libertação Popular, em português), responsável pela **segurança marítima**, também estabelece cooperação com outros países para a defesa das fronteiras, a partir de mecanismos de patrulha conjunta, como o acordo sobre patrulhas conjuntas com o Vietnã, assinado em 2006, em que as marinhas dos dois países organizam patrulhas conjuntas duas vezes ao ano. (WHITE PAPER, 2013).

Algumas ações realizadas nas fronteiras chinesas que podem ser implementadas no Brasil são a **criação de postos de vigilância integrados** nas regiões de fronteira, que fomentam inspeções rigorosas nos portos e regiões fronteiriças, evitando uma série de atividades criminosas. Interessante observar com mais critério a tecnologia chinesa de vigilância no seu processo de modernização.

As forças armadas chinesas também assumem funções relacionadas ao **desenvolvimento social** e econômico nacional, mantendo a estabilidade e protegendo os interesses de desenvolvimento do país.

Além disso, as forças armadas proporcionam **ajuda financeira** para a educação, transferem tecnologia e fornecem apoio a serviços médicos. De 2009 a 2012, as forças armadas financiaram e construíram 57 escolas em regiões habitadas por minorias étnicas, em regiões do Tibete e Xinjiang, proporcionando a educação para mais de 30.000 crianças. (WHITE PAPER, 2013)

Um projeto chinês voltado para o desenvolvimento da infraestrutura das regiões de fronteira é a construção de estações permanentes. No Livro Branco publicado em 2010 pela China, observa-se que o país pratica um sistema de responsabilidades compartilhadas entre as autoridades civis e autoridades militares no desenvolvimento de operações voltadas para o

220 Disponível em: <http://eng.mod.gov.cn/DefenseNews/2011-02/11/content_4224209.htm>. Acesso em 243 nov. 2014.

fortalecimento das fronteiras. Na China, existe uma Comissão Estadual de Fronteira e Defesa Costeira, que é liderada pelo Conselho Estadual e pela Comissão Militar Central, representando essa responsabilidade compartilhada.

No Tibete as tropas e o povo têm trabalho conjuntamente para a construção do país. Desde 2005, oficiais do PLA auxiliam o povo na construção de mais de 100 projetos de grande escala, que consistem na construção de hospitais, escolas, e bases de demonstração de produção agrícola científica e criação de aves. A base do Comando Militar do Tibete desenvolveu também a pecuária, agricultura e o plantio de árvores, e popularizou essas práticas por toda a região autônoma, provocando mudanças no estilo de vida da população e desenvolvendo a economia local.

Em Yunnan existe um **veículo hospitalar digital** para operações de campo, que fornece auxílio para as tropas e civis. O veículo é equipado com máquina de raios-X, analisador de sangue multifuncional e vários outros dispositivos, e pode ser utilizado para fornecer consultas em tempo de guerra e para a realização de exames físicos em tempos de paz nas regiões de fronteira.

As tropas de defesa das fronteiras utilizam **sistemas de comunicação** que cobrem um raio de 50 km e que indicam também as coordenadas geográficas dos militares, melhorando a qualidade da patrulha e possibilitando o resgate de soldados em situações de emergência em tempo hábil. Os sistemas de comunicação envolvem a instalação de monitores de vídeo remotos, que permitiram que os soldados chineses controlassem um maior número de linhas de fronteira em tempo real a partir dos postos de sentinela, que possuem receptores de satélite. Com a instalação desses sistemas é possível realizar monitoramento automático das fronteiras, com transferência de inteligência em rede e transmissão de imagens. Esses novos meios tecnológicos aumentaram a capacidade dos regimentos, e reduziram 80% de incidentes relacionados à quebra da lei, em relação aos anos anteriores.

Outra ação para a **informatização da defesa** das fronteiras foi a criação de torres de vigia sem soldados, que utilizam tecnologia de transmissão de informação sem fio, monitoramento simultâneo de pontos múltiplos, energia solar e monitoramento à noite de estradas importantes.

As tropas de defesa da fronteira chinesa em Xinjiang, que tem cerca de 6.700 km de extensão e faz fronteira com nove países, também têm realizado **atividades de treinamento tecnológico e científico**. A área de Comando militar entregou 200 **livretos** sobre defesa de fronteiras para as tropas e realizou 300 cursos de **treinamento** sobre conhecimentos de alta tecnologia, além de terem recomendado o estudo em instituições de formação profissional a 1.400 oficiais e 3.000 soldados.

A China tem utilizado diversas abordagens para **mitigar a insegurança** nas suas fronteiras. O Departamento de Segurança Doméstica opera **redes de inteligência** e propaganda nessas regiões, monitorando possíveis ameaças à segurança. Existem também alguns **programas** voltados especificamente para o desenvolvimento das regiões de fronteira, como “Fronteiras Prósperas, Minorias Ricas”, focado no desenvolvimento de infraestrutura, para ligar essas regiões com as redes de transporte chinesas. (FREEMAN, 2011)

Foram construídos milhares de quilômetros de novas estradas através do programa, facilitando também a integração econômica regional. Além disso, faz parte do planejamento do programa a construção de instalações em aldeias administrativas, melhoria do acesso à água potável, redução da pobreza, desenvolvimento do comércio fronteiriço, etc.

As políticas promovidas pelo programa também buscam promover a estabilidade das áreas de fronteira dos países vizinhos, além do território chinês. Para isso, estão sendo implementadas políticas que impulsionem o **comércio** e o investimento nessas regiões. (FREEMAN, 2011)

O país lançou também um sistema de **integração de informação** na fronteira, investindo na informatização do controle de fronteiras; e tem construído novas estruturas portuárias de fronteira.

Em relação ao **comércio fronteiriço**, a abertura de passagens pelo Himalaia, a construção de estradas ligando Xinjiang à Ásia Central e Paquistão, a nova rota de Urumchi a Tachkent, entre outras ações, impulsionaram a abertura dos mercados e a expansão comercial. Em 2000 foi lançada a campanha “abertura do oeste” nas regiões fronteiriças, com o fim de “revitalizar as fronteiras e enriquecer o povo”. (FOUCHER, 2009)

Assim como no Brasil, **diversas organizações** trabalham para a defesa da segurança pública das fronteiras na China, e para assegurar a coordenação política desses atores, a China estabeleceu a **Comissão de Defesa das Fronteiras**, que possui representações em todas as províncias e regiões autônomas de fronteira, províncias costeiras e distritos e subdistritos militares. (FRAVEL, 2007)

5.2. ASPECTOS NEGATIVOS SOBRE A GESTÃO DE FRONTEIRAS DE RÚSSIA, ÍNDIA E CHINA

Ao longo da pesquisa foi difícil encontrar nas fontes analisadas discussões sobre os aspectos negativos das políticas realizadas para a segurança das fronteiras na Rússia, Índia e China. Alguns pontos negativos foram identificados em artigos acadêmicos quando os autores discorriam sobre fraquezas do governo em relação à gestão de fronteiras, e os que serão citados aqui foram deduzidos a partir do estudo das principais ameaças enfrentadas pelos países para a segurança das fronteiras e as falhas identificadas nas ações desses países para combatê-las.

Os fatos apresentados aqui representam *aspectos negativos* das políticas indianas, russas e chinesas para a defesa das fronteiras, e podem ser analisados pela ENAFRON para que o Brasil evite tais erros.

5.2.1. REPÚBLICA DA ÍNDIA

Um dos pontos negativos sobre a gestão de fronteiras na Índia é a **condução de ataques por parte das tropas de fronteira** indianas na fronteira com Bangladesh, em que cidadãos de Bangladesh foram alvejados por conta do contrabando de gado indiscriminadamente.²²¹

5.2.2. FEDERAÇÃO DA RÚSSIA

Um dos pontos negativos sobre as políticas russas para as fronteiras identificados é a **falta de coordenação** entre as agências de aplicação da lei russas, tais como o Ministério de Assuntos Internos, o Serviço Federal de Controle de Drogas, o Serviço Federal de Segurança e o Serviço Federal Aduaneiro, pois tal falta de coordenação pode prejudicar a execução de esforços antidrogas eficientes, abrangentes e integrados de aplicação da lei.

Além disso, há **relutância** entre as principais agências de aplicação da lei para a exploração de novas tecnologias.

Outro ponto negativo das políticas russas para as fronteiras é que **nem todas as fronteiras foram formalizadas legalmente** na Rússia, além de não estarem propriamente equipadas, o que demonstra a falta de controle fronteiriço.

5.2.3. REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

Alguns aspectos negativos sobre a gestão de fronteiras chinesas são as **disputas territoriais existentes**, principalmente nas ilhas reivindicadas por Vietnã, Taiwan e Coreia do Norte, além da tensão entre Índia e China.

5.3. SUGESTÕES PARA O FORTALECIMENTO DA POLÍTICA BRASILEIRA PARA A SEGURANÇA PÚBLICA DAS FRONTEIRAS

Apresentar sugestões que orientem a implementação de novas ações para o desenvolvimento das regiões de fronteira é uma honra e uma grande responsabilidade, e é incrível ter a chance de contribuir com o governo na formulação de políticas para as fronteiras de alguma forma, a partir da pesquisa realizada.

²²¹ No Produto 05, que versa especificamente sobre as fronteiras indianas, é possível encontrar mais informações sobre a questão.

Acredito que as sugestões para o fortalecimento da política brasileira e dos países vizinhos para a segurança pública das fronteiras são as seguintes:

5.3.1. AÇÕES INTEGRADAS

Ações integradas entre os diferentes órgãos federais responsáveis pela gestão das fronteiras podem contribuir consideravelmente para a melhoria dessa gestão, pois a integração desses órgãos permite a economia de recursos e principalmente o direcionamento conjunto de esforços para ações que são muitas vezes realizadas por órgãos diferentes de maneiras diversas, apesar de serem projetos iguais ou muito parecidos.

5.3.2. POLÍTICAS BILATERAIS, REGIONAIS E MULTILATERAIS

A realização de políticas bilaterais, regionais e multilaterais é fundamental para o desenvolvimento das fronteiras, pois essas regiões envolvem diversos países, e o diálogo é indispensável para o desenvolvimento das fronteiras. No âmbito do Mercosul, por exemplo, o Brasil realiza políticas para as fronteiras junto aos seus vizinhos, mas o Brasil pode fomentar o desenvolvimento de políticas para a segurança das fronteiras através de instituições como os BRICs e a UNASUL (União de Nações Sul-Americanas), fortalecendo a diplomacia para as fronteiras em âmbitos diversos.

5.3.3. RESPONSABILIZAÇÃO

A responsabilização é uma tradução do termo inglês *accountability*, que remete à prestação de contas por parte de órgãos administrativos a seus representados ou às instâncias controladoras. A ENAFRON desempenha funções muito importantes, e deve avaliar suas realizações e reportá-las para a sociedade. Nesse sentido, é interessante que a ENAFRON considere a opinião pública, indicadores, desenvolvimento socioeconômico da sociedade e orçamentos na criação de seus projetos.

5.3.4. FISCALIZAÇÃO

Acredito que é dever do cidadão fiscalizar as ações do governo para a gestão das fronteiras, a partir da utilização das ferramentas existentes. É possível fiscalizar a execução de obras, a realização e aquisição de serviços, além da fiscalização da execução orçamentária e financeira.

5.3.5. APROFUNDAMENTO DO DEBATE SOBRE A DESCRIMINALIZAÇÃO DO CONSUMO DE DROGAS

O tráfico de drogas é um dos maiores problemas para a segurança das fronteiras em todos os países estudados, inclusive no Brasil. A questão da descriminalização das drogas deve ser debatida com a sociedade. As milhares de ocorrências de apreensões de drogas por parte dos diversos órgãos que atuam nas regiões de fronteira sinaliza que o tráfico continua se expandindo, intensificado pelo fato do Brasil ser vizinho de grandes produtores de drogas, como Colômbia e Bolívia. A questão é polêmica, mas a discussão é necessária. A tentativa de contenção do tráfico de drogas é muito custosa para o governo, tanto em termos financeiros como na alta demanda de pessoal.

Na Índia, China e Rússia existem alguns projetos voltados para a recuperação de dependentes químicos, que podem ser analisados pelo governo brasileiro. Cabe salientar que a descriminalização não representa legalização das drogas e nem o acesso liberado.

5.3.6. MODERNIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO

A modernização das instalações e equipamentos voltados para a segurança das fronteiras faz-se necessária para otimizar a gestão das fronteiras.

A integração dos órgãos responsáveis pela gestão das fronteiras pode ser fomentada a partir da criação de redes através de plataformas virtuais, e pode haver interação com a sociedade civil a partir de redes sociais. Nesse sentido, cabe salientar a importância também da criação de um portal que reunisse os principais documentos e relatórios sobre a situação dos projetos voltados para a gestão da segurança pública das fronteiras, assim como publicações sobre a temática.

5.3.7. INTEGRAÇÃO ENTRE POLÍCIA, DEFESA, ONGs.

A integração entre os órgãos responsáveis pela gestão das fronteiras é importantíssima para o desenvolvimento das ações. A integração reduz os custos, pois os recursos utilizados em projetos comuns realizados por órgãos diferentes podem ser canalizados. Além disso, a troca de informações entre os órgãos otimiza a gestão, fortalecendo também a confiança entre os atores.

5.3.8. PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

A sociedade civil deve participar das políticas realizadas para a segurança das fronteiras além da fiscalização, como já foi citado, e essa participação é fundamental para otimizar a segurança das fronteiras. A sociedade pode participar através da aproximação com ONGs, da realização de pesquisas sobre o tema, de ações de convivência, cooperação e intercâmbio em regiões de fronteira,

A cidade de Santana do Livramento, localizada na fronteira oeste do Estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, foi declarada como cidade símbolo da integração brasileira entre os países-membros do Mercosul. A convivência pacífica entre os povos da fronteira Brasil-Uruguaí criou um ambiente singular que fortalece ações culturais e incentiva a participação do povo em ações culturais na fronteira, ampliando o acesso a serviços e fortalecendo saberes locais.

5.3.9. CONTINUIDADE DAS AÇÕES

A continuidade das ações é imprescindível para o bom andamento da gestão das fronteiras, pois as regiões fronteiriças são altamente complexas e enfrentam ainda o baixo desenvolvimento socioeconômico. As ações, projetos e políticas para as fronteiras devem continuar mesmo quando as regiões parecerem estabilizadas.

5.3.10. PRESENÇA DAS FORÇAS ARMADAS

Ainda a presença das Forças Armadas é fundamental em algumas regiões de fronteira, especialmente na Amazônia, pela precária estrutura logística e de recursos humanos das instituições de segurança pública nessas localidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos desse trabalho eram levantar dados demográficos, socioeconômicos, de violência e de criminalidade; apresentar características das interações entre Rússia, Índia e China nas regiões de fronteira; identificar avanços e desafios da segurança pública nas regiões de fronteira dos três países.

A princípio, não foram encontrados dados demográficos e socioeconômicos específicos sobre as regiões de fronteiras dos três países. Para dar continuidade ao trabalho, foram mapeadas as regiões de cada país que fazem fronteira com outros países, e foram apresentados alguns dados sobre essas regiões, a maioria resultados do censo e do GIS na Rússia e Índia, e do GIS na China.

Foram levantados alguns dados demográficos e socioeconômicos nas regiões de fronteiras, como número da população total; nome dos distritos, estados e províncias fronteiriças; distribuição por sexo; IDH; PIB; número de crianças matriculadas na escola; taxa de alfabetização; número total de trabalhadores, entre outros. Além disso, alguns dados sobre criminalidade foram identificados, relacionados principalmente à apreensão de drogas.

Sobre os avanços da segurança pública nas regiões de fronteira, foram identificados projetos voltados à melhoria da infraestrutura da faixa de fronteira dos três países, como construção de postos policiais, pavimentação de estradas, além de ações voltadas para agricultura, educação, saúde e segurança dos habitantes. Também foram identificadas iniciativas diplomáticas de diálogo e cooperação com os países vizinhos por parte dos três países estudados, e a realização de ações conjuntas contra ameaças comuns como o terrorismo, por exemplo, combatido por Rússia e Afeganistão.

As principais ameaças à segurança pública das fronteiras dos países foram expostas ao longo do trabalho e reforçadas no tópico anterior, assim como possíveis semelhanças e diferenças com o Brasil. Além disso, também foram apresentadas características das interações entre Rússia, Índia e China, relacionadas principalmente aos conflitos fronteiriços históricos dos três países; e os principais órgãos de segurança pública e defesa responsáveis pela gestão das fronteiras nesses países.

Destaca-se que após a vasta explanação sobre o contexto dos principais planos, programas, projetos, ações diversas e as principais tecnologias empregadas nas regiões de fronteira da China, Índia e Rússia, entre outros assuntos abordados, pudemos observar possíveis similaridades com o Plano Estratégico de Fronteiras e Estratégia Nacional de Segurança nas Fronteiras do Brasil, fato que nos ajuda a compreender melhor a dinâmica da política de segurança pública brasileira.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABBOT, Philip K. **A Ameaça Terrorista na Área de Tríplice Fronteira: Mito ou Realidade**. Military Review, 2005. Disponível em: <<http://www.observatorioseguranca.org/pdf/abbot.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

ALEXSEEV, Mikhail. **Border Demarcation, Cross-Border Migration, and Interethnic Hostility in the Russian Far East**. Eurasia Border Review, 2009. Disponível em: <http://src-h.slav.hokudai.ac.jp/publicn/eurasia_border_review/Vol32/alexseev.pdf>. Acesso em: 12 set. 2014.

BECARD, Danielly Silva Ramos. **O Brasil e a República Popular da China: Política Externa Comparada e Relações Bilaterais (1974-2004)**. Brasília: FUNAG, 2008. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/428-Brasil_e_a_RepUblica_Popular_da_China_O.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2014.

BEHERA, Subhakanta. **Transborder Identities: A Study on the Impact of Bangladeshi and Nepali Migration to India**. ICRIER Policy Series, No 1., 2011. Disponível em: <http://test.icrier.org/pdf/policy_series_1.pdf>. Acesso em: 22 out. 2014.

BENNETT, Gordon. **The Federal Border Guard Service**. The Conflict Studies Research Centre, Royal Military Academy Sandhurst. Inglaterra, 2002. Disponível em: <<http://studies.agentura.ru/centres/csrg/pogran.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2014.

BHATTACHARJEE, Joyeeta. **India-Bangladesh Border Management: The Challenge of Cattle Smuggling**. Special Report, Observer Research Foundation, Issue #1, New Delhi, 2013. Disponível em: <http://orfonline.org/cms/export/orfonline/modules/issuebrief/attachments/SpecialReport_1374140901741.pdf>. Acesso em: 21 out. 2014.

BLANDY, C.W. **North Caucasus: Border Security**. Defence Academy of the United Kingdom, 2008. Disponível em: <http://edoc.bibliothek.uni-halle.de/servlets/MCRFileNodeServlet/HALCoRe_derivate_00002633/North%20Caucasus.pdf>. Acesso em: 12 set. 2014.

BOAS, Eduardo. **O Exército na Faixa de Fronteira**. Disponível em: <<http://bit.ly/EduardoBoas>>. Acesso em: 06 ago. 2014.

BORDER MANAGEMENT ANNUAL REPORT, 2007-08. Disponível em: <<http://www.satp.org/satporgtp/countries/india/document/papers/mha07-08/chapter3-07.pdf>> Acesso em: 13 out. 2014.

BORDER MANAGEMENT CHAPTER III. Disponível em: <<http://www.satp.org/satporgtp/countries/india/document/papers/MHA09-10/3.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2014.

CHANSORIA, Monika. **China Responds to India's Military Presence in Border Regions**. Scholar Warrior, 2012. Disponível em: <http://www.claws.in/images/journals_doc/SW%20J.57-61.pdf>. Acesso em: 23 out. 2014.

CHIN, Ko-lin; ZHANG, Sheldon X. **The Chinese Connection: Cross-border Drug Trafficking between Myanmar and China.** The United States Department of Justice Office of Justice Programs National Institute of Justice Grant # 2004-IJ-CX-0023, 2007. Disponível em: <<https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/nij/grants/218254.pdf>> Acesso em: 22 jul. 2014.

CIA, THE WORLD FACTBOOK. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/rs.html>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

DAS, Pushpita. **India's Border Management: Select Documents.** Institute for Defence Studies and Analyses. New Delhi, 2010. Disponível em: <http://www.idsa.in/system/files/book_IndiasBorderManagement.pdf> Acesso em: 16 out. 2014.

_____. **Drug Trafficking in India: A Case for Border Security.** Institute for Defence Studies and Analyses Occasional Paper No. 24. New Delhi, 2012. Disponível em: <http://idsa.in/system/files/OP_DrugTraffickinginIndia.pdf>. Acesso em: 22 out. 2014.

DEFESA NACIONAL: **Forte, Jamais Agressivo.** Pacífico por tradição, Brasil quer unificar estratégia de defesa e fortalecer tropas mal aparelhadas, como mostra debate no Senado. Revista Em discussão! Revista de audiências públicas do Senado Federal, Ano 3 – Nº 10 – março de 2010 Secretaria Jornal do Estado, 2010. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/NOTICIAS/JORNAL/EMDISCUSSAO/upload/201201%20-%20marco/pdf/em%20discuss%C3%A3o!_marco_2012_internet.pdf>. Acesso em: 05. ago. 2014.)

DICKENS, David. **More Than Bombs and Border Tensions: India and Regional Security.** Centre for Strategic Studies, Victoria University of Wellington, New Zealand, 1997. Disponível em: <<http://www.victoria.ac.nz/hppi/centres/strategic-studies/publications/working-papers/WP08.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2014.

ENNETT, Gordon. The Federal Border Guard Service. Em: The Conflict Studies Research Centre, Royal Military Academy Sandhurst. Inglaterra, 2002. Disponível em: <<http://studies.agentura.ru/centres/csrg/pogran.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2014.

FOUCHER, Michel. **Obsessão por Fronteiras.** São Paulo: Radical Livros, 2009.

FRAVEL, M. Taylor. **Securing Borders: China's Doctrine and Force Structure for Frontier Defense.** Routledge, The Journal of Strategic Studies Vol. 30, No. 4–5, 705 – 737, August–October 2007. Disponível em: <<http://web.mit.edu/fravel/www/fravel.2007.JSS.securing.borders.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2014.

FREEMAN, Carla. **Fragile Edges Between Security and Insecurity: China's Border Regions.** R. Guo, C. Freeman (eds.), Managing Fragile Regions, DOI 10.1007/978-1-4419-6436-6_2, C Springer Science+Business Media, LLC, 2011. Disponível em: <www.cftni.org/China_on_the_Edge_April_2011.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2014.

GAUBATZ, Piper Rae. *Beyond the Great Wall: Urban Form and Transformation on the Chinese Frontiers*. California: Stanford University Press, 1996. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=drGGEsiI fFEC&oi=fnd&pg=PAI&dq=china+geography+borders+frontiers+data&ots=6CY2Qk575X&sig=6RFFjH87g3V2U0pLgaroN9jvAW8#v=onepage&q&f=true>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

GANGAL, Rahul; UNKULE, Kalyani. **India's Border Security Infrastructure: Land Borders**. Thought Leadership Series, 2012. Disponível em: <http://www.aviotech.com/pdf/Aviotech_Thought_Leadership_Series_India-Border-Security-LAND-borders_Jan_2012.pdf>. Acesso em: 21 out. 2014.

GARCIA, Francisco Proença. *As Ameaças Transnacionais e a Segurança dos Estados: subsídios para o seu estudo*. Negócios Estrangeiros, 2006. Disponível em: <<ftp://infoeuropa.eurocid.pt/files/database/000036001.../000036360.pdf>>. Acesso em 12 jun. 2014.

GOLUNOV, Sergey. **Ethnic Migration: A Challenge to Russian Border Security?** PONARS Policy Memo No. 432. Volgograd State University, 2007. Disponível em: <http://csis.org/files/media/csis/pubs/pm_0432.pdf>. Acesso em: 12 set. 2014.

_____. *EU-Russian Border Security: Stereotypes and Realities*. PONARS Eurasia Memo No. 16, Volgograd State University, 2008. HEITZMAN, James; WORDEN, Robert L. **India: A Country Study**. Washington: GPO for the Library of Congress, 1995. Disponível em: <<http://countrystudies.us/india/>>. Acesso em: 22 out. 2014.

_____. *EU-Russian Border Security: Challenges, (mis)perceptions, and responses*. Routledge: New York, 2013.

GONÇALVES, Williams; BRITO, Lana Bauab. **Relações Brasil-China: Uma Parceria Estratégica?** Século XXI, Vol. 1, No 1, Porto Alegre, Biblioteca ESPM Sul, 2010. Disponível em: <<http://sumario-periodicos.espm.br/index.php/seculo21/article/viewFile/1701/28>>. Acesso em: 02 ago. 2014.

HAAS, Marcel de. **Russian-Chinese Security Relations: Moscow's Threat from the East?** Netherlands Institute of International Relations Clingendael. Netherlands, 2013. Disponível em: <http://www.clingendael.nl/sites/default/files/20130327_rc_securityrelations.pdf>. Acesso em: 21 set. 2014.

HEITZMAN, James; WORDEN, Robert L. *India: A Country Study*. Washington: GPO for the Library of Congress, 1995. Disponível em: <www.chinaglobaltrade.com>. Acesso em: 20 jun. 2014.

HILLS, Alice. **Border Control Services and Security Sector Reform**. Disponível em: <<http://www.dcaf.ch/content/download/36388/527993/version/1/file/Hills.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2014.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Trigger Happy: Excessive Use of Force by Indian Troops at the Bangladesh Border**. United States of America, December, 2010. Disponível em: <http://www.univie.ac.at/bimtor/dateien/bangladesh_hr_w_2010_trigger_happy.pdf>. Acesso em: 21 out. 2014.

ISO-MARKKU, Tuomas. **The EU'S Border With Russia – from 'frontier' to 'boundary': Imperial Metaphor, the Baltic Sea Region and the External Borders of the European Union.** Master's Thesis in European Studies. Berlin, 2009. Disponível em: <http://www.kuwi.europa-uni.de/de/lehrstuhl/vs/politik2/hinweise/beispielarbeiten/Frontier_to_Boundary.pdf>. Acesso em: 10 set. 2014.

JAIN, Sandeep Raj. **Coordinated Border Management: the Experience of Asia and the Pacific Region.** World Customs Journal, International Network of Customs Universities, Volume 6, Number 1, 2012. Disponível em: <<http://www.worldcustomsjournal.org/media/wcj/-2012/1/jain.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2014.

JHA, Hari Bansh. **Nepal's Border Relations With India and China.** Disponível em: <http://src-h.slav.hokudai.ac.jp/publicatn/eurasia_border_review/Vol41/V4N104J.pdf>. Acesso em: 20 out. 2014.

KAHN; ZANETIC, A. O papel dos municípios na segurança pública. Relatório final: concursos nacionais em pesquisas aplicadas em justiça criminal e segurança pública. Brasília: Senasp - Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2005.

KANWAL, Gurmeet. **Indian Border Security: Poor Management in Evidence.** Institute of Peace and Conflict Studies. No 55, 2007. Disponível em: <http://www.ipcs.org/pdf_file/issue/380296651IPCS-IssueBrief-No55-GurmeetKanwal.pdf> Acesso em: 14 out. 2014.

KRAMER, Mark. **Oversight of Russia's Intelligence and Security Agencies The Need for and Prospects of Democratic Control.** PONARS Policy Memo 281, Harvard University, 2002. Disponível em: <http://www.ponarseurasia.org/sites/default/files/policy-memos-pdf/pm_0281.pdf>. Acesso em: 10 set. 2014.

KRISTOFF, Ladis K. D. The Nature of Frontiers and Boundaries. Anais da Associação de Geógrafos Americanos, Vol. 49, No 3, 1959. Disponível em: <www.jstor.org/stable/2561460>. Acesso em: 20 jun. 2014.

LAI, David. In: **The PLA At Home and Abroad: Assessing the Operational Capabilities of China's Military.** Strategic Studies Institute (SSI), ISBN 1-58487-448-1, 2010. Disponível em: <<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/download.cfm?q=995>>. Acesso em: 28 jul. 2014.

LATTIMORE, Owen. Origins of the Great Wall of China: A Frontier Concept in Theory and Practice. Em: Geographical Review Vol. 27, No. 4, 1937. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/209853>>. Acesso em: 17 jun. 2014.

MACHADO, Roberto Loiola. As Estratégias de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América, Rússia e China: uma comparação dos documentos publicados no alvorecer do século XXI. Rio de Janeiro, 2008, 146 f. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/cp056525.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2014.

MOCHALOV, Vladimir. **The Russian Federal Border Service: Lessons for Planning and Establishing Border Systems**. Geneva Centre for Democratic Control of Armed Forces, 2002. Disponível em: <ftp://budgie1.ethz.ch/dcaf/_docs/WP05.pdf>. Acesso em: 26 set. 2014.

MOHAN, C. Raja. **The Sino-Indian Border Dispute and Asian Security**. Strategic Studies Programme, The Centre of Gravity Series, Observer Research Foundation, Delhi, 2013. Disponível em: <<http://ips.cap.anu.edu.au/sites/default/files/COG7.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2014.

MONAGHAN, Andrew. **Russian Perspectives of Russia-EU Security Relations**. Conflict Studies Research Centre, ISBN 1-9055058-33-0, 2005. Disponível em: <<http://studies.agentura.ru/centres/csrc/perspectives.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2014.

MONTEIRO, Licio Caetano do Rego. Políticas territoriais do Estado brasileiro na Amazônia e seus efeitos na fronteira Brasil-Colômbia: controle estatal e ameaças transnacionais. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/2009-politicas-territoriais-LCM.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

MRE; DPR; DIC. China Comércio Exterior. 2014. Disponível em: <<http://www.brasilglobalnet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/INDChina.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

NETO, Walter. **Mercosul e Regiões de Fronteira**. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/termo_referencia/Termo_de_Referencia_Mercosul_e_Regioes_de_Fronteira.pdf>. Acesso em: 02 set. 2014.

NICHOL, Jim. **Russian Political, Economic, and Security Issues and U.S. Interests**. Congressional Research Service, 2014. Disponível em: <<http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/crs/r133407.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2014.

NIKOLSKY, Aleksey. The Invisible Reform of the Border Guard Service. Moscow Defense Brief, a CAST publication. Disponível em: <<http://www.mdb.cast.ru/mdb/2-2013/item4/article1/>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

NYBERG, René. **Defining Russia's Borders and Its Neighbors**. The Moscow Times, East Office of Finnish Industries. Helsinki, 2012. Disponível em: <http://www.eastoffice.fi/wp-content/uploads/Defining-Russias-Borders-and-Its-Neighbors_121113.pdf>. Acesso em: 29 set. 2014.

OGDEN, Chris. A Normalized Dragon: Constructing China's Security Identity. Em: Pacific Focus Special Issue: Chinese Foreign Policy: The Quest for Power, Security, and Status, Volume 28, Issue 2, 2013. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/pafo.12010/pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2014

OLIVEIRA, Amâncio; ONUKI, Janina. Brasil, Mercosul e Segurança Regional. Rev. bras. polít. int. vol.43 no.2 Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292000000200005&script=sci_arttext>. Acesso em: 27 mai. 2014.

PARAMONOV, Vladimir; STOLPOVSKI, Oleg. Chinese Security Interests in Central Asia. Defence Academy of The United Kingdom, Advanced Research and Assessment Group, 2008. Disponível em: <[http://www.da.mod.uk/colleges/arag/document-listings/ca/08\(20\)VP%20English.pdf](http://www.da.mod.uk/colleges/arag/document-listings/ca/08(20)VP%20English.pdf)>. Acesso em: 02 jun. 2014

_____ **Russia and Central Asia: multilateral security cooperation.** Watchfield: Advanced Research & Assessment Group, 2008. Disponível em: <[http://www.da.mod.uk/colleges/arag/document-listings/ca/08\(08\)VP%20English.pdf](http://www.da.mod.uk/colleges/arag/document-listings/ca/08(08)VP%20English.pdf)>. Acesso em: 22 set. 2014.

RAMÍREZ, Socorro. A Colômbia e o Brasil, Separados (e Unidos) pelo Comércio e pela Segurança. Revista Nueva Sociedad, dezembro de 2009, ISSN: 0251-3552. Disponível em: <http://www.nuso.org/upload/articulos/p7-7_1.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2014.

RAMOS, Dircêo Torreillas; COSTA, Ilton Garcia; ROTH, Ronaldo João. Direito Militar: doutrinas e aplicações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

REIS, Rodrigo Oliveira Braga. **Territorialidades e Conflitos em Fronteiras: os Matsés na Fronteira Brasil-Peru.** XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais CONLAB. Salvador, 2011. Disponível em: <http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1308246423_ARQUIVO_artigo_conlab.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2014.

ROCHA, Márcio Machado; PALMEIRA, Eduardo Mauch. **O MERCOSUL e a Integração nas Faixas de Fronteiras.** Observatorio de la Economía Latinoamericana, N° 191, 2013. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/la/13/mercosul.html>>. Acesso em: 27 set. 2014.

RUSSIA'S NATIONAL SECURITY STRATEGY TO 2020, 2009. Disponível em: <http://mercury.ethz.ch/serviceengine/Files/ISN/154915/ipublicationdocument_singledocument/2911bb65-361f-4960-bd03-42a8659ba525/en/Russia%27s+National+Security+Strategy+to+2020+-+Rustrans.pdf>. Acesso em: 21 set. 2014.

SHAMSHAD, Rizwana. **Politics and Origin of the India-Bangladesh Border Fence.** Monash Asia Institute, Monash University. Disponível em: <<http://artsonline.monash.edu.au/mai/files/2012/07/rizwanashamshad.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2014.

SILVA, Sanath de. **Sharing Maritime Boundary with India: Sri Lankan Experience.** The Regional Network for Strategic Studies Centers RNSCC, 2008. Disponível em: <http://www.kdu.ac.lk/departement-of-strategic-studies/images/publications/Sharing_Maritime_BoundarywithIndia-NESA.pdf>. Acesso em: 15 out. 2014.

SMITH, Paul J. **Climate Change, Weak States, and the War on Terrorism.** South and Southeast Asia, *Contemporary Southeast Asia: A Journal of International and Strategic Affairs* 29 no.2: 264-285, 2007. Disponível em: <http://muse.jhu.edu/login?auth=0&type=summary&url=/journals/contemporary_southeast_asia_a_journal_of_international_and_strategic_affairs/v029/29.2smith01.html>. Acesso em: 20 out. 2014.

SALDANHA, António Vasconcelos; RUI, Wang. **O Problema da Demografia Chinesa**. Lisboa: Technical University of Lisbon Repository, 2011. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/3818>> Acesso em: 27 mai. 2014.

SOUZA, Robson Sávio Reis. **Políticas públicas e violência**. Democracia Viva, v. 33, n. 4, 2006.

STEIMAN, R.; MACHADO, L.O. **Limites e Fronteiras Internacionais: uma Discussão Histórico-Geográfica**. Terra Limitanea: Atlas da Fronteira Continental do Brasil. Rio de Janeiro: Grupo RETIS / CNPq / UFRJ. [ISBN: 85-903727-1-5. Grupo Retis/UFRJ], 2002. Disponível em: <<http://www.retis.igeo.ufrj.br/producao/artigos/limites-e-fronteiras-internacionais-uma-discussao-historico-geografica/#ixzz37OUIVw3w>>. Acesso em: 25 mai. 2014.

SWAINE, Michael D. **The Role of the Chinese Military in National Security Policymaking**. Prepared for the Office of the Secretary of Defense by RAND's National Defense Research Institute, ISBN 0-8330-2527-9, 1998. Disponível em: <www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monograph_reports/2007/MR782-1.pdf#page=54&zoom=180,126,232>. Acesso em: 05. ago. 2014.

TANNER, Harold. **The People's Liberation Army and China's Internal Security Challenges**. Strategic Studies Institute, 2010. Disponível em: <http://kmsl.isn.ethz.ch/serviceengine/Files/ISN/118686/ichaptersection_singledocument/0cd36ac9-2dc1-435e-874a-1927b5f466a3/en/6.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2014.

USA D.D. ANNUAL REPORT. **Annual Report to Congress: Military and Security Developments Involving the People's Republic of China**. Office of the Secretary of Defense, Department of Defense – The United States of America, 2013. Disponível em: <http://www.defense.gov/pubs/2013_china_report_final.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2014.

VEDANA, Thiago. **A Fronteira Brasil-Paraguai, Problemas, e a Situação Hídrica, Perspectivas para uma Gestão Contemporânea**. Em: Contribuciones a las Ciencias Sociales, 2012. Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/cccss/20/tev.html>>. Acesso em: 27 mai. 2014.

VERMA, Virenda Sahai. **Sino-Indian Border Dispute at Aksai Chin: A Middle Path for Resolution**. Disponível em: <<http://chinaindiaborderdispute.files.wordpress.com/2010/07/virendravemapaperborderdispute.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2014.

WHITE PAPER. Disponível em: <http://eng.mod.gov.cn/Database/WhitePapers/2013-04/16/content_4442754.htm>. Acesso em: 27 jul. 2014.

ZHANG, Laney. **Citizenship Pathways and Border Protection: China**. The Law Library of Congress, 2014. Disponível em: <http://www.loc.gov/law/help/citizenship-pathways/china.php#_ftn46>. Acesso em: 28 jul. 2014.

ZHANG, Hongzhou; LI, Mingjiang. **Sino-Indian Border Disputes**. Analysis No. 181, June 2013. Disponível em: <http://www.ispionline.it/sites/default/files/pubblicazioni/analysis_181_2013.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2014.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA²²²

AGGARWAL, Ravina; BHAN, Mona. **“Disarming Violence”**: Development, Democracy, and Security on the Borders of India. *The Journal of Asian Studies*, Vol. 68, No. 2 (May, 2009), pp. 519-542. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/20619737>>. Acesso em: 20 out. 2014.

ALL CHINA DATA. Disponível em: <www.chinadataonline.org>. Acesso em: 24 jun. 2014.

ATANASSOVA-CORNELIS, Elena. **The Political and Security Dimension of Japan–China Relations: Strategic Mistrust and Fragile Stability**. *Pacific Focus*, Vol. XXVI, No. 2 (August 2011), 165–187, Center for International Studies, Inha University. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1976-5118.2011.01061.x/pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2014.

BAI, Leon. **Resolving the India-China Boundary Dispute: Incentivising Cooperation, Enlarging Bargaining Space and Promoting Constructive Strategies**. Observer Research Foundation, Orf Occasional Paper, 33, 2012. Disponível em: <http://www.observerindia.com/cms/sites/orfonline/modules/occasionalpaper/attachments/op_33_1337324255608.pdf%20>. Acesso em: 27 jun. 2014.

BARTH, Fredrik. **Ethnic Groups and Boundaries**. Disponível em: <http://www.bylany.com/kvetina/kvetina_etnoarheologie/literatura_eseje/2_literatura.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2014.

BAUMANN, Renato. **O Brasil e os Demais BRICs – Comércio e Política**, org. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2010.

BRANDÃO, Ana. **Segurança: um Conceito Contestado em Debate**. Em: *Informações e Segurança: Livro em Honra do General Pedro Cardoso*. Lisboa: Editora Prefácio, 2004.

BUSINESS STANDARD. Disponível em: http://www.business-standard.com/article/specials/india-china-sign-border-defence-pact-113102400027_1.html

BUSZYNSKI, Leszek. **Russia and the Asia-Pacific Region**. *Pacific Affairs*, Vol. 65, No. 4 (Winter, 1992-1993), pp. 486-509, Pacific Affairs, University of British Columbia. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2760316>>. Acesso em: 14 set. 2014.

CANTRIL, Albert H. **The Indian Perception of the Sino-Indian Border Clash**. *The Public Opinion Quarterly*, Vol. 28, No. 2 (Summer, 1964), pp. 233-242. Oxford University Press, American Association for Public Opinion Research. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2746989>>. Acesso em: 22 out. 2014.

CAPRON, Cynthia J. **The Indian Border War of 1876**. *Journal of the Illinois State Historical Society (1908-1984)*, Vol. 13, No. 4 (Jan., 1921), University of Illinois Press. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/40186797>>. Acesso em: 20 out. 2014.

²²² Obras lidas e páginas visitadas, mas não citadas no corpo do texto.

CASTRO, Renato Cruz De. **The Risk of Applying Realpolitik in Resolving the South China Sea Dispute: Implications on Regional Security.** Pacific Focus, Vol. XXVII, No. 2 (August 2012), 262–289, Center for International Studies, Inha University. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1976-5118.2012.01084.x/pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2014.

CEMAC NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA. Disponível em: <<http://www.chinadatacenter.org>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

CENSUS STATISTICS 2011 INDIA. Disponível em: <<http://www.census2011.co.in/district.php>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

CHOPRA, Pran. **On an Indian Border.** The Journal of Asian Studies, Vol. 25, No. 3 (May, 1966), pp. 561-562, Association for Asian Studies, 1966. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2052068>>. Acesso em: 30 set. 2014.

CHINA DATA ONLINE. Disponível em: <<http://chinadataonline.org/member/atlas2000/ybListDetail.asp?ID=3#>>. Acesso em: 30 jul. 2014.

CHINA HISTORICAL GIS. Disponível em: <<http://www.fas.harvard.edu/~chgis/index.html>>

CHINA STATISTICAL YEARBOOK DATABASE. Disponível em: <<http://www.tongji.cnki.net>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

CHIN, Ko-lin; ZHANG, Sheldon X. **The Chinese Connection: Cross-border Drug Trafficking between Myanmar and China.** The United States Department of Justice Office of Justice Programs National Institute of Justice Grant # 2004-IJ-CX-0023, 2007. Disponível em: <<https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/nij/grants/218254.pdf>> Acesso em: 22 jul. 2014.

CIA. **The Sino-Indian Border Dispute.** Section I: 1950-59. Disponível em: <http://www.foia.cia.gov/sites/default/files/document_conversions/14/polo-07.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2014.

_____. DOSSIER 2014. Disponível em: <<http://www.statista.com/study/9896/china-statista-dossier/>>. Acesso em: 02 ago 2014.

DIANHONG, Chen; YAN, Cai. **China and Vietnam Conclude First Joint Border Patrol in 2013.** Ministry of National Defense the People's Republic of China, 2013. Disponível em: <http://eng.mod.gov.cn/MilitaryExchanges/2013-03/14/content_4437140.htm>. Acesso em: 23 jul. 2014.

DIRECTORATE OF CENSUS OPERATIONS Rajastão. Disponível em: <http://www.rajcensus.gov.in/Pe_DATA.html>. Acesso em: 26 jun. 2014.

DOBELL, W.M. **Ramifications of the China-Pakistan Border Treaty.** Pacific Affairs, Vol. 37, No. 3 (Autumn, 1964), pp. 283-295. Published by: Pacific Affairs, University of British Columbia. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2754976>>. Acesso em: 28 jul. 2014.

DONGMEI, Ouyang. **Liang Guanglie: China's Military Diplomacy Keeps Pace With Times.** Ministry of National Defense the People's Republic of China, 2008. Disponível em: <http://eng.mod.gov.cn/Opinion/2008-12/24/content_4024541_4.htm>. Acesso em: 24 jul. 2014.

DONNELLY, G J. **Fundamentals of Land Ownership, Land Boundaries, and Surveying.** ICSM – Intergovernmental Committee on Surveying & Mapping. Disponível em: <http://www.icsm.gov.au/cadastral/Fundamentals_of_Land_Ownership_Land_Boundaries_and_Surveying.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2014.

EDER, Klaus. **Europe's Borders: The Narrative Construction of the Boundaries of Europe.** European Journal of Social Theory, Sage Publications, 2006. Disponível em: <<http://est.sagepub.com/cgi/content/abstract/9/2/255>>. Acesso em: 16 set. 2014.

FACTFISH CHINA STATISTICS AND DATA. Disponível em: <<http://www.factfish.com>>. Acesso em: 22 jun. 2014

FINKELSTEIN, David M. **China's National Military Strategy.** Disponível em: <http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/conf_proceedings/CFI45/CFI45.chap7.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2014.

FLOREY, Katherine J. **Indian Country's Borders: Territoriality, Immunity, and the Construction of Tribal Sovereignty.** Boston College Law Review, Vol. 51:595, 2010. Disponível em: <<http://lawdigitalcommons.bc.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=3115&context=bclr>>. Acesso em: 10 out. 2014.

FORSBERG, Tuomas; HERD, Graeme P. **The EU, Human Rights, and the Russo-Chechen Conflict.** Political Science Quarterly, Vol. 120, No. 3 (Fall, 2005), pp. 455-478, The Academy of Political Science. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/20202560>>. Acesso em: 15 set. 2014.

FOUCHER, Michel. **Obsessão por Fronteiras.** São Paulo: Radical Livros, 2009.

FRAVEL, M. Taylor. **Securing Borders: China's Doctrine and Force Structure for Frontier Defense.** Routledge, The Journal of Strategic Studies Vol. 30, No. 4–5, 705 – 737, August–October 2007. Disponível em: <<http://web.mit.edu/fravel/www/fravel.2007.JSS.securing.borders.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2014.

_____. **International Relations Theory and China's Rise: Assessing China's Potential for Territorial Expansion.** International Studies Associational, International Studies Review (2010) 12, 505–532. Disponível em: <<http://taylorfravel.com/documents/research/fravel.2010.ISR.china.expansion.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2014

_____. **Strong Borders, Secure Nation. Cooperation and Conflict in China's Territorial Disputes.** Princeton University Press, 2008. Disponível em: <<http://press.princeton.edu/chapters/i8782.pdf>> Acesso em: 21 jul. 2014.

FREEMAN, Carla. **Fragile Edges Between Security and Insecurity: China's Border Regions**. R. Guo, C. Freeman (eds.), *Managing Fragile Regions*, DOI 10.1007/978-1-4419-6436-6_2, C Springer Science+Business Media, LLC, 2011. Disponível em: <www.cftni.org/China_on_the_Edge_April_2011.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2014.

_____. **International Relations Theory and China's Rise: Assessing China's Potential for Territorial Expansion**. *International Studies Review* (2010) 12, 505–532. Disponível em: <<http://taylorfravel.com/documents/research/fravel.2010.ISR.china.expansion.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2014

FURTADO, Charles F. **Nationalism and Foreign Policy in Ukraine**. *Political Science Quarterly*, Vol. 109, No. 1 (Spring, 1994), pp. 81-104, The Academy of Political Science. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/215166>>. Acesso em: 20 set. 2014.

GRAHAM, Malbone W. **A Decade of Sino-Russian Diplomacy**. *The American Political Science Review*, Vol. 22, No. 1 (Feb., 1928), pp. 45-69. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1945059>>. Acesso em: 18 set. 2014.

GRAYSON, Robin; BAATAR, Chimed-Erdene. **Remote Sensing of Cross-Border Routes Between Mongolia and China**. *World Place Journal*, 2009. Disponível em: <www.mine.mn/WPJ9_3_Cross_Border_Routes.pdf> Acesso em: 30 jul. 2014.

GARLOUGH, Christine. **Playing With Boundaries: Self and Dialogue in an Indian-american Fatana Performance**. Disponível em: <<http://www.folklore.ee/Folklore/vol39/garlough.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2014.

HANSEN, Eric G. **The Impact of the Border War on Indian Perceptions of China**. *Pacific Affairs*, University of British Columbia. Vol. 40, No. 3/4 (Autumn, 1967 – Winter – 1967 – 1968), pp. 235-249. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2754442>>. Acesso em: 28 out. 2014.

HANS, Benjamin. **Nepal's Border to India: National Border and Identity Boundaries in South-East Nepal**. Disponível em: <http://www.uni-bielefeld.de/tdrc/ag_soanth/downloads/hans.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2014. <<http://www.interpol.int/contentinterpol/search/%28offset%29/10?SearchText=borders>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

HONGE, Mo. **China's National Defense in 2006**. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/2006-12/29/content_5547029_15.htm> Acesso em: 26 mai. 2014.

INDIA COUNTRY DATA. Disponível em: <<http://www.country-data.com/cgi-bin/query/r-5994.html>>. Acesso em: 28 jun. 2014.

INDIA REAL TIME. Disponível em: <<http://blogs.wsj.com/indiarealtime/2012/09/21/along-the-assam-bangladesh-border-2/>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

ISO-MARKKU, Tuomas. **The EU's border with Russia – from 'frontier' to 'boundary': Imperial metaphor, the Baltic Sea Region and the external borders of the European Union.** Berlim, 2009. Master's Thesis in European Studies (EUV) Europa-Universität Viadrina Frankfurt/Oder (Deutschland) Adam Mickiewicz Uniwersytet Poznań (Polska). Acesso em: 20 set. 2014. Disponível em: <http://www.kuwi.europa-uni.de/de/lehrstuhl/vs/politik2/hinweise/beispielarbeiten/Frontier_to_Boundary.pdf>. Acesso em: 19 set. 2014.

JACOB, Jabin T. **The Sino-Indian Boundary Dispute: Sub-National Units as Ice-Breakers.** Disponível em: <http://src-h.slav.hokudai.ac.jp/publicn/eurasia_border_review/ebr2/3_jabin.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2014.

_____ **The Ladakh Stand-off: The New Norm in Sino-Indian Relations?** Future Directions International. Independent Strategic Analysis of Australia's Global Interests, 2013. Disponível em: <[http://www.futuredirections.org.au/files/FDI_Associate_Paper-28_May_2013\(1\).pdf](http://www.futuredirections.org.au/files/FDI_Associate_Paper-28_May_2013(1).pdf)>. Acesso em: 23 jul. 2014.

JOO, Seung-Ho. **Russian Policy on Korean Unification in the Post-Cold War Era.** Pacific Affairs, Vol. 69, No. 1 (Spring, 1996), pp. 32-48, Pacific Affairs, University of British Columbia. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2760872>>. Acesso em: 20 set. 2014.

KONISHI, Sho. **Reopening the "Opening of Japan": A Russian-Japanese Revolutionary Encounter and the Vision of Anarchist Progress.** The American Historical Review, Vol. 112, No. 1 (Feb., 2007), pp. 101-130, Oxford University Press on behalf of the American Historical Association. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/4136008>>. Acesso em: 20 set. 2014.

LAMB, Alastair. **The Sino-Indian Border in Ladakh.** The Journal of Asian Studies, Association for Asian Studies. Vol. 35, No. 3 (May, 1976), pp. 528-529. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2053311>>. Acesso em: 10 out. 2014.

LU, Chih H. **The Sino-Indian Border Dispute: A Legal Study.** Pacific Affairs, University of British Columbia, Vol. 61, No. 3 (Autumn, 1988), p. 490. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2760465>>. Acesso em: 22 out. 2014.

LUKIN, Alexander. **The Settlement of the Russian-Chinese Border Dispute.** Session I: National Identity and Domestic Legitimacy. 7 th Berlin Conference on Asian Security (BCAS) Territorial Issues in Asia Drivers, Instruments, Ways Forward Berlin, July 1-2, 2013. Disponível em: <http://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/projekt_papiere/BCAS2013_Alexander_Lukin.pdf> Acesso em: 22 jul. 2014.

LUKIN, Artyon. **Russia and the Balance of Power in Northeast Asia.** Pacific Focus, Journal of International Studies. Pacific Focus, Vol. XXVII, No. 2 (August 2012), 155–183, Inha University. Acesso em: 14 set. 2014. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1976-5118.2012.01080.x/pdf>>.

MALIK, Mohan. **India Balances China.** Asia-Pacific Center for Security Studies, USA, Volume 4, Number 3-Pages 345–376, Policy Studies Organization, Published by Wiley Periodicals, Inc. Disponível em: <<http://www.readcube.com/articles/10.1111/j.1943-0787.2012.01360.x>>. Acesso em: 29 jul. 2014.

MAXWELL, Neville. **How the Sino-Russian Boundary Conflict Was Finally Settled: from Nerchinsk 1689 to Vladivostok 2005 via Zhenbao Island 1969.** Disponível em: <http://src-h.slav.hokudai.ac.jp/coe21/publish/no16_2_ses/02_maxwell.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2014.

MCMILLAN, Alistair. **Changing the Boundaries of Indian Democracy.** Disponível em: <<http://www.nuff.ox.ac.uk/users/Mcmillan/DelimitationMcMillan.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

MEYER, Marsha; LU, Xiahoui. **Managing the Indefinite Boundaries of Chinese Business Firms.** Disponível em: <http://www.iacmr.org/V2/Publications/CMI/EH020801_EN.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2014.

MEYER, Peggy Falkenheim. **Russia's Post-Cold War Security Policy in Northeast Asia.** Pacific Affairs, Vol. 67, No. 4 (Winter, 1994-1995), pp. 495-512, Pacific Affairs, University of British Columbia. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2759571>>. Acesso em: 15 set. 2014.

MORRIS-SUZUKI, Tessa. **Lines in the Snow: Imagining the Russo-Japanese Frontier.** Pacific Affairs, Vol. 72, No. 1 (Spring, 1999), pp. 57-77, Published by: Pacific Affairs, University of British Columbia. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2672336>>. Acesso em: 12 set. 2014.

MICHIGAN LIBRARY. Disponível em: <<http://guides.lib.umich.edu/content.php?pid=347366&sid=2849304>>. Acesso em: 28 jul. 2014.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA: SEGURANÇA PÚBLICA. Disponível em: <[http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={26B5664A-1274-424D-A546-EEF57EB9D14F}&BrowserType=IE&LangID=pt-br¶ms=itemID%3D{5E171D55-CC93-4785-BA20-59A81C4A00C6}%3B&UIPartUID={-2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26}](http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={26B5664A-1274-424D-A546-EEF57EB9D14F}&BrowserType=IE&LangID=pt-br¶ms=itemID%3D{5E171D55-CC93-4785-BA20-59A81C4A00C6}%3B&UIPartUID={-2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26}>)>. Acesso em: 25 jul. 2014.

MINISTRY OF HOME AFFAIRS. **Action Plan of the Department of Border Management.** Disponível em: <http://www.mha.nic.in/sites/upload_files/mha/files/AAP-V-12.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2014.

_____. **Border Area Development Programme.** Disponível em: <http://mha.nic.in/sites/upload_files/mha/files/pdf/BM_BADP%28E%29.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2014.

MINISTRY OF NATIONAL DEFENSE THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. Disponível em: <http://eng.mod.gov.cn/Database/WhitePapers/2013-04/16/content_4442754.htm>. Acesso em: 20 jun. 2014.

MURTY, T. S. **Paths of Peace: Studies on the Sino-Indian Border Dispute.** The Australian Journal of Chinese Affairs, No. 11 (Jan., 1984), pp. 187-188. Published by: The University of Chicago Press on behalf of the College of Asia and the Pacific, The Australian National University. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2158697>>. Acesso em: 23 jul. 2014.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS DATA BASE. Disponível em: <<http://219.235.129.58/welcome.do>>. Acesso em: 20 jun. 2014

OGDEN, Chris. **A Normalized Dragon: Constructing China's Security Identity.** Pacific Focus, Vol. XXVIII, No. 2 (August 2013), 243–268, Center for International Studies, Inha University. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/pafo.12010/abstract>>. Acesso em: 29 jul. 2014.

OZA, Rupal. **India: Gender, Geography and Globalization.** Signs, Vol. 26, No. 4, Globalization and Gender (Summer, 2001), pp. 1067-1095, The University of Chicago Press. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3175357>>. Acesso em: 29 out. 2014.

PAASI, Anssi. **Boundaries as Social Practice and Discourse: The Finnish-Russian Border.** Department of Georaphy, University of Oulu, Linnammaa, Finland, 1998. Regional Studies Association, Vol. 33.7, pp. 669-680. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/00343409950078701>>. Acesso em: 29 set. 2014.

PAOLI, Letizia; RABKOV, Irina; GREENFIELD, Victoria A.; REUTER, Peter R. **Tajikistan: The Rise of a Narco-State.** Journal of Drug Issues, 2007. Disponível em: <https://lirias.kuleuven.be/bitstream/123456789/200273/1/Paoli%20et%20al._Tajikistan_printed%20article.pdf>. Acesso em: 12 set. 2014.

PERDUE, Peter. **Boundaries, Maps, and Movement: Chinese, Russian, and Mongolian Empires in Early Modern Central Eurasia.** Em: The International History Review, Vol. 20, No. 2, 1998. Disponível em: <http://www.northasianborders.net/wp-content/uploads/Three_Empires_Perdue.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2014.

QUINCY, Josiah. **China and Russia.** The North American Review, Vol. 171, No. 527 (Oct., 1900), pp. 528-542, University of Northern Iowa. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/25105067>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

RAVETTO-BIAGIOLI. **Floating on the Borders of Europe Sokurov's Russian Ark.** Film Quarterly, Vol. 59, No. 1 (Fall 2005), pp. 18-26, University of California Press. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/10.1525/fq.2005.59.1.18>>. Acesso em: 14 set. 2014.

ROSSABI, Morris. **Governing China's Multiethnic Frontiers.** University of Washington Press. Seattle, WA, 2004. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=VqkplHmdW8oC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 21 jul. 2014.

RUSSIAN FEDERATION MAP. Disponível em: <www.un.org/Depts/Cartographic/map/profile/russia.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2014.

STERN, Robert W. **The Sino-Indian Border Controversy and the Communist Party of India.** The Journal of Politics, Vol. 27, No. 1 (Feb., 1965), pp. 66-86. Cambridge University Press. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2128001>>. Acesso em: 10 out. 2014.

SHARMA, Surya P. **The India-China Border Dispute: An Indian Perspective.** American Society of International Law. The American Journal of International Law, Vol. 59, No. 1 (Jan., 1965), pp. 16-47. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2197143>>. Acesso em: 18 out. 2014.

SCOBELL, Andrew; WORTZEL, Larry. **Civil-Military Change in China: Elites, Institutes, and Ideas After the 16th Party Congress**. Strategic Studies Institute Home, 2004. Disponível em: <<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdffiles/pub413.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2014.

SEN, S. P. **The Sino-Indian Border Question: A Historical Review**. The Journal of Asian Studies, Vol. 37, No. 1 (Nov., 1977), pp. 96-97, Published by Association for Asian Studies. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2053336>>. Acesso em: 21 jul. 2014.

SHAMBAUGH, David L. **Modernizing China's military: progress, problems, and prospects**. University of California Press. p. 170, 2004.

UNECE STATISTICS 2010. Disponível em: <<http://www1.unece.org/stat/platform/display/censuses/2010+Population+Census+Round>>. Acesso em: 01 ago. 2014.

U.S. DEPARTMENT OF THE STATE. **Limits in the seas: India-Sri Lanka**. Disponível em: <<http://www.state.gov/documents/organization/58833.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

XUEFENG, Sun; YUXING, Huang. **Revisiting China's Use of Force in Asia: Dynamic, Level and Beyond**. Pacific Focus, Vol. XXVII, No. 3, 2012. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1976-5118.2012.01089.x/pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

ZONGYI, Liu. **Sino-Indian Border Dispute and Their Competitive Symbiotic Relationship**. Future Directions International. Independent Strategic Analysis of Australia's Global Interests, 2013. Disponível em: <[http://www.futuredirections.org.au/files/FDI_Associate_Paper-28_May_2013\(1\).pdf](http://www.futuredirections.org.au/files/FDI_Associate_Paper-28_May_2013(1).pdf)>. Acesso em: 23 jul. 2014.

YUXING, Huang; XUEFENG, Sun. **Revisiting China's Use of Force in Asia: Dynamic, Level and Beyond**. Pacific Focus, Vol. XXVII, No. 3 (December 2012), 393–420, Center for International Studies, Inha University. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1976-5118.2012.01089.x/pdf>> Acesso em: 26 jul. 2014.

WAEVER, Ole. **Identity, Migration and the New Security Agenda in Europe**. London: Pinter Publishers, 1993.

WELT, Cory. **Political Change and Border Security Reform in Eurasia: The Case of Georgia**. Nonproliferation Review, Vol. 12, No 3, November 2005, The Monterey Institute of International Studies, Center for Nonproliferation Studies. Disponível em: <<http://home.gwu.edu/~cwelt/BorderSecurityGeorgia.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2014.



SECRETARIA NACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E CIDADANIA

